UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUAMANA

JEFERSON LUIZ CHOMA

OS SABERES DO CAMPONÊS DA FLORESTA: MODO DE VIDA, CONFLITOS E ETNOCONHECIMENTO SERINGUEIRO NA RESEX CHICO MENDES (AC)

São Paulo
2018

JEFERSON LUIZ CHOMA

OS SABERES DO CAMPONÊS DA FLORESTA: MODO DE VIDA, CONFLITOS E ETNOCONHECIMENTO SERINGUEIRO NA RESEX CHICO MENDES (AC)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.
Orientadora: Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi.

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cc548s

Choma, Jeferson Luiz
Os saberes do camponês da floresta: modo de vida, conflitos e etnoconhecimento seringueiro na RESEX Chico Mendes. / Jeferson Luiz Choma ; orientador Larissa Mies Bombardi. - São Paulo, 2018.
225 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Seringueiros. 2. Reserva Extrativistas. 3. Amazônia. 4. Acre. 5. Reforma Agrária. I. Bombardi, Larissa Mies, orient. II. Titulo.

Ficha de aprovação

CHOMA, Jeferson Luiz

Email: jeferson.choma@usp.br

Título: *Os saberes do camponês da floresta: modo de vida, conflitos e etnoconhecimento seringueiro na Resex Chico Mendes (AC)*

Orientadora: Larissa Mies Bombardi.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Banca Examinadora

Prof. Dr.(a):_____ Instituição:_____

Julgamento: _____ Assinatura:_____

Prof. Dr.(a):_____ Instituição:_____

Julgamento: _____ Assinatura:_____

Prof. Dr.(a):_____ Instituição:_____

Julgamento: _____ Assinatura:_____

Prof. Dr.(a):_____ Instituição:_____

Julgamento: _____ Assinatura:_____

Aprovado em:_____

Àqueles que ao lutarem pelo território fazem a Geografia.

AGRADECIMENTOS

Em todo o processo de construção desta dissertação tive a oportunidade de caminhar ao lado de extraordinárias figuras humanas. Não conseguiria fazer isso sem elas. Por isso, agradeço a Eunice Evangelista que, além de companheira, tornou-se parceira essencial no levantamento dos dados em campo. Dividiu as inquietudes e as delícias dessa experiência, e foi cúmplice da serenidade e das tormentas que caminham entre hipóteses, ideias e opiniões.

A minha família, que atenderam aos pedidos de auxílio nos momento mais decisivos. E também por me auxiliar na compreensão do pensar camponês através de suas histórias sobre os tempos em que trabalhavam na roça.

À Larissa Mies Bombardi, pela compreensão, competência, comprometimento, confiança e respeito com os quais me apoiou ao longo desse caminho apresentando os "varadouros" teóricos que me conduziram ao universo camponês. Ao Programa Pós-Graduação em Geografia Humana/USP, e a todos os professores que tive a satisfação de conviver e debater. Todos contribuíram decisivamente para minha formação.

Aos grandes amigos que fiz neste curso que me emprestaram um pouco de seu tempo para dividir opiniões e experiências, necessárias ao processo de aquisição de novos aprendizados.

Aos companheiros que trabalham comigo e que tiveram paciência e compreensão necessária para que pudesse me dedicar à realização da dissertação.

Aos amigos no Acre, especialmente a Marineide Maia, que nos introduziu no universo dos seringais. A Osmarino Amancio Rodrigues e a Dercy Teles, dois grandes amigos e patrimônios do movimento sociais que o Brasil jamais deve esquecer. A Sebastião Olegário Maia, meu professor enquanto estava na mata, por sua generosidade e bondade extraordinária. A Raimundo Maia e Evilásio e seus familiares pela hospitalidade e cortesia. A Coró e Nicinha pelas conversas e pelos momentos agradáveis nos seringais. As famílias que tive oportunidade de conviver nos Seringais Nova Olinda, Filipinas, Venezuela, São Cristóvão e São José. Espero que esta pesquisa esteja a altura de suas inquietações, auxilie em reflexões e ajude no reconhecimento das contradições nas quais estamos inseridos.

“Atenção jovem do futuro – 6 de setembro do ano de 2120, aniversário do primeiro centenário da revolução socialista mundial, que unificou todos os povos do planeta num só ideal e num só pensamento de unidade socialista, e que pôs fim a todos os inimigos da nova sociedade. Aqui ficam somente a lembrança de um triste passado de dor, sofrimento e morte. Desculpem. Eu estava sonhando quando escrevi estes acontecimentos que eu mesmo não verei. Mas tenho o prazer de ter sonhado”.

(Chico Mendes)

RESUMO

Nas décadas de 1970 e 1980, a resistência do movimento seringueiro travada na Amazônia contra os planos de expansão do capitalismo conduzidos pelo regime militar resultou na criação das Reservas Extrativistas (RESEX), territórios que garantiram a preservação do modo de vida tradicional e a autonomia econômica e cultural do camponês seringueiro. A criação das RESEX foi uma proposta original no que se refere a construção de um projeto diferente de reforma agrária que respeitasse o modo de vida dos seringueiros e pudesse consolidar sua emergente autonomia camponesa. Naquele momento, o modo de vida florestal das populações seringueiras (ALMEIDA, 2012) orientou a criação destes territórios. A prática da agricultura de subsistência, o fabrico da farinha, a caça e a pesca, os mais diversos usos de cipós, palhas, madeiras e outros materiais da mata, o conhecimento de ervas para curar doenças, as festas, os seres mágicos da floresta, tudo isso, ao lado da extração do látex e da castanha, compõe o modo de vida do seringueiro. Esse conhecimento sobre os múltiplos usos da floresta é fundado naquilo que Porto-Gonçalves (2003) define como uma nova matriz de racionalidade indígeno-cabocla. Tal racionalidade é a base para as condições materiais de sua reprodução alicerçadas nas práticas agroextrativistas, respeitando os ciclos para a sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de plantas e animais utilizadas. Mas também possui uma dimensão simbólica e faz da floresta um *locus* de conformação de sua subjetividade, portanto da cultura e sociabilidade seringueira. Desse modo, as RESEX também foram inovadoras no que concerne a criação de territórios de conservação ambiental no Brasil. Pela primeira vez o homem e natureza não foram percebidos como sujeitos desvinculados, posto que a garantia do acesso à floresta aos seringueiros foi tomada como condição para a conservação dos sistemas ecológicos. Nas últimas décadas, entretanto, as RESEX passaram por significativas transformações. A “reforma agrária dos seringais” foi transformada em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, processo que implicou no surgimento de novos conflitos entre seus moradores e os órgãos de gestão do Estado. O objetivo dessa pesquisa é investigar na Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), no estado Acre, como a dinâmica atual do modo de vida e o conhecimento tradicional dos seringueiros, suas formas de apropriação comum do território e dos recursos naturais, garantem a reprodução camponesa, apesar dos conflitos que essas populações enfrentam diante das atuais políticas públicas implementadas neste território, focadas na valoração econômica de recursos naturais. A pesquisa apoia-se numa perspectiva teórico-metodológica que se inscreve no campo do materialismo histórico que possibilita entender a categoria modo de vida a partir da mediação entre a história social dos grupos estudados e as contradições criadas pelo desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista.

Palavras Chaves: Reserva Extrativista, Seringueiro, Reforma Agrária, Amazônia.

ABSTRACT

Within the 1970's and 1980's the resistence of the '*seringueiro'* movement (rubber latex gatherer movement), that took place in Amazonia against the capitalism plans of expansion lead by the military government, originated the *Reservas Extrativistas* (RESEX -Extractive Reserves) which are pieces of land that guarantee the preservation of a traditional lifestyle as well as the economic and cultural autonomy of the rural *seringueiro*. The creation of the RESEX was an original proposition as it regarded the construction of a different project of agrarian reform, one that respected the *seringueiro*'s lifestyle and that could consolidate its emerging rural autonomy. At that moment, the forest way of life of the *seringueiros'* peoples (ALMEIDA, 2012) oriented the very creation of these territories. The practice of the subsistence agriculture, the making of flour, the hunting and fishing, the most varied uses of liana, straw, wood and other material from the woods, the knowlesge of the herbs to cure diseases, the celebrations, the magical beings, all of that, as well as the extraction of the rubber latex and the Brazil nut, is what makes the *seringueiro*'s lifestyle. This knowledge about the multiple uses of the forest is based on that what Pedro-Gonçalves (2003) defines as a new core of the *indígena-cabocla* rationality.

Such rationality is the basis to the material conditions of its reproduction supported by the agrarian extrativism practices, respecting the cycles for its exploration within the used plants and animals' recovering capacity. It also has a symbolic dimension that makes the forest a *locus* of confrontation of its subjectivity, therefore of the *seringueiros'* culture and sociability. Thus, the RESEX were also innovating as it referred to the creation of environmental conservation areas in Brazil. For the first time, human and nature were not seen apart from each other as the garantee of the *seringueiro*'s access to the forest was considered a condition for conservation of the ecologycal systems. Within the last decades though, the *Reservas Extrativistas* have suffered significant changes. The agrarian reform of *seringais* has been transformed in *Unidade de Conservação de Uso Sustentável* (Conservation Unit of Susteinable Use), a process that caused the raising of new conflicts between its habitants and the management organs of the government. The aims of this research is to investigate in the *Reserva Extrativista Chico Mendes* (RECM), in Acre, how the recent dynamics in the lifestyle and the *seringueiros'* tradicional knowledge, as well as the common ways of territory and natural resources apropriation garantee the rural reproduction despite the conflicts that theses peoples face due to the recent public politics applied in the area, focusing in the economic value of natural resources. The research relies on the theoretical-metodology perspective of the historical meterialism that allows us to understand the lifestyle category from the mediation between the social history of the studied groups and the contradictions raised by the uneven development of the capitalist ways of production.

Keywords: Extractive Reserves, rubber-tapper movement, Amazonia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Garoto aprendendo com seu pai a cortar seringa. 16

Figura 2 – Detalhe de coco de castanha na floresta. 26

Figura 3 – Seringal Carmem. 42

Figura 4 – Cartazes do SEMTA realizados por Chabloz. 48

Figura 5 – Empates realizados no início da década de 1970. 70

Figura 6 – Wilson de Souza Pinheiro. 70

Figura 7– Delegados seringueiros em Congresso da CUT. 75

Figura 8 – Ato político em funeral de Chico Mendes. 75

Figura 9 – Velório de Chico Mendes. 76

Figura 10 – Navegação de canoa pelo Rio Xapuri na RECM 79

Figura 11 - Carteira de fiscal colaborador do IBAMA. 83

Figura 12 – Extração de água de um cipó na mata. 96

Figura 13 – Macucu, cujas folhas são apreciadas pelos seringueiros. 96

Figura 14 – Pátio de toras utilizada pelo manejo florestal no Seringal Cachoeira. 104

Figura 15 – Clareira aberta pelo Manejo no Seringal Cachoeira. 104

Figura 16 – Manejo madeireiro na RECM. 105

Figura 17 – Extração tradicional de madeira na RECM. 106

Figura 18 - Mutirão realizado no Seringal São Cristóvão. 106

Figura 19 – Boi criado por uma família de seringueiros na RECM. 109

Figura 20 – Desmatamento realizado por fazendeiro na Colocação Centro Verde. 114

Figura 21 – O uso do boi na RECM. 122

Figura 22 – Bois da Associação Bom Sucesso utilizados para realizar “combói”. 122

Figura 23 – Bois utilizados para o transporte da família. 122

Figura 24 – Imagem de uma fazenda próxima à RECM. 126

Figura 25– Criação de gado em assentamento do INCRA. 126

Figura 26 – Reunião realizada pela associação Bom Sucesso. 130

Figura 27– Localização das Zonas Primitivas na RECM. 136

Figura 28 - Varadouro na RECM sendo cruzado por uma cobra. 137
Figura 29 - Casas de paxiúbas e de madeira nas colocações. 144
Figura 30 – Moradores caminham entre os varadouros. 144
Figura 31 – Uma escola e uma horta cultivada em uma colocação. 144
Figura 32 - Estrada de Seringa. 150
Figura 33–Filho de seringueiro extraindo látex. 156
Figura 34 - Mauro explicando o corte em banda. 156
Figura 35– O plantino no roçado novo de Sebastião Olegário. 169
Figura 36 – Plantio na maniva “peruana”. 169
Figura 37 - Raimundo Maia e seu neto cortando mandioca. 170
Figura 38 – Casa de farinha. 170
Figura 39 – Roçado do Mauro. 171
Figura 40 – Roçado agroecológico cultivado por Evilásio. 176
Figura 41 – Mucunas plantadas em roçados antigos. 176
Figura 42 – Pele de veado recentemente abatido. 186
Figura 43 - O preparo do rancho pelas mulheres. 186
Figura 44 - A pesca artesanal com tarrafas. 186
Figura 45 – O trabalho coletivo da coleta da castanha. 193
Figura 45– Coleta da castanha. 193
Figura 46 – Usina de beneficiamento da Castanha da Cooperacre. 194
Figura 47– Barracão da Associação Bom Sucesso. 194
Figura 48 - Reunião entre a Associação Bom Sucesso. 194
Figura 49 – Mauro riscando uma seringueira. 195

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da RESEX Chico Mendes. 24
Mapa 2 – Seringais da RESEX Chico Mendes. 25
Mapa 3 – Cobertura vegetal da RECM. 108
Mapa 4 – A distribuição do gado no Acre. 112
Mapa 5 – Distribuição das colocações na RESEX Chico Mendes. 135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Produção de borracha em 1910 e 1923. 47
Quadro 2- Participação da borracha no produto interno do Acre. 52
Quadro 3 – Assentamentos do INCRA no Acre até 05/04/1983. 57
Quadro 4 - Evolução dos estabelecimentos caracterizados como ocupantes. 59
Quadro 5 – Relação de espécies que serão extraídas pelo Manejo Madeireiro em Xapuri 107
Quadro 6 – Classificação arbustiva realizada pelos seringueiros. 146
Quadro 7– Preço pago ao quilo da borracha conforme subsídios. 155
Quadro 8 – Variedade de mandiocas encontradas. 167
Quadro 9: Variação do preço máximo pago pela lata de castanha. 190

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Desmatamento no Acre. 98
Gráfico 2 – Rebanho bovino no Acre 110
Gráfico 3 – Gado por municípios 111
Gráfico 4 – Renda na RECM 1992 118
Gráfico 5 – Renda na RECM 2009 118
Gráfico 6– Borracha subsidiada. 154

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOPREAB	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil
AMOPREB	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia
AMOPREX	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri
BASA	Banco da Amazônia S/A
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CAEX	Cooperativa Agroextrativista de Xapuri
Cooperacre	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ECO 92	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
FETACRE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre
FUNTAC	Fundação de Tecnologia do Acre
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Acre
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
ONG	Organização Não-Governamental
PAE	Projeto de Assentamento Extrativista
PT	Partido dos Trabalhadores
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RECM	Reserva Extrativista Chico Mendes
REED	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação
RESEX	Reserva Extrativista
SEAPROF	Secretaria de Extensão Agro-florestal e Produção Familiar do Estado do Acre.
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha

UC	Unidade de Conservação
UNI	União das Nações Indígenas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

1. O REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA 26

1.1. Campesinato 29

1.2. Território 31

1.3. Modo de vida e Etnoconhecimento 33

2. DA FORMAÇÃO DO CAMPESINATO DA FLORESTA À CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS 42

2.1 O extrativismo da borracha e o surgimento dos Seringais 43

2.2. Formação do campesinato da floresta 49

2.3. O avanço do capitalismo sobre a Amazônia na ditadura militar 52

2.4. A Amazônia e a questão agrária 55

2.5. Formação do movimento dos seringueiros e a resistência 58

2.6. Movimento seringueiro e o movimento ambiental urbano 71

2.7. Os seringueiros e os "governos da floresta" 76

3.A TRANSFORMAÇÃO DA RESEX EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO 79

3.1. Um novo 'patrão' nos Seringais 80

3.2. Floresta tropical domesticada 86

3.3. Uma relação camponesa com a floresta 91

3.4. Manejo Florestal madeireiro: florestas de negócios 97

3.5. Tem boi na floresta 109

3.6. O gado criado pelos seringueiros 115

3.7. O gado e o Conselho Gestor da RECM 123

3.8. O 'morador invasor': a ocupação das colocações 127

3.9. O fracionamento familiar das colocações 131

4. OS SABERES DO CAMPONÊS DA FLORESTA 137

4.1. As colocações 138

4.2. A floresta e as estradas de seringa 145

4.3. O declínio da borracha 151

4.4. O trabalho das famílias no roçado 157

4.5. O cultivo da macaxeira 164

4.6. A Lei do Fogo Zero: quando ‘botar roçado’ vira crime 171

4.7. Os saberes da caça e da pesca 177

4.8. As normas da caça 182

4.9. A coleta da castanha e a apropriação da renda camponesa da terra 187

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 195

REFERÊNCIAS 202

ANEXOS 212

INTRODUÇÃO

Figura 1 – Garoto aprendendo com seu pai a cortar seringa na RESEX Chico Mendes.

Foto: Jeferson Choma, em 07/09/2017.

O objetivo dessa pesquisa é investigar na Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), no estado Acre, como a dinâmica atual do modo de vida e o conhecimento tradicional dos seringueiros, suas formas de apropriação comum do território e dos recursos naturais, garantem a reprodução camponesa, apesar dos conflitos que essas populações enfrentam diante das atuais políticas públicas implementadas neste território, focadas na valoração econômica de recursos naturais.

A criação das Reservas Extrativistas, como produto da luta travada nas florestas acreanas pelo movimento seringueiro, foi uma iniciativa inovadora que garantiu o acesso ao território aos seringueiros e a preservação de seu modo de vida. Também representou uma inovação no que se refere a criação de territórios de conservação ambiental no país. Pela primeira vez homem e natureza não foram percebidos como sujeitos desvinculados, posto que a garantia do acesso à floresta aos seringueiros foi tomada como condição para a conservação dos sistemas ecológicos. Foi original também no que se refere a construção de um projeto diferente de reforma agrária que respeitasse o modo de vida dos seringueiros e pudesse consolidar sua emergente autonomia camponesa.

A prática da agricultura de subsistência; a constituição de famílias; o fabrico da farinha; a caça e a pesca; os mais diversos usos de cipós, palhas e outros materiais de mata; o conhecimento de ervas para curar doenças; tudo isso, ao lado da extração do látex e da castanha, compõe o modo de vida do seringueiro. Esse conhecimento é fundado em uma racionalidade que serve de base para a (re)produção das condições materiais de existência, alicerçadas nas práticas agroextrativistas, respeitando os ciclos para a sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de plantas e animais utilizados. Mas também possui uma dimensão simbólica e faz da floresta um *locus* da cultura e sociabilidade seringueira.

Assim, após conquistarem as RESEXs, o futuro parecia promissor, uma vez que os saberes do camponês da floresta e suas práticas tradicionais poderiam, enfim, encontrar o reconhecimento que sempre mereceram. Mas, sob o ponto de vista do Estado, a questão não se desenvolveu desta maneira, como pretendemos demonstrar nesta dissertação. No final da década de 1990, em plena emergência do neoliberalismo no Brasil, a “reforma agrária dos seringais” é transformada em Unidade de Conservação ambiental, em um processo, diga-se, muito pouco ou quase nada discutido com as populações que vivem nestes territórios.

A ideia de se criar um território autogestionário, o desenvolvimento de um modelo econômico extrativista que mantivesse “floresta em pé” (MENDES, 1990), e o projeto de educação

adequada ao modo de vida seringueiro que valorizasse seu conhecimento tradicional, entre outras demandas presentes na proposta inicial das RESEXs, sofreram significativos revezes.

A própria noção de conservação ambiental passou por certa redefinição na década de 1990, marcada pelo advento do pensamento neoliberal e de toda ideologia que exaltava o livre mercado e a necessidade do desmantelamento do Estado. Foi quando a agenda ambiental despertou o interesse dos grandes organismos financeiros internacionais, que advogavam ao "mercado" como a única solução possível ao problema ambiental. Agregue-se a isto, a permanência do neomito conservacionista da "natureza intocável" (DIEGUES, 1998), ainda fortemente presente nas instituições do Estado responsáveis pelo controle ambiental, e que toma o homem em abstrato como com um elemento perturbador da homeostase dos sistemas ecológicos.

A natureza dos conflitos identificado na Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), objeto de nossa pesquisa, está envolta nessas questões. Muitos projetos apresentados pelo Estado e por Organizações Não-Governamentais (ONGs) apresentam essa lógica. O fato dessas iniciativas sequer serem uma reivindicação efetiva dessas populações, tornam ainda mais grave os conflitos. Outros projetos e iniciativa, porém, tampouco levam em consideração o processo de reprodução camponesa imbuída nas práticas das famílias seringueiras. Como veremos, o seringueiro não surgiu como um produtor autônomo. Sua formação enquanto camponês ocorreu na crise dos patrões seringalistas, e se consuma plenamente com a criação das RESEXs. E, enquanto camponês, o seringueiro possui um singular modo de vida e lógica de reprodução muito distinta, onde a primazia da mercadoria sobre o ser não encontra sentido. O que queremos nessa pesquisa é adentrar nesta outra lógica que rege as práticas e a visão de mundo do camponês-seringueiro.

A implementação de certos projetos provoca graves impactos nos moradores da RECM, o que resulta em tentativas da privação de meios de vida dessas populações ou a mais abusiva violência e intimidação, praticada com apoio de promotores públicos e ambientalistas conservacionistas radicais.

Contudo, apesar dessa situação, os camponeses da RECM criam e recriam suas estratégias para reproduzir o seu modo de vida, se apropriando, mesclando, reelaborando e incorporando novos elementos à sua tradição para permanecer na floresta. Isto nos leva a apresentar como hipótese geral que o etnoconhecimento tem garantido a reprodução do campesinato e de seu modo de vida no interior da RECM, apesar dos conflitos e dos impactos produzidos por agentes externos. Em decorrência disso, temos como desdobramento dessa hipótese geral: o modo de vida e o etnoconhecimento dos camponeses seringueiros, apesar de estarem na raiz da formulação da

proposta de Reserva Extrativista, são hoje sistematicamente desprezados pelas políticas públicas implementadas neste território.

O lugar da pesquisa

A Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM) foi criada pelo Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990. Está localizada na região sudeste do Estado do Acre, conforme pode-se observar no Mapa 1. Com uma área aproximada de 970.570 hectares, seu território faz divisas com a capital Rio Branco à Leste, e com o Peru a Sudoeste. Seu território encontra-se inserida nas Regiões do Médio e Alto Acre e Alto Purus, abrangendo os municípios de Assis Brasil, Brasileia, Capixaba, Epitaciolândia, Sena Madureira, Xapuri e Rio Branco.

A principal via de acesso à reserva é a BR-317, que liga Rio Branco à Assis Brasil e à divisa com a Bolívia e o Peru. A partir dessa rodovia é possível acessar os vários ramais internos que levam ao interior da Reserva. Também é possível ingressar por via fluvial durante o período de chuvas na Amazônia, pelos Rios Xapuri, Rio Acre (ao Sul) e Rio Iaco (a Noroeste).

A Reserva é dividia em 46 seringais, conforme pode ser observado no Mapa 2, e 76 núcleos de base, sendo a maior reserva extrativista do Estado do Acre e uma das maiores do país. Os seringais, por sua vez, são subdivididos em colocações, unidades produtivas familiares que têm em média 300ha. Na RECM moram mais de duas mil famílias, aproximadamente 10 mil pessoas. A maior presença de colocações no interior da RESEX ocorre na região central e ao sul, próximas aos municípios de Xapuri, Brasileia e Assis Brasil. Também é possível identificar colocações a leste, próximo da capital Rio Branco e algumas colocações ao noroeste da Reserva, à margem do Rio Iaco.

No início da década de 1990, os moradores formularam um Plano de Utilização, aprovado pelo IBAMA em 18 de abril de 1995, por meio da Portaria IBAMA nº 28-N. Os moradores da Reserva não são proprietários de suas colocações, mas têm a Concessão de Direito Real de Uso, firmada em 2002 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA, 2006). Mas com a aprovação da Lei 9.985, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no ano 2000, as Reservas Extrativistas foram incorporadas ao conjunto das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o que significou mudanças na forma de gestão destes territórios.

A maioria das famílias da RECM têm como atividade a exploração e comercialização de Produtos Florestais não Madeireiros como a castanha-do-brasil (*Bertholia excelsa*), o látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*), óleos e sementes entre outros produtos. A Reserva possui cinco associações de moradores: a Associação de Moradores da Reserva Chico Mendes de Brasileia

(AMOREB), Xapuri (AMOPREX), Assis Brasil (AMOREAB), Sena Madureira (AMOPRESEMA) e de Rio Branco e Capixaba (AMOPRECARB). Todas fazem parte do atual Conselho Gestor da Reserva.

O interesse em investigar a RESEX Chico Mendes surgiu após uma primeira viagem realizada em janeiro de 2013. Naquela ocasião tive a oportunidade de conhecer Osmarino Amâncio, Dercy Teles, o Sr. Targino, entre outras lideranças seringueiras da época dos "empates". Nossa aproximação ocorreu em função do trabalho político e sindical desenvolvido pela Central Sindical Popular – Conlutas (CSP-Conlutas) ao qual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri era filiado. Como apoiador da referida central, procurei aproximar as relações políticas entre as duas entidades no sentido de construir o apoio necessário às iniciativas do sindicato. Desde então, realizei ao todo 7 incursões à RECM e tomei familiaridade com conflitos vivenciados já nas primeiras viagens, realizadas em 2013 e 2014 - particularmente no que se refere a implementação do manejo florestal madeireiro, projeto levado a cabo pelo Conselho Gestor da RESEX e pelo Governo do Acre. Naquele momento registrei depoimentos sobre o referido projeto, e alguns deles estão presentes nessa pesquisa. Aquele registro permitiu também a construção do atual projeto de pesquisa, bem como a formulação dos objetivos e hipóteses. Julguei que seria apropriado realizar um trabalho que pudesse valorizar seu conhecimento tradicional e o lugar que este ocupa na reprodução camponesa, especialmente quando descobri o que se passava no Conselho Gestor da RECM. Desde a aprovação no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, em 2015, realizei mais 5 viagens à RECM: em dezembro 2015/ janeiro de 2016; maio/junho de 2016; outubro de 2016; maio de 2017; e, finalmente, em setembro de 2017.

Não realizamos aqui uma apologia ao postulado de neutralidade das ciências sociais. Concordamos com Löwy (1987) sobre a existência de um caráter ideológico de classe do conhecimento, que define um horizonte intelectual de qualquer pesquisa.

> Horizonte, perspectiva, ponto de vista, campo de visibilidade: estas são metáforas óticas não devem evidentemente ser compreendidas em um sentido literal; simplesmente elas permitem colocar em evidência que o conhecimento, o saber ('a visão') estão estritamente ligados à posição social ("altura") do observador científico (p.104-05).

O caráter apologético do postulado de neutralidade nas ciências humanas concebe as sociedades como se fossem totalidades homogêneas, ou ainda a-históricas porque suas categorias são consideradas válidas e utilizáveis independentemente da realidade da estrutura social. Estes elementos impossibilitam que a teoria possa levar à compreensão das mudanças históricas da sociedade e de suas diferenciações internas. Ou ainda, como explica Massimo Quaini (2002, p.15),

“[...] tais procedimentos tautológicos, passa-se à eternização dos modos de produção historicamente determinados, isto é, passa-se à apologia dos processos econômicos e territoriais do modo de produção capitalista [...]”.

Assim, o fio condutor da investigação é a compreensão de que toda nossa análise sobre o objeto da pesquisa passa necessariamente por uma perspectiva de classe social, pois “a história da ciência não pode ser separada da história geral, da história da luta de classes em particular” (LÖWY, 1987, p.100). Nesse sentido, o método empregado tem como ponto de partida a pesquisa participante.

> Conhecer a sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História através da sua história. Ter *no agente* que pesquisa uma espécie de *gente que* serve. Uma gente aliada, armada, dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a *pesquisa participante* - onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes - pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular (BRANDÃO, 2006, p. 11, grifo do autor).

As populações seringueiras são marcadas pela oralidade na manutenção de sua história, de suas práticas sociais e transmissão de saberes. Assim, a procura de histórias de vida foi empregada para registrar e confrontar fatos documentados pela História oficial por meio da versão de outros sujeitos, especialmente daqueles que se encontram em condição de subalternidade em nossa sociedade. Procurou-se acessar as inquietações e trazer à tona aquilo que não está em documentos escritos, nem na História oficial. Afinal, o desafio de se lançar a um universo desconhecido, à procura de histórias, surpresas, simbologias, estratégias de sobrevivência, valores, costumes, práticas de relacionamento, torna necessário “captar a experiência efetiva dos narradores e também recolher destes, tradições, mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo (...) o relato oral é útil como técnica para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita” (QUEIROZ, 1988, p. 15-19). Dentre as leituras que auxiliaram nas entrevistas estão Posey (1986), Thompson (1992) e Bosi (1987).

Assim, procurei realizar entrevistas não estruturadas com moradores e com maioria de outros sujeitos considerados relevantes para a pesquisa. Optei em deixar as perguntas o mais aberto possível para que o interlocutor pudesse ficar à vontade em apresentar as informações com sua própria lógica e conceitos. Procurou-se ouvir, conversar e abrir espaço para a fala do outro.

Já o trabalho de campo é um exercício que vai muito além de estudar teoricamente o método. Percebo que é, em certo sentido, o seu aprimoramento, posto que trabalhar as singularidades de cada sociedade no marco de sua universalidade é penetrar nos enigmas do vivido.

Em certas ocasiões, a incursão aos seringais e a procura de sujeitos sociais eram previamente planejadas. Em outras, procurou-se apenas a vivência para romper com a racionalidade das representações do espaço dominantes. Nessa perspectiva, o método da deriva foi um instrumento útil na realização da pesquisa. Caminhar sem um roteiro ou rumo previamente definido, abordar pessoas que se encontrava pela floresta, habitar por um tempo alguma colocação, integrar rodas de conversas para conhecer o lugar, suas histórias e experiências, foi capaz de gerar um riquíssimo acervo de informações.

Devido a sua enorme área da RECM, é inviável percorrer todos os seus seringais. A opção foi concentrar a pesquisa especialmente em três deles. São eles: os Seringais Humaitá, São Cristóvão e Venezuela, que compreendem a área dos municípios de Brasileia e Xapuri. A maior parte dos dados apresentados na pesquisa foi realizada nesses locais, entretanto, também percorremos outros seringais para ter um maior entendimento sobre o alcance dos conflitos existentes neste território. Desse modo, o trabalho de campo percorreu também os Seringais Triunfo, Sai Cinza, Filipinas e Nova Olinda.

Além de gravadores e filmadoras para registrar depoimentos, as descrições e anotações realizadas em caderneta de campo foram essenciais para o nosso entendimento, uma vez que esse esforço era parte de efetivar uma descrição densa dos processos estudados e sua significação social. No entanto, é forçoso reconhecer, como nos faz lembrar o conselho de Geertz (1989), que o uso de todos esses recursos não supera todos os limites impostos ao pesquisador que apenas conseguirá ler por sobre os ombros daqueles que são pesquisados todo o universo simbólico ao qual eles pertencem.

A pesquisa está estruturada em quatro Capítulos. O Capítulo 1 é dedicado a exposição das referências teóricas utilizadas. Entendemos o campesinato enquanto classe social, mas isso está articulado a um determinado modo de viver dessa classe. Também apresentamos nossas principais referências teóricas no que concerne ao entendimento sobre o conhecimento tradicional, ou etnoconhecimento, e seu lugar na reprodução da vida camponesa.

O Capítulo 2 apresenta sumariamente o processo histórico de formação do campesinato da floresta; sua transformação de trabalhador extrativista a um camponês independente; sua luta pela permanência na floresta, os conflitos travados contra sua expropriação nas décadas de 1970 e 1980, a territorialização dos chamados “empates”, a forma de luta empregada pelo movimento na época. Há uma significativa literatura a respeito deste processo. Contudo, as examinamos enfatizando a demanda agrária específica na luta pela criação das Reservas Extrativistas, cuja proposta foi estruturada entorno de um modo de vida camponês-florestal. Prova disso foi sua recusa em aceitar a

“virar colono”, como dizia Chico Mendes, isto é, aceitar que sua colocação se torna apenas um lote de terra, como estava previsto no Estatuto da Terra. Ao final deste Capítulo apresentamos as transformações vivenciadas pelo movimento seringueiro, após a criação das RESEXs.

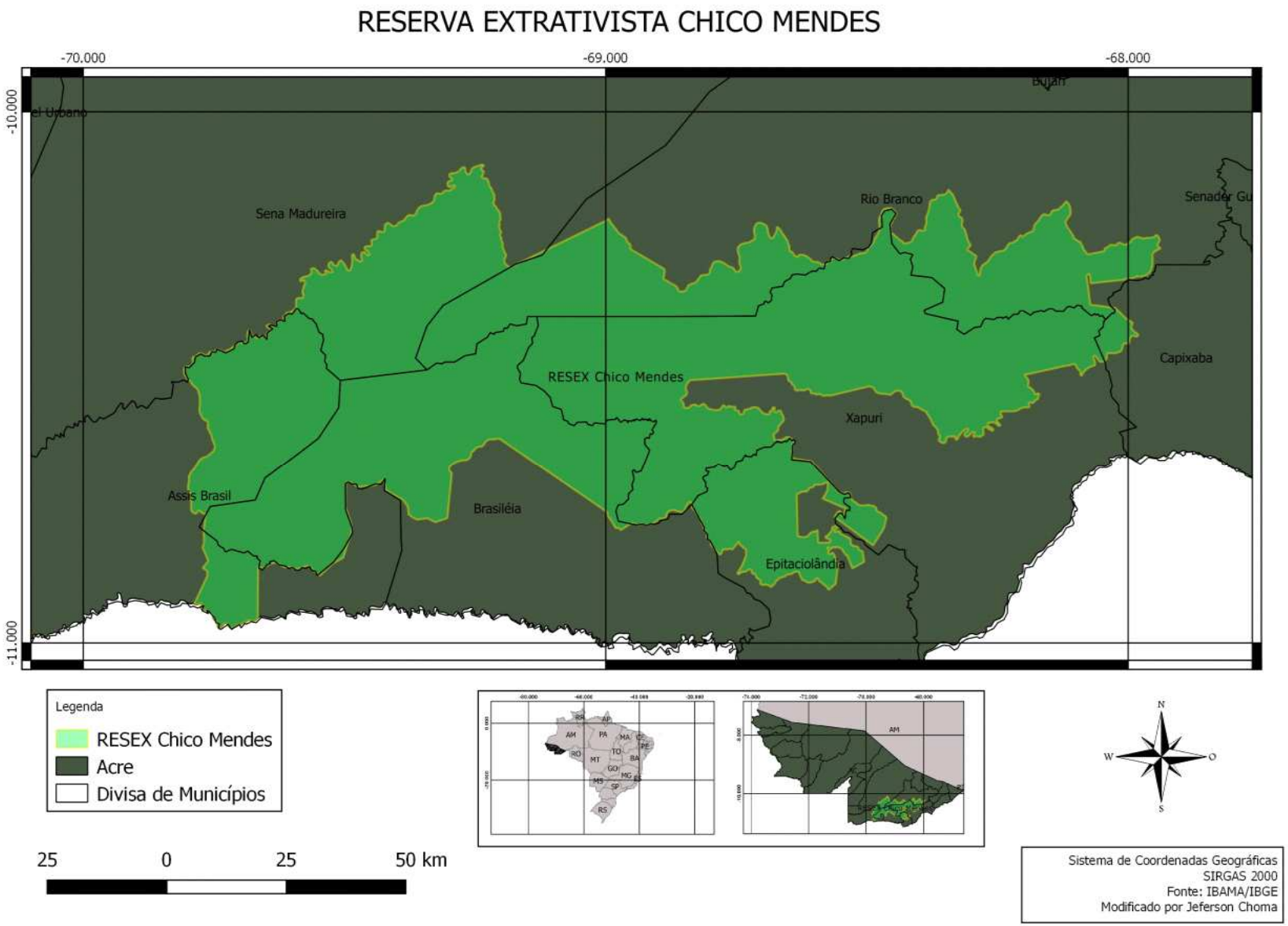
No Capítulo 3, aprestamos os conflitos observados da RECM. Começamos problematizando a respeito do que significa a floresta na visão dos sujeitos envolvidos. Fonte da reprodução da vida? Santuário que deve ser preservado da ação humana? Ou fonte de valoração econômica? Esse debate é importante,posto que ele permeia todos os outros conflitos existentes na Reserva. Em seguida, analisamos as transformações efetuadas no Plano de Utilização da RECM, após a criação da Lei 9.985/2000, que resultou na desvalorização do saber tradicional em prol de um conhecimento técnico - cientifico ocidental. Também são problematizados os conflitos envolvendo seringueiros e agentes do Estado com a criação de gado nas colocações.

Por fim, analisamos a presença de moradores considerados “invasores” que, nos últimos anos, ocuparam colocações no interior da Reserva e recolocam o debate sobre a função agrária deste território no momento da sua criação. Outro tema discutido é o parcelamento familiar que as colocações sofrem na medida em que a família camponesa aumenta, e a existência de seringais vazios que hoje estão submetidos ao zoneamento ecológico da Reserva, o que em tese impede a ocupação destas áreas.

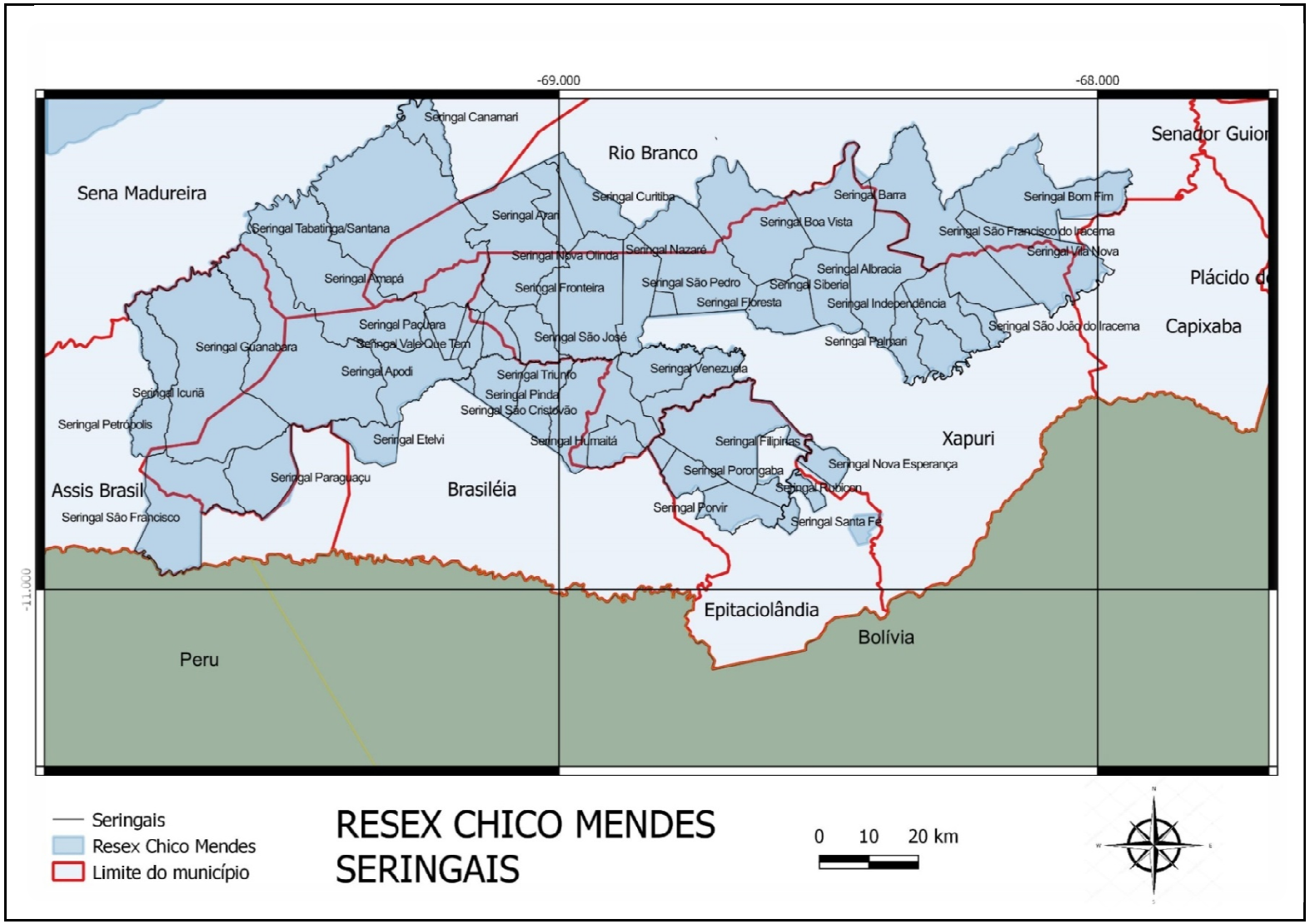
Finalmente, o Capítulo 4 é dedicado a apresentar o etnoconhecimento do camponês da floresta e seu lugar no processo de reprodução camponesa. Neste Capítulo, mostramos como o território seringueiro é produto de práticas consuetudinárias que configurou a própria área das colocações – a unidade produtiva familiar seringueira -, o uso dos recursos da floresta contida no interior das estradas de seringa e o seu uso comunitário. Descrevemos e problematizamos as práticas tradicionais e conflitos na abertura e no plantio dos roçados. A prática tradicional do fogo para a abertura de roças tem sido criminalizada pelo Estado nos últimos anos, em nome da preservação da floresta, o que coloca em grave risco a própria reprodução das famílias. Na contraposição desta visão está o conjunto de técnicas que orientam o seringueiro a realizar a queimada, a eficiência desta prática em solos pobres em nutrientes, e o aumento da biodiversidade nas florestas tropicais, tal como apontam muitos autores.

A caça e a pesca, elementos extremamente importantes na reprodução do camponês da floresta, também são discutidas no Capítulo. Para a sua realização é necessário um extraordinário domínio da floresta, do uso dos seus recursos e também o respeito aos seus seres encantados. Por fim, analisamos a extração da castanha nos seringais, realizada coletivamente pelas famílias, e a apropriação da renda camponesa da terra pelo capital.

Mapa1 – Localização da RESEX Chico Mendes.



Mapa2 – Seringais da RESEX Chico Mendes.



1.0 O REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA

Figura 2 – Detalhe de coco de castanha na floresta.

Foto: Eunice Evangelista, em 01/01/2015.

Ao estabelecermos como objetivo o estudo de caso na Reserva Extrativista Chico Mendes sobre o modo de vida e o etnoconhecimento camponês, suas formas de apropriação do território e dos recursos naturais e os conflitos que essas populações enfrentam para a sua reprodução social, torna-se indispensável adotar uma base teórica que busque analisar a configuração e a dinâmica contraditória dos processos territoriais e que também possa fazer referência às possibilidades da ação política e social inscritas no interior do território. Sendo assim, nosso ponto referencial é o materialismo histórico e o exame bibliográfico de autores que seguem essa linha de pensamento.

O materialismo histórico reconhece o ser social como independente da consciência social da humanidade. Como afirma Marx:

> [...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência [...]. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, s.d, p. 301).

Nesse sentido, tem centralidade a práxis humana na (re)produção da vida social e na transformação da natureza e mediação das relações sociais. O mundo humano foi criado no curso da história humana a partir de uma natureza original que não se dá para o homem senão transformada pelo próprio homem, como através da linguagem, da técnica, da cultura, dos signos e conceitos. “Desta forma descobrimos o duplo fundamento de toda práxis: o sensível, de um lado, e, do outro, a atividade criadora, estimulada pela necessidade que ela transforma” (LEFEBVRE, 1977, p.182).

O materialismo histórico permite compreender o movimento contraditório inerente ao processo de acumulação do capital, bem como a sujeição e os conflitos envolvendo as classes sociais exploradas pelo modo de produção capitalista, em particular o campesinato. A contradição é parte da realidade histórica e social e todo fenômeno move-se a partir de suas contradições internas que determinam e fornecem os marcos de possibilidade de suas ações. Como expõe Lefebvre (1995, p. 192): “A contradição dialética (na condição de ser tal, e não uma oposição formal ou uma simples confusão) deve ser encarada como sintoma de realidade. Só é real aquilo que apresenta contradições, aquilo que se apresenta como unidade de contradições”.

Essa pesquisa se filia à perspectiva teórica de que o desenvolvimento do modo de produção

capitalista produz relações sociais não-capitalistas de produção para a reprodução capitalista do capital. Coube a Rosa Luxemburgo (1985) demonstrar que a expansão do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória, que não ocorre absolutamente sob o domínio exclusivo das relações sociais de produção capitalista. Para viabilizar a acumulação, segundo a autora, o capital precisa se realizar através de formas não-capitalistas de produção:

> Vemos, no entanto, que o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não-capitalistas [….]. Em função de suas relações de valor e de suas relações com a natureza material, o processo de acumulação do capital está vinculado por meio do capital constante, do capital variável e da mais-valia às formas de produção não-capitalistas […]. Verdade é que, por si só, a hipótese do domínio geral e exclusivo do capital não basta para que a acumulação do capital se configure como tal, uma vez que sem o meio não-capitalista ela se torna inconcebível sob todos os pontos de vista. (LUXEMBURG, 1985, p. 250)

Há, portanto, um vínculo estrutural entre formas de produção capitalistas e não-capitalistas para a viabilização da reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, o desenvolvimento histórico do capitalismo não prescinde das relações de produção mais antigas. Ao contrário, "o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a sua reprodução" (MARTINS, 2009, p. 36).

Ocorre que o processo de reprodução ampliada do capital assumiu formas diversas em países como Índia, China, Rússia ou Brasil, onde velhas formas de relações sociais, sistemas culturais e de poder foram subjugadas e integradas à lógica capitalista da geração do lucro. Cabe notar que uma interpretação evolucionista e unilinear do *O Capital*, que defende a tendência inexorável da expropriação e a transformação de camponeses em proletários no processo de acumulação, foi confrontada pelo próprio Marx no período final de sua vida. Naquele momento, em cartas escritas ao jornal russo *Otechestvennye Zapiski* e à Vera Zasulitch, o pensador alemão admitia uma multiplicidade de transformações históricas na periferia do capitalismo, desvinculando o curso histórico de outras nações a aquele percorrido pela formação do capitalismo na Europa ocidental. Marx afirma categoricamente que sua obra não pode ser interpretada como uma "teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independente das circunstâncias históricas nas quais se encontrem" (MARX; ENGELS, 2013, p.68)[1].

Portando, expansão do capitalismo não apresenta um *desenvolvimento igual* em toda parte.

[1]No caso russo, nos esboços das famosas cartas à Vera Zasulitch, Marx chegou a defender, inclusive, que a tradicional comuna russa (a Mir) poderia servir como "a alavanca da regeneração social da Rússia, isto é, ser o embrião de uma nova sociedade socialista, sem necessariamente passar pelo processo de acumulação primitiva que marcou a história do capitalismo na Europa ocidental.

Ao contrário, a expansão desigual e contraditória do capitalismo promoveu a desigualdade dos ritmos do desenvolvimento históricos, particularmente do avanço do econômico em relação ao social. Dito de outro modo, a expansão do modo de produção capitalista não se dá de forma linear e homogênea, onde o processo histórico tem como sentido único a generalização do trabalho assalariado no campo, relação social de produção típica do capitalismo moderno.

No caso brasileiro, o avanço do capitalismo no campo produz, simultaneamente, a implantação do trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que reproduz de forma contraditória a produção camponesa baseada no trabalho familiar. Tal processo gerou a coexistência simultânea e efervescente de múltiplas temporalidades sociais desencontradas, de relações sociais de distintas origens, além de diferentes formas do homem produzir o território e de se apropriar da natureza.

1.1. Campesinato

O campesinato é visto nesta pesquisa enquanto uma classe social e não é tratado apenas como um modo de vida ou um grupo tradicional existente na sociedade. A importância de tomar o campesinato enquanto classe está enraizada em uma concepção da história, das lutas e os confrontos entre as classes, permitindo assim decifrar conflitos e contradições dos processos sociais e políticos, particularmente no que se refere a luta pelo território e sua permanência face a grande concentração fundiária existente no país e o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Entendemos que classe social é antes de tudo um fenômeno histórico, isto é, está ligada ao desenvolvimento histórico da sociedade e possuem um conteúdo específico e concreto, de acordo com o momento histórico a que se referem. Assim, as classes devem ser entendidas como grupos sociais que se diferenciam pelo lugar que ocupam num sistema historicamente determinado da produção social, por suas relações estabelecidas com os meios de produção, pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, consequentemente, pelo modo como obtêm parte da riqueza social de que dispõem. Mas essa definição pode ser insuficiente quando aplicada ao estudo sobre o campesinato, considerando que a totalidade do processo social não se fundamenta apenas em causas econômicas, mas também nas experiências sociais e na cultura. Procurando congregar as experiências do vivido com a produção e reprodução da vida material, Thompson nos ensina:

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A

> consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p. 10).

Isso é particularmente importante para a compreensão do campesinato nas suas diferentes relações com o território, interpostas por uma visão de mundo (geralmente oposta à sociedade urbana), sistemas simbólicos e crenças que integram um modo de vida no qual a cultura e reprodução material da vida estão imbricados. Por isso é preciso considerar que "a experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres" (THOMPSON, 2012, p.260). Assim, a pressão do ser social sobre a consciência social está em consonâncias com "regras 'necessárias', as expectativas e os valores segundo os quais as pessoas *vivem* relações produtivas particulares" [2]. Portanto, como insiste o historiador britânico, é necessário.

> […] contextualizar situações em que homens e mulheres, ao se confrontar com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida. Nesse contexto, não se pode conceber o ser social à parte da consciência social [3].

Com relação ao campesinato, sua e*xperiência vivida* é sumamente importante, principalmente quando leva-se em conta que o trabalho do camponês é um trabalho independente, marcado por um outro tipo de temporalidade que é determinada pelos ciclos naturais e rituais religiosos e culturais. O camponês não vende sua força de trabalho, mas sim o produto do seu trabalho, posto que ainda dispõe dos instrumentos de produção. O mais importante desses instrumentos é a terra, mesmo que ela não seja sua, e representa a base física da produção agrícola, ela não é produto do capital como ocorre com outros meios de produção. Ela é dada pelas condições da natureza. Enquanto o camponês tiver acesso à terra não haverá uma sujeição real dele ao capital. Ele continuará a manter os meios de produção em suas mãos e preservará integralmente o conhecimento e o saber necessário à produção. Neste caso, a estratégia utilizada pelo capitalismo não passa necessariamente pela expropriação do camponês da sua terra e instrumentos de trabalho e na sua conversão em trabalhador assalariado, mas sim em submetê-lo a uma sujeição formal.

> Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital (OLIVEIRA, 1986, p. 67).

---

[2]Ibid., p. 262, grifo no original.
[3]Ibid., p. 261.

Dessa forma, o capitalismo também apresenta uma tendência de drenar a renda da terra gerada pelo trabalho familiar das unidades camponesas, a qual está contida nos produtos que são comercializados por eles. Há, portanto, um processo de sujeição do campesinato ao capital, “uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção" (OLIVEIRA, 1990, p. 13). A sujeição da renda da terra camponesa ao capital que, contraditoriamente, permite a recriação do campesinato, é um processo mais vantajoso para os capitalistas, como explica Oliveira.

> Esse processo contraditório do desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utiliza de relações de trabalho familiares para não terem que investir na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital (OLIVEIRA, 2002, p. 80).

É por essa razão que o trabalho familiar camponês é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos em todo o país. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o setor produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país.

A partir dessa abordagem, compreendemos o processo de (re)criação de um campesinato da floresta, que se forma a partir da decadência da economia da borracha e do abandono dos seringais por parte dos patrões. Emerge daí sua autonomia face à ruína da velha estrutura de dominação do barracão do seringalista, como explicaremos no Capítulo 2.

1.2. Território

O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo tem no seu âmago a questão territorial. Tendo isso no horizonte, procuramos uma categoria de território que seja útil para a compreensão da multiplicidade das relações sócio-históricas na constituição do território. Concordamos com Raffestin (1993, p. 143) na sua definição do território enquanto uma produção a partir do espaço, e como tal está inscrito em uma relação de poder. “O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”.

Isso significa que a apropriação de um espaço, seja ela concreta ou feita pela representação como, por exemplo, um mapa, é um ato de territorialização do espaço. O território, portanto, seria fruto das ações de sujeitos que se lançam na apropriação de um determinado espaço, que é, como lembra Raffestin, anterior ao território.

> O espaço é, de certa forma, 'dado', como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar.[4]

O território se apoia no espaço, mas não é ele. O território "é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder". Nessa perspectiva, é possível tomar a produção do território para além do espaço de ações dos Estados nacionais, mas, sobretudo como uma apropriação realizada em um processo de luta entre sujeitos sociais como as classes e as frações de classes existentes na sociedade. Temos assim, um território que não é "neutro" e nem homogêneo. Ao contrário, é múltiplo assim como são relações sociais constituídas ao longo do tempo histórico que o determinam.

O território passa a ser, então, compreendido a partir do conflito social, ou seja, da disputa pela apropriação de uma porção do espaço. Sob este ângulo, Oliveira (2004, p.74) sustenta que o território

> [...] deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O *território* é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. [...] Desta forma, são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um a *priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização contínua da natureza. […] O processo de construção do território é simultaneamente construção/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto, contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve (grifo no original).

Essa compreensão é importante, sobretudo, pelo esforço que realizamos em tomar o estudo de uma parcela do espaço como um elemento de uma totalidade concreta do modo de produção capitalista. Entretanto, isso não significa uma depreciação da escala local. Ao contrário, partimos do pressuposto de que as singularidades e conflitos dados nesta escala só podem ser compreendidas quando inseridas em uma escala mais ampla, uma vez que são parte de uma totalidade, isto é, que não pode ser tomada como algo isolado de suas relações com o resto do mundo. Mas, como foi destacado, o desenvolvimento do modo de produção capitalista não avança uniformemente, pois arrasta consigo, vestígios, camadas e sedimentos de outras formações sociais que, por sua vez, podem ser destruídos ou ser recriados e subordinados ao capitalismo. Desse modo, a partir da dinâmica contraditória do desenvolvimento capitalista, a própria formação territorial também não

[4]Ibid., p. 144.

será homogênea.

> Tendo em vista o caráter peculiar do capitalismo – um modo de produção fundado na desigualdade de relações entre os seres humanos e concebendo o território enquanto materialização das relações sociais que se estabelecem no espaço ao longo do tempo – significa que o território produzido pelo capitalismo é essencialmente desigual. Desigual enquanto expressão do tipo de relação social que através dele se estabelece e, ainda mais, desigual também de forma que a reprodução da desigualdade social continua a ser possibilitada (BOMBARDI, 2001, p.42).

A construção territorial das classes sociais subalternas do modo de produção capitalista, como é o caso do campesinato, será distinta da formação territorial das classes dominantes. Os camponeses e os movimentos sociais, por exemplo, marcam o território através de relações sociais não-capitalistas de produção, inseridas contraditoriamente no capitalismo.

> Nesse sentido, a fração do território produzida de forma tipicamente capitalista difere daquela produzida em base camponesa, já que as relações sociais estabelecidas são outras, são regidas por outra lógica, e assim materializam-se de forma completamente diferente no espaço, ou em outros termos, territorializam-se. (BOMBARDI, 2001, p.68)

Se para o camponês da floresta, pesquisado nesta dissertação, a mata que domina seu território é fonte da vida e do seu trabalho, permite sua reprodução material, de suas crenças, cultura e sustentação de seu modo de vida, para o fazendeiro capitalista ela é mato a ser derrubado e convertido em madeira para assim viabilizar o pasto a ser plantado e o gado que virá a seguir.

1.3. Modo de vida e Etnoconhecimento

Uma pesquisa que se propõe a analisar os conflitos existentes atualmente na RESEX Chico Mendes e os saberes tradicionais, necessita investigar o *modo de vida* destes camponeses. Sendo assim, o entendimento sobre modo de vida que é empregado na pesquisa parte do mesmo sentido utilizado por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (2005, p.18):

> A maneira como os homens produzem esses meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e que lhe é necessário produzir. Este modo de produção não deve ser considerado deste único ponto de vista, como mera reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, isso sim, de uma forma determinada de manifestar sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. Assim como os indivíduos expressam suas vidas, assim eles são.

Na Geografia o estudo sobre o modo de vida não foi inicialmente influenciado por uma análise enfocada no materialismo histórico. Surgiu, no início do século XX, em um momento em

que a disciplina foi marcada pela crítica ao positivismo e ao cientificismo naturalista. Naquele momento, de acordo com Capel (1987), a necessidade de afirmar a especificidade do conhecimento produzido pelas ciências humanas abriu espaço para o desenvolvimento de novas correntes filosóficas, entre elas o historicismo. Foi sob a influência desta corrente de pensamento que a Geografia começou a direcionar estudos sobre locais e grupos humanos, elevando a história como categoria explicativa da realidade social.

Dessa forma, no âmbito da Geografia Regional francesa, surgiu de maneira sistematizada a noção de "gênero de vida" quando, em 1911, o então proeminente geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, publicou dois artigos intitulados *Os gêneros de vida na geografia humana*, nos quais estabeleceu as bases para a categoria na disciplina geográfica. Para La Blache o modo de vida, é o estudo das formas de adaptação das sociedades com o seu habitat e do conjunto de técnicas e costumes, construído e passado através das gerações[5]. Será por meio do trabalho e da técnica que diferentes sociedades constituirão o meio e o gênero de vida que lhe é peculiar e criam diferentes paisagens regionais. Essa perspectiva, entretanto, não estava isenta de intenções ideológicas inseridas no bojo da política expansionista colonial promovida naquele momento histórico pela França, país de La Blache. Como explica Moraes (2005), a formulação desse conceito buscava legitimar a política colonialista francesa, pois possibilitariam a eles levar sua "missão civilizadora" para suas colônias e conduzi-las em direção ao "progresso".

Ao longo do século XX, outros geógrafos vão retomar o estudo dos modos de vida. Entre eles, Max Sorre (1984), que destaca a influência da circulação de grupos humanos para as transformações dos modos de vida, além de fazer um esforço no sentido de compreender os diferentes modos de vida urbanos; Yi-Fu Tuan (1980) cujos estudos procuram analisar a categoria sob o enfoque da geografia humanística; e Pierre Monbeig (1948), geógrafo francês formado pela tradição vidaliana que pesquisou as zonas pioneiras do Oeste paulista. Cabe aqui sublinhar que Monbeig se confrontou com uma situação desafiadora ao pesquisar a realidade brasileira. Como explica Dantas (2005), os métodos da geografia regional vidaliana eram insuficientes para que o geógrafo francês pudesse analisar as rápidas transformações realizadas no território de São Paulo, caracterizados pelo povoamento recente, a rápida urbanização e transformação profunda da economia proporcionada pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro das décadas de 1930 e 1940.

Seguindo a tradição da geografia regional francesa, Mombeig recusou o determinismo geográfico na determinação dos gêneros de vida. Contudo, ele apresenta em seu trabalho um

---

[5] "Um gênero de vida constituído implica uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza ou, para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas. Sem dúvida, a ação do homem faz-se sentir sobre seu meio desde o dia em que sua mão se armou de um instrumento; pode-se dizer que, desde o início das civilizações, essa ação não foi negligenciada" (VIDAL DE LA BLACHE P., 1993, p.163).

elemento inovador ao considerar o fator ideológico – chamado por ele de “ideias” ou “psicologia” – na transformação do espaço geográfico, ao mesmo tempo em que destaca os fenômenos “puramente sociais” no surgimento e na transformação dos gêneros vida[6].

No Brasil, a retomada dos estudos sobre o modo de vida ocorre sob a influência da Geografia Crítica que marca a segunda metade da década de 1970. Neste momento, o materialismo histórico tornou-se a perspectiva teórica mais influente na disciplina e a noção de modo de vida passa a ser entendida como mediação entre a história social dos grupos estudados e as contradições existentes na sociedade criada pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. Partindo da obra de Lefevrbre sobre o cotidiano, Seabra, procura entender modo de vida e cotidiano urbano, como resultado da complementaridade entre industrialização e urbanização, “[...] marcado pela aceleração do tempo; pela maximização do uso de bens e fatores produtivos, tanto quanto pelo aprofundamento da divisão social do trabalho, a qual repercute na disposição de meios de vida”. (SEABRA, 2004, p. 191).

Na perspectiva da Geografia Agrária, o modo de vida passou a ser entendido como:

> [...] um conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social e decorrente de sua história, da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura a sua reprodução social. [...] os hábitos e preferências de um grupo são expressos por intermédio de um conjunto constituído de objetos pelos meios de sustento, vestimenta, habitação, instrumentos e armas. [...] Seus hábitos se tornam ritos, reforçados por crenças e superstições (MARQUES, 1994, p.17).

Nessa perspectiva, o modo de vida também se consuma em relações sociais e práticas culturais, constituídas historicamente, onde os grupos sociais reproduzem um conjunto de crenças que envolvem dimensões simbólicas, culturais e visão de mundo. Diferentes modos de vida existentes na sociedade seriam, portanto, produtos do movimento desigual e contraditório do avanço do modo de produção capitalista. No urbano o modo de vida é padronizado para que os fundamentos de relações de mercado, como o domínio do valor de troca, possam se generalizar. Já no campo, ocorre uma situação diversa.

O campesinato, enquanto classe social possui um modo de vida específico e diferente da sociedade capitalista, fundado em relações sociais não-capitalistas de produção. Sua identificação pode ser realizada através da tradição e dos costumes, na sua organização social que marca

---

[6] “De qualquer modo, a geografia humana se contenta com o estudo dos gêneros de vida nas suas relações com o meio natural. Ela compreende a complexidade das relações, procura esclarecê-las, estabelecer a prática condicionada diretamente pelo meio e aquilo que é hábito, ou melhor, tradição. Parece, porém, que a geografia não perguntou a si mesma se esses gêneros de vida oriundos parcialmente das condições físicas não possuem relação com outros caracteres mais particulares e puramente sociais. Projetou-se um grande esclarecimento nas relações com a natureza sem conferir toda a necessária importância às relações com as outras instituições sociais” (MOMBEIG, 1948).

profundamente sua relação com a terra e nos sistemas de parentesco e heranças (MOURA, 1988). A manutenção do modo de vida camponês depende, fundamentalmente, do seu acesso à terra, sendo que a expropriação que priva o camponês do seu território o impede de reproduzir seu modo específico de produção (MARQUES, 1994).

Para Shanin, o elemento fundamental que caracteriza o modo de vida do campesinato é a sua economia doméstica. O campesinato, segundo o autor, é uma classe social que pertenceria a "um mundo diferente" (1972, p.291), o autor sublinha que o modo de vida camponês é marcado por uma relação específica com a terra que não tem como fundamento a acumulação de capital, mas sim a reprodução do trabalho familiar. O camponês também possui uma relação diferenciada com sua comunidade, considerada como unidade básica de interação social, e na qual mantém um contato habitual, relações de parentesco, formas de solidariedade e compartilhamento dos mesmos valores. Tais elementos, assegurariam certa versatilidade aos camponeses na reprodução de seu modo de vida, como explica o autor:

> A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontradas nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E no encontro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Klass Woortmann (1990) apresenta a definição de *campesinidade*, que seria uma qualidade comum observada em diferentes sociedades camponesas, a despeito da especificidade cultural de cada uma delas. Essa campesinidade se articularia com as categorias como terra, trabalho e família, que não são vistas separadamente, como ocorre na sociedade capitalista urbana, mas de forma integrada.

> [...] existem certas categorias comuns às sociedades camponesas em geral, como terra, família e trabalho. O importante, contudo, não é que sejam comuns - pois elas estão presentes, também, em culturas urbanas - mas que sejam nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra. Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado; em outras palavras, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica. (WOORTMANN, 1990, p. 23).

O modo de vida camponês comportaria assim um *ethos* que subsiste em meio a vários outros estratos de racionalidade e outros modos de vida instaurados pelo capitalismo. Os valores e as práticas que o constituem emergem de relações sociais, estão, portanto, integrados a uma ordem

social historicamente constituída, representado uma ordem moral que se contrapõe à lógicas do modo de produção capitalista voltada para a acumulação. É nessa perceptiva que a reprodução do modo de vida camponês é marcada pelo conflito/integração com a sociedade envolvente e, sob o modo de produção capitalista, o camponês dispõe de poucas possibilidades de afirmação de suas tradições (MARQUES, 1994).

O camponês seringueiro se caracteriza por um “modo de vida florestal”, conforme definição utilizada por Mauro B. de Almeida (2012), forjado na experiência do sertanejo que migrou do Nordeste e adquiriu o conhecimento dos povos indignas sobre como viver dos recursos mata. A origem deste modo de vida foi a crise da territorialidade do patrão seringalista que o transformou de um mero trabalhador extrativista para um camponês portador dos saberes da floresta.

A floresta oferece um caráter singular ao seu modo de vida, posto que as estratégias de sua reprodução estão profundamente vinculadas por uma relação de simbiose entre os ciclos naturais e os recursos. O conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos se expressa na elaboração de estratégias de uso e de transformação dos recursos naturais. Esse saber da floresta, um saber especializado, um tipo de conhecimento tradicional, ou etnoconhecimento, se aproxima de um modelo holístico de ordenação do mundo e é fundamental para sua reprodução social. A realidade natural não é por si só um recurso para o homem. Uma realidade natural se converte em recurso natural pela combinação da sua possibilidade em satisfazer uma necessidade humana e assim possuir utilidade na vida social, com a disposição de meios técnicos para separá-la da natureza e transformá-la em objeto útil. A domesticação de animais e plantas seria um exemplo mais concreto deste processo, o que teria acarretado uma nova base material de existência mediante a invenção de formas mais complexas e produtivas. Mas o processo de transformação da natureza se apoia na interpretação que essa sociedade faz da natureza que ajusta as representações intelectuais com os meios naturais disponíveis para que seus integrantes possam se apropriar e modificar os recursos naturais. Desse modo, os sistemas cognitivos das populações conferem o meio pelo qual se realiza a apropriação concreta e abstrata que produz o território.

Embora não esteja geralmente vinculada a ideia de classes sociais, esse conhecimento está diretamente relacionado à sua condição de produtor independente que detém o domínio do processo de trabalho. Na medida em que é proprietário dos seus meios de produção, o camponês não é separado também dos saberes que informam essa produção. Conhecimento e força de trabalho operam conjuntamente, e o saber camponês o autoriza a governar o processo de trabalho da sua família.

O reconhecimento de um tipo de saber camponês foi iniciado por Chayanov que o definiu

como uma modalidade de instinto, na qual o camponês procura entender a lógica da produção e alocação da força de trabalho familiar, embora o autor russo reduzisse sua análise à esfera econômica, sem se deter em outras dimensões deste saber (WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E.F., 1997, p.3).

Rechaçando a suposta condição de atraso do pensamento dos povos ditos “primitivos”, o antropólogo Lévi-Strauss (2011) define esse tipo de saber como uma forma distinta de interpretar e classificar a natureza. Essa “ciência do concreto”, como define Levi-Strauss (2015, p. 33), seria um tipo de saber que opera como uma bricolagem, isto é, que age pela intuição e a curiosidade, fabricando diferentes métodos e hipóteses, face aos meios disponíveis. Nesse sentido o conhecimento tradicional tem como o ponto de partida a descrição e a análise do conhecimento êmico, isto é, realizado em seus próprios termos em que cada povo possuí um sistema cognitivo de perceber e organizar as coisas, os eventos e os comportamentos. Segundo Darrel A. Posey (1986), esse conhecimento tradicional sobre a natureza não se enquadra em categorias e subdivisões que as ciências modernas tentam artificialmente organizar. Por isso, na definição deste autor, o estudo a respeito do saber tradicional das populações camponesas e indígenas é sobre o “papel da natureza no sistema de crenças e da adaptação do homem a determinados ambientes” (POSEY, 1986, p. 15).

A natureza transformada pelo homem não é exterior à sociedade, à cultura e à história. É uma natureza transformada pelo trabalho humano e pelo pensamento que não existe como instância separada das relações sociais.A utilização dos “meios materiais” implica também na utilização de um conjunto de representações, de “meios intelectuais” ou “idealidades”, conforme explica Maurice Godelier (1989), que configuram modelos de saber e permitem ao homem a socialização da natureza. O “ideal”, segundo o autor, se apresenta como um sistema de ideias, valores e crenças que transmitem regras de fabricação de utensílios, de como executar determinado trabalho e carregam em si uma concepção da natureza e da relação do homem com a natureza. Assim, o etnoconhecimento teria como base:

> [...] la representaciones y o los principios que, en tanto que interpretación de lo real, pretenden organizar las formas adoptadas por las distintas actividades materiales (proceso de trabajo) y las fases de su desenvolvimiento: son las taxonomías de plantas, de animales, de suelos, de fenómenos climáticos, de reglas de fabricación y de uso de herramientas, de esquemas de acciones materiales y de conductas simbólicas (GODELIER, 1989, p.160).

Ao empregar o materialismo histórico em sua pesquisa, Godelier, entretanto refuta qualquer tipo de concepção mecânica na relação entre a infraestrutura com a superestrutura das sociedades, e torna mais sofisticada a noção de forças produtivas quando define que elas são formadas por meios materiais e também pelos meios intelectuais, representações ou idealidades, empregados por uma

sociedade a fim de trabalhar a natureza e extrair dela seus meios de subsistência.

> [...]En el corazón de la parte más material de la infraestructura de las sociedades, en el corazón de las fuerzas productivas de que disponen para actuar sobre la naturaleza, descubrimos, pues, una parte ideal (conocimientos o representaciones abstractos de todas clases que se prolongan en las habilidades que son al mismo tiempo saberes corporales). Esta parte ideal constituye una especie de armadura, esquema organizador interno de su "puesta en práctica" [7].
> .

Esse saber intelectual antecede e informa o trabalho material. Organiza o mundo num ordenamento cognitivo apreendido e compartilhado por todos os membros de uma sociedade, organizando distintas formas de intervenção individual e coletiva sobre a natureza baseada nessas representações. Como explica o antropólogo, é a parte do ideal que age sobre o real. Assim, o processo de trabalho comporta atos simbólicos pelos quais age sobre a natureza visível (instrumentos, utensílios, técnicas etc.), mas também agem sobre os poderes invisíveis que controlam a reprodução da natureza e que podem ou não conceder ao grupo uma boa caçada, colheita, etc. Cerimônias religiosas, rituais de fertilidade, feitiços, práticas mágico-religiosas, trocas com os antepassados mortos, entre outras ações "ideais" são, desse modo, trabalhos realizados pela comunidade que tem por objetivo sustentar a sua existência. É um trabalho adicional a serviço de todos.

> O conhecimento tradicional é um sistema integrado de crenças e práticas características de grupos culturais diferentes. Além da informação geral, existe o conhecimento especializado sobre os solos, agricultura, animais, remédios e rituais. Esse conhecimento frequentemente, lida com elevado níveis de abstrações, tais como a noção de espírito e seres ou forças mitológicas (POSEY, 1996, p.150).

Na mesma perspectiva, Diegues (2001) define o etnoconhecimento como o "saber e o saber fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito das sociedades não urbano/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração" (DIEGUES, 200, p. 30). A transmissão destes saberes é realizada pela linguagem oral ou corporal através das gerações. Técnicas e representações simbólicas são passadas pelos mais velhos às novas gerações por meio da oralidade ou simplesmente pela observação das atividades realizadas conjuntamente com os adultos.O autor também aponta que populações indígenas e camponesas não operam com uma clara linha divisória entre o mundo natural, o sobrenatural e a sociedade. Destaca que um dos elementos mais marcantes deste tipo de sociedade são seus sistemas de manejo dos recursos naturais respeitando os ciclos para a sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de plantas e animais utilizadas. Também ressalta que o domínio do processo de trabalho e o emprego

[7]Ibid., p.165.

de tecnologias relativamente simples, o que proporciona impacto limitado sobre os recursos naturais.

No contexto das florestas tropicais, ainda segundo o autor, populações camponesas e indígenas, por meio do seu conhecimento sobre os ciclos naturais, também interferem positivamente na distribuição natural de espécies da mata, favorecendo a predominância de espécies úteis para eles. Assim, a biodiversidade não é simplesmente um produto da natureza, mas em muitos casos é produto da ação das sociedades e suas práticas culturais.

Esses saberes tradicionais não são estanques. Afinal, tradição não significa algo estático, sem mudanças. A palavra tem origem no latim *traditio* e "significa igualmente entregar, designa o ato de passar algo para outra pessoa, ou de passar de uma geração a outra" Bornheim (1987, p.18). Tradição é, portanto, algo dinâmico, que se movimenta no tempo e espaço, entregue de geração a geração. Seu sistema possui dinâmicas que orientam seletivamente a incorporação de práticas novas vindas de fora da comunidade. São como respostas as mudanças naturais e sociais. Veremos neste trabalho que os seringueiros não são refratários a incorporação de novas tecnologias e de saberes advindos da ciência moderna. Mas o fazem a seu modo e realizam experiências de forma controlada e cuidadosamente planejadas. Quando concluídas, comparam-se os resultados como a qualidade e o volume da produção.

A condição de subalternidade das populações camponesas se reflete também na marginalização do seu sistema tradicional de conhecimento, geralmente desprezados pela racionalidade científica moderna (instrumentalizada por técnicos, cientistas e agentes do Estado) como um tipo de saber.

A luta pela criação das Reservas Extrativistas esteve desde o começo atrelada à preservação de um modo vida florestal e, portanto, pela preservação destes saberes fundamentais para a reprodução do camponês seringueiro. Por um lado, durante esse processo, a atividade extrativista exercida pelos seringueiros atraiu o apoio do movimento ambientalista que as considerava, naquele momento, práticas "sustentáveis" do ponto de vista da preservação dos ecossistemas. Por outro, as Reservas Extrativistas também permitiram a afirmação e o desenvolvimento de uma autonomia camponesa que incorporava outras práticas além do extrativismo, como a criação de gado e o cultivo de roçados itinerantes, que hoje são elementos essenciais na reprodução dos camponeses. Como veremos nessa pesquisa, existe um conflito entre a prática dessas atividades pelos moradores da RESEX Chico Mendes com funcionários do Estado, ONGs ambientalistas e com a ideologia conservacionista radical. Diante desse quadro, questionamos como atualmente o modelo de Reservas Extrativistas pode servir de modelo de reforma agrária (como desejava o movimento

seringueiro), se práticas essenciais à reprodução camponesa são vistas como uma ameaça a "sustentabilidade"? Afinal, qual é o lugar do etnoconhecimento dentro dessas atividades camponesas que ganharam importância após a criação das Reservas Extrativistas? Que importância tem os saberes tradicionais dessas populações em contexto marcado por mudanças e conflitos a respeito da gestão destes territórios? O desprezo e o preconceito sobre o modo próprio dos seringueiros se apropriarem do território representa uma ameaça ao seu modo de vida? Procuraremos responder a essas indagações ao longo de nossa exposição.

2. DA FORMAÇÃO DO CAMPESINATO DA FLORESTA À CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Figura 3 – Seringal Carmem, lugar do primeiro “empate” realizado pelos seringueiros em 1976.

Foto: Jeferson Choma, em 21/01/2013.

2.1 O extrativismo da borracha e o surgimento dos Seringais

Durante um vasto período de sua história, a Amazônia teve como principal atividade econômica o extrativismo florestal, com exploração das chamadas “drogas do sertão” (ervas aromáticas, plantas medicinais, cacau, castanha-do-pará e guaraná). Na segunda metade do século XIX, a região passa a se destacar com extração do látex para a produção de borracha voltada a atender o mercado mundial. A produção em larga escala deste produto ocorreu em razão da revolução industrial que possibilitou o desenvolvimento técnico por meio da descoberta da vulcanização. A borracha evoluiu de simples produto artesanal, extraído ancestralmente por populações indígenas e caboclas para uma matéria-prima essencial ao desenvolvimento industrial, impulsionado, sobretudo, pela indústria de elastômeros nos Estados Unidos e na Europa.

A marcha em busca da seringueira extrapolou os limites territoriais, resultando em uma guerra não declarada entre o Brasil e a Bolívia no final do século XIX – a chamada “revolução acreana” dirigida pela elite seringalista da Amazônia brasileira. Segundo João Craveiro Costa (1973, p. 29, apud SOBRINHO, 1992, p. 34), em 1899, o Acre contribuía com mais de 60% da borracha produzida na Amazônia. A nova fronteira econômica também implicou em uma fronteira política, com a incorporação do Acre e seus mais de 150 mil quilômetros quadrados ao território nacional, por meio do Tratado de Petrópolis, em 1903.

Mas no início a empresa extrativista se encontrava diante de uma enorme escassez de força de trabalho. A necessidade imperiosa de se aumentar a produção fez com que o Estado brasileiro promovesse uma das maiores migrações da história do país. Segundo Celso Furtado (1974, p. 122), cerca de 500 mil nordestinos adentraram nos seringais da Amazônia entre 1821 a 1912. A imensa maioria era formada por nordestinos, sobretudo, de cearenses. Muitas foram as motivações que levaram mais de 500 mil nordestinos para os seringais. A propaganda e a arregimentação realizada nas cidades de Fortaleza, Recife e Natal, os subsídios dos governos do Amazonas e do Pará concedidos ao transporte de migrantes e a ilusão de enriquecimento rápido explicam parcialmente o fluxo migratório. Contudo, não se pode desprezar da análise a estrutura fundiária existente no Nordeste, a crise na produção de algodão no Ceará no início da década de 1870 e, por fim, o elemento catalisador que foi a grande seca de 1877. Essa situação levou milhares de sertanejos a se dirigirem para as capitais nordestinas, especialmente Fortaleza, cujas ruas foram tomadas por uma multidão de flagelados e provocaram o horror das elites.

> Provavelmente, foi o medo da multidão que levou a classe dominante cearense abrir as comportas para a migração. A multidão se fazia presente na cidade de

> Fortaleza, “invadindo” todos os cantos e se tornando onipresente. No contexto das secas nordestinas, especificamente no Ceará, afirma Frederico de Castro Neves que “as multidões atuam estrategicamente”. (SECRETO, 2007, p. 41)

Haviam também vínculos econômicos entre os grandes proprietários de terra do sertão cearense e os seringalistas da Amazônia. Há casos, por exemplo, em que fazendeiros de gado do Quixadá, no interior cearense, se tornaram seringalistas nos vales dos rios Juruá e no Purus. (SOUZA J. B., 1960, p. 70).

Ao chegar à Amazônia, o sertanejo tornava-se empregado nos Seringais instalados nas margens dos rios. Nele, o nordestino agora convertido em trabalhador seringueiro, era assentado em colocações[8] ou em alojamentos coletivos e trabalhava exclusivamente na extração do látex, sendo proibido realizar qualquer plantio agrícola, mesmo um modesto roçado.

Entre ele e o dono do seringal, o patrão seringalista[9], se firmava uma relação aparentemente de assalariamento: o seringueiro se dedicava a extração do látex, entregava sua produção no barracão (centro econômico e das relações de poder no interior do seringal) e recebia uma quantia em dinheiro proporcional ao seu trabalho. Mas, na prática, o sistema era bem diferente. Como não podia produzir seus próprios meios de subsistência, tudo de que necessitava (de alimentos até instrumentos de trabalho) deveriam ser comprados no barracão a preços muito altos. Assim, ficava permanentemente endividado, sempre trabalhando para tentar “tirar o saldo” junto ao patrão. Essa forma de relação de trabalho ficou conhecida como peonagem e funcionava como um tipo de crédito sem dinheiro, que atava os trabalhadores seringueiros a elos de dependência, sob forte coerção física e moral, ao barracão do seringalista[10].

Em 1905, Euclides da Cunha chefiou a expedição da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus com o objetivo de cartografar o novo território incorporado pelo Brasil. Muito além do requinte social ostentado pelas elites da economia gomífera, ele registrou a sujeição e exploração dos seringueiros sob o julgo do sistema de peonagem. O seringueiro, na sua célebre definição, “é o homem que trabalha para escravizar-se” (p.22), submetido à exploração compulsória sob a égide do patrão:

> No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa ao Pará (35$000) e o dinheiro que recebeu para preparar-se

[8] A palavra “colocação” vem dos tempos dos antigos seringais de proprietário único. Como explica Almeida (2002), o seringueiro, antes de utilizar as estradas de seringa e construir uma casa, deveria ser "colocado", ou receber do patrão a autorização para explorar determinada estrada de seringa. Como veremos, a colocação sofreu uma redefinição a partir da conquista da autonomia camponesa.

[9] Segundo Leandro Tocantins, o neologismo “seringalista” surge apenas na década de 1920 para designar os patrões, que também poderiam ser chamados de seringueiros (TOCANTIS, 1982, p.100).

[10] A peonagem, porém, não foi uma invenção do ciclo da borracha, ela já existia na América espanhola, em substituição a *encomienda* (OLIVEIRA, 1986, p.41).

> (150$000). Depois vem a importância do transporte, num gaiola qualquer de Belem ao barracão lonjinquo a que se destina, e que é na média, de 150$000. Aditem-se cerca de 800$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tijelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester) e duzentas balas, dous pratos, duas colheres, duas chicaras, duas panelas, uma cafeteira, dous carreteis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no barracão senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um brabo, isto é, ainda não aprendeu o corte da madeira e já deve 1:135$000. (CUNHA E., 1926, p. 22-23)[11]

Ao endividamento, somavam-se os chamados "regulamentos dos seringais" que normatizavam o trabalho e a reprodução material e social dos seringueiros no interior da mata. Segundo Euclides da Cunha, os regulamentos impunham pesadas multas a quem descumprisse as normas de trabalho na extração do látex, além de proibir o trabalhador de comprar no armazém de outro barracão sob pena de multa de 50% sobre a importância comprada. Fugir era algo impensável em razão das distâncias e da floresta que o deixava "cercado numa prizão sem muros" (CUNHA E., 1926, p.59). Do mesmo modo, era impossível buscar outro barracão, uma vez que os patrões acordavam entre si não aceitar empregados dos outros, antes de saldarem suas dívidas.

> O cearense aventuroso ali chega numa desapoderada ansiedade de fortuna; e depois de uma breve aprendizagem em que passa de brabo a manso, consonante a gíria dos seringais (que significa o passar das miragens que o estonteavam para a apatia de um vencido ante a realidade inexorável) – ergue a cabana de paxiúba à ourela mal destocada de um igarapé pinturesco, ou mais para o centro numa clareira que a mata ameaçadora constringe, e longe do barracão senhoril, onde o seringueiro opulento estadeia o parasitismo farto, pressente que nunca mais se livrará da estrada que o enlaça, e que vai pisar durante a vida inteira, indo e vindo a girar estonteadamente no monstruoso círculo viciosa da sua faina fatigante e estéril. (CUNHA E., 1976, p. 280-281),

Tudo isso fazia do seringal numa verdadeira organização social, com estrutura econômica característica e regras e costumes próprios. A chave para a peonagem foi o chamado Sistema de Aviamento, onde casas aviadoras, ou seja, lojas comerciais, localizadas nos maiores centros urbanos da região (Belém e Manaus) abasteciam floresta adentro os barracões de mercadorias.

Carlos Corrêa Teixeira (2009) classifica a peonagem como uma das formações de trabalho típica que surgiu na transição entre escravismo e o trabalho livre, assim como foi o colonato nas fazendas do Oeste paulista, analisado por Martins (2010) em *O Cativeiro da Terra*. De acordo com Teixeira (2009, p. 173), o seringal se caracterizava por: 1) o emprego de fatores naturais de produção disponíveis num dado espaço na floresta; 2) como um sistema social se apoiava em um

[11] Interessante notar como Euclides da Cunha já colocava a transformação da estrutura agrária dos seringais como forma de pôr fim ao sistema de superexploração do seringueiro ao elencar as seguintes medidas: "uma lei do trabalho que notabilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e um forma qualquer do *homestead* que o consorcie definitivamente à terra." (CUNHA, 1926, p.26).

poderoso mecanismo ideológico e violência assentado na dominação do poder pessoal do seringalista; 3) no desenvolvimento das atividades produtivas do seringal, sobretudo a extração do látex, destinado a suprir uma demanda da indústria mundial.

O dinheiro, utilizado na troca por gêneros de consumo e instrumentos de trabalho no barracão, seria um símbolo mediador das relações entre patrões e seringueiros e serviria formalmente para mediar essa relação de troca. Também servia para impor o controle das contas dos produtores por meio dos saldos e das taxas impostas pelo patrão. No saldo, se o valor dos gêneros consumidos fosse maior do que o valor da produção, o seringueiro ficava com um saldo devedor. Se, ao contrário, a produção fosse maior do que os gêneros consumidos, ele teria saldo credor. Contudo, dificilmente o seringueiro "tirava saldo" com seu patrão. Mecanismos como a "tara"[12] e o encarecimento artificial dos preços dos gêneros alimentícios e de trabalho vendidos no barracão impediam completamente o caráter livre dessa relação. Assim, tais mecanismos eram sempre utilizados para manter o controle e impor a dependência do seringueiro ao patrão seringalista (TEIXEIRA, 2009, p. 177).

Dessa forma, por estar preso a essa relação é inadequado classificar o seringueiro, especialmente durante o auge da produção da borracha, como um produtor independente ou ainda um camponês marginalmente inserido no sistema de *plantation*, conforme defende Otávio Velho (1979) a respeito da expansão dos camponeses da Amazônia Oriental. Também seria um equívoco considerar o seringueiro como um assalariado, uma vez que os mecanismos de dominação pessoal e a sujeição à dívida no barracão impedem que disponha livremente de sua força de trabalho. Do mesmo modo seria impróprio conceituar o seringueiro como um escravo, uma vez que não se constituía como um objeto ou uma mercadoria sujeito a dominação de quem o comprou. A questão é que o seringueiro surgiu como produto de um determinado momento histórico do país, na transição para o trabalho livre.

> O seringueiro é a representação de um trabalhador original presente na constituição histórica em que se realiza – e se reproduz – o capital. De maneira que, da mesma forma como ocorreu no Brasil com a escravidão e o colonato, o seringueiro surge num determinado momento desse processo histórico e o colonato, exatamente aquele em que se dá a instalação da grande indústria na Europa, inaugurando uma nova ordem econômica e forçando a substituição do escravismo por outras formas de produção (TEIXEIRA, 2009, p. 181).

No seringal predominava um tipo de relação de produção que não era tipicamente capitalista, isto é, assalariada, em que se atava, por um lado, o trabalhador seringueiro sujeitado às relações econômicas produzidas pelo capital mercantil e industrial e mediadas pelo aviamento. Por

[12] Tara foi uma taxa cobrada pelos patrões onde se descontava 10% de cada quilo da borracha saturada com água. Ainda é usada por marreteiros e comerciantes para se descontar o preço da borracha e da castanha.

outro, havia também relações extraeconômicas e de natureza ideológica que agiam na sujeição deste trabalhador. Nesse sentido, o isolamento na mata que amplia sua alienação em relação ao produto de seu próprio trabalho, as relações de reciprocidade com o patrão, e a dívida com o barracão são os principais elementos de uma situação em que se reafirmava a sujeição do seringueiro.

Essa situação se modificou gradativamente quando a empresa seringalista conheceu sua primeira grande crise entre 1911-1915, quando chega ao fim o monopólio amazônico da borracha com os seringais cultivados pelo Império Britânico na Malásia e no Ceilão. Em 1923, a produção asiática de borracha de cultivo já abarcava mais de 90% da produção mundial, conforme indica a Quadro 1. A queda dos preços resultou, em um primeiro momento, no despovoamento de vários seringais. Também tornou menos rígido o sistema de peonagem, embora tenha sido desigual em cada parte da região amazônica, como explicaremos adiante.

Quadro 1- Produção de borracha em 1910 e 1923.

Tipo de borracha	**1910**	**1923**
Borracha Silvestre (Amazônia)	88,2%	11,8%
Borracha Cultivada(Ásia)	8,4%	91,6%

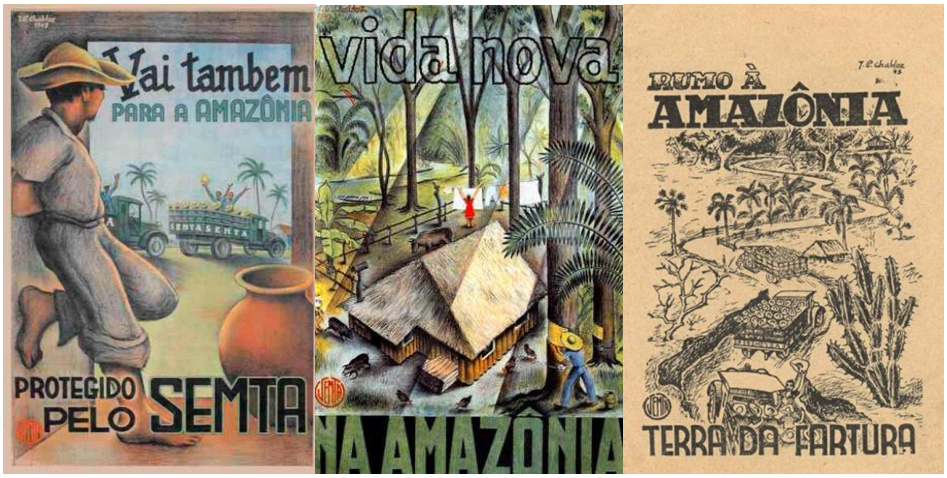
Fonte: ALLEGRETTI, 2002

Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os seringais asiáticos foram ocupados pelo Japão. Preocupados com o escasso fornecimento de borracha para as tropas Aliadas, os Estados Unidos e o Brasil celebram os Acordos de Washington que incentivam um novo ciclo de exploração do látex amazônico a partir de 1942, sob o lema “mais borracha, menos tempo”. Mais uma vez, seria necessário recrutar mão de obra nordestina para reativar os seringais. Contudo, o Estado Novo teve que realizar um amplo e eficaz trabalho de propaganda no sentido de reverter a má fama já consagrada sobre a brutalidade do regime de trabalho encontrado nos seringais. Além disso, diferente do primeiro fluxo migratório, o Sudeste do país, especialmente São Paulo, já passara a ser o principal polo de atração para a força de trabalho do Nordeste. Assim, foi criado em 1943 o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), cujo objetivo era recrutar e transportar a mão de obra nordestina para a extração da borracha na Amazônia. O órgão era parte do Departamento Nacional de Imigração (DNI) e foi financiado por um fundo especial da *Rubber Development Corporation*, criado a partir dos Acordos de Washington.

Assim como no século XIX, mais uma vez a estrutura fundiária no Nordeste, marcada pela grande concentração de terras, catalisada pela seca de 1941-42, jogou milhares de flagelados nas ruas dos grandes centros urbanos e facilitou o recrutamento realizado pelos órgãos do Estado Novo. Os cartazes elaborados pelo artista suíço Jean-Pierre Chabloz, conforme Figura 4,

evidenciam como era realizada a propaganda para atrair o sertanejo aos seringais exibindo uma imagem idílica da Amazônia. Neles pode-se ver um sertanejo esperando enquanto um grupo de trabalhadores felizes dentro de um caminhão segue para a Amazônia, protegidos pelo SEMTA. Em outros, a Amazônia é vendida como a terra da fartura, em contraste com o árido sertão, e uma colocação é mostrada como um lugar bucólico, como se o trabalho com a borracha pudesse ser realizado no quintal de casa.

Figura4 – Cartazes do SEMTA realizados por Chabloz.



A “batalha da borracha”, como ficou conhecido este novo período de produção gomífera, mobilizou segundo Secreto (2007) cerca de 50 mil migrantes nordestinos que ficariam conhecidos como “soldados da borracha”, chamados ao esforço de guerra dos Aliados. Os “soldados da borracha”, na sua maioria, constituíam-se de cearenses, homens do sertão, do agreste e das caatingas castigados pela seca e no limite da sobrevivência. A migração novamente se tornaria uma válvula de escape para os potenciais conflitos de classe no Nordeste. A Marcha também tinha por objetivo a colonização da Amazônia e do Centro-Oeste, uma vez que o governo de Getúlio Vargas estava promovendo a chamada “Marcha para o Oeste”, com o objetivo de “conquistar” o interior do país.

Terminada a Segunda Guerra, a vitória dos Aliados garantiu a retomada da produção da borracha nos seringais asiáticos. No Brasil, a produção de borracha amazônica passou a ser adquirida pelo governo federal que estabeleceu um monopólio sobre a compra que durou mais de três décadas. A borracha amazônica supria a indústria nacional de artefatos de borracha e era formada predominantemente por produtores pneumáticos controlados por multinacionais como Firestone, Pirelli, Michelin, Goodyear. Após o Golpe de 1964, o regime militar colocou em prática

novos planos estratégicos para a Amazônia e, em 1971, o Banco da Amazônia (BASA) suspendeu as linhas de financiamento aos seringalistas endividados e considerados incapazes de saldar suas dívidas (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 144). Em 1967, a Lei 5.227 extinguiu o monopólio de comercialização de borracha pelo Estado, mas a sobrevida aos seringalistas veio através da determinação da formação de um estoque de reserva de borracha e a equiparação dos preços da borracha de produção nacional aos vigentes no mercado internacional. Também foi criada a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA)[13].

2.2. Formação do campesinato da floresta

O sistema de peonagem e aviamento que marcaram o auge da economia gomífera, impedia que o seringueiro desviasse seu esforço para outro fim senão a extração do látex. Cultivar roçados era proibido pelos patrões, pois isso poderia interferir no rígido sistema de produção do barracão, permitindo que o seringueiro pudesse adquirir mais autonomia.

Mas, as crises da produção acabaram por transformar o interior dos seringais através de uma redefinição do trabalho dentro do sistema extrativista. Os recursos voltados exclusivamente para a produção de borracha foram revertidos para outras atividades, especialmente para a agricultura. Essa forma se caracterizou pelo trabalho familiar, a produção do roçado de subsistência que era complementada pela extração da castanha, do látex, madeira, entre outros produtos da floresta. Otávio Ianni (1978) aponta que esse declínio da borracha permitiu a formação da produção camponesa surgisse por toda Amazônia. Em sua pesquisa sobre os seringueiros do Alto Juruá, no Acre, Mauro Barbosa de Almeida (1993) defende a hipótese de que, a crise da borracha e do sistema de aviamento, a partir de 1910, formou um “campesinato da floresta” que, ainda atados a dominação dos patrões, cultivavam seus roçados e praticavam a caça de animais. Entretanto, esse processo foi desigual, mesmo no Acre. Durante nossa pesquisa de campo foram entrevistados antigos seringueiros que trabalhavam em seringais dominados pelos patrões no vale do Rio Iaco, localizado no limite norte da RESEX Chico Mendes. Em suas memórias, há relatos de que nos tempos do patrão, ainda na década de 1980, era proibido o cultivo de roçados e a criação de animais, e que as primeiras lavouras foram apenas cultivadas após a criação da Reserva.

---

[13] Na década de 1950, entretanto, o governo de Juscelino Kubitschek revogou o monopólio de compra da borracha exercido pelo Banco de Crédito da Amazônia. Anos mais tarde, sob pressão dos setores ligados ao extrativismo, o monopólio de compra e venda foi restabelecido pelo governo Jânio Quadros, que também aumenta a taxação em 10% da borracha importada. Há, neste período, um intricado jogo de pressão e contrapressão exercido pelos seringalistas. A criação da SUDHEVEA procurava minimizar os impactos da medida e garantiram uma sobrevida ao extrativismo gomífero, mas não impediram a inevitável ruína dos velhos seringais (COSTA SOBRINHO, 1992).

> O patrão não permitia que ninguém punhasse roçado por que empaiava de cortar seringa. Então o freguês tinha que cortar seringa pra fazer borracha porque senão não tinha aviação e aí era expulso que, mesmo que vendesse um princípio de borracha, era expulso da colocação. Eles chegavam buscavam a polícia expulsava o cara, as veiz muitos batia. Não queria que o cara punhasse roçado. Tinha que cortar seringa pra fazê borracha[14].

A pesquisa realizada por Teixeira (2009), na segunda metade da década de 1970, sobre as relações de trabalho nos seringais de Rondônia, identificou diferentes formas de exploração existentes sob a égide do sistema de aviamento. Ele observou a persistência do chamado "regime de toco", uma forma mais extremada de sujeição do trabalho no qual o seringueiro se encontrava subordinado ao patrão, sendo proibido de vender a sua produção para qualquer intermediário. Nele, o seringalista tem o controle rígido sobre a produção da borracha e da castanha, e sua presença é determinante para as iniciativas da maior parte dos moradores do seringal. Casamentos, o abatimento de alguma caça, cerimônias religiosas ou extração de madeiras de lei, nada se fazia sem sua autorização do patrão.

Já o arrendamento de estradas de borracha, que se tornou comum no período posterior à crise da borracha, o seringueiro trabalhava por conta própria, plantava seu roçado, caçava na floresta, mas deveria pagar uma renda pelo uso das estradas de seringa ao patrão. Em geral, o pagamento dessa renda era realizado em produto, em uma determinada porcentagem da borracha que ele extraia da mata. Apesar da maior autonomia, o pagamento da renda mantinha os seus elos de subordinação ao barracão, uma vez que eram ainda forçados a trocar sua borracha ou outros produtos agrícolas por mercadorias e instrumentos de trabalho exclusivamente no barracão do patrão, considerado proprietário do seringal.

De todo modo, para sobreviver às crises da borracha, os patrões dos seringais tiveram que diversificar a atividade extrativista, explorando além da borracha, peles, madeiras e produtos agrícolas. A permissão para o cultivo dos roçados dada aos seringueiros também diminuiu os custos da produção da extração do látex, uma vez que a maioria dos mantimentos eram agora produzidos no próprio seringal, e não mais comprados nas casas aviadoras das cidades. Dessa maneira, o declínio da economia da borracha transformou o seringueiro de um trabalhador especializado na extração do látex em um camponês que produzia para sua própria subsistência e vendia seus excedentes ao barracão do seringalista.

> Em suas respectivas colocações, os seringueiros começaram a cultivar roçados de subsistência, criar animais domésticos e plantar algumas espécies de árvores frutíferas (….), juntaram-se a mulheres índias, fundaram famílias e prosperaram até hoje, e incorporaram novas técnicas e conhecimentos que lhes permitiram um

[14] Entrevista realizada por Jeferson Choma com Sebastião Olegário em 14 de setembro de 2017.

> aproveitamento mais diversificado das riquezas da floresta. Em suma, deixaram de ser seringueiros especializados e se tornaram camponeses da floresta (ALMEIDA et al., 2002, p. 120).

Todavia, mesmo com a crise gomífera atingindo toda a Amazônia, o Acre continuou sendo o único estado da Amazônia que manteve sua economia baseada no extrativismo da borracha até a década de 1970. Conforme a Quadro 2, a borracha chegou a ser responsável por 59% da economia em 1959, em uma época em que muitos seringais já haviam entrado em ruína em outros estados da Região Norte. Como vimos, essa predominância da extração do látex na economia está relacionada às pressões de grupos interessados na manutenção da política protecionista do extrativismo gomífero. Em 1979, porém, o endividamento e a crise dos seringalistas junto ao Banco da Amazônia (BASA) arruinaram os velhos seringais. Como resultado a participação da borracha na economia do Acre caiu para 29%. A contraface deste processo foi a gradativa autonomia conquistada pelos seringueiros na condição de camponeses. Muitos deles procuraram comercializar o seu produto fora dos domínios dos patrões arruinados, vendendo para os marreteiros e regatões, os atravessadores que circulavam pelos seringais vendendo e comprando mercadorias. Paradoxalmente, em um primeiro momento, a abertura das primeiras rodovias no estado facilitaram que os seringueiros pudessem sair da esfera de dominação dos patrões e realizar transações comerciais com marreteiros e atravessadores, enquanto o seringalista ficava sem a borracha e impossibilitado de saldar suas dívidas com o BASA.

> Realizaram, dessa forma, ainda que por um curto período de tempo, o projeto antigo de viver por conta própria na floresta e ser dono de sua colocação, alimentando desde a Revolução Acreana e Segunda Guerra [...]. Alguns anos depois, em 1976, foi essa condição de autonomia que permitiu o início da resistência às expulsões e que se constituiu no elemento estruturador das propostas que os seringueiros apresentaram, como solução para os conflitos, na década de 80 [...] (ALLEGRETTI, 2002, p. 206).

Apesar da maior autonomia, os patrões e o barracão ainda ocupavam, ainda que fragilizado, o centro de poder dos seringais. Nas décadas de 1960 e 1970, o regime militar implementou uma nova estratégia sobre a ocupação da Amazônia. Isso foi o fim da linha para muitos dos antigos seringalistas, ao mesmo tempo em que significou uma nova ameaça de realização plena da autonomia almejada pelos seringueiros, como veremos a seguir.

Quadro 2- Participação da borracha no produto interno do Acre.

ANO	PARTICIPAÇÃO DA BORRACHA (%)
1949	37%
1959	59%
1979	29,4 %

Fonte Allegretti (2002)

2.3. O avanço do capitalismo sobre a Amazônia na ditadura militar

Nas décadas de 1960 e 1970, o Estado brasileiro apresentou uma nova visão sobre a região da Amazônia e lançou mão de novas políticas institucionais de ocupação da região. Um reordenamento que, é bem verdade, já se encontrava de forma embrionária em políticas voltadas à Amazônia décadas antes na Velha República e durante o Estado Novo.

Como vimos, até a década de 1960, a economia amazônica girava em torno do extrativismo, como a produção do látex para a borracha. Apartir da instalação do regime militar em 1964, novos e mais poderosos agentes entraram cena:

> A novidade agora é que ocorre uma internacionalização do grande capital internacional que, sob a tutela do próprio governo, se faz presente diretamente no interior do espaço amazônico. O grande capital extrarregional, tanto nacional como internacional, não explora mais a região de fora, como até a década de 1960 se fazia, mas a partir de dentro (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.60).

Não se trata mais de um desenvolvimento com a floresta, mas sim contra a floresta. Não podemos deixar de mencionar que a nova realidade do país marcada por um regime de exceção, pela repressão aos movimentos políticos e sociais, pelo cerceamento da imprensa livre e dos direitos democráticos mais elementares, forjaram as condições políticas necessárias para que a Região Amazônica se tornasse alvo das ações do Estado, em uma escala inédita de violência e expropriações territoriais.

Todas as ações do regime ditatorial eram justificadas por um forte discurso ideológico supostamente nacionalista no qual a Amazônia era apresentada como um anecúmeno, um imenso “vazio demográfico e econômico”, “comparável as regiões polares”, conforme propaganda

institucional da época. Uma região que comprometia a soberania brasileira, ameaçada pelas pressões externas e internas. Portanto, era necessário "integrar para não entregar", palavra de ordem que simbolizou o enquadramento da região às diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra. Dessa forma, "a efetiva integração da Amazônia ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro será obtida através da ocupação efetiva e racional dos espaços vazios" (SUDAM, 1971, p. 13 e 16).

Mas qual espaço vazio? Aqueles que "apresentam potencialidade de recursos naturais" (SUDAM, 1971, p. 24). Nos projetos de ocupação da Amazônia, populações indígenas, ribeirinhos, posseiros, quilombolas e seringueiros sequer eram mencionados. Para essas populações sobraram às terríveis consequências do rolo compressor da ocupação da chamada "última fronteira".

Com o objetivo de viabilizar a nova estratégia de desenvolvimento, foi colocada em curso a chamada "Operação Amazônia", o que resultou na criação de um conjunto de instrumentos legais e na reconfiguração de instituições federais que atuavam na região. Assim, órgãos de planejamento regional foram substituídos, como foi o caso da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que cedeu lugar a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966[15]. Como parte da Operação Amazônia, a Lei 5.174, de outubro de 1966, alterou e estendeu ainda mais a política de incentivos fiscais, incorporando fortemente a agropecuária. As empresas privadas de fora da Amazônia que investissem na região poderiam obter isenção de até 100% do Imposto de Renda (BRASIL, 1966). Também estariam isentas do imposto de exportação de produtos regionais e dos impostos sobre importação de máquinas e equipamentos.

Segundo Martins (2003), naquele momento o processo de expansão territorial do capital para a Amazônia responderia a um processo de acumulação primitiva, intimamente ligado à aliança entre os proprietários de terras com os capitalistas.

> Pode-se falar em acumulação primitiva justamente porque por trás da figura do proprietário de terra estava a figurado empresário capitalista. Neste caso, porém, uma acumulação primitiva diversa do modelo clássico, pois o objetivo não era separar o trabalhador do seu meio de produção para convertê-lo em trabalhador para o capital. Concretamente, o que a expansão territorial do capital pretendeu foi se apossar da renda territorial viabilizada pela política de incentivos fiscais, meio de usar a renda fundiária como meio de acumulação não-capitalista do capital (MARTINS, 2003, p.95)

A compra de terras na Amazônia tornou-se um grande negócio, fonte de especulação e reserva de valor e, para as populações camponesas e indígenas, representou expropriação territorial,

[15]Com a Lei 5.122, de 28 de setembro de 1966, o governo transformou o Banco de Crédito da Amazônia S.A. em Banco da Amazônia S. A. (BASA), o qual passou a ter suas atribuições ampliadas no tocante ao desenvolvimento regional. Em 28 de fevereiro de 1967, é assinado o Decreto-Lei 288, regulamentando a Zona Franca de Manaus (ZFM) e criando a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

violência e morte. O papel exercido pelo Estado no processo da transformação da terra em mercadoria foi fundamental. O investimento na compra de terras deixou de ser uma irracionalidade do capital, isto é, em um entrave à circulação e reprodução ampliada do capital, uma vez que comprar terra significa imobilizar o capital que poderia ser investido diretamente na produção (MARTINS, 1999). O Estado soluciona esta irracionalidade com os subsídios fiscais, o que possibilitou o pagamento da renda da terra capitalizada para que ela pudesse se integrar ao circuito de produção do capital. Conforme destaca Regina de Toledo Sader (1986, p. 27-28), que pesquisou neste período os conflitos de terra no Bico do Papagaio:

> Sendo assim, a terra é hoje no Brasil, uma questão para o Estado, e é neste ponto que seu papel se torna fundamental. Se o Estado não pode substituir às contradições, ele pode agir sobre a evolução das mesmas, uma vez que o Estado não é exterior ao processo de acumulação, mas organicamente ligado a ele, e tem como função garantir essa acumulação nas melhores condições possíveis.

A Operação Amazônia foi uma expressão do desenvolvimentismo-autoritário e trazia uma concepção ideológica, caracterizando a Amazônia como “atrasada” e “subdesenvolvida”, uma região que precisava ser integrada à nação. Portanto, o governo ditatorial assume para si a condução da “integração” da região à “nação” brasileira e à modernidade. No entanto, sob o falso manto do nacionalismo, na política de segurança aplicada pela ditadura, conforme explica Oliveira (1991), encontrava-se um forte alinhamento ideológico do regime militar com os Estados Unidos, acobertando uma aliança entre o capital estrangeiro com o capital nacional. Dessa maneira, o regime militar reforçava o papel de subalternidade do Brasil diante dos países centrais do capitalismo, fomentando a exportação de produtos primários, particularmente na Amazônia, que cumpria um papel importante no modelo econômico dependente do chamado “milagre brasileiro”, pois ajudava, na produção de divisas e a sustentar o pagamento da dívida externa brasileira. Endividamento este que crescia na medida em que a ditadura implementava seus megaprojetos de infraestrutura país afora, e na própria Amazônia.

Conforme explica Oliveira (1991), a ocupação humana “racional” dos “espaços vazios” estava claramente orientada pelas grandes rodovias abertas e pelos projetos de colonização. Por meio do Decreto 1.106/70, o governo cria o Programa de Integração Nacional (PIN), cujo objetivo formal era garantir a integração por meio da construção de rodovias como a Transamazônica, ligando a região Norte ao Nordeste; a rodovia Belém – Brasília; a BR 368, ligando Acre e Rondônia; e a Cuiabá - Santarém, ligando o Mato Grosso à Transamazônica e ao porto de Santarém. Também encampava um programa de colonização na faixa de 10 km de cada lado das novas rodovias. Posteriormente, em 1971, realiza-se uma grande operação de federalização das terras, incluindo 100 km de cada lado das rodovias federais na Amazônia.

Os novos eixos rodoviários contrariavam a forma tradicional de circulação pela Amazônia, até então realizado pelos rios, e abriram novos acessos aos recursos naturais da região e aos grupos econômicos nacionais e internacionais. Milhares de hectares de terras foram vendidos a grandes grupos empresariais. Províncias minerais, como a Serra dos Carajás, foram abertas à exploração para grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

No que se refere ao Acre, o governador Wanderley Dantas (1971-1974) aliou-se à estratégia do regime ditatorial. Promoveu uma intensa campanha para atrair fazendeiros, empresários interessados em adquirir terras no estado e ter acesso aos incentivos dados pela SUDAM. “O Acre, a nova Canaã. Um Nordeste sem seca, um Sul sem geada”, foi um dos muitos slogans adotados pelo governo na época. Em 1978, cerca de um terço das terras cadastradas do Acre se encontravam sob domínio de investidores do Sul e Sudeste (PAULA, 2005). Segundo Allegretti (2002), o governo do Acre se utilizava de falsas informações para atrair os investimentos. Apresentavam mapas que continham informações sobre uma rede de estradas e infraestrutura que simplesmente não existiam. Além disso, diziam que muitos seringais teriam a titulação regularizada, o que era falso. Os fazendeiros passaram então, a comprar as terras e lotear os seringais, o que iniciou os conflitos com as famílias seringueiras que moravam na mata. O impacto foi brutal, especialmente em uma sociedade na qual 72% dos seus habitantes viviam no campo, como foi o caso acreano.

2.4. A Amazônia e a questão agrária

No que se refere à questão da terra, os projetos de colonização dirigida na Amazônia, tanto a estatal quanto a privada, precisam ser analisados à luz das contradições da política agrária encaminhada pelo regime ditatorial nas décadas de 1960 e 1970. Às vésperas do Golpe de 1964, o conflito agrário se estendeu sobre o país. A intensificação do sindicalismo rural e a atuação das Ligas Camponesas na Região Nordeste colocam a reforma agrária como uma pauta urgente. Mas também despertou o temor das classes dominantes, o que vai resultar no forte engajamento dos grandes proprietários de terra em prol do Golpe de Estado.

Neste contexto, buscando controlar as tensões agrárias e impedir o desenvolvimento de algum movimento de cunho revolucionário no campo, a ditadura procurou desenvolver uma política dúbia em relação a política de reforma agrária baseada no Estatuto da Terra, criado pela Lei 4.504 de 1964.

Na opinião de José de Souza Martins (1985, p. 33), o Estatuto da Terra teve como função ser um instrumento de controle dos conflitos agrários gerados pela concentração fundiária. Segundo o autor, o Estatuto foi peça central da estratégia do governo militar para o campo, servindo à desativação dos conflitos agrários e permitindo “o desenvolvimento econômico baseado nos

incentivos à progressiva e ampla penetração do grande capital na agropecuária".

Sob o invólucro de reforma agrária, o regime militar inicia a implementação dos projetos de colonização dirigida (sob a responsabilidade do Estado ou da iniciativa privada) na Amazônia. Na realidade, os projetos de colonização realizados tinham por objetivo a preservação da estrutura fundiária em outras regiões do país, como o Sudeste, Sul e Nordeste. Também serviam como "válvula de escape" para os conflitos fundiários dessas regiões preservando a velha concentração fundiária.

> Daí o segredo da "reforma agrária" que a colonização dirigida estaria realizando: distribuir as terras a alguns trabalhadores rurais para não distribuir as terras aos muitos trabalhadores rurais sem terras do Nordeste, do Centro-Sul e também do Oeste e no próprio Norte. Foi assim que a colonização dirigida, oficial e particular destinou-se a realizar uma contra-reforma agrária na Amazônia e, por implicação, nas outras regiões do país (IANNI, 1979, p. 236)

Além de intensificar a migração para a Amazônia de populações rurais marginalizadas, Otavio Ianni aponta também que outro objetivo da colonização dirigida seria o de controlar a reforma agrária espontânea realizada por trabalhadores rurais que migravam para a região.

Em 1970, o governo cria o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir da fusão do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). O novo órgão foi encarregado de implementar ao longo da rodovia Transamazônica os Projetos Integrados de Colonização (PIC). Apenas na Transamazônica, o objetivo do INCRA era assentar 100 mil famílias até 1974, mas até 1972 havia assentando apenas 3.872 famílias de forma absolutamente precária (OLIVEIRA, 1991).

Jogadas no meio da floresta, sem apoio institucional, isolados e vitimados por doenças, a maioria dos ocupantes dos lotes terminaram por abandoná-los. Em 1975, aproximadamente 40% dos colonos haviam deixado o projeto, conforme Oliveira (1991). Não se deve minimizar a pressão realizada por especuladores e fazendeiros para que muitos colonos abandonassem suas terras por meio da violência dos jagunços, muitas vezes associada com o aparato estatal. Assim, a verdadeira face da contrarreforma agrária do regime militar foi revelada anos mais tarde, quando a colonização dirigida provocou o fenômeno da reconcentração fundiária e permitiram o deslocamento de trabalhadores para garantir a implementação dos projetos no âmbito da Operação Amazônia.

> O plano visava a, isto sim, "forçar" estes colonos a iniciarem o processo de abertura da região para que fossem formando um "contingente de mão-de-obra à disposição do grande capital", que a partir de 1973 passou a ser oficialmente estimulado e convidado a participar da ocupação em grande escala, e em grandes áreas (OLIVEIRA, 1991, p. 86).

Em 1972 os assentamentos foram suspensos pelo INCRA. Procurava-se agora privilegiar, por meio da SUDAM, os grandes projetos agropecuários. Mas, muitos projetos de colonização prosseguiram, agora sob responsabilidade de empresas privadas credenciadas junto ao INCRA. Oliveira (2005) analisou a realidade do Mato Grosso, o estado com maior atuação da colonização privada, concentrando cerca 90% dos empreendimentos, principalmente no eixo da rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém. Outra frente de colonização foi o estado de Rondônia, onde projetos de colonização privada conviviam com assentamentos do INCRA.

Em 1º de julho de 1971 foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). O programa, que contava com recursos dos incentivos fiscais destinados à SUDAM e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foi um ponto de virada na política de reforma agrária do regime militar. Com o PROTERRA o governo assume outra postura e define que a aquisição de terras e as desapropriações serão realizadas “mediante prévia e justa indenização em dinheiro, nos termos que a lei estabelecer, para posterior venda a pequenos e médios produtores rurais da região” (BRASIL, 1971). Assume-se, portanto, uma política de Reforma Agrária em prol dos grandes proprietários, que muitas vezes utilizaram o programa para financiar projetos agropecuários, saldar dívidas e vender terras irregulares(OLIVEIRA, 1991).

No caso do Acre, cabe ressaltar o empenho do governador do Acre Geraldo Mesquita (1975-1979) que promoveu inúmeras desapropriações para transformar antigos seringais em Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs) ou em projetos de Colonização. Até 1983, 1.889 assentamentos foram implantados no estado, conforme se pode ver no Quadro 3.

Quadro3 – Assentamentos do INCRA no Acre até 05/04/1983.

Assentamento	**Municípios**	**Área (em ha)**	**Número de assentamentos**
Pedro Peixoto	Rio Branco, Placido de Castro, Sen. Guiomar	317.588	3.815
Boa Esperança	Sena Madureira	275.646	442
Humaitá	Rio Branco	63.861	809
Quixadá	Brasileia	126.097	520
Santa Luíza	Cruzeiros do Sul	69.700	118
TOTAL		535.304	1.889

Fonte: Porto-Gonçalves, 2003, p. 487.

Jean Hébette (2004, p.280) chamou a atenção para a forma como foram planejados muitos destes projetos de colonização. Na maioria dos casos, o desenho dos lotes era totalmente linear, "traçados em gabinetes, com um risco em cima do mapa […], sem conhecimento ou consideração do relevo, da disponibilidade de água e de qualquer restrição geográfica". O traçado geométrico dos lotes dos assentamentos obedecia a uma lógica urbana, nada tinham a ver com a forma tradicional de ocupação territorial dos camponeses amazônicos. Para muitos seringueiros do Acre, como veremos mais adiante, os projetos de assentamentos resultaram na antessala da sua expropriação.

2.5. Formação do movimento dos seringueiros e a resistência

A implantação de grandes projetos agropecuários potencializou os conflitos no Acre, que ficaram mais frequentes entre seringueiros e os novos donos das terras. A decadência da economia da borracha havia produzido o endividamento dos seringalistas junto ao Banco da Amazônia, agora impossibilitados de contrair novos empréstimos. A solução foi o arrendamento ou venda de suas terras aos capitalistas do Sul e Sudeste do país. Dessa maneira, os seringais eram vendidos aos "paulistas" (como eram chamados os fazendeiros na época) como se estivessem vazios, não ocupados pelas famílias seringueiras[16]. Na maioria das vezes, sequer as famílias eram avisadas que o "o patrão" tinha mudado. No entanto, esse processo ocorreu em um momento que o seringueiro já não era mais um mero trabalhador extrativista.

> Os seringais, de fato, começaram a mudar de donos, expressão que viria a ser muito usada para o período dos anos setenta/oitenta quando os "*de fora*", sobretudo os "*paulistas*", começam a adquirir terras no Acre. O que não se via no Acre é que uma mudança de donos já vinha se dando a décadas onde os "*de baixo*", enquanto ocupantes, mais do que se apossar das condições naturais de produção, estavam se tornando, rigorosamente, trabalhadores livres, seringueiros autônomos (PORTO-GONÇALVES, 1999, grifos no original).

A transformação dos seringueiros em camponeses posseiros já havia sido captada pelos censos do IBGE. A categoria de "ocupantes" utilizada pelo instituto mostra um forte crescimento a partir dos anos 1960, como indica o Quadro 4. Em 1970, eles formavam 44% do conjunto dos responsáveis pelos estabelecimentos rurais.

Era seringueiro "liberto", aquele que comercializava a borracha sem o patrão, e também não pagava renda a ele. O "liberto" exerce controle sobre sua colocação, ao contrário do "cativo" que ainda vivia sob as ordens do seringalista e pagava renda pelo uso das estradas de seringa. O

[16] Cabe observar que a luta travada pelo movimento seringueiro no Vale do Acre foi diretamente contra a instalação das fazendas e a destruição das colocações. Nesse sentido, ela foi diferente do processo de luta do Alto Juruá, cujo objetivo era a "libertação" do seringueiro aos elos que ainda os atavam ao barracão e ao pagamento de renda pelo uso das estradas de seringa.

seringueiro liberto emerge da crise do seringalista e caracteriza-se pela produção da lavoura de subsistência completada pelo extrativismo da borracha e da castanha.

A preservação da floresta e seu acesso à colocação significavam a manutenção desta autonomia camponesa que, diga-se de passagem, não era fundada apenas no domínio total no processo de trabalho, mas também portadora de uma nova racionalidade constituída a partir da assimilação dos saberes indígenas. É preciso sublinhar, entretanto, que esse processo foi marcado pela violência e o extermínio de populações indígenas. Antes da instalação dos seringais, os vales dos rios acreanos eram povoados por vários grupos indígenas, principalmente de língua Pano e Arawak, que viviam de seus roçados, da caça e da floresta. A ocupação desses territórios ocorreu de forma violenta, através das chamadas "correrias", matanças de índios organizadas pelos seringalistas para tomar seus territórios e viabilizar a empresa gomífera. Mulheres e crianças que escapavam às matanças eram levadas como prêmios pelos seringueiros que participavam do ataque organizado pelos patrões. Forçaram-se assim casamentos entre seringueiros e mulheres indígenas, ou a adoção de crianças. A história das correrias e do rapto de mulheres e crianças tem obviamente seu caráter trágico. Mas no decorrer do processo histórico de ocupação das várzeas acreanas, isso possibilitou que o migrante nordestino absorvesse do nativo indígena o conhecimento sobre os recursos da floresta, constituindo aquilo que Porto Gonçalves (2003) define como *uma nova matriz de racionalidade indígeno-cabocla*, subjacente à ocupação das várzeas dos rios e formada a partir de novas relações interétnicas que se estabeleciam no avançar da crise da territorialidade seringalista. Tal racionalidade era a base para as condições materiais de sua reprodução e tinha a floresta como um *locus* de conformação de sua subjetividade, portanto da sua cultura e modo de vida.

Quadro 4 - Evolução dos estabelecimentos caracterizados como ocupantes.

Ano	**Estabelecimentos cujos responsáveis são os ocupantes**
1950	14%
1960	25%
1970	44%

Fonte: PORTO-GONÇALVES, 2002, p.330.

Se para o fazendeiro inserido neste processo de acumulação, a floresta era o mato a ser derrubado para se transformar em pasto, para o seringueiro, diante da ameaça de expropriação territorial, a floresta em pé era mais do que simplesmente um lugar de produção de borracha; era o território da sua vida, fonte de sua reprodução material e cultural.

Neste momento, a Igreja Católica assume papel preponderante na organização da luta contra a expulsão dos seringueiros quando criou, em 1971, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) cujo o objetivo era esclarecer os camponeses sobre os seus direitos agrários. Os bispos Dom Gioconto Grotti e Moacyr Grechi orientam a Igreja a expandir sua atuação ao longo dos rios e seringais. As tradicionais desobrigas não eram mais realizadas na casa do patrão. Agora os padres falavam nas colocações diretamente aos seringueiros sobre direito à terra. Assim, a ação da Igreja preparou o terreno para outras formas de resistência que chegariam alguns anos depois com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG), em 1975, no Acre. Este também foi o ano da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia, o primeiro a ser fundado no Acre, e do primeiro "empate" realizado pelos seringueiros, forma de luta que se ampliou nos anos subsequentes.

Valdizia Alencar de Souza foi uma das principais articuladoras da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia. Aos 35 anos, mãe de 15 filhos, ela ocupava uma colocação à beira do Rio Acre, localizada no Seringal Sacado, quando um fazendeiro "paulista" comprou as terras do seringalista Zeca Paixão. Logo foi mobilizado um grupo de peões para desmatar a área. "Eles começaram a derrubada da mata, iam derrubando e tomando devargazinho as colocações. Aí a seringueirada ficou revoltada, porque procurava os seus direitos e não encontrava" (VARADOURO N. 7°, 1978, p.17). Valdizia foi então procurar os "seus direitos" no INCRA, na capital Rio Branco. Mas lá só encontrou "esmorecimento", depois de expor a sua situação. "Uma doutora que me atendeu virou pra mim e disse que o Castelo Branco tinha assinado e Médici confirmado não tinha mais valor nenhum"[17]. Valdizia se referia a Lei 4.504 de 1964, o Estatuto da Terra, que naquele momento pautava a atuação das CEBs e da CONTAG. Valdizia foi então à delegacia regional da CONTAG e descobriu que a lei ainda tinha valor e articulou uma reunião em sua colocação. Nessa atividade foi marcada a data para a fundação do sindicato de Brasileia, evento no qual mais de 3 mil pessoas compareceram.

A atuação dessas entidades consistia em organizar os seringueiros e fazer com que o Estado os reconhecessem enquanto posseiros que tinham direito a indenização por benfeitorias existentes na área onde moravam e preferência na aquisição de uma parcela de terra ou na legitimação da posse. Em entrevista à antropóloga Mary Allegretti, uma seringueira que participou do primeiro "empate" no Seringal Carmem relata como isso ocorria:

> Tinha sido fundado o Sindicato há pouco tempo, em 75. Nessa época, o Dr. Pedro era o advogado do Sindicato e ele entregou um livrinho, disse até que era proibido entregar aquele livro, que chamava Lei da Terra. Ele disse: 'Ó, o livrinho do Estatuto da Terra pra vocês se informarem'. Nós fomos lá e não perdia tempo,

[17]Ibid., p.17

> como é que nós vamos fazer pra nós não perder a moradia... Aí meu marido pega o livro e leva lá pra casa. E nós começamos a ler o livro. E já estava todo mundo ameaçado de sair do lugar. Aí nós pegamos, lemos o livro todinho, estudamos, fomos lá na casa do Chico Pacheco, fomos lá na casa dele, nós estudamos o livro juntos. Bom, agora nós vamos nos organizar pra defender nosso lugar. Aí nós já estamos sabendo qual é a lei, em cima dessa lei nós vamos se organizar. (ALLEGRETTI, 2002, p. 240)

O empate do Seringal Carmem, realizado em 10 de março de 1975, foi a primeira ação de resistência dos seringueiros contra as expulsões feitas pelos fazendeiros. Um grupo de aproximadamente 30 homens e mulheres impediu o desmatamento e chamou a atenção das autoridades do INCRA, do Exército e do governo. A CONTAG realizou a mediação entre os fazendeiros e as famílias, o que resultou em um acordo no qual elas teriam que deixar suas colocações para serem assentadas em lotes de 40 hectares em uma outra área do seringal. Isso seria, posteriormente, motivo de grande controvérsia no movimento, como veremos adiante. O mais importante, porém, foi a imensa repercussão do empate em todo o estado do Acre. Aquela primeira ação de resistência seria territorializada em vários seringais.

Wilson de Souza Pinheiro, seringueiro negro e esguio, presidente do STR de Brasileia, foi o principal articulador dos empates nos seringais neste período. Em 1979, o sindicalista organizou um grupo de 300 homens seringueiros e os levou à Boca do Acre, no Estado do Amazonas, onde expulsaram um grupo de pistoleiros que ameaçavam os posseiros daquela região. O "mutirão contra a jagunçada", como foi estampado na capa do jornal *Varadouro* N° 16 (1979), tornou-se a principal forma de luta construída pelo movimento seringueiro[18], e por todo o estado do Acre os seringueiros saíam da floresta "buscando a lei" que garantia seus direitos de posse.

Esse foi o caso de um grupo de seringueiros do Icuriã e do Guanabara – dois seringais que hoje estão localizados a Noroeste da RESEX Chico Mendes – que, cansados das ofensas dos patrões e de fazendeiros recém-chegados, resolveram tomar uma atitude depois que invadiram suas terras para derrubar a mata.

> Os seringueiros […] avisaram o sindicato e foram a IV Companhia, em Assis Brasil. Falaram claro: "Estão invadindo nossas terras e fazendo a derriba". A IV Companhia deu autorização e ordem para trazer os responsáveis. Não era para fazer cerimônia. Os lavradores entenderam que podiam "esmagar" os invasores (VARADOURO N° 17, 1979, p. 8).

O grupo então se dirigiu para a mata para "pegar" o seringalista Chico Vieira e o fazendeiro Zé Ribeiro. "Queriam fazer a coisa na paz, mas armados" [19]e convencê-los a seguirem com eles até

---

[18]Nessa ação, os seringueiros tomaram dezenas de rifles e entregaram as armas ao Exército. No entanto, a violência dos fazendeiros alcançou Wilson Pinheiro que foi assassinado na noite de 21 de julho de 1980 dentro da sede do sindicato.
[19]Ibid., p.9

o quartel. Quando chegaram ao seringal, o fazendeiro e o seringalista foram “convencidos” a montarem em dois burros e seguir para Assis Brasil, sendo acompanhados por mais de uma centena de pessoas. Após dois dias de viagem pela mata, os dois homens foram entregues a IV Companhia e foram obrigados a fazer uma “tratação” na qual se comprometiam não mais importunar os seringueiros.

O episódio traz à luz o fato dos empates terem sido realizados de diversas formas em diferentes situações e, em muitas ocasiões, de forma totalmente espontânea. Havia a constante preocupação em que não terminassem em conflitos sangrentos. *“Fazer as coisas na paz”*significava a busca do seringueiro pelo seu direito de posse, presente na “lei” difundida pelos delegados sindicais da época. Em sua lógica, o patrão não tinha direito em expulsá-los ao vender suas colocações ao fazendeiro. E fazer “as coisas na lei” implicava em avisar o sindicato e as autoridades locais procurando por “justiça”. Dias mais tarde, os moradores realizaram uma procissão pelo campo com luzes e cantoria. “Era o pagamento de uma promessa que o pessoal do Icuriã tinha feito por ocasião do 'pega fazendeiro', caso não houvesse mortes” (Ibid., p.9).

Em 15 de dezembro de 1979, outro grupo de 25 seringueiros expulsou os jagunços e peões do fazendeiro Líbero Luchesi, conhecido por intimidar aqueles que o desafiavam, quando estes se preparavam para desmatar o Seringal Nova Esperança, em Xapuri, hoje parte da RESEX Chico Mendes. Dias mais tarde, o grupo foi preso pela Polícia Militar e mantido em um quartel da corporação, o que mostra a colaboração - pelos menos em parte – das forças de repressão do Estado aos fazendeiros recém-chegados na região. O seringueiro Vicente Ferreira da Silva, o mais velho do grupo, que liderou o mutirão, explicou o objetivo da ação.

> Dando fé que, segundo a lei criada pelo presidente Castelo, o homem do campo, com um ano e um dia na terra, tem o direito a um glebinha para morar e trabalhar, no entanto, esse direito tem sido escusado, não é verdade? Nos temos de dizer e colocar cada palavra no seu lugar. Está aqui toda essa multidão esperando a mesma coisa: que tenhamos o despacho dessa lei [...]. Eu, não somente eu, mas todos os companheiros espalhados na região estamos esperando pelas providências das autoridades. (VARADOURO Nº 17,19179, p.10)

Como se pode ver nos depoimentos, os seringueiros saíam da floresta à procura da “lei” que assegurasse seus direitos de posse. Mas, se para a Igreja Católica e a CONTAG, “a lei” do Estatuto da Terra era a melhor opção para mediar os conflitos de classes, garantido o lote para as famílias camponesas às portas da expropriação, para os seringueiros “a lei” era vista muitas vezes como garantia de posse da totalidade sua colocação, e não apenas de um pequeno lote que inviabiliza sua reprodução. Entre os posseiros da Amazônia vigora uma concepção de direito da terra gerado

pelo trabalho, em oposição ao direito de propriedade pelo dinheiro trazida pelo fazendeiro[20]. Enquanto prática social está o direito de posse, onde a terra é vista como mediação do trabalho, que orienta o camponês. E o trabalho realizado na floresta é fonte da vida da reprodução da família e, portanto, não tem valor de troca. Por essa razão não reconheciam o direito de propriedade dos fazendeiros porque se consideravam legítimos "donos" das colocações nas quais viviam a gerações (ALLEGRETTI, 2002, p. 234). Essa noção estava presente na mentalidade dos seringueiros que saiam da mata à procura "da lei", conforme o seringueiro Raimundo Barbosa Alves explicou na época:

> Então nós temos que lutar pelo que é nosso, temos que unir e avançar para dizer a eles (compradores de terras) que isso é nosso, não o que eles compraram do seringalista [...]. Então, ele vendeu esse mundo de terra com todos esses posseiros, ele deve ter vendido os posseiros também e nós não aceitamos que nós somos tão bandidos pra ser comprados […] Pra nós a terra tem valor porque é a nossa vida. Não pode ser vendida, que nós não vendemos a nossa vida (DUARTE, 1987, p. 192-193)

O problema fundamental é que a "lei",efetivamente, não assegurava a posse da colocação. Apenas o roçado, a casa e a criação de pequenos animais eram reconhecidos como benfeitorias, e o mesmo não se dava com as estradas de seringa. Desse modo, a partir da experiência do movimento, ficou claro que a estratégia do "lote por lote" não era a mais adequada, uma vez que não respondia às expectativas de continuarem a viver na mata preservando o seu modo de vida. Um seringueiro explica a questão ao Jornal *O Varadouro*:

> […] os 50 ha de terra não cabe uma metade de uma outra estrada de seringa, porque o terreno é muito pequeno, não dá. […] Nóis queremos é a seringa. Nóis queremos ficar onde nóis estamos, cada qual com sua colocação. Foi a proposta que defendemos junto ao sindicato. (O VARADOURO N° 13, 1978, s/p.)

Tratava-se, portanto, de uma luta pelo território e não apenas por um lote terra. Os pequenos lotes não permitiam a prática da caça e a realização das atividades extrativistas. Ademais, eram inadequados aos roçados itinerantes praticados pelas famílias, uma vez que seu tamanho era insuficiente para que a mata devolvesse a fertilidade aos solos após a derrubada e a queima. Lembremos que a maioria das colocações possuía 300 hectares ou mais.

Desse modo, uma vez que eram celebrados os acordos com os seringueiros que recebiam seus pequenos lotes em troca das suas colocações, o fazendeiro derrubava a mata da área para

[20] Essa forma de posse de terra é baseado no costume e tem como origem o regime fundiário das Sesmarias, conforme explica autores como Martins (1990) e Paoliello (1992). Na época colonial, as terras eram de domínio da Coroaportuguesa. A posse era dada ao sesmeiro que a ocupava a área por meio do trabalho – a derrubada da mata e seu cultivo. O direito de posse da terra pelo trabalho teria sido recriado pelo campesinato brasileiro e permanece na sua mentalidade, mesmo após instituição da propriedade privada da terra com a Lei de Terras de 1850.

implementar a pecuária. Depois cercavam as áreas ocupadas pelas famílias e inviabilizavam a permanências delas no local. Esse foi o caso do próprio Seringal Carmem, onde o empate não resultou no fim do desmatamento, mas sim em um meio de garantir o direito à posse da terra conforme definia o Estatuto da Terra. Passados 25 anos daquele empate, todos os seringueiros que participaram da ação estavam vivendo na cidade, fora da terra, conforme mostrou Allegretti (2002) em entrevistas realizadas com as famílias que participaram da ação. Alguns venderam seus lotes ao próprio fazendeiro e outros desocuparam a terra em razão da perda de fertilidade do solo. Chico Mendes, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, é preciso ao explicar este processo em entrevista a Costa-Sobrinho (1992a, p. 183-184):

> Nós não tínhamos ainda rumo definido, a saída foi aceitar um acordo e garantir pelo menos um lote de terra. Em troca de suas colocações os seringueiros receberam alguns pedaços de terra. Não foi um bom negócio. Seringueiro transformado em agricultor da noite para o dia não deu certo. Pouco tempo depois venderam ou abandonaram os lotes e muitos foram cortar seringa na Bolívia. O seringueiro tinha que ceder as estradas de seringa e com isso era um homem liquidado. A derrubada de seringueira e castanheiras era inevitável e sem elas o trabalhador não sobreviveria. A garantia do lote não impedia o desmatamento. A reforma agrária do INCRA, com base no Estatuto da Terra, não servia pro seringueiro. Passamos a lutar pela permanência na colocação com as estradas, com seu traçado original. Isso correspondia a 300 ou mais hectares. Mobilizamos o pessoal todo pra luta. Vamos empatar o desmatamento.

O modelo de pequena propriedade individual do sul do país, defendida pela Igreja Católica e pela CONTAG, não servia para essa população amazônica. Mas se uma reforma agrária pautada no loteamento das terras não servia aos seringueiros, tratava-se então de construir uma proposta que permitisse "uma outra reforma agrária" de acordo com sua cultura e modo de vida. Com base nessa compreensão, a estratégia dos empates foi transformada: ao invés de negociar lotes, como ocorreu nas primeiras ações, passou a ser a defesa das colocações e o impedimento do desmatamento dos seringais.

A CONTAG e a Igreja Católica tinham dificuldade em compreender as especificidades culturais dos seringueiros. Afinal, uma unidade de produção camponesa com 300 ha em média, na maior parte do país, era visto como uma grande propriedade, especialmente do ponto de vista do pequeno camponês do Sul. Mas as condições históricas que formaram o seringueiro como um camponês da floresta e as peculiaridades do extrativismo não admitiam uma transposição mecânica de soluções construídas em outras regiões brasileiras.

A questão então, como coloca Porto-Gonçalves (2003), estava na disjuntiva entre aplicar a lei, optando por uma Reforma Agrária como previa o Estatuto da Terra e ficar à mercê de uma futura expropriação; ou então lutar pela criação de uma "nova lei", pautada nos costumes e na

tradição e no desejo de se conquistar a autonomia camponesa. Essa última opção foi a saída apontada pelo movimento dos seringueiros do Acre.

Os “empates” realizados em Xapuri contra o grupo Bordon apontaram a luta para uma outra direção. Em março de 1980, ao grupo empresarial começou a realizar a derrubada da mata do Seringal Nazaré para implantar uma fazenda. Um grupo de 52 seringueiros organiza um empate impedindo o desmatamento. A Bordon, então, realiza um acordo com os seringueiros no qual se compromete em assentá-los em lotes com 55 hectares e permitem o uso das estradas de seringas pelos próximos dois anos. Contudo, no ano seguinte, a Bordon realiza um novo desmatamento, que é respondido pelos seringueiros com um novo empate. Em 1982, uma reunião é realizada na Bordon entre posseiros, administradores da fazenda e órgãos estatais. Então, o INCRA oferece a concessão de uma área de 55 hectares para cada posseiro. Como não houve acordo, o instituto aumentou para 100 ha:

> A resposta dos posseiros foi uma só: não aceitamos ocupar uma área de apenas100 ha por família, pois desejam continuar explorando a castanha e a seringueira na área que ocupam há muito tempo. Além do mais, afirmaram eles, que não vão arriscar plantar seringueiras, pois elas já existem em abundância na região (DUARTE, 1987, p. 187).

Nesse momento, sob a orientação do STR de Xapuri, a estratégia dos empates passou a ser o impedimento total do desmatamento da floresta. Os seringueiros são orientados a continuar em suas colocações e a organizarem o grande mutirão dos empates caso os fazendeiros avancem com o desmate. O caso de Raimundo Gomes do Nascimento é bem ilustrativo deste novo momento. Depois de ver seus parentes serem expulsos por um fazendeiro que se instalou no Seringal Filipinas, em Xapuri, Raimundo conseguiu a permissão do gerente da fazenda para continuar ocupando suas estradas de seringa.

> Eu morava aqui antes da Reserva. E quando os fazendeiros chegaram já morava aqui. Acompanhei a chegada deles. […] Naquela época, o sindicato dizia que quem trabalhava um ano e um dia na floresta assim já ganhava o direito [à terra] e não era mais fácil o fazendeiro tirar o dono da terra. Com mais de ano, eles arrumaram uma confusão que queriam me tirar, e o sindicato tomou conta. Sei que era junto com nóis o Chico Mendes, aí eu consegui e o cara não pôde me tirar mais. […] Foi quando eles passaram a conhecê que morava caboclo aqui dentro da floresta. Quando eles demarcaram uns lote de terra pra desmatar, aí eu vi que eles tavam desmatando minha propriedade, minhas estradas de seringa, eu chamei uns amigo seringueiro, e eles vieram pra nóis fazer um empate aqui. Até fui eu, o Raimundo de Barros, um outro amigo dele que não sei o nome e os meus companheiro, uns vinte posseiro, vieram pro empate. Aí eles viram que morava pessoas dentro daquela floresta, que pra eles não morava ninguém[21].

[21] Entrevista realizada por Jeferson Choma com Raimundo Gomes do Nascimento em 05 de janeiro de 2016.

O empate, como explica Raimundo, foi para impedir o desmatamento da sua colocação. Foi a maneira que o movimento encontrou para dizer que havia sim gente morando e vivendo na mata. Como disse Raimundo: “Foi quando eles passaram a conhecê que morava caboclo aqui dentro da floresta”. Dessa resistência foi se gestando também uma nova proposta para manter o seringueiro na floresta. Em 1981 começa a ser formulado o Projeto Seringueiro, mas a proposta de “Reforma Agrária dos Seringais” ganhou contornos mais exatos apenas no I Encontro dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Pela primeira vez se reivindicava a desapropriação dos seringais de modo a garantir a integralidade da atual estrutura de ocupação, além da “criação de leis, proibindo a destruição de seringueiras, castanheiras e madeiras de lei”. O encontro também aprovou “que seja assegurado ao posseiro, que tiver comprovado cinco anos de posse ininterrupta, o direito de receber a escritura pública de domínio de toda a área” (PORTO GONÇALVES, 2003 p. 493).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, neste momento, assume o protagonismo desse novo modelo de reforma agrária formulado pelo movimento. Pedro Sebastião Rocha, do Seringal Porvir, explica as conclusões de uma reunião de seringueiros realizada nessa época:

> [...] Os trabalhadores, então, em peso, depois de uma discussão demorada de um dia, em grupo, decidiram por unanimidade, rejeitar qualquer proposta de acordo com os fazendeiros, a questão de Xapuri não seria a briga por um pedaço de terra, mas sim pela conservação de suas riquezas naturais, ou seja, a preservação das seringueiras e das castanheiras que eles consideram um meio de subsistência. [...] para eles (seringueiros) não importa título de terra. Pra eles não tem valor. O valor deles é a seringa, porque é com a manutenção dela que eles ganham o sustento deles (DUARTE, 1986, p. 192).

Portanto, a proposta defendida pelos seringueiros seria pautado em seu modo de vida e na relação com a floresta, algo que não seria assegurado por uma proposta convencional de assentamento de lote por lote.

Cabe notar, que a aliança estabelecida entre seringueiros com as entidades indígenas na época, como a Comissão Pró-índio no Acre e a União das Nações Indígenas (UNI), foi fundamental para a construção dessa uma nova proposta. Percebendo que sua luta era comum, seringueiros e indígenas reuniram forças na Aliança dos Povos da Floresta para lutar pelos seus direitos contra um inimigo comum. Antônio “Txai” Macedo, uma das lideranças da Aliança na época, explica como foi essa relação:

> A ideia era fundar a União das Nações Indígenas aqui, a UNI-Norte. Em 1984 nós reunimos 84 lideranças e convidamos também o Chico Mendes que veio com junto com o Osmarino pra que a gente pudesse também dar um recado ao Chico, que era interessante pra eles naquele momento. Foi tipo o seguinte: o que se conhecia antes

> era que os patrões jogavam os seringueiros contras os índios, e os índios contra os seringueiros. Eles não podiam é se integrar, formar uma aliança ou coisa do gênero. Tinha que tá separado para o patrão poder tirar proveito na exploração das categorias ali existente, dos segmentos. Então, nos falamos o seguinte: "Chico, os seringueiros e os índios não são inimigos. Eles são separados por um inimigo dos dois que é o patrão, o marreteiro. Eles [indígenas e seringueiros] bebem da mesma água, eles comem da mesma comida. Eles vivem praticamente junto, mas agora chega nas questões dos direitos, os índios têm os direitos estabelecidos. É muito bom essa questão do empate, mas, ao mesmo tempo, [tem] a luta pela terra. Tem que lutar por uma terra de uso social semelhante o que é as terras indígenas para os seringueiros, que são sociedades similar as populações indígenas[22].

A ideia de se fazer algo semelhante aos territórios indígenas se tornaria dali para frente uma referência para o movimento seringueiro. O desafio era constituir um modelo que pudesse combinar a apropriação da família da colocação com apropriação coletiva dos recursos da floresta. No IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, de 1985, o STR de Xapuri, com Chico Mendes na sua presidência, defendeu um projeto de reforma agrária para a Amazônia, muito diferente daquela até então defendida tradicionalmente pelas organizações sindicais. A proposta de resolução era clara: “Que sejam concedidas aos seringueiros da região amazônica áreas que obedeçam à realidade local, variando entre um mínimo de 300 ao máximo de 500 hectares” (STR-XAPURI, 1985 apud PORTO GONÇALVES, 2003 p. 494).

Mas a fórmula mais amadurecida veio a se apresentar no 1° Encontro Nacional dos seringueiros, em outubro de 1985, que resultou na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), reafirma-se o caráter específico da reforma agrária para a Amazônia, conforme a resolução aprovada:

> 1. Desapropriação dos seringais nativos.
>
> 2. Que as colocações ocupadas pelos seringueiros sejam marcadas pelos próprios seringueiros, conforme as estradas de seringa.
>
> 3. Não divisão das terras em lotes.
>
> 4. Definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas assegurado seu uso pelos seringueiros.
>
> 5. Que não haja a indenização das áreas desapropriadas, não recaindo seu custo sobre os seringueiros.
>
> 6. Que sejam respeitadas as decisões do 49 Congresso - Nacional dos Trabalhadores Rurais, no que diz respeito a um modelo especifico de Reforma Agrária para a Amazônia, que garanta um mínimo de 300 hectares e um máximo de 500 hectares por colocação, obedecendo a realidade extrativista da região.
>
> 7. Que os seringueiros tenham assegurado o direito de enviar seus delegados a Assembléia Nacional Constituinte para defender uma legislação florestal e fundiária de acordo com suas necessidades específicas (CNS, 1985).

[22] Entrevista realizada por Jeferson Choma com Antônio “Txai” Macedo em 21 de julho de 2016.

Aqui se desenhou claramente o modelo das Reservas Extrativistas, que era segundo Chico Mendes "o seringal sem o patrão" (ALLEGRETTI, 2002, p.189), isto é, onde se recriassem os elementos do antigo seringal tradicional, sem a relação entre patrões e fregueses, com a emergência do modo de vida e autonomia do camponês da floresta. Entretanto, a proposta ainda subvertia a noção de propriedade privada da terra, como mais uma vez explicou Chico Mendes (1990, p. 18):

> Não queremos transformar a Amazônia num santuário, o que nós não queremos é a Amazônia devastada. E aí se pergunta: qual é a proposta que vocês têm? [...] estas propostas se baseiam na criação das reservas extrativistas. Os seringueiros não interessam e nem querem o título de propriedade, nós não queremos nenhum título nenhum e nem ser donos da terra, o que nós queremos é que a terra seja de domínio da União e de usufruto para os seringueiros, e dos habitantes da floresta.

No passado, o seringueiro ocupava uma colocação sob o domínio do patrão seringalista. Exercia um tipo de usufruto que o estava atando à dependência pessoal dos patrões e o enredava em relações sociais que abrangiam o trabalho, as atividades socioculturais e a questão da apropriação do território e de sua permanência nele. Mas, como vimos, a emergência da autonomia camponesa surgida no âmbito da decadência do seringalista, dá um novo sentido ao controle da colocação e de seu usufruto. A posse, que foi a forma histórica de ocupação do território, é ressignificada pela emergência de novas relações sociais, e nesse contexto a propriedade privada da terra não poderia fazer sentido à sua práxis. Ademais, pela sua experiência prática, o movimento seringueiro temia que a concessão de títulos de propriedade não asseguraria a posse do território, uma vez que os lavradores ainda poderiam ser submetidos a pressão e a violência dos fazendeiros para expulsá-los de suas colocações. Por essa razão, o STR de Xapuri procurava assim formular uma proposta em que a identidade seringueira fosse um fator para se criar uma nova e original política de reforma agrária para além daquela estabelecida pelo Estatuto da Terra. Não se tratava de uma "luta pela terra", mas sim de uma luta por um território, de uma porção do espaço apropriada pelas populações seringueiras e que asseguravam a sua reprodução e de um modo de vida com a floresta. Dessa forma, tem muita relevância a destacada atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri em "criar novos direitos" (PORTO-GONÇALVES, 2003) o que desafiou de uma só vez um modelo pré-formado para o acesso à terra, como também mostrou que um sindicato rural pode ir muito mais além do que ser um mero mediador entre questões salariais e trabalhistas[23]. Ademais, destaca-se o

[23] Autores como Margarida Maria Moura (1988), e Lygia Sigaud (1977) mostram como muitas demandas pela terra no Brasil se converteram pelas mãos de sindicatos rurais, em uma luta pelo assalariamento e direitos trabalhistas. "Tratar para dis-tratar", é o termo utilizado por Moura (p.138) para se referi aos acordos que os sindicatos rurais realizaram na região do Vale do Jequitinhonha e que privilegiaram os direitos trabalhistas, secundarizando assim a luta pela posse costumeira da terra dos agregados e sitiantes. O STR de Xapuri e o movimento seringueiro seguiram outra direção: recusaram o Estatuto da Terra, o "dis-trato" que levaria a expropriação dos lavradores.

papel ativo de Chico Mendes, seringueiro alfabetizado na mata por um antigo militante do PCB que havia se embrenhado nos seringais nas décadas de 1950-1960, na organização, divulgação e elaboração de uma nova proposta para o movimento seringueiro.

Após intensa pressão do movimento, o INCRA cria um grupo de trabalho (GT), formalizado em 30 de abril de 1987, composto por membros do órgão e do Conselho Nacional dos Seringueiros com o objetivo de atender às suas reivindicações dos seringueiros. Por meio da Portaria INCRA/P/ nº 627, de 30 de julho de 1987 é criada a modalidade Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) , que é considerada uma primeira aproximação de um projeto de Reserva Extrativista. Tal modalidade inédita de assentamento "integra o homem às peculiaridades naturais e culturais de cada região" e vai se destinar "à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham a ocupar as mencionadas áreas" (INCRA, 1987). Também não emite títulos de propriedade e estabelece a "concessão de uso, em regime comunial, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias". A grande limitação dessa proposta, conforme avaliavam os seringueiros, era a necessidade de desapropriação prévia para a criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas e a fragilidade do instrumento jurídico utilizado, isto é, uma portaria interna passível a modificações a depender da conjuntura política. A necessidade de prévia desapropriação para criar tais projetos, o que supunha regularidade na titulação das terras, impedia na prática que áreas em conflito fossem disponibilizadas para essa modalidade de assentamentos[24]. Por essa razão, o CNS continuou seus esforços para erigir um instrumento jurídico mais sólido que resistisse a instabilidade institucional que envolve a questão agrária. Em 23 de janeiro de 1990 foi assinado, pelo então presidente da República José Sarney, o decreto de criação da primeira Reserva Extrativista existente, a RESEX do Alto Juruá. Sete dias depois se instituiu, na política ambiental brasileira, a figura jurídica "Reserva Extrativista" por meio do Decreto n. 98.897, de 30 de janeiro de 1990. O primeiro Artigo diz: "As Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, *por populações extrativistas"* (BRASIL, 1990, grifo nosso). O Artigo 4 definia que "a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso [...]"[25], concedido gratuitamente aos seringueiros. Já o Artigo 2 afirmava que, "o contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo IBAMA" que seria formulado pela própria comunidade e seria o primeiro documento de gestão das Reservas Extrativistas. Ao IBAMA, ficou reservado o papel de "supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições

[24] Até 2011, o INCRA criou no estado do Acre 13 PAEs, que totalizam uma área de pouco mais de 319 mil hectares. As cinco Reservas Extrativistas no estado, por sua vez, compreendem uma área total de 3.650.891,324 ha (INCRA, 2012).
[25] Ibid., 1990.

estipuladas no contrato [de concessão de uso]". Por fim, as Reservas Extrativistas foram consideradas áreas de relevante interesse social e ambiental, o que eliminava a necessidade de desapropriação anterior à sua criação e facilitando sua concretização. Assim, as populações seringueiras são finalmente reconhecidas como protagonistas que fazem valer seu princípio de autonomia garantindo a exploração/conservação dos recursos naturais.

Figura 5 – Empates realizados no início da década de 1970.

Fonte: CPT-AC.

Figura 6 – Wilson de Souza Pinheiro, o seringueiro que liderou os primeiros empates no Acre.

Fonte: CPT-AC.

2.6. Movimento seringueiro e o movimento ambiental urbano

A criação das Reservas Extrativistas foi o ponto alto do movimento seringueiro. Naquele momento, a luta travada pelos camponeses da floresta contra o avanço da acumulação capitalista sobre a Amazônia já havia ganhando dimensão nacional e internacional. Expressão disso foi o prêmio Global 500 que Chico Mendes recebeu da ONU por defender o meio ambiente. Nem mesmo seu trágico assassinato, em 22 de dezembro de 1988, fez o movimento retroceder. O efeito foi bem diferente do que o pretendido por seus algozes, pois mostrou ao mundo toda a violência e covardia empregada pelos latifundiários contra as populações da floresta. Apesar da perda irreparável de sua principal liderança, o movimento mostrou que havia alcançado elevada capacidade de organização, apoiada em uma sofisticada rede de apoio e solidariedade que transcendia a floresta, envolvendo organizações ambientalistas, partidos de esquerda e organizações sindicais. Nesse sentido, como lembra Mauro W. Barbosa de Almeida, em vinte anos o movimento seringueiro passou da invisibilidade política e social para a posição de "paradigma de desenvolvimento sustentável com participação popular" (ALMEIDA, 2004, p. 32). A dimensão ambiental da luta seringueira possibilitou sua aliança com organizações do movimento ecológico urbano, mas isso decorreu em razão da singular agenda agrária defendida pelos camponeses da floresta. Ao defender uma Reforma Agrária adequada ao seu modo de vida, materializada na criação das Reservas Extrativistas, os seringueiros apresentavam uma inédita modalidade de Reforma Agrária, pautada na manutenção do extrativismo e na "floresta em pé". Por outro lado, também abriram caminhos para novas políticas ambientais no país onde o homem não seria visto como algo estranho à natureza. Sobre essa dimensão "ecológica" da luta seringueira, Mauro W. Barbosa de Almeida (2004, p. 34), a partir de sua experiência pessoal na criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá, afirma que o movimento se apropriou de parte do discurso ambiental "não para parodiá-lo, mas para, de fato, incorporá-lo em suas próprias concepções e práticas locais, atribuindo a esse discurso novos significados". Segundo o autor:

> Ao fazê-lo, redefiniram sua maneira anterior de agir, mas o fizeram conforme critérios estabelecidos em tradições e costumes próprios; ao mesmo tempo redefiniram sua relação para com a sociedade, construindo para si um nicho onde pudessem ser reconhecidos, como "povos da floresta", com direitos agrários e sociais reconhecidos como legítimos.

Contribui para essa aliança o novo contexto internacional marcado pelo debate sobre o uso predatório dos recursos naturais e a poluição gerada pelo processo de industrialização como ameaças ao futuro da humanidade.

Enquanto o regime militar entoava seus planos de expansão provocando a destruição da floresta e a expropriação dos camponeses da Amazônia, a Conferência de Estocolmo, convocada pela ONU em 1972, alertava para a incompatibilidade da sobrevivência do planeta face ao modelo de desenvolvimento econômico vigente.

A aliança do movimento seringueiro com ambientalistas, porém, não significou a existência de uma visão unânime na qual coincidem os interesses ambientais e sociais.

> Em nenhum momento, claro que indiretamente se defendia a preservação da floresta aja visto que sem floresta não há extrativismo [...]. Então a defesa ambiental se dava dessa forma, mas não era especificamente esse objetivo, de manter a floresta como um santuário ecológico. Em primeiro lugar é manter a vida, porque essas populações fazem parte do meio e se você não busca meio pra manter essa população tradicional com um mínimo de dignidade, é claro que o meio tá ameaçado.[26]

O discurso conservacionista radical que exclui o homem do meio e apresenta a floresta como "um santuário intocável" era algo totalmente estranho aos olhos do movimento seringueiro. O depoimento de Dercy Teles, ex-presidente do STR de Xapuri, demonstra claramente essa diferença entre a proposta do movimento com aquilo que Diegues (2000) chama de visão conservacionista radical que serve de base para a criação das Unidades de Conservação no Brasil, o que resulta na exclusão das populações que historicamente ocupam esses territórios, ou, pelo menos, apresenta muitos entraves na reprodução ao seu tradicional modo de vida. Os seringueiros, como explica Dercy, *fazem parte do meio*, isto é, a dicotomia sociedade/natureza, presente na sociedade urbana, é totalmente relativizada pelo modo de vida do camponês da floresta. No Capítulo 3 veremos mais detalhadamente o conflito entre essas duas maneiras de se relacionar com a floresta.

Ao mesmo tempo em que a criação das RESEXs influenciou o debate sobre o paradigma da preservação ambiental no país, a sua institucionalização trouxe novas e desafiadoras contradições às populações seringueiras. Em realidade, ao longo dos anos 1990, as Reservas Extrativistas não escaparam dos efeitos da nova agenda neoliberal assumida pelo Estado brasileiro, tampouco das transformações que o movimento ambiental sofreu nesta nova fase.

A década de 1990 é apontada como o momento no qual a questão ambiental ganha maior visibilidade no cenário internacional. O tema passa a constar como pauta obrigatória na agenda política dos Estados Nacionais e órgãos multilaterais, especialmente, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992.

No entanto, enquanto eram realizadas as mais importantes conferências e fóruns

[26] Entrevista realizada por Jeferson Choma com Dercy Teles de Carvalho e Cunha em 22 de janeiro de 2013.

internacionais sobre o meio ambiente, a ideologia neoliberal passa a se afirmar ao longo da década. São tempos em que se proclamava a “vitória do capitalismo” o “fim da história” e a impossibilidade de qualquer utopia transformadora.

Os Estados nacionais tiveram sua capacidade econômica reduzida e se tornaram cada vez mais dependentes do mercado de capitais que opera em escala global. A solução do “Estado mínimo” (mínimo no que se refere aos gastos sociais), Tratados de Livre Comércio e a supervalorização das “forças invisíveis” do mercado passam a constar como itens prioritários na agenda política dos governos de todo o mundo, particularmente na América Latina. Era o chamado “Consenso de Washington” em ação.

Como bem assinala Carlos Porto-Gonçalves (2006, p. 299), é nesse momento que a questão ambiental “também passa a interessar cada vez mais o ‘andar de cima’ sobretudo o setor empresarial e, entre esses, as grandes corporações transnacionais ”.

Apenas dois anos após a Eco-92, realizam-se as rodadas de negociação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), que anos mais tarde daria origem a Organização Mundial do Comércio (OMC), uma instituição criada para dar vazão às necessidades do novo modelo de acumulação capitalista por meio da abertura das fronteiras do comércio mundial em prol das grandes transnacionais.

Em vista disso, a crescente preocupação com a questão ambiental e a transição para um suposto mundo “mais sustentável” será incorporado por soluções pautadas nos interesses do mercado, ajustando a questão às estratégias empresariais. Assim, é criado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que surge junto com o Protocolo de Kyoto, cujo resultado é a criação de um mercado de carbono, conforme destaca Porto-Gonçalves (2006).

A dependência econômica dos países periféricos, sobretudo os mecanismos de dívida externa e interna, tornam-se poderosos mecanismos de coerção dos países centrais e as agências do capital financeiro para imposição de política de livre comércio formuladas pelo Banco Mundial, FMI e OMC. Foi também por essa via que políticas neoliberais ganharam mais espaço nas políticas ambientais aplicadas pelo Estado, como programas de redução de emissões de gases efeito estufa por desmatamento e degradação (REED), Manejos Florestais, Bancos Genéticos. Porto-Gonçalves (2006) destaca que Unidades de Conservação estão a mercê de tais políticas e que ainda muitas delas podem se converter em latifúndios genéticos e servirem como reserva de valor à indústria.

> Assim, ante os avanços de múltiplos movimentos sociais que conseguiram imprimir ao debate um forte caráter social de respeito à diversidade cultural, desencadeou-se uma ampla estratégia empresarial, com a ajuda de grandes organizações não-governamentais, para que se condicionasse a busca de alternativas políticas aos marcos da ordem societária existente, ou seja, que se procurasse estreitar as soluções aos marcos do mercado, às regras do jogo do

> capitalismo, enfim, procurava-se retirar a iniciativa daquele protagonismo de ampla base popular e cultural, acreditando que o mercado é a única solução possível para qualquer problema, inclusive os ambientais. (GONÇALVES, 2006, p. 302).

Autores como Petras (1995) discutem a proliferação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) durante o acenso da ideologia neoliberal e seus vínculos com as instituições do capital financeiro, tais como o Banco Mundial. Essas organizações teriam ganhado peso na vida social e política dos países que adotaram o receituário do "Estado mínimo" e, consequentemente, na redução das despesas nos investimentos sociais e no aumento da pobreza. Para Petras, o surgimento das ONGs está vinculado a desresponsabilização do Estado em áreas sociais, ao mesmo tempo em que esse tipo de organização foram estimuladas pelo Banco Mundial para abrandar conflitos provocados pela redução dos investimentos sociais dos governos (PETRAS, 1995).

O movimento seringueiro e suas organizações não ficaram imunes a este processo, a começar pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e depois demais organizações como cooperativas que aprofundam sua vinculação com as ONGs por meio de inúmeros convênios.

Embora não fosse um sindicato, o sindicalismo foi extremamente importante para o CNS desde a sua fundação[27]. Segundo Almeida (1989), o I Encontro Nacional dos Seringueiros realizados em Brasil ia em 1985, que fundou o CNS, contou com 130 sindicalistas. Desde então, todos os membros de sua diretoria eram sindicalistas ou delegados sindicais. "Para todos eles, foi o sindicato rural a escola de organização e mobilização" (ALMEIDA, 1989, p. 4).

Essa relação com os sindicatos, contudo, vai se fragilizando ao longo dos anos 1990, ao passo que a relação com ONGs se fortalecem e essas organizações passam construir uma influência decisiva nas políticas públicas adotadas pelo governo do Acre e nas Reservas Extrativistas (CAMELY, 2009)[28].O aprofundamento dessa vinculação já havia sido percebido pelo CNS, como

---

[27] Almeida, diz que os CNS não era um sindicato, uma vez que não fazia filiação de associados e nem cobrava taxas ou mensalidades. No entanto, o CNS e todo o movimento seringueiro estiveram desde o início atrelados ao novo sindicalismo que surgiu no final da década de 1970. Chico Mende, como representante do STR de Xapuri, inclusive defendeu a proposta que serviria de base para as Reservas Extrativistas no IV Congresso da CONTAG (em 1985) e em congressos da CUT, central que ajudou a organizar no Acre. Chico Mendes era ligado a corrente "CUT pela Base" que disputava a hegemonia da central com a "Articulação Sindical". Não sem dificuldade, os seringueiros tentavam explicar aos sindicalistas que o modelo de assentamento por lote não funcionava para a realidade vivida por eles. Muitas vezes suas propostas eram classificadas como "ambientalistas" ao invés de serem apreciadas como um modelo original de Reforma Agrária para a Amazônia.

[28]A geógrafa oferece dados muito relevantes sobre o processo de "onguização" das organizações representativas dos seringueiros no decorrer dos anos 1990, assim como a atual influência que essas organizações exercem na formulação das políticas públicas no estado do Acre. No entanto, autora apresenta uma total incompreensão a respeito das relações sociais camponesas existentes na RECM, qualificadas por ela como "semifeudais". Como exemplo, ela cita a existência de "relações de parceria" e o pagamento de "diárias", sem perceber que tais atividades são exercidas como parte da estratégia da reprodução familiar camponesa. Apesar de longas discussões sobre a questão agrária na Amazônia, a autora também foi incapaz de identificar as RESEXs como uma proposta de Reforma Agrária erigida pelos "de baixo" e adequada ao modo de vida do camponês florestal. Conclui unilateralmente que "[…] a criação da Reserva Extrativista não garante aos seringueiros a propriedade da terra e submete a população camponesa da reserva à tutela do Estado, pois sua forma de viver e produzir está regulada pelas regras ambientais impostas, além de estarem submetidos a normasestranhas ao seu modo de vida e de produção" (2009, p. 217). A nossa pesquisa procura mostrar que, apesar dos

registra uma ata da reunião do Conselho, realizada em 5 de novembro de 1991. Entre os problemas enfrentados pelo CNS há o item “subordinação da direção a determinadas entidades, ONGs e Estado” (CNS, 1991). Segundo Paula (2005, p. 225), a partir de 1995, o CNS passou a ser mantido financeiramente pelo governo federal e pelo Banco Mundial.

Após o VI Encontro Nacional do CNS, Osmarino Amancio Rodrigues, liderança seringueira do Acre, três vezes secretário do Conselho, afirmou que a entidade deixou de ser um movimento social para se tornar uma ONG e condenou o apoio do CNS está apoiando a exploração de madeiras nobre nas reservas extrativistas (RODRIGUES, 2002). Posteriormente, o CNS mudou de nome para Conselho Nacional das Populações Extrativistas a partir de 2009, e suas lideranças são formadas exclusivamente por extrativistas do estado do Amazonas. Sua atuação no Acre hoje em dia é totalmente irrelevante.

Figura 7– Delegados do movimento seringueiro em Congresso Nacional da CUT.

Fonte: CPT-AC

Figura 8 – Ato político em funeral de Chico Mendes.

Fonte: CPT-AC

conflitos entre seringueiros e o Estado e, inclusive, a criminalização de certas práticas tracionais, os camponeses da RECM mantém seu modo de vida e lutam para que suas práticas tradicionais continuem sendo exercidas.

Figura 9 – Os líderes seringueiros Osmarino Amâncio e Raimundo Barros em velório de Chico Mendes.

Fonte: CPT-AC

2.7. Os seringueiros e os "governos da floresta"

Em 1998, o Partido dos Trabalhadores (PT), que teve profunda ligação com movimento seringueiro, chegou ao governo estadual e, desde então, se mantém no poder. Os "governos da floresta", como são autointituladas as gestões de Jorge Viana (1999-2002, 2003-2006), Binho Marques (2007-2010) e do atual governador Tião Viana (2011-2014, 2015-), todos do PT, passaram a utilizar a imagem de Chico Mendes como um ícone do governo, e associam a trajetória e a luta do movimento seringueiro às políticas públicas implementadas pelos seus governos.

Contudo, nem o primeiro governo de Jorge Viana, tampouco os subsequentes, foram capitaneados pelos representantes das mesmas organizações populares nascidas no seio da luta de classes das décadas de 1970 e 1980. Viana, por exemplo, não vinha das organizações sindicais ou da Igreja Católica. Sua formação política e técnica foi forjada fora dessas esferas. Engenheiro florestal, ele tornou-se diretor na Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC), no governo de Flaviano de Melo (1987-1989). Mas, independentemente da origem dos governadores, o fato é que inúmeros sindicalistas e membros do CNS passaram a ocupar cargos no governo estadual ou a compor sua base de apoio parlamentar e extraparlamentar. Dessa forma, ocorreu uma institucionalização parcial dessas lideranças populares e, face às medidas adotadas posteriormente pelo governo, pode-se afirmar que o movimento dos seringueiros foi dividido entre aqueles que apoiam o governo e aqueles que se opõem a ele.

O compromisso assumido pelos governos da "Frente Popular", como ficou conhecida a coligação de partidos que conduziu os governos do PT ao poder, era acabar com os conflitos

fundiários e ambientais no Acre, e viabilizar políticas públicas que pudessem apoiar a comercialização de produtos extrativistas. Assim, incorporaram à sua agenda o conceito de "desenvolvimento sustentável" a fim de promover políticas públicas voltadas à preservação ambiental. Em 2001, o governo de Jorge Viana promulgou a Lei 1.426 que "dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas" (ACRE, 2001). Muito além de criar todo um novo ordenamento institucional no que se refere a gestão ambiental, a Lei 1.426 apresentou pela primeira vez de forma explicita a ideia de que a floresta é "um ativo econômico". Isso fica claro em seu Artigo 6, Parágrafo 3, no qual é instituída a concessão de florestas públicas "através do qual uma determinada área de floresta ou quantidade de recurso florestal é destinada pelo Governo do Estado a ser explorada pela iniciativa privada" (ACRE, 2001). Outros dispositivos da lei se relacionam com essa lógica. Em seu Artigo 58, o governo fica autorizado a "estabelecer regulamento específico para a utilização, valoração e remuneração dos serviços ambientais das unidades de conservação estaduais e florestas privadas" (ACRE, 2001). No Artigo 11, Parágrafo 11, o governo se compromete em "prestar assistência técnica, promover e executar treinamentos em elaboração e execução de planos de manejo florestal madeireiro e não-madeireiro" (ACRE, 2001).

> Essa lei é considerada um marco no Governo da "Frente Popular" no que diz respeito à questão ambiental. Com efeito, a partir dela, aprofunda-se de forma extraordinária no Acre a mercantilização da floresta e de seus recursos […]. Assim, pois, sob pretexto de conservar e preservar a floresta, forjou-se um instrumento legal que possibilita a exploração privada de uma área de floresta e de seus recursos por até 30 ou 40 anos: a concessão florestal (SOUZA, I. P. 2007, p. 111).

A ideia de que a floresta é "um ativo econômico", e que pode alavancar o desenvolvimento econômico do estado também está presente no Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) do Acre que aponta para "políticas de incentivo à industrialização" que levem "em consideração a importância da interiorização da atividade florestal, visando ampliar a conectividade entre as diferentes regionais na formação de aglomerados (*clusters*) florestais" (ACRE, 2010, p 143) à disposição das atividades do manejo florestal sustentável.

Como veremos no Capítulo 3, o programa de concessões florestais foram implementados inicialmente em quatro florestas. A primeira delas, na Floresta Estadual do Antimary em 2005, onde se permitiu a exploração comercial de madeira. O projeto foi cercado de inúmeras controvérsias as quais discutiremos mais adiante.

Em 2010, o governo instituiu a Lei Estadual nº 2.308 de 2010, que criou o Sistema de

Incentivos aos Serviços Ambientais do Acre (SISA). Há importantes implicações nesse novo dispositivo legal para as Unidades de Conservação de Uso Sustentável existentes no estado e seus habitantes. A primeira delas é que a lei viabiliza plenamente a exploração de madeiras, em bases "sustentáveis", em Unidades de Conservação, o que será amplamente fomentado pelas instituições governamentais. Outra medida é a financeirização da natureza por meio da comercialização de créditos de emissão de carbono relativos a serviços e produtos ambientais. Dessa forma, a visão da floresta como um ativo econômico foi assumida pelo governo do Acre como uma estratégia de desenvolvimento e inserida nos planos de gestão territorial. O conjunto dessas ações, designado como "capitalismo verde" por Sandonato (2015)[29], indicam um processo de captura do programa seringueiro de manter "a floresta em pé", mas agora redefinido sob a base do pensamento neoliberal e de todos seus axiomas que exaltam o mercado como a arena para a resolução dos problemas ambientais. Em um contexto histórico marcado pela flexibilização dos direitos sociais e reformas em prol da iniciativa privada, o mercado é apresentado como "única solução possível" para viabilizar uma "economia verde". No entanto, uma parte das lideranças seringueiras é bastante crítica a esse modelo.

> Nos dissemos na época [dos empates]: "bom vai ser uma parceria ter essas ONGs". Uma parceria do movimento com as ONGs. Só que logo essas ONGs passaram a ter grandes interesses que só nos passamos (a ver) quando elas chegaram. A gente fez os empates, começamos com as Reservas Extrativistas, e eles passaram a escrever livros, fazer várias conferências, vários congressos. Chegaram com a proposta pra nóis do tal do projeto do uso múltiplo, agregar valor a essa floresta. Foi aí que nóis percebemos o interesse comercial por essas ONGs aqui na região […]. Esse pessoal que numa época ficaram do nosso lado contra o latifúndio, assumiram nossa luta, em seguida nóis vemos esse pessoal defender o selo pra exportação, defender o selo pra as madeireiras. Agora nóis temos que certificar a madeira pra ser vendida. Aí passamos a ver Marina Silva a fazer essa defesa, os Vianas, a fazer essa defesa, as ONGs. Nóis passamos a perceber que era o projeto da mercantilização dos meios naturais. Ou seja, vai ser tudo pro mercado[30].

É nesse contexto que nos propomos a analisar os conflitos entre os agentes do Estado e moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, e o significado enquanto ameaças concretas ao seu modo de vida, à caça, à coleta da castanha e do látex e ao controle do seu próprio território.

---

[29] O autor investigou como projetos que intencionam transformar as florestas em área de lastro para a comercialização de créditos de carbono impõem novas regras de uso que pretendem, na prática, impossibilitar o modo de vida das populações seringueiras.

[30] Entrevista realizada por Jeferson Choma com Osmarino Amancio Rodrigues em 19 de janeiro de 2013.

3.A TRANSFORMAÇÃO DA RESEX EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Figura10 – Navegação de canoa pelo Rio Xapuri na RECM.

Foto: Jeferson Choma, em 21/09/2017

As Reservas Extrativistas passaram por significativas transformações pouco mais de uma década após a sua criação. A “reforma agrária dos seringais” foi capturada pela legislação ambiental e transformada em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, processo que implicou no surgimento de novos conflitos entre seus moradores e os órgãos de gestão do Estado.

Neste Capítulo, procuramos expor as transformações mais significativas e os conflitos existentes atualmente na RECM referente a gestão deste território, modificações no Plano de Utilização da RESEX e, especialmente, quanto a reprodução camponesa. O que permeia toda nossa exposição é exatamente a observação de que há uma incompreensão dos agentes do Estado e das Organizações Não-Governamentais a respeito da lógica que comanda o processo da reprodução camponesa das famílias na Reserva. Como resultado, muitas iniciativas e decisões tomadas acabam por ameaçar o modo de vida dos moradores e sua sobrevivência.

3.1. Um novo 'patrão' nos Seringais

A criação das Reservas Extrativistas na Amazônia garantiu aos camponeses a apropriação coletiva da terra e a preservação de um modo de vida que mantém “a floresta em pé”. No entanto, desde sua criação, as RESEXs vêm sofrendo mudanças importantes e que impactam diretamente o modo de vida das populações seringueiras, além de gerar conflitos entre os próprios camponeses e entre eles e os agentes do Estado.

A mudança mais importante foi a que se refere à gestão da Reserva Extrativista. Historicamente, o movimento seringueiro defendia a autogestão desses territórios. Este princípio foi afirmado pelo II Encontro Nacional dos Seringueiros (realizado concomitante ao I Encontro dos Povos da Floresta) promovido pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, entre os dias 25 a 31 de março de 1989, em Rio Branco. Um dos objetivos foi a consolidação da chamada Aliança dos Povos da Floresta, criada no período anterior. Neste encontro foram aprovadas resoluções e o Estatuto do CNS. Além de reafirmar as Reservas Extrativistas como a solução para a questão agrária seringueira, o CNS deixava claro o princípio de autogestão das RESEXs, isto é, que esses territórios, ao serem criados, seriam controlados pelos próprios moradores a partir de suas organizações de base. Os objetivos do CNS eram claro a respeito desse tema:

> Lutar pela imediata melhoria da qualidade de vida nas áreas de seringueiros e demais trabalhadores extrativistas, com implantação de serviços de saúde, educação e cooperativismo, bem como a infraestrutura e desenvolvimento tecnológico, **garantindo o controle e auto-gestão pelos seringueiros e demais trabalhadores extrativistas das Reservas Extrativistas, através de seus órgãos e associações** (CNS, 1989, grifo nosso).

O debate da autogestão das Reservas Extrativistas já estava presente na formulação do Projeto Seringueiro, cujos objetivos principais eram, segundo Allegretti (2002, p. 359):

> a) Possibilitar a independência econômica dos seringueiros libertando-os dos intermediários na comercialização da borracha e da castanha, através da organização de uma cooperativa de produção e consumo.
> b) Possibilitar o acesso dos seringueiros às informações relativas à legislação trabalhista que definem os seus direitos enquanto trabalhadores rurais, assim como o controle dos termos em que se dá a comercialização da borracha e da castanha, através da organização de uma escola onde será desenvolvido um curso de alfabetização e de iniciação à matemática.
> c) Possibilitar melhores condições de saúde através da implantação de um pequeno posto de atendimento e do treinamento de agentes locais. Essas ações ficarão inicialmente na dependência de um diagnóstico das condições existentes na área.

A alfabetização dos seringueiros era fundamental para viabilizar a criação de cooperativas e possibilitar sua independência econômica dos patrões e marreteiros. A luta pelo domínio da escrita e da leitura era parte do processo de mobilização e condição fundamental para a autogestão e o fortalecimento dos organismos de representação coletivas. Nessa perspectiva é concebido o Projeto Poronga de Educação Popular, influenciado pelas ideias e práticas de Paulo Freire e cujas cartilhas valorizavam o conhecimento tradicional das populações seringueiras[31].

Todo este o processo de criação da RESEX Chico Mendes contou com a participação ativa dos seus moradores. Por meio de suas associações de moradores e núcleos de base foram discutidas a demarcação dos seus limites e a regras que seriam inscritas em seu Plano de Utilização, “a lei da Reserva” como chamam os seringueiros. Naquele momento, o Plano de Utilização era um inventário das práticas tradicionais desenvolvidas pelos moradores da RECM, e seu objetivo era “assegurar a auto-sustentabilidade da Reserva Extrativista Chico Mendes mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores” (1995, p.23).

Cabia ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) apenas gerir a fiscalização em conjunto com a comunidade, no sentido de se fazer cumprir as determinações do Plano de Utilização da Reserva que foi elaborado pelos próprios moradores. Um exemplo desse funcionamento é que, além da fiscalização governamental, existia também a figura do fiscal colaborador relacionado ao IBAMA, que era um morador da reserva, escolhido por eles, e exercia papel de liderança local.

Além de garantir a aplicação do Plano de Uso, o fiscal colaborador também resolvia

[31] A poronga é uma lanterna feita de metal e tem um pavio embebido de querosene. Ela clareia a mata para que o seringueiro possa cortar as seringueiras quando sai na madrugada. No entendimento dos seringueiros, naquele momento a “poronga” servia para clarear as ideias quando transformada em cartilha escolar. Infelizmente, hoje não existe nenhum tipo de educação diferenciada com projeto pedagógico adaptado às populações seringueiras. O que predomina é a falta de escolas em toda a RECM.

conflitos internos que eventualmente surgissem entre os moradores das colocações, como questões sobre os limites das estradas da seringa, conflitos a respeito da caça ou de piques de castanhas. Muitas vezes, para resolvê-los, eram evocadas normas costumeiras e tradicionais. No limite, quando a mediação do fiscal não solucionasse o problema, os conflitos eram discutidos e resolvidos nas assembleias comunitárias, procurando evitar ao máximo o envolvimento de órgãos ou instituições de fora da comunidade. Seu Abraão Cardoso, morador da Colocação Mucambo I, no Seringal Humaitá foi um destes fiscais comunitários. Ele explica sua função na época:

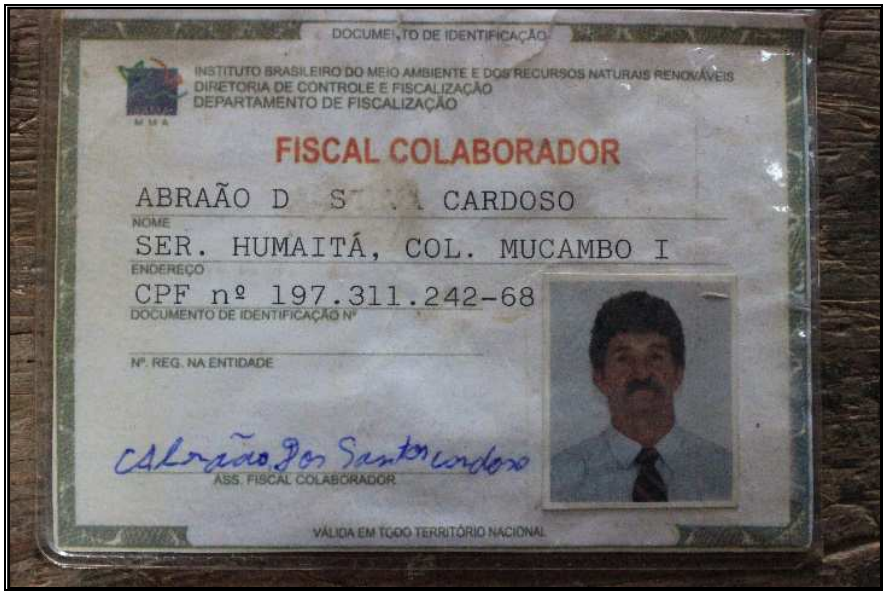
> Quem fazia a fiscalização era nóis mesmo. Nóis tivemos um treinamento. Nóis fazia o treinamento, recebia a carteirinha e a gente ia monotória e dá conselho ao seringueiro. Você não deve fazer roçado onde tem cabeceira d´água, onde tem seringueira, onde tem castanheira. […] Tinha um conflito, chamavam o fiscal era eu. Eu ia lá vê como que era a história. Eu ouvia dos dois lados né. Aí dizia: 'você segue de um lado, você segue do outro, e vamos repartir o prejuízo e vamos ficar bom amigo'[32].

O fiscal era escolhido pela comunidade ou pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, realizava um treinamento no IBAMA e recebia uma carteirinha, conforme a Figura 7. Havia também um apoio de técnicos e funcionários do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), criado em 6 de meio de 1994. No entanto, tudo era discutido pelos seringueiros e com suas organizações coletivas. Essa mesma forma de gestão também era aplicada na Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ), a primeira a ser criada no país.

Mas tudo isso mudou com a aprovação da Lei 9.985, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no ano 2000. As Reservas Extrativistas foram incorporadas ao conjunto das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o que significou mudanças na forma como as RESEXs passaram a ser concebidas e também na sua gestão. O SNUC suprimiu a ideia de autogestão presente na criação das primeiras Reservas Extrativistas, deslocando sua administração totalmente para a esfera governamental (CUNHA, 2010), e criando um Conselho Deliberativo chefiado pelo órgão responsável pelas Unidades de Conservação, hoje o ICMBio, órgão ambiental do governo brasileiro, criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. O resultado foi o esvaziamento das formas de representatividade dos moradores. "Na prática, isso significa um conjunto heteróclito de conselheiros formados por pessoas sem representatividade entre as comunidades e escolhidos por intermediários do ICMBio" (ALMEIDA; REZENDE, 2013, p. 190).

[32] Entrevista realizada por Jeferson Choma em 5 de janeiro de 2016.

Figura 11: carteira de fiscal colaborador do Sr. Abarão Cardoso.



Fonte: Jeferson Choma, janeiro de 2016.

No caso da RECM, a composição do Conselho Deliberativo[33]é majoritariamente formado por representações não-seringueiras, e as decisões polêmicas e geradoras de enfrentamentos são tomadas sem a participação efetiva da maioria dos moradores. Na leitura das Atas de algumas das reuniões do Conselho Gestor é possível identificar cada vez mais a presença de representantes das instituições do Poder Público, das esferas municipal, estadual e federal, como a presença de Organizações Não-Governamentais, como a World Wide Fund for Nature (WWF). Chama a atenção, inclusive, o logo tipo dessa ONG presente nas Atas do Conselho Gestor, como se pode ver no Anexo 1.

Em 2006, como parte das exigências do SNUC, foi criado um novo Plano de Manejo da RESEX Chico Mendes. Nos anos subsequentes, o Conselho Gestor da Unidade de Conservação

[33] O Conselho Deliberativo da RECM é composto pelas seguintes representações: Administração Pública - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Universidade Federal do Acre (UFAC); Prefeitura Municipal de Rio Branco/AC; Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA; Prefeitura Municipal de Assis Brasil/AC; Prefeitura Municipal de Brasiléia/AC; Prefeitura Municipal de Xapuri/AC,; Prefeitura Municipal de Capixaba/AC; Prefeitura Municipal de Sena Madureira/AC; Prefeitura Municipal de Epitaciolândia/AC. DA Sociedade civil - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia e Epitaciolândia - AMOPREBE; Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri - AMOPREX; Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil - AMOPREAB; Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Sena Madureira – AMOPRESEMA; Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Capixaba e Rio Branco - AMOPRE-CARB; Cooperativa de Produtores Florestais Comunitários - COOPERFLORESTA; Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – CAEX; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Brasil; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco/AC ; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira/AC; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Epitaciolândia/AC; Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, n. 32, de 14 de fevereiro de 2014, p. 52)

realizou significativas modificações sobre as normas de uso do território. De acordo com as lideranças seringueiras essas mudanças foram realizadas sem consultar os moradores.

> Na verdade a gente tinha uma discussão que toda e qualquer reforma no Plano de Utilização ter por obrigação, ter por lei, porque a gente vive num país democrático, ter a aprovação de pelo menos 51% dos moradores da Reserva. Infelizmente isso não foi respeitado, esse novo plano não foi respeitado os moradores da Reserva. Foi feito em Brasília, com o IBAMA, CNPT, ICMBio, infelizmente. Eu como liderança do movimento social, um dos criador da Reserva Chico Mendes, diretor e morador, jamais combino que venha qualquer que seja documento que não tem acordo com a comunidade.[34]

Essas transformações implicaram em um aumento de tensão derivada do mandonismo de muitos funcionários do Estado. Relatos sobre multas, ações truculentas e perseguições aos moradores são comuns em muitos seringais, como exemplifica o depoimento de Marcelo Caetano, morador da colocação Arranca Toco, Seringal São Cristóvão.

> Eles [o ICMBio] receberam uma denúncia de uma madeira lá. Chegaram por volta das 10 horas da noite e aí abordaram minha irmã, colocaram uma arma nela né, querendo que ela dissesse o que tava acontecendo, de quem que era aquela madeira. Ela disse que não, que não sabia porque não tem conhecimento. Igual o que tem acontecido com vários aqui né. Com pessoas que não tem nem o conhecimento dessas práticas de tiração de madeira e vem já ameaçando o povo. Enquanto já o governo, ninguém vê ameaça. Eles tiram aqui com Skid (trator), acabam com as mata tudo e diz que é um manejo legal. Nóis aqui que vive aqui não pode nem extrair uma madeira pra fazer uma benfeitoria que já tão ameaçando, mas enquanto a eles fazem o que quer. [35]

Este tipo de depoimento, infelizmente, tornou-se muito comum na Reserva. Há um número incontável de multas ambientais. Algumas alcançam o valor de R$ 400 mil reais. Pesa aqui o que Diegues (2000) chama de visão *conservacionista radical* que serviu de base para a criação das Unidades de Conservação no Brasil e até hoje persiste como guia para a atuação dos órgãos responsáveis por sua administração. O corte e o uso tradicional de madeira é umas maiores fontes destes conflitos. No depoimento, o seringueiro questiona o fato do uso tradicional da madeira estar sujeito a multas e punições, enquanto sua exploração comercial – o manejo florestal madeireiro que discutiremos ao final deste Capítulo – pode se utilizar de tratores Skid que provocam grande impacto na mata.

Como resultado, os moradores ficam à mercê dos ditames dos funcionários das UCs e agentes de fiscalização, que geralmente não conhecem como funciona o saber e o manejo tradicional dos recursos naturais, tampouco levam em consideração a autoridade de associações ou

---

[34] Entrevista realizada com Anacleto Moreira de Souza em 11 de setembro de 2017.
[35] Entrevista realizada com Marcelo Caetano em 28 de janeiro de 2015.

outros coletivos locais. A floresta das colocações, precisamente, as áreas entre as estradas de seringa, abrigam atividades de uso comum, como a caça, a pesca, o uso de plantas e cipós para remédios e em certa medida a própria extração de madeira. No Capítulo 4, veremos como o uso da madeira da floresta obedece a certas normas comunitárias.

Um dos casos mais emblemáticos foi o de Osmarino Amâncio Rodrigues, ex-coordenador do CNS e um dos criadores da RECM. Osmarino foi processado pelo ICMBio sob a acusação de "extração e venda ilegal de madeira"[36]. Provou-se, posteriormente, que Osmarino estava apenas utilizando a madeira para realizar uma benfeitoria, o que é permitindo pelo Plano de Utilização, além de se constatar erros primários no que se refere ao Auto de Infração realizado pelos fiscais do ICMBio[37]. Ao final, o líder seringueiro foi absolvido pela justiça.

> Eles querem nos levar pelo nariz. O que disserem nóis temo que concorda. Eles querem que nóis concorde com tudo com que ele colocam, com tudo com que eles fazem. Eles não olham, não escutam e nem aceita a nossa posição. E nem respeita também o que a gente fez antes pela Reserva. Se não fosse eu, o Osmarino e outros companheiros nosso, não tinha Reserva. Porque eles não iam criar, eles não tinham capacidade pra isso que nóis fizemos com toda nossa humildade. Mas a Reserva que nóis criemos não foi pra ele chegar e nos sacrificar. Foi pra nóis criar nossos filhos. Foi pra nóis tiver vida aqui dentro. Como eles não têm a nos oferecer… Imagina, um hectare de roçado não dá pra minha família sobreviver, a minha castanha que eu tenho não dá. Então eu tenho que criar um gado, criar um bezerro. Eu tenho que fazer uma criação. E nada de outra coisa eles nos oferece. Pra eles nos proíbe de criar gado e fazer um roçado mais grande eles tem que criar uma alternativa pra que essas coisas mudem. Nóis não vamos ficar aqui sofrendo as consequência. Então, pra que nóis criemo a Reserva? Pra hoje ser escravo dela? Não tem como né. Nóis precisemosobreviver e dar vida aos nossos filhos e ao povo que mora na floresta[38].

Esse forte depoimento do Seu Abraão, que participou intensamente dos empates e da própria criação da RECM, ilustra como é vista a ação do ICMBio nos seringais. Há, pelo menos, três questões a serem observadas aqui. A primeira dela a refere-se às normas que são adotadas excluindo, inclusive, aqueles que lutaram para a criação da RESEX, e a postura autoritária das autoridades. “Eles querem nos levar pelo nariz”, disse comparando a ação do Estado com a forma como os seringueiros conduzem o boi ou bestas de cargas pelos varadouros. A segunda questão tem a ver com o declínio do extrativismo da borracha nas últimas décadas, face o aumento dos integrantes das famílias que exige a necessidade se brocar roçados em uma área maior, entrando em

---

[36] Em 19/08/2010 o Ministério Público Federa moveu uma Ação Penal Pública a partir de inquérito instaurado na Delegacia da Polícia Federal em Epitaciolândia (AC), por solicitação do ICMBio, através do analista ambiental do ICMBio Marco Antonio De Freitas, contra Osmarino sob a acusação de "extração e venda ilegal de madeira".

[37] O Laudo Técnico produzido pelos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP) e Silvio Simione da Silva (UFAC) para a defesa de Osmarino comprovam até mesmo os erros grosseiros nos levantamentos dos pontos de GPS realizado pelos analistas do ICMBio.

[38] Entrevista realizada por Jeferson Choma em 5 de janeiro de 2016.

conflito com a fiscalização ambiental. Por fim, o depoimento destaca que, na esteira da decadência da borracha, houve a necessidade de se aumentar a criação de animais, especialmente do gado, nas colocações. Nos itens a seguir problematizaremos todas essas questões. Contudo, antes, é necessário apresentar as diferentes visões da floresta apresentadas pelos sujeitos pesquisados nesta dissertação.

3.2. Floresta tropical domesticada

O materialismo histórico apresenta a relação sociedade/natureza como um processo de apropriação/transformação do meio natural pelo homem através do trabalho que cria a socialização da natureza no decurso da atividade histórica do homem no espaço. Tal apreciação refuta a dualidade entre sociedade/natureza que marcou o pensamento ocidental desde Platão, passado pelo *Método* de Decartes, até o positivismo, que partem da pressuposição de um homem não-natural e fora da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 35). A Geografia, em seu nascedouro enquanto disciplina acadêmica, não ficou imune a essa dicotomia que resultou na separação da Geografia Física e a Geografia Humana. O advento da sociedade industrial e o surgimento do modo de produção capitalista apenas aprofundaram essa divisão.

Marx nos apresenta, porém, uma concepção oposta. No seu pensamento há uma unidade entre natureza e história e, desde o surgimento da história humana, a chamada "natureza externa" tornou-se "um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de geração, cada uma das quais ultrapassava a precedente, desenvolvendo sua indústria e o seu comércio, modificando a sua ordem social em função da modificação das necessidades" (MARX, 2005, p.32). Assim, defende o pensador alemão, o homem tem diante de si "uma natureza histórica e uma história natural".

Essa assertiva fica clara na resposta de Marx ao materialismo passivo e estático de Feurbach, quando afirma que não existiria mais sob a face da Terra nenhuma natureza que precedeu a história humana: "[...] tal natureza não existe em nossos dias, à exceção, talvez, de uma ou outra ilha de coral australiana de origem recente […]"[39]. Desde o surgimento do ser humano, portanto, não existiria nenhum ecossistema cujo funcionamento não tenha sido afetado pela história e pela cultura das diferentes sociedades que se apresentaram no curso da civilização. A natureza interessa à Marx como um momento da *práxis* humana, pois uma natureza tomada separada das relações sociais não é nada, e enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens esses componentes se condicionam mutuamente.

O conceito de que a Amazônia seria uma "floresta pristina", ou de um "paraíso intocável"

[39]ibid., p. 33.

que limitou o desenvolvimento das sociedades pré-históricas devido a pobreza dos seus solos, como sugeriam alguns autores (MEGGER, 1977), tem sido profundamente desacreditado por recentes pesquisas desenvolvidas por arqueólogos, antropólogos e pela ecologia histórica. Por décadas, biólogos e conservacionistas tradicionais apresentaram a Amazônia como uma formação ecológica que existe há milhões de anos, e que se manteve intacta em razão de uma presença humana pré-histórica relativamente recente e com baixa ocupação demográfica.

No entanto, as novas pesquisas realizadas na região sugerem que a ocupação humana na Amazônia é bem mais antiga do que se imaginava e que a região chegou a ser densamente povoada por populações indígenas. Também enfatizam a importância da ação humana na formação da floresta tropical que, ao menos em parte, seria o resultado da apropriação das sociedades ameríndias existentes antes da conquista europeia. A castanha-do-pará, a mandioca, o pequiá, o açaí, entre outros frutos amazônicos, que eram inicialmente coletados, foram domesticados por populações humanas após o uso constante desses recursos. O que desencadeou uma redistribuição dos indivíduos dessas espécies pela região, alterando a composição da floresta e "domesticando" o próprio ambiente.

Se o meio natural determinou as possibilidades práticas produtivas, articuladas com uma cosmovisão do mundo (mitos, crenças religiosas, interdições e hábitos de consumo), a história desses povos também foi condicionando a evolução biológica das espécies. Nessa perspectiva, como aponta Leff (1994, p.178), "o processo seletivo das espécies é guiado por práticas culturais de seleção e aproveitamento dos recursos bióticos".

Desse modo, a dinâmica dos sistemas ecológicos e sua biodiversidade na floresta tropical estariam, em parte, vinculadas às ações do homem. Como conclusão, afloresta tropical seria produto de processos ecológicos, geofísicos e climáticos que estão intimamente entrelaçados com uma longa história sociocultural desenvolvida pelas sociedades indígenas – atividades estas, ainda praticadas pelas populações caboclas mais recentes. Nessa perspectiva não se pode pensar a dinâmica dos ecossistemas e sua produtividade primária exclusivamente a partir de processos naturais, abstraídos da ação humana. Há um complexo processo de coevolução que teriam construído uma"floresta cultural tropical úmida", como definiram W. Balée e D. Posey (1989 apud PORTO-GONÇALVES, 2012)[40].

[40]Existe atualmente um importante debate científico sobre o grau dos impactos destes povos sobre a biodiversidade da Amazônia. Autores vinculados a ecologia histórica sugerem que a Amazônia é uma vasta paisagem antrópica onde grupos indígenas exerceriam um efeito estruturante na biodiversidade e na domesticação de paisagens. Os arqueólogos, por seu turno, reconhecem uma grande diversidade de formações sociais na Amazônia antiga que provocaram graus diferentes de impacto sobre a biodiversidade. Os estudos pioneiros da arqueóloga Anna Roosevelt na década de 1980, mostram uma Amazônia uma região originalmente populosa e com uma ecologia tropical fortemente marcada pela intervenção humana. Roosevelt sugere que populações muito densas viviam na grande várzea amazônica e eram sustentadas pelo cultivo do milho e outras plantas e sementes domesticadas. Outra grande evidência dessa ocupação é a ocorrência fora da várzea amazônica de solos antropogênicos - a chamada "terra preta de índio" - que representariam

Todavia, esses processos não ficaram em um passado remoto ou foram efetuados apenas por distantes civilizações pré-colombianas. Eles continuam sendo praticados pelas atuais populações camponesas e indígenas que habitam a região. O antropólogo Philippe Descola (1997), em seus estudos minuciosos sobre a economia e a ecologia dos Jivaro Achuar, mostra que, no processo de apropriação da natureza, os indígenas continuam agindo no sentido de manter concentrações artificiais de certos recursos vegetais e, desse modo, teriam influenciado na distribuição e na demografia das espécies animais, "[…] de tal modo que a natureza amazônica é, na verdade, muito pouco natural, podendo ser considerada, ao contrário, o produto cultural de uma manipulação muito antiga da fauna e da flora. (p.244). No que se refere à taxa de biodiversidade, o autor sustenta que ele é mais elevada nas porções de florestas antropogênicas do que nas porções de florestas não modificadas pelo homem [41].

Darrel Posey (1986) em sua pesquisa sobre os Kaiapós conclui que as velhas capoeiras, produzidas por antigos roçados indígenas, não são áreas totalmente abandonadas. Ele observou que os roçados antigos continuam sendo visitadas pelos Kaiapós que extraí deles plantas medicinais, iscas para peixes e aves, sapés, tintas, repelentes, fibras para cordas e a fabricação de artefatos. Outra função das áreas de velhos cultivos é atrair a caça, sendo que a florestas altas oferecem menos alimento aos animais (e, portanto, a caça escasseia) do que as capoeiras mais baixas. Há também o plantio de árvores frutíferas nas áreas de capoeira para servirem de alimento aos Kaiapós e também para atrair a caça. Segundo o autor, esse cultivo ilustra um planejamento a longo prazo, pois muitas dessas árvores, como a castanheira, demoram décadas para crescer e começam a produzir após 25 anos. Posey classifica essas áreas de "hortas de caça" procurando enfatizar a diversidade de seus recursos.

Embora exista uma quantidade grande de pesquisas sobre a coevolução entre a floresta tropical amazônica e as sociedades indígenas, o mesmo, infelizmente, não ocorre com as populações camponesas que mantiveram e recriaram muitas das práticas e técnicas indígenas nas atividades como caça, pesca, cultivo de mandioca, a domesticação e semidomesticação de plantas,

---

12% dos solos, apenas na Amazônia brasileira (BALÉE apud VIVEIROS DE CASTRO, p.325). Esses pequenos trechos de solos altamente férteis apresentam altos teores de matéria orgânica e nutrientes e sustem a agricultura de roças das populações indígenas e camponesas que vivem na região. Para maior entendimento a respeito do debate mais recente sobre os solos antopogênicos na Amazônia, sua ocorrência e propriedade fisio-químicas, ver em : GLASER, B.; BIRK, J. J. State of the scientific knowledge on properties and genesis of Anthropogenic Dark Earths in Central Amazonia (terra preta de Índio). In: **Geochimica et Cosmochimica Acta 82** (2012), p. 39–51.

[41]O antropólogo procurou confrontar as perspectivas ecológicas e sociológicas sobre a re1ação entre natureza e sociedade na Amazônia, ao demostrar que não havia sentido para essas populações a dualidade entre natureza e cultura, típica da lógica ocidental moderna. Para os Achuar a maioria das plantas e dos animais possuem almas (wakan), assim como os humanos. "O que aqui chamamos de natureza não é objeto que deve ser socializado, mas o sujeito de uma relação social. Prolongamento do mundo da casa, ela é verdadeiramente doméstica até em seus redutos mais inacessíveis" (p. 247). Nessa concepção antidualista, "as entidades que povoam o mundo, em sua maior parte, são ligadas umas as outras em um vasto *continuum* animado por princípios unitários e governado por um idêntico regime de sociabilidade" (p. 249).

associada ao extrativismo de algum produto da floresta.

Segundo Brondizio e Siqueira (1992), os camponeses ribeirinhos criaram um sistema caboclo de adaptação ecologicamente otimizante à vida na Amazônia. E, ao mesmo tempo em que essas populações se moldaram ao meio florestal e à grande várzea, o meio também foi sendo moldado e transformado por elas.

> O caboclo tem sido um hábil "aperfeiçoador" da floresta enquanto fonte de recursos. Ele tem atuado de maneira a inverter uma característica natural das florestas tropicais, ou seja, alta diversidade e baixa concentração de espécies por área. Através do seu manejo, o caboclo aumenta a concentração de espécies de valores comerciais sem, entretanto modificar a floresta enquanto estrutura e função (1992, p. 191).

Outros autores como Antonio Carlos Witkoski (2010) que também pesquisou os camponeses das várzeas amazônicas classificam como florestas e águas de trabalho o espaço transformado pelos caboclos ao sabor das necessidades de sua reprodução. Stephen Nugent (1993) e Móran (1990) também realizaram importantes pesquisas procurando entender à relação entre os caboclos e a distribuição e exploração dos recursos da floresta.

Entretanto, apesar da renovação que o olhar destas pesquisas lançam, e suas implicações na maneira conceitual e metodológica que propõem uma visão integrada entre a história humana e a formação da floresta tropical, seus efeitos ainda estão muito distantes da formulação das políticas públicas, em particular no que se refere a constituição e gestão das Unidades de Conservação no Brasil. Ainda é bastante perceptível a noção de uma “natureza pristina” presente nas ações e narrativas do Estado, de conservacionistas e das ONGs.

Conforme Diegues (1998), a noção de separação entre homem/natureza é produto arbitrário da maneira de se pensar no mundo urbano. Sob o modo de produção capitalista, essa separação é resultado do processo de acumulação e reprodução do capital que transmitem seus efeitos predatórios para todos os ecossistemas naturais, causando aquilo que Marx definiu como “falha metabólica”, isto é, o desequilíbrio da interação material entre ser humano-natureza, na qual o trabalho é o mediador deste processo (FOSTER, 2005)[42].

O avanço do capitalismo industrial provocou uma ruptura desse metabolismo, promovendo inúmeras contradições ecológicas em distintas escalas. Contudo, no universo das populações camponesas e indígenas da Amazônia, essa dualidade entre sociedade/natureza ou é difusa ou é completamente inexistente.

As populações camponesas e indígenas da Amazônia não desenvolvem atividades

[42]No pensamento de Marx, o trabalho, enquanto condição natural da capacidade humana, também é uma condição do metabolismo existente entre o homem e a natureza, independente da formação social.

produtivas pautadas sob uma lógica acumulativa, e por isso apresentam uma relação sociometabólica substancialmente distinta da sociedade urbana industrial. Não só sua relação com o meio não é mediada pela mercadoria, como também suas práticas tradicionais moldaram o território em que vivem, inclusive no que se refere à disposição dos recursos e processos ecológicos. Certamente, a atividade dos seringueiros no territórioque hoje abriga aRESEX Chico Mendes, cujos seringais foram ocupados por não-indígenas há mais de um século, interferiu nos ecossistemas naturais, seja na dispersão, seleção, domesticação ou semidomesticação de espécies úteis.

Mas, infelizmente, tudo isso passa ao largo da formulação de políticas territoriais e de gestão das UC em que habitam populações camponesas. Como Diegues (2000) salienta, o Estado brasileiro possui uma concepção conservacionista radical que serviu e ainda serve de base para a criação das Unidades de Conservação no Brasil. Nessa perspectiva, os espaços naturais foram concebidos como intocáveis, ou lugares que devem ser preservados como relíquias para serem contempladas e "deixadas às gerações futuras". Esta visão de uma "natureza selvagem" também se baseia em uma concepção mecanicista dos processos naturais, como a perspectiva da análise dos ecossistemas, na qual a sociedade, seja ela qual for, é um fator de risco ao equilíbrio homeostático dos ambientes naturais. Assim, a única forma de proteger a natureza é afastá-la do homem.

Tal entendimento apresenta uma indisfarçável visão colonialista do mundo, assentada em um pensamento científico que não leva em consideração outras formas sociais de se relacionar com o mundo natural. Como resultado, a criação desses territórios é realizada sob a exclusão e marginalização das populações que historicamente ocupavam esses locais e de seus saberes tradicionais e conhecimentos sobre o território[43].

No Brasil, a imposição de neomitos sobre uma natureza selvagem intocada resultou em conflitos e na expropriação territorial de populações camponesas e indígenas que tiveram seus territórios transformados em parques. Mas a criação das Reservas Extrativistas foi um desafio a essa territorialidade de conservação ambiental promovida pelo Estado. Pela primeira vez no país foi apresentado "um modelo de conservação" que não vinha "de cima", imposto pelo Estado, mas sim criada "pelos de baixo", isto é, pelos povos que vivem e dependem da floresta. Infelizmente, isso não significou uma plena e radical transformação na maneira como ainda são criadas e geridas as UCs no país, embora haja uma diferenciação interna em órgãos estatais de fiscalização, seus agentes e gestores e se possa encontrar funcionários com maior disposição em atuar de forma mais democrática com os moradores desses territórios. Mas como nos lembra Diegues (2001), toda

[43]De acordo com Diegues, este neomito de mundo selvagem e intocado pautaram a criação dos primeiros Parques Nacionais estadunidenses no século XIX como o Parque Nacional de Yelowstone, criado em 1872. No Brasil, sob o mesmo princípio, o primeiro a ser criado foi o Parque Nacional de Itatiaia, em 14 de junho de 1937. Para maior discussão a respeito deste tema ver em: REDFORD, K. H, 1991. The Ecologially Noble Savage. Cultural survival quarterly. USA. N 15.

mitologia tem sua durabilidade, e os neomitos conservasionistas são constantemente (re)produzidos e (re)incorporados à ação do Estado:

> Como toda mitologia antiga tem seus guardiões (os mais velhos, os pajés etc.), os neomitos da conservação também possuem os seus - entidades preservacionistas, instituições públicas ambientais; além de seus sacerdotes - os administradores dos parques, e seus auxiliares iluminados pelo conhecimento empírico-racional, os cientistas naturais que definem o que é biodiversidade, como a natureza deve ser preservada etc. (2001, p.69).

3.3. Relação camponesa com a floresta

Não queremos aqui subscrever argumentos reforçando a noção que determinados grupos sociais, como os camponeses seringueiros, são essencialmente conservacionistas, o que reforçaria "o mito do nobre selvagem ecológico"[44]. Aos olhos de muitos conservacionistas, práticas e hábitos tradicionais das populações seringueiras podem soar ecos de um certo arcaísmo suscetível ao desaparecimento por meio de uma boa dose de "educação ambiental". Como lembra Manuela Carneiro da Cunha (2009), o ambientalismo pode se referir a uma ideologia, e que muitas práticas culturais realizadas por sociedade indígenas e camponesas não possuem explicitamente nenhuma ideologia conservacionista. Assim, "[...] para conservar recursos, uma sociedade não necessita evitar completamente a predação, basta que a mantenha sob limites" (CARNEIRO DA CUNHA, p. 288).

O seringueiro é um camponês da floresta cujo peculiar processo de formação, como visto no Capítulo 2, faz com que sua relação com o tempo e o território seja regulada por uma lógica diferente daquela vigente em outras tipificações camponesas do Centro-Sul, ou até mesmo dos próprios "colonos" que moram em assentamentos do INCRA, vizinhos à RESEX. A floresta é o *lócus* de vida social do seringueiro e conforma a sua identidade: "[…] era da floresta que ele retirava seus produtos, sua alimentação, seu trabalho, seu remédio, mas também suas crenças, seus medos, suas fantasias e o sentido para um convívio humano/natural que em seus conflitos se complementavam [...]" (SILVA, 2006, p.46).

Nesse sentido, a floresta é o oposto ao espaço da cidade, "a rua" como dizem no interior da Reserva, que oprime o seringueiro, como explica o depoimento abaixo.

> Ocimar: Eu não me dou na rua.

---

[44] Para maior discussão a respeito deste tema ver em: REDFORD, K. H, 1991. The Ecologially Noble Savage. Cultural survival quarterly. USA. N 15.

> Jeferson: Por quê?
> Ocimar: Por causa do baruio que é demais. E aí a violência do povo também, né. Você tá quietinho e vem um de lá e mexe com a gente. Eu passo o dia por aqui, quando as veiz de tarde vou na minha espera [caça]. Aqui porque é mais frio. Aqui você planta, planta um milho, planta uma roça. Tudo é pra você cume, né. E quem mora dentro da rua se não tiver um emprego bom? Se não tiver o dinheiro não come. Tu vai comprar cebola se tiver o dinheiro, se não tiver você não compra. Tu paga água, tu paga luz, paga imposto de tudo que é lado. Não dá pra sobreviver na rua. […] Até nas fazendas, eu saio pra trabaiá nas fazenda, as veiz eu passo de ano. Tô aqui em casa, as veiz tá meio ruim de dinheiro, aí eu saio. Aí eu arrumo um emprego na fazenda, passo seis meis, um ano, mas quando tá chegando o verão bate aquela saudade da mata e eu ó...Não tem emprego que faça eu fica.[45]

A "rua" é um espaço de perturbação psíquica e moral, como Ocimar explica. Não é só o barulho. São todos os costumes do urbano que criam tais perturbações. Na cidade, o seringueiro tem sua imagem desvalorizada pelos moradores urbanos. Como explica Bourdieu (2006), essa situação se expressa em seu corpo e ações, posto que o leva adotar uma atitude introvertida que amplifica a vergonha e o sem-jeito produzidos pelas relações sociais marcadas pela extrema segregação. A floresta é o oposto. É o espaço da família e dos amigos, onde não há necessidade do dinheiro para sobreviver. Não se paga pela água e pela comida. Na "rua", ao contrário, ele é vulnerável e sujeito à fome caso não consiga se assalariar. Na mata, ele "é liberto". Não precisa vender sua força de trabalho para comprar mercadorias, pois dispõe de todos os instrumentos de produção. O mais importante deles é a floresta que lhe assegura o caráter independente de seu trabalho. "Ter em relação à mata um sentimento de posse definindo-a como local onde é livre" (ALLEGRETTI, 1983, P. 34) é o sentimento oposto àquela insatisfação de se sair da Reserva, quando é necessário buscar um trabalho nas fazendas ou na cidade, isto é, um assalariamento temporário que serve à reprodução da família que ficou na colocação. Nestes casos, terminado o serviço, o seringueiro volta o quanto antes para a família carregando consigo mercadorias e alguma soma em dinheiro que poderá ser utilizado na compra de um boi, na construção de uma nova casa ou na preparação de um casamento. Mas o fato de ter pouco dinheiro não significa necessariamente que exista uma pobreza generalizada entre os moradores da Reserva. Na verdade, a concepção de pobreza entre os seringueiros é muito diferente da concepção dos fazendeiros ou do cidadão urbano. Pobreza para estes é falta ou escassez de dinheiro. Para o seringueiro a pobreza é não ter o que comer, não ter bons pontos de caça na sua colocação ou não ter um bom roçado que garanta uma produção "rendoza", além de criações que forneçam uma mesa farta para a família. Algo que pode ser visto quando se vai a uma casa e o visitante é acolhido por uma mesa abundante e farta. Como lembra Martins: "O que define a boa ou má vida, a boa ou má existência, é a fartura, se tem ou não se tem fartura, se tem ou não se tem o que comer, na medida em que as pessoas são capazes de dar conta de

[45]Entrevista realizada com Ocimar Nascimento Maia em 20 de setembro de 2017.

uma grande parte de suas necessidades". (MARTINS, 1990, p. 132).

Chayanov (1985) demonstrou que a análise da economia camponesa não pode ser apenas compreendida com categorias como "lucro", "preço" e "salário", pois elas são insuficientes para explicar a lógica da sua produção. A ênfase de Chayanov recai sobre o campesinato como grupo doméstico, a família como uma unidade de produção e consumo na sua reprodução social. Dessa forma, todas as relações sociais do campesinato estão subdivididas dentro destes pequenos grupos, cujas necessidades de subsistência são supridas por meio do trabalho praticado pelo próprio grupo familiar a partir do equilíbrio entre a satisfação familiar e da fadiga devida ao trabalho, a *tyagostnost*, termo russo utilizado pelo autor para designar a quantidade de trabalho subjetivamente avaliado pelo camponês. São as relações de trabalho no grupo familiar que oferecem a base para que Chayanov redefina as leis da economia camponesa, lhe conferindo uma natureza distinta da produção capitalista.

Nessa perspectiva, a produção camponesa é pautada sob a lógica da produção mercantil simples, expressa pela fórmula M-D-M, na qual não existe a preocupação em acumular capital, conforme destaca Oliveira (1990). O objetivo é a sobrevivência e a reprodução da família. Algo muito diferente do cálculo da reprodução ampliada do capital, expressa pela fórmula D-M-D', cujo objetivo é gerar mais capital, investir na produção e obter lucro.

Ainda segundo Chayanov, a relação entre equilíbrio e satisfação das necessidades é realizada mediante um "cálculo camponês" que repousa sobre determinantes demográficas existentes na estrutura familiar. Esse processo, entretanto, vai além de uma racionalidade simplesmente econômica, uma vez que também existe uma subjetividade culturalmente conformada, que fixa os limites entre o desejo e o consumo e as limitações do esforço para alcançá-lo. Por essa razão, na produção camponesa estão integrados valores culturais partilhados pela comunidade que orientam para objetivos como a estabilidade, solidariedade e manutenção dos recursos. Chaynov procurou enfatizar o aspecto econômico da racionalidade da produção camponesa, mas de certa forma chegou a fazer considerações sobre a importância da cultura e da tradição na estrutura da economia de subsistência camponesa:

> Assim, a densidade da população e as formas de utilização tornam-se fatores extremamente importantes, que determina de maneira fundamental o sistema econômico. Outro fator social, menos importante, mas mesmo assim essencial, **é o nível de vida tradicional, fixado pelos costumes e pelo hábito: é ele que determina a extensão das exigências do consumo e, a partir daí, o esforço do trabalho consentido** (CHAYANOV, 2014, p. 115-116. Grifo nosso.).

Nas rodas de conversas das colocações, onde, reunido com os seus pares, o seringueiro discute sobre roçados, a melhor época para se plantar, o abatimento de uma caça etc. Informa-se

também sobre novas variedades de sementes e manivas; discute o preço da castanha ou da borracha pagos pela cooperativa ou pelos marreteiros; tira dúvidas sobre o melhor "pau" para construir um curral ou outra casa; e fala sobre animais avistados na mata. A floresta, portanto, é parte do seu "cálculo camponês", isto é, se interpõe entre suas necessidades e o esforço que deverão despender para atendê-las.

> Eu falei pro pessoal do ICMBio: rapaz, é o seguinte. Eu não quero desmatar minha mata, eu não quero derrubar minhas castanheira, não quero derrubar minha seringueira, eu não quero criar cem cabeça de gado. Eu quero minhas vinte cabecinha de gado, com a abertura que eu tenho aqui. Eu só quero zelar pra criar essas cabecinhas de gado. Porque eu preciso da seringa, da castanha, eu preciso de uma madeira pra fazer uma casa, pra fazer um curral, fazer uma cerca. Tudo isso eu preciso e se acabar com a mata de onde é que eu vou tirar?. Eu vou ficar dependendo do gado e não vai dar. Por que aí eu planto o meu milhozinho, planto meu arroz. Todo ano eu tenho, graças a Deus, pra comer. Feijão, arroz, banana, cana pra fazer o mel. Tudo eu tenho da minha lavoura pra comer. Aí eu vou na mata e mato uma paca, mato um veado, mato um porco. E se eu destruir a mata não tem nada disso mais. Acabou-se o veado, a paca, acabou-se tudo, né?" [46]

O depoimento de Raimundo é revelador quanto a lógica da reprodução do camponês da floresta. O seringueiro não se refere à floresta como um santuário ecológico. Tampouco se pode atribuir à sua lógica uma busca pela acumulação de capital. Do contrário, abriria mais pastagens e obteria mais cabeças de gado o que, à primeira vista, seria mais vantajoso e proporcionaria maior renda em dinheiro em um primeiro momento. Mas o resultado inexorável dessa escolha seria a dependência quase exclusiva desse tipo de criação e da compra de mercadorias na "rua", mediante o sacrifício do roçado, da caça, do extrativismo, da recuperação da capoeira, do roçado e do seu modo de vida. A questão é: o seringueiro tem o pleno domínio de sua colocação. Em seu *cálculo* Sabe que tudo está interligado e que uma intervenção abrupta sobre um determinado componente da "cadeia florestal" poderá ter efeitos desastrosos sobre o conjunto da sua reprodução.

> A mata, que é fonte de terreiros para roçados anuais, é também território de caça e de coleta com seu estoque bem conhecido e explorado pelos seringueiros que, ao longo dos caminhos, estradas e varadores, conhecem cada madeira, cada oco de abelha, cada cacho de patuá ou de açaí, cada pau de envira, cada pau de âmago, cada palheira, e cada vareda de paca e de outros animais. […] Os animais selvagens, por sua vez, alimentam-se dos roçados de mandioca e das capoeiras. […] Observamos assim que o igarapé, o terreiro, o campo, os roçados, as capoeiras e a mata se interligam em cadeias de delicado equilíbrio. Não é fácil mexer em um hábito dos seringueiros sem interferir em outros. (ALMEIDA, 2012, p 132).

Evidente que na sociedade capitalista, o camponês possui algum tipo de vínculo e envolvimento com as tramas de mercado e a circulação do dinheiro. A partir disso é possível

[46]Entrevista realizada com Raimundo Maia em 20 de setembro de 2017.

entender a razão pela qual os seringueiros mantêm uma diversificação em sua produção. A diversificação de produtos é realizada pela necessidade da manutenção da família por meio da produção dos alimentos que serão consumidos ou comercializados, funcionando assim como uma saída para os momentos de crise e impedindo que se tornem vulneráveis perante o capital. Com a decadência da produção da borracha, ele procurou criar bois, investir mais tempo na agricultura ou na extração de algum produto da floresta como a castanha. Mas tudo isso pressupõe manter a "floresta em pé" que, em última instância, vai definir a sua condição de trabalhador independente, garantindo a reprodução de sua força de trabalho.

Há, portanto, uma forma holística de ver a relação com a floresta, que pode ser inferido do depoimento de Raimundo. Essa forma camponesa de se relacionar com a floresta é muitas vezes incompreensível para técnicos, ambientalistas, cientistas, jornalistas e funcionários do Estado. Um exemplo é explicado Osmarino Amâncio, a respeito da relação por vezes conflituosos e difícil entre o movimento seringueiros com o movimento ambientalista urbano na época dos empates:

> Os ambientalistas que na época chegaram se chamavam ecologistas. Ninguém sabia o que isso significava. Quando ouvi falar de ecologia pela primeira vez, achei que era um doce... Então você podia ouvir 'defender o meio ambiente', e eu falei com o Chico Mendes e disse: 'nós não estamos defendendo só o meio ambiente, estamos defendendo tudo, queremos defender o ambiente inteiro'. O interesse deles era um, o nosso era outro. Eles defendiam o equilíbrio ambiental, a gente defendia a sobrevivência da população. Mas nós pensamos que se eles defendessem nossa floresta, poderíamos nos aliar (AMÂNCIO, 1998, p. 67).

Dentro dos seringais, a palavra "meia" significa metade, sendo comumente utilizada para designar sistemas de meação: "castanha de meia", "roça de meia" etc. Na luta pela criação das Reservas Extrativistas, o movimento seringueiro não estava disposto a defender apenas "metade do ambiente", como explica o depoimento acima, pois não havia o compromisso exclusivo em defender a preservação *per si* em nome de uma ideologia conservacionista totalmente estranha às suas práticas. Procurava-se defender a totalidade, os vínculos integrais e interdependentes entre a floresta com o processo da reprodução da vida de uma autonomia camponesa emergente. Assim, desde que defendessem a *nossa floresta*, era absolutamente justo uma aliança com o movimento ecologista.

Figura 12 – extração de água de um cipó na mata.

Foto: Jeferson Choma, em 07/09/2017.

Figura 13 – Sebastião Olegário mostrando o macucu, planta arbustiva que tem suas folhas apreciadas por aqueles que realizam longas caminhadas pela mata.

Foto: Jeferson Choma, em 23/09/2017.

3.4. Manejo Florestal madeireiro: florestas de negócios

Quando as Reservas Extrativistas foram criadas o objetivo era viabilizar a reprodução dos camponeses seringueiros por meio de uma produção diversificada que mantivesse a “floresta em pé”. Mas eis que a questão da exploração comercial de madeira, historicamente rejeitada pelo movimento no momento da criação das RESEXs, nos últimos anos foi apresentada como uma alternativa a declínio do extrativismo, notadamente o da borracha. No caso do Acre, os planos de exploração de madeira – desde que realizados em termos “sustentáveis” - são apoiados pelo Poder Público mediante a justificativa de que é necessário conter o crescente desmatamento no estado. Como podemos verificar no Gráfico 1, segundo dados do Governo do Acre, houve um aumento significativo do desmatamento no estado entre 2007 a 2011 .

A origem da proposta da exploração de florestas coincide com a emergência da ideologia neoliberal que defendia a redução das capacidades econômicas e sociais dos Estados nacionais e apresenta a “solução do mercado” para promover o chamado “desenvolvimento sustentável”. Esse tipo de projeto conta com o apoio de Organizações Não-governamentais e do Banco Mundial que direcionaram esforços para estabelecer padrões de controle sobre o comércio e produção de produtos florestais. Surge daí a proposta de sistemas de certificação e rotulagem ambiental, como o sistema regulatório privado de certificação, o Forest Stewardship Council (FSC), criado em 1993[47]. Animado pela organização ambientalista World Wide Fund for Nature (WWF) e pelo Banco Mundial, o FSC tem como foco as atividades de manejo florestal. Assim, se credenciam organizações certificadoras que emitem "selos" de certificação para aqueles que cumprem um conjunto de regras e critérios da exploração da madeira. A partir daí, a proposta de “manejo florestal” e da certificação começam a ter um papel crescente no planejamento regional da Amazônia.

É neste contexto também que surgem no Acre os planos de manejo madeireiro, projetos relacionados ao comércio de carbono e de “serviços ambientais”. De acordo com os dados do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), o “Acre possui cerca de seis milhões de hectares de florestas nativas potencialmente aptas para suprimento industrial, dos quais, mais de 960 mil já contam com planos de manejo, em áreas públicas, privadas e comunitárias” (VEROCAI & LUDEWIGS & PEREIRA, 2012, p. 66).

A implementação do manejo florestal madeireiro apresenta-se claramente como ideia de que

[47] Segundo Freris e Laschefski (2002), na década de 1980, as ONGs lançaram grandes campanhas de boicote na Europa e nos Estados Unidos contra o comércio de madeiras tropicais oriundas do desmatamento. No entanto, anos depois passaram a defender o consumo consciente regulado por sistemas de rastreamento que certificassem que o produto não era fruto do desmatamento.

a floresta é “um ativo econômico” cuja responsabilidade é alavancar o desenvolvimento econômico do Estado. Essa noção está presente no Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) do Acre que aponta para “políticas de incentivo à industrialização” que levem “em consideração a importância da interiorização da atividade florestal, visando ampliar a conectividade entre as diferentes regionais na formação de aglomerados (clusters) florestais” (ACRE, 2010, p.148) à disposição das atividades do manejo florestal sustentável. De acordo com o ZEE, a atividade florestal é a atividade econômica mais importante do Estado, “responsável por 12,8% do Valor Bruto da Produção (VBP do Estado), perdendo somente para a administração pública”[48]. Para isso, entretanto, houve um conjunto de redefinições legais para viabilizar a exploração comercial de madeira em Unidades de Conservação, como veremos a seguir.

Gráfico 1 – Desmatamento no Acre.

O movimento seringueiro e todas as suas organizações eram contra a exploração comercial de madeira dentro das RESEXs. Por essa razão, o primeiro plano de Utilização da RECM vedava a exploração comercial de madeira sob qualquer forma, como dispunham os Artigos 11 e 12:

> Artigo 11. É proibida a entrada de madeireiros na reserva com o fim de realizar exploração comercial de madeira;
> Artigo 12. Não será permitido o comércio de madeiras, na Reserva Extrativista (BRASIL, 1995).

No entanto, com a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei

[48]Ibid., p. 144.

9.985/2000), a exploração comercial de madeiras em Unidades de Conservação foi permitida. Conforme o Artigo 18, § 7º:

> A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade (BRASIL, 2000)[49].

Em 27 de dezembro de 2001, a Assembleia Legislativa do Acre aprova a Lei 1.426 enviada à casa pelo governador Jorge Viana. O projeto, que dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, instituiu o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas e a concessão de florestas públicas estaduais e municipais para a exploração de madeiras por empresas privadas. Em 2006, o governo federal edita a Lei 11.284/2006, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República, que regulamenta a Gestão de Florestas Públicas para a produção sustentável, permitindo a exploração comercial de madeiras em florestas federais. Neste mesmo ano, foi aprovado o Plano de Manejo da RESEX Chico Mendes, modificado conforme as exigências do SNUC. No novo plano, a exploração comercial de madeira na Reserva é permitida, o que põe um fim na proibição do Plano de Uso construído pelos moradores de 1995. Conforme expõe os Artigos 26 e 27 do atual Plano:

> Artigo 26. Para que haja comercialização de madeira por parte dos moradores da Reserva é obrigatório o Plano de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário – PMFS Comunitário, aprovado pelo IBAMA com anuência do Conselho Deliberativo. O Plano de Manejo Madeireiro Sustentável deve definir todas as especificações técnicas de uso, beneficiamento e saída de madeira e produtos madeireiros da Reserva;
> Artigo 27. De acordo com SNUC, Art.18 "A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista".

O Poder Público, por seu turno, passa a investir fortemente na exploração sustentável de madeira. Em 2007, no município de Xapuri foi instalada uma fábrica de tacos e esquadrias de madeira, cujo valor foi de R$ 38 milhões. A fábrica funcionou até aproximadamente 2015. Antes do seu fechamento, o Sr. Moreira, um dos sócios da fábrica, explicou em entrevista realizada por nós que o empreendimento trabalhava apenas com madeira certificada ou extraída de planos de manejo

[49] No entanto, houve uma experiência em exploração comercial de madeira em uma UC em 1999. A área escolhida como teste foi a Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, distante 30 km de Santarém (PA). A experiência pioneira possibilitou a experimentação – não sem conflitos – dos primeiros planos de manejo florestal junto às comunidades tradicionais que vivem na Flona. Os conflitos entre a população local e a implementação do manejo florestal comunitário foram discutidos por Nicole Freris e Klemens Laschefski no artigo *Saving the wood from the trees*, publicado no jornal *The Ecologist* Vol. 31, No 6, July/August 2001.

florestal realizados na região do Baixo Acre[50]. Havia na época grande expectativa sobre a exploração da madeira na RESEX Chico Mendes que, naquele momento, não havia ainda sido iniciada. O maior fornecedor das toras de madeira compradas pela fábrica é a Cooperfloresta, cooperativa criada em 2005, que responde por grande parte do manejo florestal comunitário no Acre, inclusive na RECM e no Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes, como é atualmente conhecido o Seringal Cachoeira.

A implementação da exploração comercial de madeira no Acre não foi realizada sem conflitos entre seringueiros e seus proponentes. Um dos casos mais emblemáticos ocorreu na Floresta Estadual do Antimary e no Projeto Agroextrativista (PAE) Limoeiro. Sobre este último, a pesquisa de doutorado realizada por Sheila Maria Palza Silva enumera os problemas enfrentados pelos camponeses após a implementação do projeto.

> Na verdade, passados quase uma década que se deu o manejo naquela área, as famílias ainda se ressentem de alguns problemas na floresta [...] tais como: a diminuição da caça nas áreas próximas à colocação, pois como salientado por diversas famílias pesquisadas, ainda é preciso andar muito para poder conseguir matar uma caça; o problema do pagamento, uma vez que, segundo relataram algumas famílias, ainda estão aguardando receber parte do pagamento pela venda de suas árvores; dificuldades na coleta da castanha (visto que as trilhas foram destruídas com a derrubada das árvores; problemas de acesso ao PAE Limoeiro (visto que não se tem manutenção dos ramais, e o principal ramal de acesso ao PAE Limoeiro fica intrafegável no inverno (causando o isolamento das famílias na floresta); o problema do desmatamento (as clareias até hoje ainda existem); a redução do nível das fontes (o nível de água baixou muito e continua baixo devido ao desmatamento); dificuldade na coleta do látex (pois as estradas de seringa, assim como as de castanhas, ficaram obstaculizadas e destruídas depois do manejo), dentre outros (SILVA, p. 285, 2012).

O caso do Antimary apresentou problemas similares e ganhou bastante repercussão na imprensa local e chegou a ser noticiado por órgãos de imprensa de alcance nacional[51], uma vez que o manejo implementado no local era apresentado com um modelo a ser desenvolvido em outras áreas do estado, incluindo na RECM. O manejo florestal no PAE Chico Mendes é apresentado pelo Governo do Acre como um exemplo de sucesso. Mas constatamos que existem restrições sobre o uso da área manejada que limita a retirada de madeira ou de qualquer outra espécie vegetal da área. No PAE Chico Mendes entrevistamos o Sr. José Araújo da Costa, seringueiro e morador há 20 anos no seringal Altamira 3, que realizou o manejo florestal por três vezes em sua colocação de 266 hectares. O seringueiro reclamou dos atrasos dos pagamentos das madeiras retiradas de sua área, o que o fazia pensar em sair do projeto. Ainda segundo ele, o preço do metro cúbico acertado com a cooperativa foi de R$ 90,00, entretanto, há o desconto que corresponde às despesas de frete de

[50] Sr. Moreira, comunicado oral realizado em 17 de janeiro de 2013.
[51] Ver matéria “O golpe verde”. Revista ISTO É na edição nº 2188 de 14 de outubro de 2011.

caminhão, diária dos funcionários, combustível. O que é efetivamente pago ao seringueiro é o valor de R$ 60,00.

> Ninguém tá querendo aceitar mais não. Porque não dá lucro, só dá pra eles [...] e quando vai receber já tá devendo o dinheiro [...] Se você vai lá no polo, onde eu vou você vai comprar uma mesinha desse tamainho aqui por três mil reais. Você já pensou alguma coisa dessas? Você vende aqui a sua madeira dura, o Camaru Ferro, o Canelão, o Cedro... Você não pode comprar uma peça lá. [52]

A evasão da caça é um dos problemas mais comuns provocados pelo manejo. Com o trepidar das máquinas, o barulho das motosserras e toda a movimentação que há na floresta, os animais acabam fugindo. A retirada das árvores que produzem alimento para a caça também é apontado pelo seringueiro como um problema. Sobre o sumiço da caça nas áreas de manejo florestal, Dercy Telles, então presidente do STR de Xapuri, nos relatou em entrevista que isso é uma queixa constante dos camponeses do PAE Chico Mendes.

> Um dia desses tinha um cidadão lá do Seringal Cachoeira que é aonde iniciou o manejo madeireiro no Acre, aí ele olhando para um calendário que o sindicato mando confeccionar que tem uns animais como a anta, o tatu, o veado, ai ele olhou pro calendário e disse: “aí nesse calendário tem dois bichos que lá no Cachoeira a gente não vê mais”. Aí eu falei: “é o manejo, é o efeito do manejo madeireiro”. Ele disse: “é” [53].

Outro problema causado pelo manejo nas colocações foi o bloqueio dos varadouros e estradas de seringa pelos restos das madeiras, toras, árvores e arbustos, os mesmos problemas constatados no Antimary. Como mostram as Figuras 14, 15 e 16 a abertura de ramais para a extração de madeira no Seringal Cachoeira e na RESEX Chico Mendes provoca uma grande devastação da floresta, especialmente nas áreas destinadas à construção dos pátios onde ficam estocadas as toras.

Na RESEX Chico Mendes, como mostram a Figura 16, foi instalado uma pequena serraria para cortar as toras. O pátio de madeira e os ramais criam um impacto nada sustentável na floresta. Do ramal principal partem ramais secundários construídos para passar um pequeno trator chamado Skid que, muitas vezes, para retirar apenas uma única árvore que tem alto valor comercial, resulta em grande devastação. Além disso, os tratores e caminhões carregados de toras que passam pelos ramais causam compactação do solo e assoreamento de igarapés.

Por iniciativa do governo do Acre a implementação do manejo florestal comunitário de madeira chegou até a Reserva Extrativista Chico Mendes sob a alegação de tratar-se de um projeto que seria uma solução no combate a extração ilegal de madeira dentro Reserva. A estimativa é de

---

[52]Entrevista realizada com José Araújo da Costa em janeiro de 2013.
[53]Entrevista realizada com Dercy Telles em janeiro 27 de 2013.

que a RESEX tem 94% de sua cobertura florestal preservada (MASCARENHAS, 2017). A Imagem do Landast 8 em infravermelho próximo (Mapa 3) que ressalta a cobertura florestal, mostra com exatidão que a RECM serviu como uma barreira ao avanço do desmatamento provocado pela instalação de fazendas nas margens da BR 317 que liga Rio Branco ao sul do Acre. Também comprova que o grande desmatamento ocorre fora da Reserva Extrativista é possível observar.

O manejo madeireiro é apoiado pelo Governo do Estado (financiamento), o WWF (capacitação e recursos), pela UFAC e Embrapa (pesquisas). A extração de madeira chegou a ser efetivamente implementada por um breve período na Reserva, mas em fevereiro de 2015 a atividade foi suspensa em razão de uma liminar da Justiça obtida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri que alegou desequilíbrio entre o valor pago pela madeira aos seringueiros e o valor da venda ao mercado que é muito superior. Na época, a entidade se opunha aos projetos, pois identificou que sua execução prejudicava o modo de vida das famílias seringueiras.

> O discurso é pra inglês ver. Porque o comunitário é quando a comunidade faz, implementa coletivamente que nem nós fazemos, a coleta é comunitária da castanha. Porque nós na comunidade nós colhemos a coleta. Mas o manejo da madeira quem vem tirar é uma empresa. [...] o manejo não é o manejo, é empresarial, porque não é o seringueiro que vai dizer qual é a árvore que ele vai tirar. Se fosse nós, nós não ia deixar tirar uma árvore que produz alimento pra caça. [...] E essa fauna vai desaparecer, vão procurar outras florestas que tem alimento, porque essas aqui vão ficar sem alimento[54].

A fala de Osmarino Amâncio, uma das lideranças seringueiras que se posicionam contrariamente ao manejo, reflete o tipo de impacto que o empreendimento poderia causar ao modo de vida das populações da Reserva, uma vez que ele, de fato, não é comunitário, mas sim realizado por funcionários, técnicos e tratores contratados pela Cooperfloresta. Não há mutirão para extrair árvores da floresta e vendê-las à cooperativa, como há no caso da castanha ou mesmo na construção de casas e cercas, onde a seleção das essências obedecem a um critério muito diferente da simples valoração comercial, como veremos no Capítulo a seguir. O manejo de madeira em nada tem a ver com a extração tradicional de “paus”, como são chamadas as árvores nos seringais, realizado sob a necessidade da reprodução camponesa da família, conforme as Figuras 17 e 18 demonstram.

Assim, a exploração da madeira pode causar danos às estratégias de reprodução camponesa, uma vez que estão ancoradas em uma lógica mercantilista e não nas práticas comunitária e tradicionais de extração dos recursos florestais praticados pelas populações seringueiras.

Em 27 de abril de 2017, em Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Chico Mendes, ocorrida em Xapuri, foram discutidos um dos principais problemas do Plano de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário (PMFS- Comunitário) a ser

[54]Entrevista realizada com Osmarino Amâncio em 20 de janeiro de 2013.

executado na Reserva: a ausência da comunidade no processo de extração. A questão foi tratada como um “problema técnico” que precisaria ser resolvido[55].

A reunião aprovou o 2º Plano Operacional Anual (POA), apresentado pela Associação dos Moradores da Reserva em Xapuri (AMOPREX) e o volume de árvores autorizadas e selecionadas para corte é de 24.797,675 m³, correspondendo a 3.662 indivíduos, pertencentes a 35 espécies botânicas, conforme Quadro 5. No entanto, o plano poderá ser executado mediante uma condição: 1) treinar manejadores comunitários 2) apresentar estudos técnicos que comprovem a segurança e efetividade do método proposto para o corte de cipós durante o corte das árvores (ICMBio, 2017, p. 8). Esse último item está relacionado ao problema de segurança daqueles que fazem o corte da madeira. Por isso recomenda-se o corte de cipós de 6 a 12 meses antes do início do corte de madeira.

Nos casos estudados, a proposta de manejo madeireiro tem não só dividido, como provocado prejuízos concretos às populações camponesas onde foram implementados. Muitas vezes tem significado ameaças concretas ao seu modo de vida, à caça, à coleta da castanha e do látex e ao controle do seu território. Sua expansão para a RESEX Chico Mendes combina-se com mais e maiores restrições ao modo de vida tradicional do camponês da floresta, e apenas vai atender e beneficiar os interesses de grupos hegemônicos da região. Para as populações camponesas, o manejo apenas trouxe transtornos e devastação. A promoção dessa atividade na RECM significa a obtenção de acesso ao maior e mais valioso estoque de madeiras das Regiões do Alto e Baixo Acre.

[55] Interessante notar que das 20 pessoas presentes na reunião, apenas 4 eram representantes de entidades relacionadas aos moradores e outras 4 eram “manejadores” , isto é, gente que já havia aderido ao projeto de extração de madeira. Os outros 12 presentes eram representantes do Governo do Acre (2), do WWF (2), das prefeituras de Xapuri e Assis Brasil (2), da Tecman Engenharia, que realiza o manejo (1); do ICMBio (3), e representante da Cooperfloresta (2).

Figura 14 – Pátio de toras utilizada pelo manejo florestal no Seringal Cachoeira.

Foto: Eunice Evangelista, em 24/01/2013.

Figura15 – Clareira aberta pelo Manejo em Colocação no Seringal Cachoeira.

Foto: Eunice Evangelista, em 24/01/2013.

Figura 16 – Pátios, estradas e uma pequena serraria construída para a manejo madeireiro na RECM.

Fotos: Jeferson Choma, em 17/05/2015.

Figura 17 – Extração tradicional de madeira na RECM.Regeneração de árvore abatida por seringueiros.

Foto: Eunice Evangelista, em 21/01/2013

Figura 18 - Mutirão realizado no Seringal São Cristóvão para conserto de ponte.

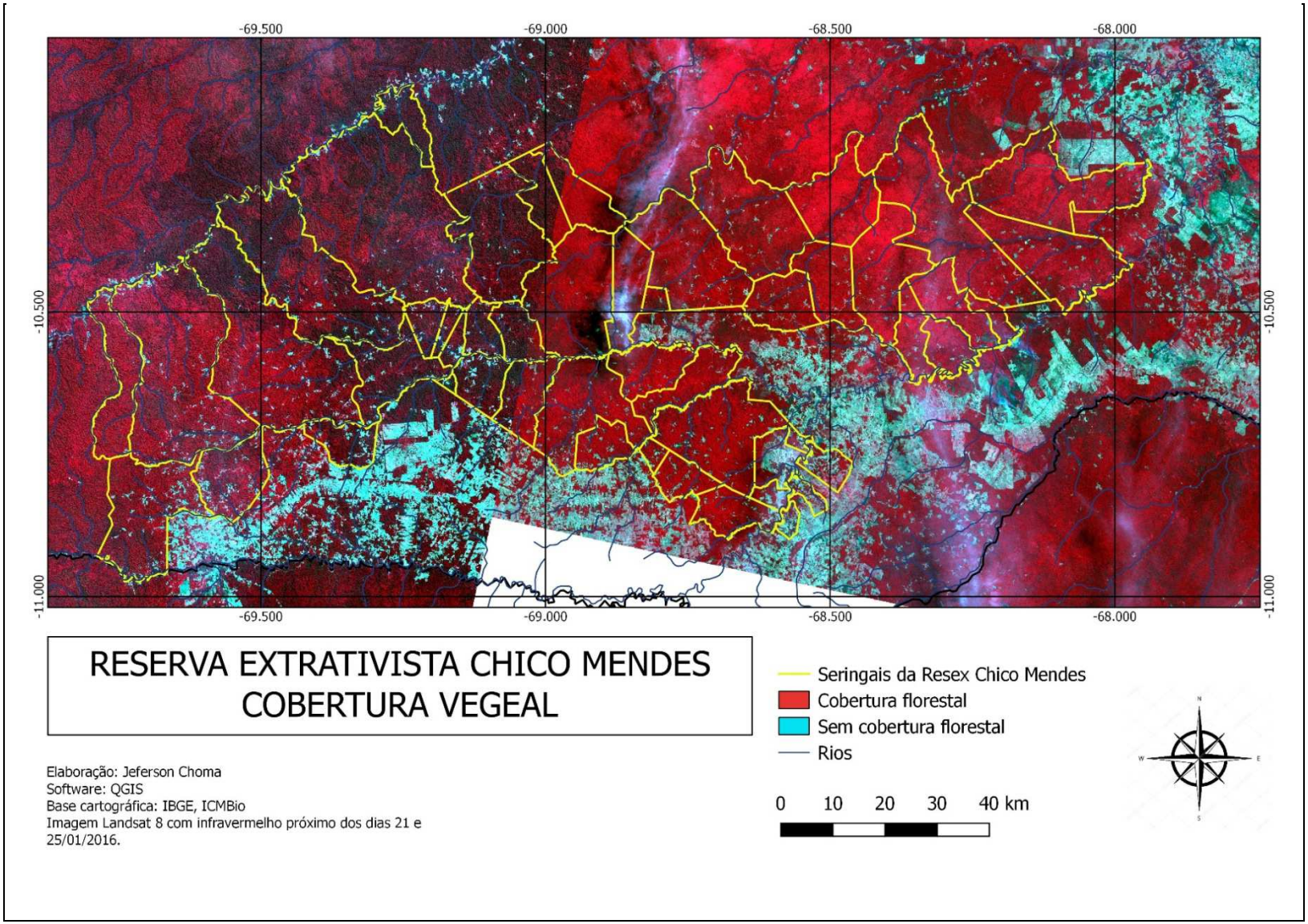
Foto: Jeferson Choma, em 24/1/2015.

Quadro 5 – Relação de espécies que serão extraídas pelo Manejo Madeireiro em Xapuri

Nome Comum	Nome Científico	N° de Ind.
Abiu	*Pouteria caimito*	15
Amarelao	*Aspidosperma parvifolium*	47
Andira (Angelim-coco)	*Andira surinamensis*	16
Angelim-saia	*Parkia pendula*	31
Assacu	*Hura crepitans*	17
Bajao (Bandarra)	*Parkia multijuga*	259
Breu-vermelho	*Tetragastris altissima*	30
Caixeta	*Simarouba amara*	43
Caixetao (Caroba)	*Jacaranda copaia*	33
Catuaba	*Qualea tessmannii*	34
Catuaba-roxa	*Qualea grandiflora*	27
Cedro-rosa	*Cedrela odorata*	388
Cerejeira	*Amburana acreana*	127
Cumaru-ferro	*Dipteryx odorata*	349
Fava-amarela	*Vataireopsis speciosa*	29
Fava-orelhinha (Orelhinha)	*Enterolobium schomburgkii*	123
Garapeira	*Apuleia leiocarpa*	433
Guaribeiro	*Phyllocarpus riedelii*	152
Guariuba	*Clarisia racemosa*	114
Ipe-amarelo	*Tabebuia serratifolia*	95
Itauba	*Mezilaurus itauba*	24
Jatoba	*Hymenaea courbaril*	103
Jito	*Guarea macrophylla*	24
Jutai	*Hymenaea oblongifolia*	106
Maçaranduba	*Manilkara bidentata*	160
Maracatiara	*Astronium lecointei*	58
Marfim	*Agonandra brasiliensis*	39
Mata-mata	*Eschweilera coriacea*	63
Mirindiba-amarela	*Terminalia oblonga*	77
Murure (Manite)	*Brosimum acutifolium*	145
Pereiro (Peroba)	*Aspidosperma macrocarpon*	29
Pororoca	*Martiodendron elatum*	30
Samauma-branca	*Ceiba pentandra*	95
Samauma-vermelha (Preta)	*Eriotheca longipedicellata*	129
Tauari-branco	*Couratari guianensis*	21
TOTAL:		**3.662**

Fonte: RECM, 2017

Mapa 3 – Cobertura vegetal da RECM



3.5. Tem boi na floresta

A criação de gado no interior da RESEX pelos seringueiros têm sido foco de conflitos entre as famílias, os fiscais do ICMBio e o Conselho Gestor. O argumento esgrimido é que a criação de gado estaria modificando a relação do seringueiro com a floresta e sua percepção em relação à conservação. Os agentes do Estado falam em "pecuarização" da Reserva, inclusive há órgãos de imprensa que produzem reportagens jornalísticas sobre a região nas quais identificam o que seria um desvio de curso do propósito original da criação desse território[56]. Na prática, a polêmica a respeito da criação de gado reacende uma antiga discussão sobre a viabilidade da conservação ambiental em áreas habitadas por populações humanas. Também demonstra uma completa falta de entendimento sobre a lógica da reprodução familiar camponesa que tem nas criações de animais como o gado um importante elemento para a estratégia de sua manutenção no território.

Figura 19 – Boi criado por uma família de seringueiros na RECM.

Foto: Jeferson Choma, 07/09/2017.

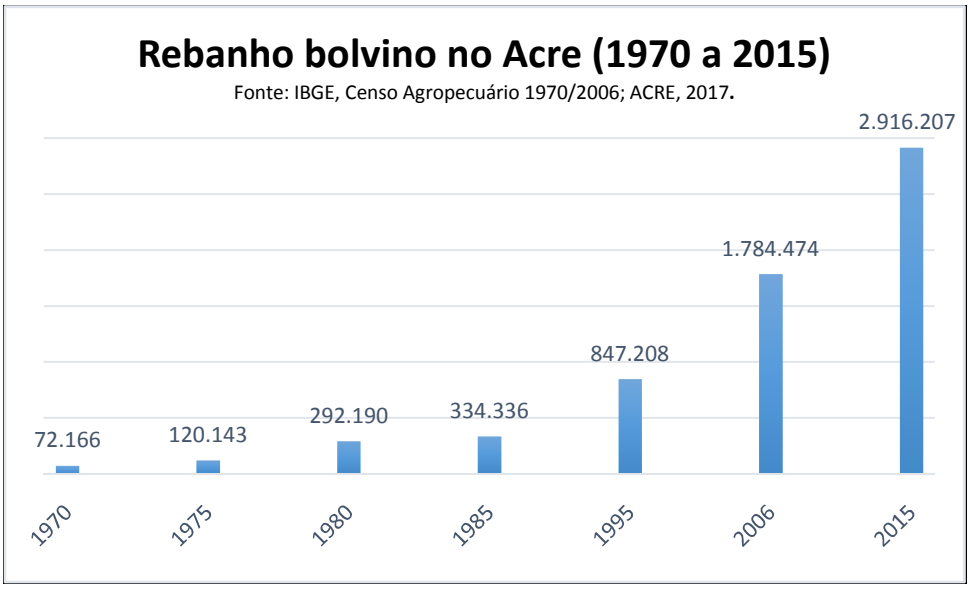
Contudo, antes de problematizarmos a criação de gado no interior da RESEX Chico Mendes, é necessário entender a expansão da pecuária em todo o Acre. Desde os tempos em que a criação de gado foi incentivada pelo regime militar, a pecuária nunca parou de crescer no estado.

[56]A última dela foi publicado no site da revista Veja: PONTES, Fabio. **Legado de Chico Mendes agoniza com avanço da pecuária**. Veja. Publicado em 29 junho 2018. Disponível em: https://veja.abril.com.br/especiais/legado-de-chico-mendes-agoniza-com-avanco-da-pecuaria/

Como se pode ver no Gráfico 2, em 1970, o rebanho bovino no Acre somava 72.166 cabeças de gado. Em 1980, fruto das políticas de incentivos oferecidas pelo Estado, esse número passou para 292.190. Em 1995, portanto, cinco anos após a criação das primeiras Reservas Extrativistas, o Acre já possui 847.208 mil cabeças de gado. A eleição dos autointitulados "governos da floresta", no poder desde 1999, não refreou a expansão da pecuária. A despeito do discurso oficial do governo estatual sobre o incentivo do extrativismo, entre os anos de 2006 a 2015 houve um aumento de 1.131.733 cabeças de gado no Acre, o que representa um crescimento de 63,4% neste período. Em 2015 o Acre possuía um rebanho bovino de 2.916.207 cabeças de gado[57].

A maioria do gado, 53,8% do total, está concentrada nos 7 municípios que abrigam o território da RECM, como se pode ver no Gráfico 2. Já o Mapa 4 mostra a distribuição espacial da pecuária no estado do Acre, onde se destaca a grande concentração da criação de gado nas Regiões do Alto e Médio Acre.

Gráfico 2 – rebanho bovino no Acre.



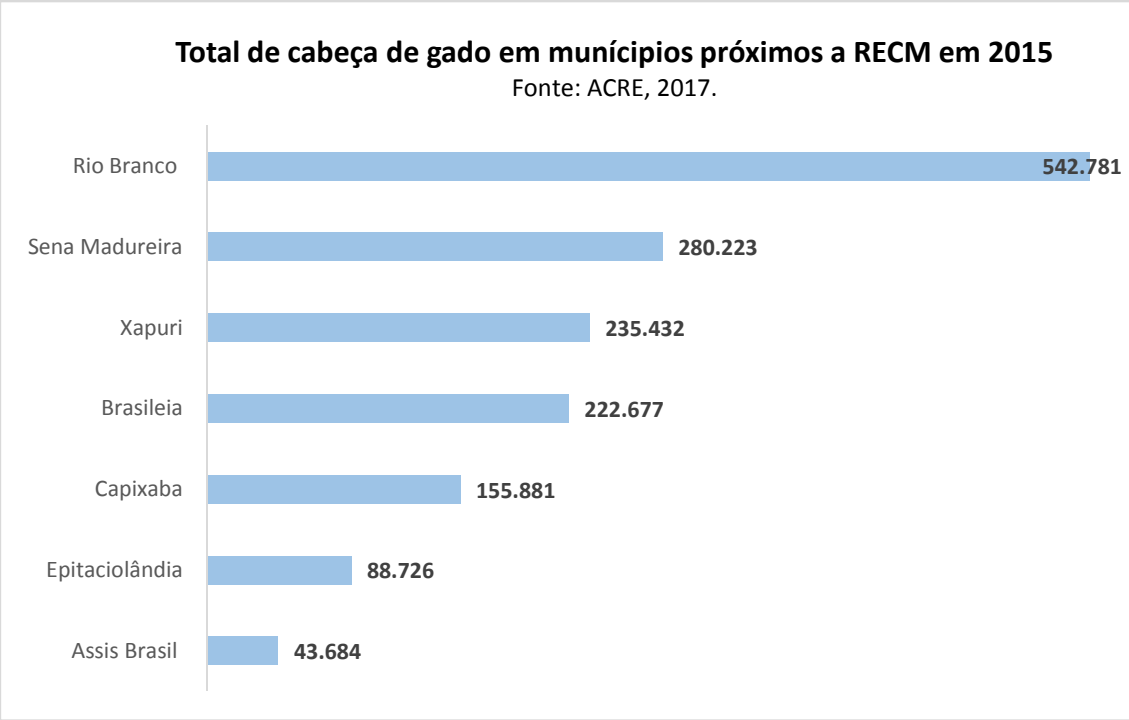
Todos esses dados confirmam aquilo que se vê quando se faz uma incursão pelas estradas e ramais que nos conduzem até a RESEX. Há uma explícita diferença entre a territorialidade dos fazendeiros com a dos seringueiros. Nas áreas contíguas à Reserva, a mata foi derrubada para dar lugar ao boi. A paisagem desoladora é dominada quase exclusivamente pelo pasto, como mostra a

[57] O Governo do Acre é o promotor da maior festa anual realizada na capital Rio Branco. Trata-se da Expoacre, uma feira de exposição com foco na pecuária e na madeira. Na sua 44 º edição realizada em 2017 ela chegou a gerar R$ 102,9 milhões. Os leilões de gado são alguns dos principais momentos do evento. Não é difícil perceber que há todo um contexto de incentivo à pecuária por parte do Poder Público.

Figura 24. Os poucos fragmentos de mata só podem ser observados em algumas propriedades rurais ligadas a Projetos de Assentamentos criados na década de 1970. São nessas propriedades que é possível avistar algum roçado cultivado pelos “colonos”, camponeses assentados que moram nos lotes. As fazendas, o pasto e o boi chegam até os limites da Reserva, “na beira” como dizem os seringueiros. Dali para frente à paisagem muda abruptamente. A floresta abraça os viajantes, o dossel da mata traz um aliviante frescor, e poucos bois são avistados ao longo dos varadouros.

Nos Projetos de Assentamentos muitos camponeses criam o chamado “gado de meia”. Nessa modalidade, o colono se responsabiliza junto ao proprietário do gado (que pode ser um membro da família, um médio criador ou até mesmo um fazendeiro) em criar um determinado número de cabeças por dois ou três anos. Ao final, ele fica com a metade dos bezerros que nascerem neste período como forma de pagamento. Além de disponibilizar uma área para pastagem, o colono, também precisa assumir os custos com vacinas, tratamentos, alimentação com sal, construção de currais, cercas, entre outras despesas que tiver com a criação. Tal prática é generalizada nas pequenas propriedades rurais próximas à RESEX. Mas nos seringais pesquisados essa prática não foi encontrada.

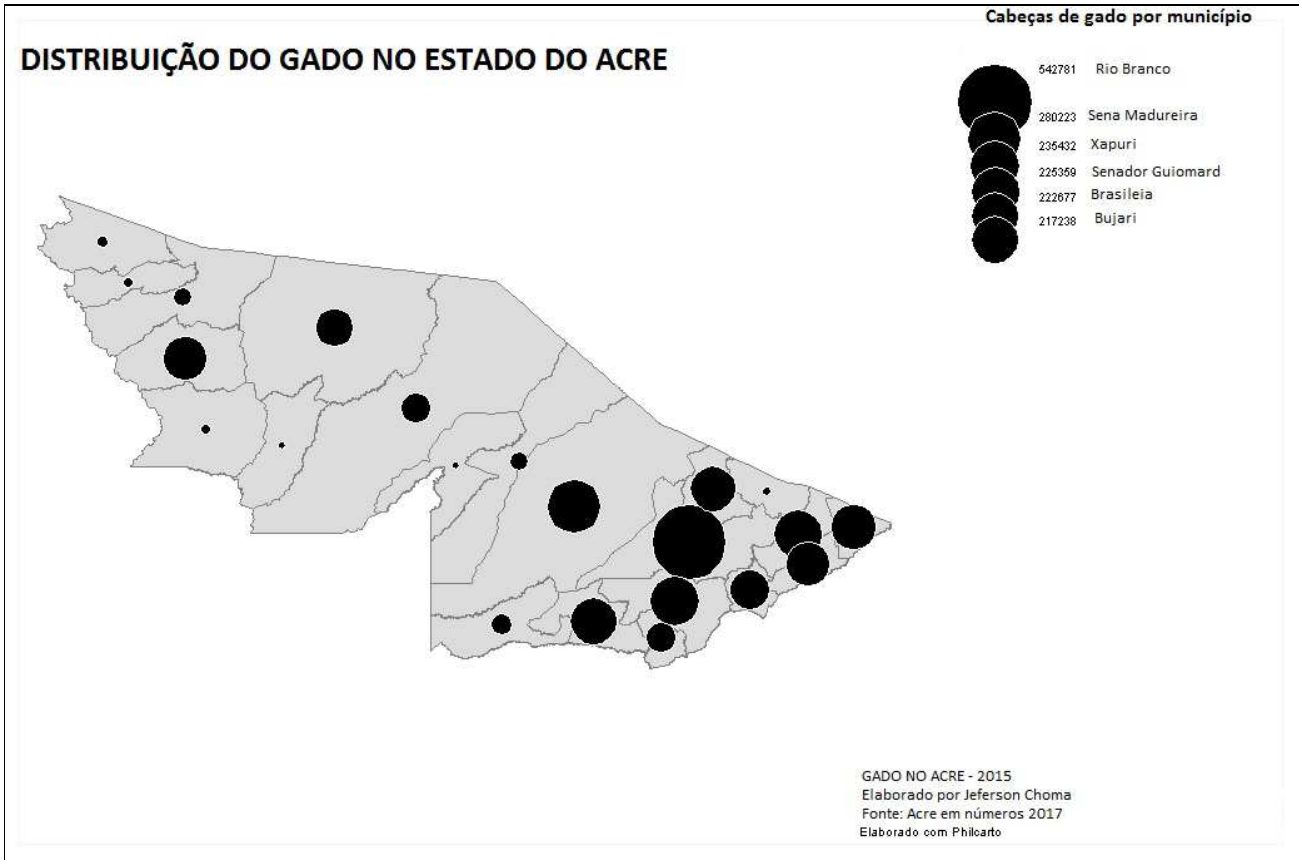
Gráfico 3 – gado por municípios.



O que desejamos mostrar é que grandes fazendas e a pecuária pressionam as fronteiras da

Reserva, invadindo inclusive as Zonas de Amortecimento definidos no Plano de Manejo[58]. Mas enquanto os seringueiros são criticados por ambientalistas e gestores da RESEX por criarem gado, pouco ou nada se faz para impedir o avanço de grandes empreendimentos agropecuários nessas áreas.

Mapa4 – A distribuição do gado no Acre.



Um exemplo concreto foi um episódio ocorrido na Colocação Centro Verde, no Seringal Filipinas, em Xapuri. Em dezembro de 2015, o pecuarista conhecido por Joaquim Medeiros, dono da Fazenda Filipinas, no município de Xapuri, mandou derrubar dezenas de hectares de floresta, à moda corte raso, dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes. Dois tratores, segurando uma corrente em cada extremidade, foram usados na empreitada. A fazenda faz limite com a Colocação Centro Verde, que faz parte da RESEX e onde mora há mais de 50 anos o seringueiro Raimundo

[58] A Zona de Amortecimento (ZA) é toda a área no entorno da Reserva Chico Mendes onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade. Segundo, Plano de Manejo da RECM, o limite da ZA no entorno da Unidade se dá na faixa de 10 km. No limite sul da RESEX, a área chega a se estender até a BR-317. Essa é a área mais impactada por empreendimentos agropecuários no entorno da RESEX. A ZA é submetida a normas de uso em que as atividades desenvolvidas nesta área devem ser monitoradas pelo IBAMA de maneira a evitar incidentes que possam acarretar danos ambientais significativos à Unidade. O licenciamento ambiental de novos empreendimentos deve ser realizado mediante prévia manifestação do ICMBio.

Gomes do Nascimento com sua esposa Raimunda da Silva, na época diretoria do STR de Xapuri. Algumas semanas antes, o ICMBio esteve na colocação para demarcar os limites da RESEX com a fazenda (o travessão). Todo o episódio foi assim descrito por Raimundo:

> Raimundo - Eu tava em casa quando escutei a zoada do trator e quando acatei o trator tava chegando na minha casa. Que eu não esperava acontecer uma coisa dessa porque geralmente o ICMBio e o IBAMA tinha feito o travessão dividindo a fazenda com a Reserva Extrativista Chico Mendes há pouco tempo. Eu achava que ele não ia fazer uma coisa dessa, mas até que fez.
> Jeferson - Você conversou com os tratoristas aqui?
> Raimundo - É, conversei com os tratoristas. Falei pra ele que quando vi chegando o trator na minha casa, vim eu mais minha esposa até onde ele se encontrava. Aí ele parou o trator, desceu e veio conversar com nóis. Aí eu perguntei: ' Você sabe onde fica o travessão pra separar a Reserva da fazenda?'. Ele disse não. Então vou levar e mostrei pra ele onde é o travessão. A partir daí ele foi embora conversou com o capataz. O capataz retornou na minha casa outro dia falando que ia desmatar tudo. Eu disse pra ele que não, que não aceitava fazer esse desmate dentro da Reserva. Aí fui pra cidade e minha esposa foi pra rua. Eu mandei que ela comunicasse o presidente da AMOPREX e ela comunicou e a gente ficou aguardando. Teve duas semanas e ninguém teve nenhuma resposta e eles continuavam desmatando, fazendo o desmate dentro da Reserva[59].

O caso também foi levado pelo STR de Xapuri até o ICMBio, além de ser amplamente divulgado pela imprensa local. Mas nada foi feito pelas autoridades. O desmatamento só terminou quando o STR de Xapuri denunciou o caso à imprensa. Em pesquisa de campo, constatamos o desmatamento de aproximadamente 100 hectares dentro da Colocação Centro Verde, como se pode ver na Figura 20.

[59] Entrevista com Raimundo Gomes do Nascimento realizada em 06 de janeiro e 2016.

Figura 20 – Desmatamento realizado por fazendeiro na Colocação Centro Verde, RECM.

Fotos: Jeferson Choma e Eunice Evangelista, em 06/01/2015.

3.6. O gado criado pelos seringueiros

Antes da criação da RESEX, apenas o patrão seringalista poderia criar algumas cabeças de gado no interior dos seringais. O rigoroso código de trabalho não permitia ao seringueiro extrativista nem o cultivo de roçado, nem a criação de animais. O seringueiro só vai criar gado após conquistar "a Reforma Agrária", como explicou no depoimento abaixo o seringueiro Sebastião Olegário.

> Sebastião - O seringueiro veio tomar conta das suas terra, das colocação, depois da Reforma Agrária. Aí que o seringueiro pode ter, como se diz… sossego. Não tinha sossego, a gente trabaiava assim como se fosse um escravo, tinha que só cortar, só fazer borracha pro patrão. As empresona aí fora fornecia mercadoria, as coisas pro patrão pro cara lá levar borracha. Tinha que cortar, não punhava roçado, não fazia nada, não criava, só cortar seringa.
> Jeferson - O gado surgiu em que momento para o seringueiro?
> Sebastião: O gado surgiu depois dessa Reforma Agrária. Foi quando o seringueiro começou a ponhá um campozinho, aí começo a punhá um gadozinho, comprar uma vacazinha, um bezerro, e vai aumentando. Mas antes disso o cara não podia porque o patrão impedia de você criar.[60]

Como se pode ver, a criação de gado está associada à conquista da "Reforma Agrária", uma lembrança que ainda está bastante presente na memória dos moradores mais velhos. Foi com a criação da RESEX que eles puderam começar sua criação de boi e colocar "um campozinho", área que demarca o limite da casa com a floresta. Como veremos mais adiante, o campo de pastagem foi uma modificação introduzida pelas famílias depois que as colocações assumiram o centro da vida social no lugar do barracão seringalista.

No entanto, o declínio do preço da borracha fez com que muitos passassem a criar gado como alternativa à esse produto extrativista e assim manter a reprodução das famílias. Esse processo está presente em quase todos os depoimentos dos seringueiros. A explicação de Deuzuite Barroso, diretora do STR de Xapuri, explica como esse processo foi percebido:

> Eu nasci e me criei na Reserva Extrativista, quando passou a ser Reserva eu já morava lá e eu sempre trabalhei na roça. Na época quando trabalhava com extrativismo, porque aqui em Xapuri tinha uma cooperativa organizada que comprava borracha, comprava castanha comprava legume, eu e meu pai, nós semos em sete irmão, eu ajudei a criar meus irmão cortando seringa mais meu pai. A gente acordava 4 horas da manhã e quando agente via o claro do dia a gente saía pra estrada. Eu saí a mais um irmão meu, que hoje mora em Rio Branco. Eu cortava uma estrada, meu pai cortava outra, meu irmão cortava outra.
> Então por dia a gente fazia 100 quilos de borracha por dia. A gente tinha quatro animal de transporte. Era 12 horas de viagem da nossa colocação pra chegar aqui na cidade. Quando fazia a carga dos quatro animal meu pai vinha entregar na

[60] Entrevista realizada com Sebastião Olegario Maia realizada em 14 de setembro de 2017.

> cooperativa aqui. Ele entregava a borracha e pegava a mercadoria. Ele comprava tudo em grosso, caixa de óleo, fardo de açúcar, fardo de café. Tudo em grosso e levava pra zona rural.
> E lá a gente trabalhava no roçado também. Na época era muito difícil. Não tinha motosserra, a gente derrubava o roçado era de machado. Mas assim, não tinha certas proibição. Você podia derrubar o tanto que você quisesse né. É um hectares ou dois hectare, dois alqueire.
> E ali a gente tinha bastante produção, tanto você tinha muito legume e tinha muita criação. A gente criava bastante porco, bastante galinha, bastante pato. Só não criava gado. Por que a gente não tinha motosserra e era muito difícil fazer cerca, né.
> Depois, uns 20 anos, que eu saí de casa, arrumei família. Continuo na Reserva Extrativista mas crio o gado, crio uma galinha, o porco, o cabrito, a ovelha. De tudo eu crio um pouco. Só não trabalho com a borracha porque aqui faliu ultimamente, a gente não tem pra quem vender. Aí eu crio gado, né. E castanha a gente tem uma vez no ano. E a safra da castanha tá com dois ano que não tem dado castanha na Reserva. Colocação de 400 latas de castanha, deu 100 lata. A minha 130, 140 [latas], mas esse ano deu 9 lata de castanha. Se a gente quer manter sua família com o extrativismo, a gente vai passar necessidade. Não tem condições[61].

A cooperativa à que se refere Deuzuite é a Cooperativa Agroextrativista De Xapuri (CAEX) que foi criada por Chico Mendes no final da década de 1980. Hoje ela está desativada. A única cooperativa que compra borracha dos seringueiros é a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre). No Capítulo 4 discutiremos mais detalhadamente a escala de sua atuação. O extrativismo da castanha ganhou importância nas últimas décadas, mas se dedicar exclusivamente a essa atividade não oferece muitas garantias, pois as safras são muito oscilantes de um ano para o outro, e há também desigualdade na distribuição geográfica das castanheiras nas colocações.

A criação de gado tornou-se uma forma mais segura e estável para as famílias da RECM. Assim como era a borracha no passado, que permitia ao seringueiro adquirir certa renda monetária e ir à cidade para comprar mercadorias, atualmente o gado cumpre a função de servir como uma "poupança" às famílias da RESEX.

Como em outras regiões do país, o boi também representa uma espécie de "poupança" para a família. Klaas Woortmann (1990) e Ellen Woortmann (1987) mostraram, por exemplo, como a criação de gado serve como um meio para a reprodução social dos sitiantes e para a aquisição de terras de trabalho, isto é, da própria expansão do sítio no caso dos camponeses de Sergipe pesquisado por ambos os autores. Desse modo, o gado é um dos fatores que viabilizam a constituição de um novo grupo familiar.

O depoimento de Abraão Cardoso esclarece as razões que levaram os camponeses aumentarem a criação de gado na RESEX:

---

[61] Entrevista realizada com Deuzuite Barroso em 15 de maio de 2017.

> Graças a Deus que o boi tá dando um dinheiro. Que nóis temos um bezerrinho de vez em quando pra vende e poder comprar a nossa manutenção. Porque se não fosse nóis vender um bezerrinho, nóis ia viver do que? Da borracha? Não tem preço. É só a castanha, e uma vez por ano[62].

A importância da criação de gado na composição da renda das famílias da RESEX Chico Mendes também pode ser observada pelos dados coletados pelo Ministério do Meio Ambiente/IBAMA e pelo Governo do Acre, conforme apresentamos no Gráficos 4 e 5. Em 1992, pouco depois da sua criação, o extrativismo representava 62% do valor total da produção dos seringueiros. Sendo que 35,2% vinham da extração de borracha. A criação de gado era de penas 9%. Em 2009, o quadro se modifica. A atividade extrativista caiu para 35%, enquanto a criação de gado chegou a compor 35% da renda das famílias. Também entram novos componentes na renda que não haviam sido observados na pesquisa anterior, tais como assalariamento e aposentadoria.

Muitos seringueiros apontam que os poucos e ocasionais incentivos governamentais, quase sem possibilidades de linha de crédito disponível para explorar outros produtos extrativistas, acabaram motivando a criação de gado como uma alternativa mais eficaz e segura. O depoimento de Raimundo do Pimenteira, morador do Seringal São Cristóvão, é bem elucidativo nesse sentido:

> Raimundo - Tu vai a SEAPROF, você adula meu irmão. Eu digo a você com prova disso. Eu tô há quatro meses adulando um financiamento
> Jeferson - Financiamento do quê Raimundo?
> Raimundo - Vê se eu consigo financiar dois tanques pra criar peixe porque eu moro na reserva, mas eu não tenho intenção de criar gado na reserva porque eu não quero ser fazendeiro[...]. Eles diz que pra Reserva não tem esse financiamento, que é proibido, que vai causar impacto ambiental, precisa tirar um tal de um ponto. Eles não técnico pra isso? [..] Aí um coitado que tem 50 hectares de terra que não acha um incentivo, ele mete o pau, derruba tudinho, planta capim e compra um bezerrinho pra ele começar uma criação de gado e ter uma renda melhor. [...] Quem obriga o governo a fazer coisas ilegais é o próprio governo. […] Tanta seringa que tem na minha colocação. Eu não corto nenhuma seringueira porque eu vou vender seringa de R$ 1,20 [o quilo] meu irmão? A borracha era pra ser uma das coisas bem reconhecidas. Porque é da borracha que vem a câmara de ar, o pneu, o amortecedor[63].

[62] Entrevista realizada com Abraão Cardoso em 5 de janeiro de 2016.
[63] Entrevista realizada com Raimundo do São Cristóvão em 18 de março de 2016.

Gráfico 4 – Renda na RECM -1992

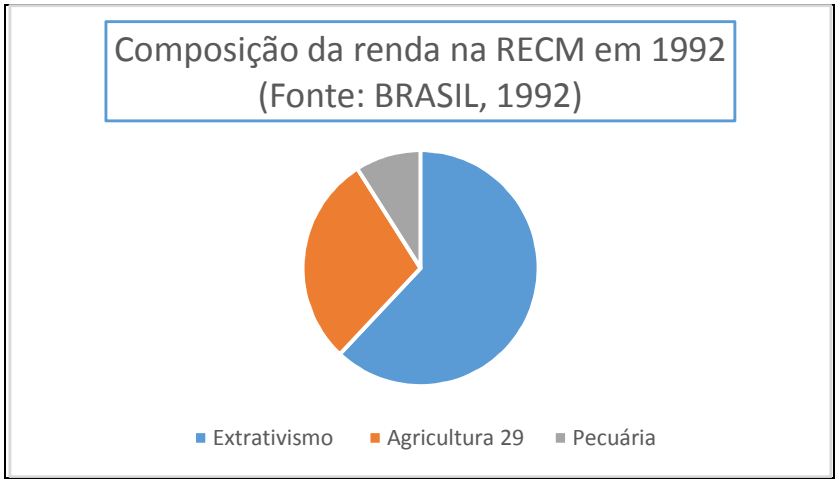
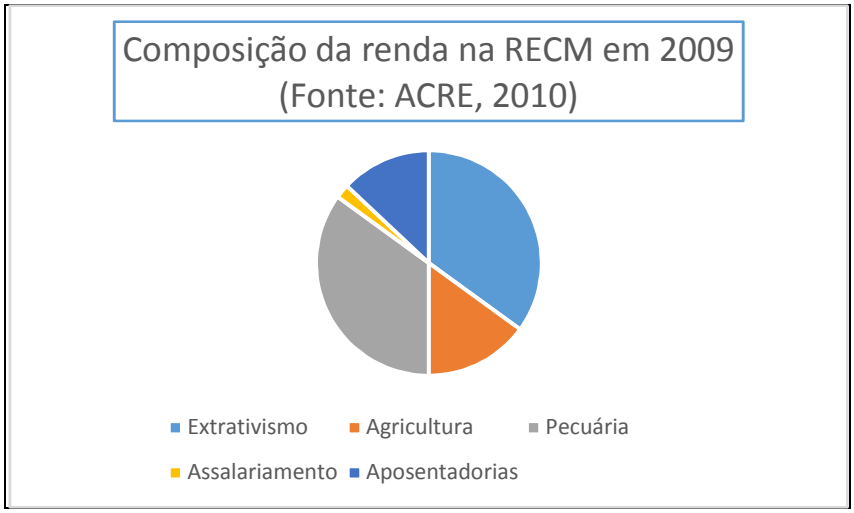


Gráfico 5 – Renda na RECM - 2009



O lamento pela desvalorização da borracha só não é maior do que o lamento pela falta de incentivos governamentais que pudessem gerar uma alternativa concreta ao extrativismo do látex. Mas seria um equívoco pensar que a criação de gado ocorre em substituição às atividades extrativistas ao ponto de criar uma tendência dos seringueiros tornarem-se simples criadores de gado.

No marco das estratégias para sua reprodução social, o que de fato ocorre é a combinação das atividades extrativistas, com a agricultura e a criação de animais, como o próprio depoimento de Deuzuite deixa claro.

Tampouco a criação de gado é comandada pela demanda do mercado. Entre os seringueiros, a criação e a utilidade de bois e vacas apresenta um caráter multifacetado. Hoje eles são utilizados pela maioria como meios de transporte para fazer o “combói” - o transporte de borracha, da

castanha ou dos produtos dos roçados - pelos ramais e varadouros.

Do mesmo modo, entre os seringueiros a criação de boi é combinada com a criação de outros animais como porcos, bodes, galinhas e com o cultivo dos roçados. A compra e venda do boi é a garantia de que a família possa sobreviver caso o plantio sofra alguma devastação ou tenha uma produtividade menor causada pelo clima, pragas, animais, entre outros fatores. Nesse sentido, a criação de gado é para os seringueiros *uma criação camponesa*, isto é, se baseia na reprodução familiar e não na acumulação de capital como fazem os "grandes pecuaristas". O depoimento do seringueiro Raimundo Barbosa Maia, que cria 44 cabeças em sua colocação, é bem esclarecedor neste aspecto:

> Jeferson - Vende o bezerro em que circunstância, em que momento?
> Raimundo: Aqui se tiver um bezerro bom pra vender. Nóis temo três aqui, só que ninguém tá querendo vender que o bichinho é mansinho. Eu quero amansar eles pra carga, pra sinuelo. O dia que precisa, aí tem né. Mas eu não tô querendo vender eles. Mas aí quando a gente tem pra vender mesmo, é só falar com os cara aí que os cara já vem e compra. Já paga na hora e já leva o bezerro.
> Jeferson: E vende o boi na precisão?
> Raimundo - Por que é assim: as veiz você tem um negócio pra fazer e o dinheiro não tá dando. E você sabe, a gente cria pra se arremedia né, ou mata pra cume, ou vender no caso de uma precisão, as veiz uma pessoa adoece e o cara vende um bicho pra trata daquela pessoa né. Ou então a gente quer fazer um negócio, tá devendo uma conta aí e não tá tendo como paga o cara vende o bicho e paga a conta.
> Jeferson- Na época dos patrões não dava pra criar nada?
> Raimundo: Não, não. Na época dos patrão não deixava nem botar roçado porque tinha que corta [seringa] todo o dia. Eles queriam saber é da borracha porque lá no barracão tinha tudo pra vender. Tinha da banha ao biscoito pra vender. Aí não queria… As veiz a gente botava um roçadinho pra criar uma galinha assim, mas não que eles gostassem. Só se a gente produzisse a borracha, não queria saber.
> Jeferson - Quando isso mudou?
> Raimundo - Depois que o Chico Mendes começou andar pelo seringal. Aí o Chico Mendes falava assim: 'olha minha gente, daqui uns anos vocês vão ser liberto, porque esse negócio de patrão a gente vai acabar com isso porque eles não deixam você plantar, eles não querem deixa você criar, aí você não é dono da sua colocação. Se você vendeu um quilo de borracha [para outro comerciante] eles botam o cara prafora, manda embora. Então, nóis vamo acabar com isso pra quando vocês ser dono da sua colocação e fazê o que vocês quiserem. Vocês prantar, vocês cria o que vocês quiser'.
> Aí nessa época, ele começou a fala isso e aconteceu. Por que hoje não tem mais patrão né. Hoje a gente é liberto, a gente trabalha pra arrumar algum dinheiro ou algum que é aposentado… Você vai na rua, faz a sua feira, traz pra casa todo mês, em dois em dois mês… e a gente continuando o trabalho da gente, não tem patrão pra perturbar. Só o ICMBio, mas o ICMBio perturba mais quem faz derrubada grande né. Mas o pobre seringueiro que broca um pouquinho não mexe não.
> Jeferson: O senhor lembra quando comprou a primeira vaca, o primeiro boizinho?
> Raimundo: Eu lembro. Rapaz eu comprei o primeiro boi quando eu morava aqui na [Seringal] Fronteira. Eu tinha um cavalo, aí eu troquei por uma vaca com um garrote. Aí foi o tempo que eu vim pra cá. Quando eu vim pra cá comecei

comprando um gadinho.[64]

Criar boi “pra se arremediá”, “mata pra cume”, ou vender no caso de uma “precisão” explicitam que a criação de gado não é um fim em si. É uma forma da família se manter na colocação. A venda de gado é comandada pelo valor de uso ao invés do valor de troca. Não se deseja vender o gado que é manso e pode servir como sinuelo. Se vende o gado em circunstâncias especiais como quando é preciso custear alguma viagem ou ainda sair em socorro de algum familiar. Nestes casos, algumas cabeças de gado são vendidas para se obter dinheiro para que a família possa viver na floresta. Em outros tempos, quando o seringueiro se encontrava na “precisão” era obrigado a ir até o barracão recorrer ao patrão para que este providenciasse algum tipo de transporte e auxílio emergencial, o que naturalmente reforçava os laços de dependência e de dominação pessoal entre ele o proprietário do Seringal. A criação da Reserva Extrativista pôs fim a esse regime, garantiu ao seringueiro o acesso ao território e afirmou sua autonomia camponesa. Foi quando o seringueiro se tornou um “liberto” e não teve mais “patrão pra perturbar”. Pode-se sugerir, portanto, que a criação de gado em um certo sentido tornou-se expressão dessa autonomia camponesa, sendo parte do modo de vida e ocupando um espaço relevante para que ele possa viver na sua colocação.

As cabeças de gado também constituem um patrimônio das famílias que podem ser transmitidos através de gerações por meio de herança. É bastante comum que os pais doem alguma(s) cabeça(s) para seus filhos quando eles estão começando suas próprias famílias. No depoimento de Raimundo ficou claro que o momento da constituição da família também é o momento de se iniciar a criação. Ao estudar grupos familiares do Seringal Porongaba, que faz divisa com o extremo norte da RECM, Narahara (2011, p.94) conclui: “A cabeça de gado que o pai dá para a sua filha é uma semente, é o início da criação da própria filha, constituindo assim um importante elemento de herança, mediado quase sempre pelo idioma do parentesco”.

Para além da reprodução puramente material, o gado tem importância também nos festejos e práticas simbólicas realizadas nos seringais. Quando há casamentos, festas e comemorações se matam bois, porcos e galinhas para servir almoço aos convidados, ou ainda se reparte o boi em bandas para distribuir a todos aqueles que trabalharam em um adjunto realizado em uma colocação. Também se sacrifica algum boi em pagamentos de promessa ou festejos religiosos para assim agradecer aos Santos e garantir a prosperidade das famílias. Nessas ocasiões, é comum a realização de churrascos. Durante a pesquisa de campo, em certo dia em que chegamos ao Seringal Humaitá testemunhamos a realização de um churrasco que é realizado anualmente pela família do Seu Abraão. Todos os anos a família formada por evangélicos celebra a data em que haviam

[64] Entrevista realizada com Raimundo Barbosa Maia em 20 de setembro de 2017.

conquistado aquela colocação há quase três décadas.

Como se vê, a criação de gado entre famílias de seringueiros vai além de uma dimensão meramente econômica. Reveste-se de práticas simbólicas e lógicas sociais que são formas de garantir a reprodução familiar camponesa.

Figura 21 – O uso do boi na RECM. Bois utilizados para carregar madeira.

Foto: Jeferson Choma, em 09/10/2016.

Figura 22 –Bois da Associação Bom Sucesso utilizados para realizar “combói” da castanha.

Foto: Jeferson Choma, em 24/09/2017.

Figura 23 – O uso do boi na RECM. Bois utilizados para o transporte da família.

Foto: Jeferson Choma, em 23/12/2015.

3.7. O gado e o Conselho Gestor da RECM

O aumento da presença de gado dentro da Reserva e a suposta ameaça de "pecuarização" deste território levou o Conselho Gestor a modificar o Plano de Utilização da RECM. Durante a V Reunião do Ordinária do Conselho Gestor da RESEX Chico Mendes, realizada em 30 e 31 de outubro de 2008, foram aprovadas medidas de restrição às criações de gado. No antigo Plano de Utilização adotado em 1995, o Artigo 5 definia que: "Os moradores da reserva poderão realizar atividades complementares, tais como agricultura, criação de pequenos animais, piscicultura, pecuária, agrossilvicultura. Estas atividades poderão ocupar até dez por cento (10%) da área da colocação" (1995, p.25).

A modificação realizada 13 anos depois limitou a criação de gado até o limite máximo de 50% da área da colocação destinada para atividades complementares, isto é, para este fim apenas 15 hectares poderiam ser utilizados, conforme explica o Artigo 36 aprovado na reunião:

> A criação de animais de grande porte, principalmente, de gado bovino, no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes, somente poderá ocorrer no limite de 2 (duas) cabeças/hectares, dentro do limite máximo permitido de 15 (quinze hectares de pastagem, sendo autorizado um número maior de cabeças somente em caso de comprovação de viabilidade técnica e econômica, por meio de projeto técnico a ser submetido à análise e aprovação do órgão gestor, mediante anuência prévia da Associação Concessionária da área de jurisdição do projeto (RECM, 2008).

Dessa forma, cada colocação poderia criar no máximo 30 cabeças de gado. Para ultrapassar este limite, a família teria que elaborar um projeto que comprovasse a viabilidade técnica que seria submetido a aprovação do ICMBio. Algo absolutamente inalcançável para a maioria dos moradores.

Na sequência desta decisão, ainda em 2008, o Poder Público adotou ações como a Operação Reserva Legal, cujo objetivo de combater as práticas irregulares na RESEX. Coordenada pelo IBAMA, a operação consistia em aplicação de multas e expulsão de moradores que estivessem comtendo infrações ambientais. No que se refere à criação de gado, aqueles que não estivessem dentro nas normas aprovadas seriam notificados e teriam no máximo 60 dias para retirar o seu gado de dentro da Reserva ou 90 dias para se retirar da sua área.

Houve reações por parte dos moradores. Até os dias de hoje é comum ouvir depoimentos de seringueiros a respeito da truculência utilizada pelas forças policias utilizadas na RESEX.

> O Ministério Público acatou o pedido e aí aconteceu a chamada Operação Reserva Legal. Foi com armas da Polícia Federal e os fiscais do IBAMA, tudo portando arma dentro da Reserva, aterrorizando, batendo, humilhando os trabalhadores. Aconteceu assim uma série de coisas. Essa operação Reserva Legal foi uma

> operação que causou muito susto e impacto nas pessoas. Porque já pensou você sem ter cometido nenhum crime e de repente eles aparecem com metralhadora na sua casa?[65]

Naquele momento, entidades historicamente vinculadas a criação da RECM, como o STR de Xapuri, publicou uma nota no dia 17/12/2008 condenando a Operação. O sindicato explicou:

> […] Nosso repúdio e indignação têm por base os seguintes motivos:
> 1) nestes dezoito anos de criação da Reserva não existe uma política que garanta uma renda para os seringueiros viverem com dignidade exclusivamente da produção extrativista. Portanto a utilização da atividade da pecuária é um complemento de renda que tem sido utilizado pela grande maioria dos moradores;
> 2) pouco existiu um trabalho de esclarecimento e conscientização das regras de uso e manejo da RESEX que abrangesse um número significativo de famílias;
> 3) O Plano de Manejo e de Utilização da RESEX não é de conhecimento da grande maioria das famílias;
> 4) os seringueiros não podem ser responsabilizados pela mudança do clima do planeta, este se deve a ação dos grandes pecuaristas, mineradoras e do grande capital;
> 5) As multas aplicadas inviabilizam seu comprimento. As famílias de seringueiros têm uma vida de duro trabalho na floresta e o pouco rendimento e benfeitorias conseguidas pelas famílias não podem ser disponibilizadas para o pagamento destas multas porque isto inviabilizaria a reprodução das próprias famílias (STR - XAPURI, 2008).

O descontentamento generalizado levou o Conselho Gestor, em reunião realizada nos dias 30 de setembro e 1 de outubro de 2009, a revogar as alterações do Artigo 36 que limitavam a criação de gado. Voltou a vigorar o mesmo entendimento definido na primeira versão do Plano de Utilização de 1996, onde as atividades complementares podem ocupar até 10% da área da colocação.

Poderia se questionar se o processo de criação de gado modificaria a relação que o seringueiro tem com a floresta. No entanto, é importante não perder de vista que as famílias na RESEX não fazem uma escolha contra outra. Nenhuma família se dedica exclusivamente a apenas uma dessas atividades. Há um equilíbrio entre elas. O extrativismo, particularmente da castanha, é tão importante quanto a criação de bois. E quando se cria gado ou porcos em demasia o resultado é a destruição dos roçados, hortas e pomares pelos animais. A solução é o abatimento das criações em excesso ou sua venda, como testemunhei na Colocação Centro Verde onde Raimundo Gomes do Nascimento criava 42 cabeças de boi, um número excessivo para a família e que resultou em degradação do seu roçado. Depois de conversas com sua esposa ficou acertado que metade do gado seria vendida na cidade, o que foi feito no dia seguinte.

“Criar gado é viver acochado com as questões da rua”, explicou certo dia um seringueiro.

[65] Entrevista realizada com Dercy Telles em 17 de maio de 2017.

Ele comparava a vida dos seringueiros com a dos colonos que resolveram apenas criar gado e dependem quase exclusivamente de mercadorias compradas na cidade. Muitos abandonaram inclusive seus roçados para se dedicar a essa empreitada. Tornar-se um colono e assumir esse modo de vida não agrada a nenhum seringueiro. Há também outros problemas. Criar gado é lidar com custos e investimentos em médio e longo prazo, assumir riscos, tomar calotes, enfim uma série de tormentos típicos da “vida na rua”.

Se a borracha era o produto por excelência e que se convertia em “mercadorias”, o gado hoje é garantia de autonomia e da permanência dessas populações enquanto camponesas. Contra a pressão exercida pelas fazendas de gado no entorno da RESEX só resta um caminho: a mobilização comunitária e a organização das instituições sociais capazes de definir coletivamente “as leis da reserva” e fazê-las serem efetivamente respeitada.

Figura 24 – Imagem de uma fazenda próxima à RECM.

Foto: Jeferson Choma, em 19/01/2013

Figura 25– Criação de gado em assentamento do INCRA contíguo a RECM.

Foto: Jeferson Choma, em 02/01/2016.

3.8. O 'morador invasor': a ocupação das colocações

A ocupação de colocações por novos moradores que chegam a Reserva vem provocando polêmicas e conflitos entre os órgãos gestores, moradores e seus representantes nas associações. Por ser de domínio público e ter seu uso concedido, é proibido o loteamento e venda das colocações existentes na Reserva. Mas desde a sua criação é permitida a venda de benfeitorias, como tradicionalmente sempre fizeram os seringueiros.

A ocupação de colocações realizadas por novos moradores vem preocupando o Conselho Gestor da RESEX. Nos dias 11 e 12 março de 2013, o órgão modificou o Artigo 20 do Plano de Utilização, que dispõe sobre a compra e venda de benfeitorias. O objetivo alegado seria deter o processo de ocupação irregular da Reserva por meio de relações de compra e venda das colocações. Em entrevistas com funcionários do órgão gestor, houve alegações de que fazendeiros estariam comprando colocações próximas às fazendas, isto é, nos limites da RESEX e próximas às cidades, para converter a floresta em pasto e criar gado. Mas as mudanças significativas realizadas no Plano de Utilização prejudicam os camponeses extrativistas e não levam em consideração antigos princípios que nortearam a criação da Reserva.

Antes de ser alterada, a redação anterior do Artigo 20 afirmava que: "Caso o morador queira sair da Reserva, *a venda da benfeitoria só poderá ser feita para outro extrativista*. No caso de venda ilegal o morador poderá ser expulso da reserva sem direito algum" (ICMBio, 2006, p. 53. Grifo nosso). Como se pode ver, qualquer novo morador que comprovasse *ser extrativista* poderia comprar as benfeitorias realizadas de uma determinada colocação. Não era necessário, portanto, que o novo morador estivesse residindo na própria Reserva como um morador reconhecido pelo órgão gestor, e sua comprovação enquanto extrativista era balizada por um certo controle comunitário, conforme os dispunham os Artigos 17, 18 e 19, que também dispõem sobre a ocupação das colocações. Os artigos afirmam que em colocações abandonadas, deveriam ser dadas de preferência àqueles que são filhos de moradores e querem constituir família em uma nova colocação[66]. Também afirmavam que a transferência precisavam ser aprovadas pela comunidade, registradas em ata e com a presença de membros do Conselho Gestor e do IBAMA[67]. Contudo, com a modificação efetuada na X reunião do Conselho Gestor, a nova redação do Artigo 20 ficou assim:

---

[66] "Artigo 17: No caso da ocupação de colocações abandonadas deve ser dada a preferência para que a ocupação seja prioritariamente por parte dos filhos de moradores que já compuseram família e que mantém a condição de extrativista. Para que a colocação seja considerada abandonada, deverá ser ouvida a Associação (ICMBio, 2006, p. 53).

[67] "Artigo 19: A transferência de uma colocação deve ser aprovada pela comunidade, com registro em ata na presença da Associação de Moradores e Produtores, IBAMA e outros parceiros do Conselho Deliberativo. No caso de vendas ilegais de parte da colocação, o negócio deve ser desfeito para a recomposição da colocação. (ICMBio, 2006, p. 53).

> Reconhece-se extrativista e beneficiário da Unidade de Conservação, para fins descritos no Artigo 20, *aqueles indivíduos que residem reconhecidamente peloórgão gestor;*Fica proibida a venda de benfeitorias para indivíduos não reconhecidos como residentes regulares (ICMBio, 2013, grifo nosso).

Como se pode ver, houve uma maior centralização de decisão sobre a ocupação das colocações nas mãos do órgão gestor. Sem o seu reconhecimento, o morador que ocupa uma determinada colocação pode ser considerado um residente irregular. Mas, se reconhece enquanto extrativistas aqueles que são reconhecidos como residentes pelo órgão gestor, isto é, o ICMBio. Desse modo, as organizações comunitárias, associações ou núcleos de base, sofrem um esvaziamento no que se refere a esse tipo de decisão. Além do mais, tal deliberação está em completo desacordo com os princípios de autogestão que nortearam a própria criação das RESEXs. Esses princípios tingiram os artigos do Plano de Utilização adotado em 1995, anos após a sua criação. O Artigo 30, daquele plano, regulamentava a ocupação das novas colocações e apresentava a questão deste modo:"A entrada de novos moradores na Reserva será possível tanto para substituição de alguém que está saindo, quanto para ocupar colocações abandonadas, *sempre mediante a aprovação da associação que estabelecerá um regulamento para tal"* (BRASIL, 1995, p 27, grifo nosso). Já o Artigo 36 dizia: "Quando um seringueiro solicitar a transferência ou troca de sua colocação por outra, a transação só poderá ser efetuada *após aprovação da comunidade*, e desde que aquela esteja bem zelada (BRASIL, 1995, p. 27. Grifo nosso).

Tradicionalmente, a mobilidade entre as famílias seringueiras é realizada sob esse tipo de controle comunitário. Aquele que pretende adquirir uma nova colocação e morar em um novo seringal não faz isso sem a aprovação dos moradores do local escolhido. Por essa razão que essa regra foi inscrita no primeiro Plano de Utilização, e também – ainda que parcialmente – no Plano de Utilização elaborado em 2006. Assim, será no âmbito de alguma forma de poder comunitário, como um núcleo de moradores atuante e bem zelado, que isso será discutido por moradores. Serão essas instâncias que aprovarão ou desaprovarão se um novo morador será ou não o seu vizinho.

A questão sobre "a invasão" da Reserva e a venda de benfeitorias das colocações adquire uma feição complexa, pois está relacionada à própria reprodução familiar dos camponeses que nela vivem. O próprio aumento da família obriga o filho ou a filha de um seringueiro a procurar outra colocação próxima, ou mesmo em outros seringais mais distantes, uma vez que a colocação do pai ou da mãe já não pode garantir a reprodução da nova família. E isso é realizado sem consultar o Conselho Gestor ou mesmo o ICMBio. Este processo sempre existiu, mesmo antes da criação da Reserva. Na maioria das vezes, a existência de parentes em outras localidades auxilia essa mudança e possibilita a ocupação de novas colocações. De modo geral, onde há organização de base, a questão pode ser debatida em assembleias comunitárias.

Em uma reunião promovida pela Associação Bom Sucesso, que representa moradores dos seringais Venezuela, Humaitá, São Cristóvão e Riozinho, realizada em 7 de outubro de 2016, conforme registrada na Figura 26, foi discutida a venda das benfeitorias da Colocação Jirau (localizada no Seringal Venezuela). A antiga moradora, conhecida como "Graça", queria vender as benfeitorias argumentando que teria o direito de uso da colocação. Ela já vivia na cidade de Brasileia há alguns anos, mas deixou na sua colocação três filhos, genros e netos. A venda da colocação, portanto, significaria para estes a perda do território e o desalento total. A assembleia da associação de moradores decidiu por unanimidade que aquela colocação não poderia ser vendida, mas que a Graça, se assim desejasse, poderia voltar para ela. O responsável pela associação encaminharia essa resolução ao ICMBio para que procurassem transferir o uso fruto da terra para os filhos da ex-seringueira que são as pessoas que de fato moram e trabalhavam na colocação.

Portanto, ainda estão presentes as formas comunitárias e tradicionais de se resolver a venda de benfeitorias das colocações. Elas obedecem a uma lógica distinta daquela contida na gestão estatal, e nos remetem às formas de autogestão contidas na proposta original das Reservas Extrativista. As assembleias comunitárias continuam como espaços de decisão sobre quem pode e quem não pode se mudar para uma determinada colocação.

Na falta de uma organização apropriada, o novo morador pode simplesmente consultar seus futuros vizinhos sobre suas intenções em se mudar para uma determinada colocação, como foi observado em campo com o seringueiro Quejinaldo de Freitas França, morador do Seringal Nova Olinda.

> Quejinaldo: Tá com 7 ano que eu tô aqui e eu consegui passar isso aqui pro meu nome agora no final do ano passado.
>
> Jeferson: Como foi isso?
>
> E que quando você compra assim, eles [o ICMBio] fica botando dificuldade, não quer deixar a gente entrar, diz que é desconhecido e que tem que ver se é extrativista.
>
> Jeferson: Mas os moradores encrencaram?
>
> Quejinaldo: Não, o rapaz que vendeu me disse: 'vou ver com os vizinhos se eu posso vender e se eles levar a mal, aí eu te aviso'. Procurou saber se comunidade concordava, aí ninguém disse nada, e eu fui e paguei ele[68].

No dia em que realizei essa entrevista, o núcleo de base do Seringal Nova Olinda havia sido criado em uma assembleia realizada na colocação de Quejinaldo. Dessa forma, por iniciativa da comunidade hoje há um órgão de deliberação coletiva para debater as demandas comunitárias.

[68]Entrevistas realizada com Quejinaldo Freitas França em 8 de setembro de 2017.

Quejinaldo não nasceu na Reserva Extrativista. Foi para o Seringal Nova Olinda quando esteve diante da ameaça de perder seu lote de terra, localizado próximo à fronteira com a Bolívia, em razão de disputas familiares. Neste caso, a aquisição da colocação dentro da RESEX garantiu a reprodução da sua família. No dia em que foi entrevistado, Quejinaldo estava contente, pois finalmente o ICMBio havia o reconhecido como "extrativista", após sete anos trabalhando nas suas estradas de seringa extraindo látex para vender para a Cooperacre.

> Desde que eu vim pra cá é que corto seringa, aí tem o negócio do subsídio. Pra receber o subsídio tem que ter a tal da DAP. E pra fazer a DAP a colocação tem que tá no nome da gente. E esses anos todinho que eu vinha cortando, eu tava recebendo R$ 1,50 [por Kg] que era o preço da borracha. Aí tinha mais um [real] e pouco que era o subsídio, mas eu não recebia ele, porque eu não tinha a DAP. Então agora foi a primeira vez que eu vendi com subsídio foi agora, esse ano, porque eu consegui fazer a DAP. Passei aqui pro meu nome e consegui fazer a DAP[69].

A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é pré-condição para que o seringueiro possa receber os subsídios estatais concedidos na extração da borracha[70]. Mas ela só pode ser emitida após o ICMBio reconhecer a condição de "extrativista" do morador da Reserva, conforme a modificação do Artigo 20. Após sete anos trabalhando na extração da borracha, de nada adiantava se os moradores reconhecessem Quejinaldo e sua família como extrativistas. Sua situação só foi regularizada após muitas insistências junto ao escritório do ICMBio em Brasileia.

Figura 26 – Reunião realizada pela associação Bom Sucesso.

Fotos: Jeferson Choma, em 07/10/2016.

[69]Entrevistas realizada com Quejinaldo Freitas França em 8 de setembro de 2017.
[70] No Capítulo 4 apresentamos os detalhes a respeito deste processo.

A história de Quejinaldo também revela um outro aspecto das ocupações dos seringais. Assim como ele, muitas outras famílias que moravam em outras regiões, hoje vivem nas colocações da Reserva Extrativista para assegurar sua reprodução camponesa. Uma parte dessas famílias é formada por seringueiros brasileiros que viviam na Bolívia, conforme explica Anacleto Maciel, da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasileia:

> O Evo Morales, que é presidente da república aqui da Bolívia, apertou muito as pessoas que morava 50 quilômetro da fronteira e as pessoas vieram para o Brasil. Quando chegaram no Brasil com um pouco de dinheiro, as veiz pegava aquela colocação que tava abandonada, e foram se infiltrando sem a pessoa passar pela associação, sem passar pelo sindicato rural, sem passar pelo ICMBio, e foram para as colocação[71].

O processo descrito por Anacleto começou em 2009, quando seringueiros brasileiros que vivem em território boliviano, na fronteira com o Acre, começaram a ser expulsas pelo governo boliviano, que alegava a necessidade de garantir a soberania do seu país. Muitos seringueiros brasileiros não poderiam mais continuar morando na região fronteiriça e foram obrigados pelas autoridades bolivianas a sair de suas colocações[72].

Para muitos, os seringais da Reserva Extrativista Chico Mendes, principalmente os mais distantes e pouco habitados, se convertem em uma alternativa para camponeses que foram expropriados e expulsos de suas colocações.

Como viviam da borracha e da castanha, a maioria desses seringueiros expulsos possuem o mesmo modo de vida daqueles que moram na RECM. O grande problema é que esses mesmos moradores são considerados invasores pelo órgão de gestão da Reserva, embora a maioria desenvolva desde sempre práticas agroextrativistas.

3.9. O fracionamento familiar das colocações

Outro problema observado foi o fracionamento das colocações que é provocado pelo próprio crescimento natural das famílias. Isso também tem sido foco de tensão com os agentes ambientais, pois uma colocação com um número elevado de famílias pressiona por maiores áreas de clareiras para os roçados das famílias. Para Dercy Teles, essa questão não havia sido prevista no momento da criação da Reserva.

> Por que não pensaram que as famílias iam se multiplicar e que as crianças estavam crescendo e iriam casar, formar novas famílias e iriam continuar morando na Reserva. Um dos adendos que contribui assim para o aumento de desmatamento.

[71] Entrevista realizada com Anacleto Maciel em 11 de setembro de 2017.
[72] Na época, o caso foi noticiado por jornalistas acreanos. Ver em: http://www.altinomachado.com.br/2009/07/evo-morales-expulsa-brasileiros.html.

> Porque as colocações que moravam apenas uma família, hoje... Eu dou exemplo de uma colocação que é a Semitumba que era uma colocação de um morador e hoje deve ter oito famílias. Então isso significa, mais um roçado, mais uma vaca, mais tudo. E automaticamente as pessoas precisam abrir novas áreas para produzir a agricultura de subsistência. [73]

Com o aumento das famílias ao longo dos anos, algumas colocações foram subdividas pelo chefe da família entre seus filhos, cunhados e outros parentes. Um dos resultados é que a terra herdada é muito pequena, insuficiente para manter a reprodução camponesa, produzindo o que os seringueiros chamam de "lotes", pois são áreas menores do que as colocações que normalmente possuem no mínimo uma estrada de seringa.

> Uma colocação de seringa, o pai faleceu e ficou a mulher e os filhos. Ficou só um filho na colocação cuidando. Mas aí os quatro voltaram e com toda razão, são filhos, tem necessidade, estão desempregados “na rua”. Dividiram os pedaços entre si. Mas na lei, no nosso plano de utilização diz hoje que uma colocação tem que ter duas estradas de seringa, o que equivale 200 hectare. Em si, se aquilo fosse dividido, não tem duas estradas de seringa pra cada um. Eu quero saber o que o ICMBio tem a dizer sobre isso?[74]

A cobrança que Romário faz ao órgão gestor faz sentido. A divisão familiar camponesa das colocações que pode ameaçar a reprodução de seu modo de vida tradicional com a floresta. Se a família dispõe de uma parcela de força de trabalho utilizada apenas parcialmente, será necessária a aquisição de áreas suplementares a fim de utilizar a força de trabalho não empregada e assim atender as demandas de consumo do grupo (CHAYANOV, 2014). Por isso, o crescimento das famílias exige a ocupação de novas colocações e seringais desabitados ou pouco ocupados. E eles existem. Em nosso trabalho de campo e a análise dos Mapas 3 e 5 demonstram a existências de áreas ainda pouco povoadas no interior da RECM. Como podemos observar no Mapa 5, a distribuição das colocações nos seringais está concentrada principalmente no Sul da Reserva Extrativista, particularmente próximas ao eixo da BR 317 e em seringais próximos às cidades de Xapuri, Brasileia e Assis Brasil. Também há uma significativa ocupação ao Leste, especialmente próximo à Capixaba e na área da capital Rio Branco. Ao Norte, às margens do Rio Iaco também se verifica a presença de colocações em áreas que pertencem ao município de Sena Madureira. No Mapa 4, que indica a cobertura florestal na RESEX, é possível perceber que a grande maioria das colocações tem um impacto muito pequeno no que se refere ao desmatamento da Reserva, com exceção do Seringais Nova Esperança, Rubicon e Santa Fé, localizados no município de Xapuri[75].

---

[73]Entrevista realizada com Dercy Teles 05 de setembro de 2017.

[74] Entrevista realizada com Romário em 24 de dezembro de 2014.

[75] A RECM mantém 94% de cobertura florestal. Mas existem três pequenos seringais que apresentam um desmatamento maior: o Nova Esperança (52% de sua área desmatada), Santa Fé (55% de sua área desmatada) e Rubicon (42%de sua área desmatada). Estes seringais estão próximos da rodovia BR-317 e são pressionado pela expansão pecuária das

É possível também observar que existem muitas colocações – os pontilhados em azul – fora dos limites da Reserva, especialmente nos limites Sul, Leste e Norte. Elas ocupam a Zona de Amortecimento, conforme a definição do Plano de Manejo da Unidade. Já ao Sul e ao Leste da Reserva, observamos o avanço de fazendas sobre essas colocações, identificadas pelas imagens geométricas que indicam desflorestamento no Mapa 3.

Os Mapas 3 e 5 também mostram outra questão importante: a existência de extensos seringais desocupados ou pouco habitados ao Norte e ao Oeste da Reserva. Como se pode observar, há seringais, como os Seringais Curitiba e Arary, que estão completamente desabitados. Outros, como o Seringal Petrópolis, no extremo Oeste, que só é habitado na margem no rio Iaco. De modo geral, os seringais localizados ao Norte e ao Oeste da Reserva possuem muitas áreas desocupadas, o que certamente oferece uma alternativa às famílias, embora para muitos seringueiros esse tipo de deslocamento não seja fácil, pois isso implica em um maior isolamento das famílias. Ao menos, por um certo período.

O Plano de Utilização adotado em 1995 não normatizava a ocupação de seringais vazios ou pouco ocupados. Isso porque, conforme relatos dos moradores mais antigos, muitos seringais se encontravam vazios no momento da criação da RECM, devido as ameaças dos fazendeiros. Na verdade, só após a criação da Reserva houve o seu repovoamento.

Em 2006, quando foi concluído o Plano de Manejo da RESEX, conforme determinava o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, foi realizado o Zoneamento da UC com objetivos de normatizar o seu uso. Assim, foram estabelecidas as Zonas Primitivas que seriam "áreas pouco alteradas que mantém no todo as características da vegetação original, podendo funcionar como refúgio da vida silvestre, fornecimento de propágulos e reprodução da fauna" (BRASIL, p. 60, 2006). Dessa forma, procurou-se em normatizar o uso dessas áreas:

> Normas de uso: Nestas áreas o acesso e a intervenção na bióta (flora e fauna) devem ser restrito às pesquisas científicas, desde que devidamente autorizados pelo IBAMA e Conselho Deliberativo da RESEX. Os moradores podem acessar estas áreas somente em casos de urgência ou necessidades especiais (deslocamentos, fiscalização, combate a incêndios florestais e outros definidos pelo Conselho Deliberativo) (BRASIL, p. 60, 2006).

Esta zona subdivide-se em 4 áreas localizadas nas regiões Norte e Oeste da Reserva, abrangendo os Seringais Nova Olinda, Tabatinga/Santana, Amapá, Icuriã e Petrópolis, conforme é exibido no Figura 27.

A introdução deste tipo de zoneamento é estranha à proposta original das RESEXs. Como foi visto, ela surge no momento em que as Reservas Extrativistas são transformadas em Unidades

---

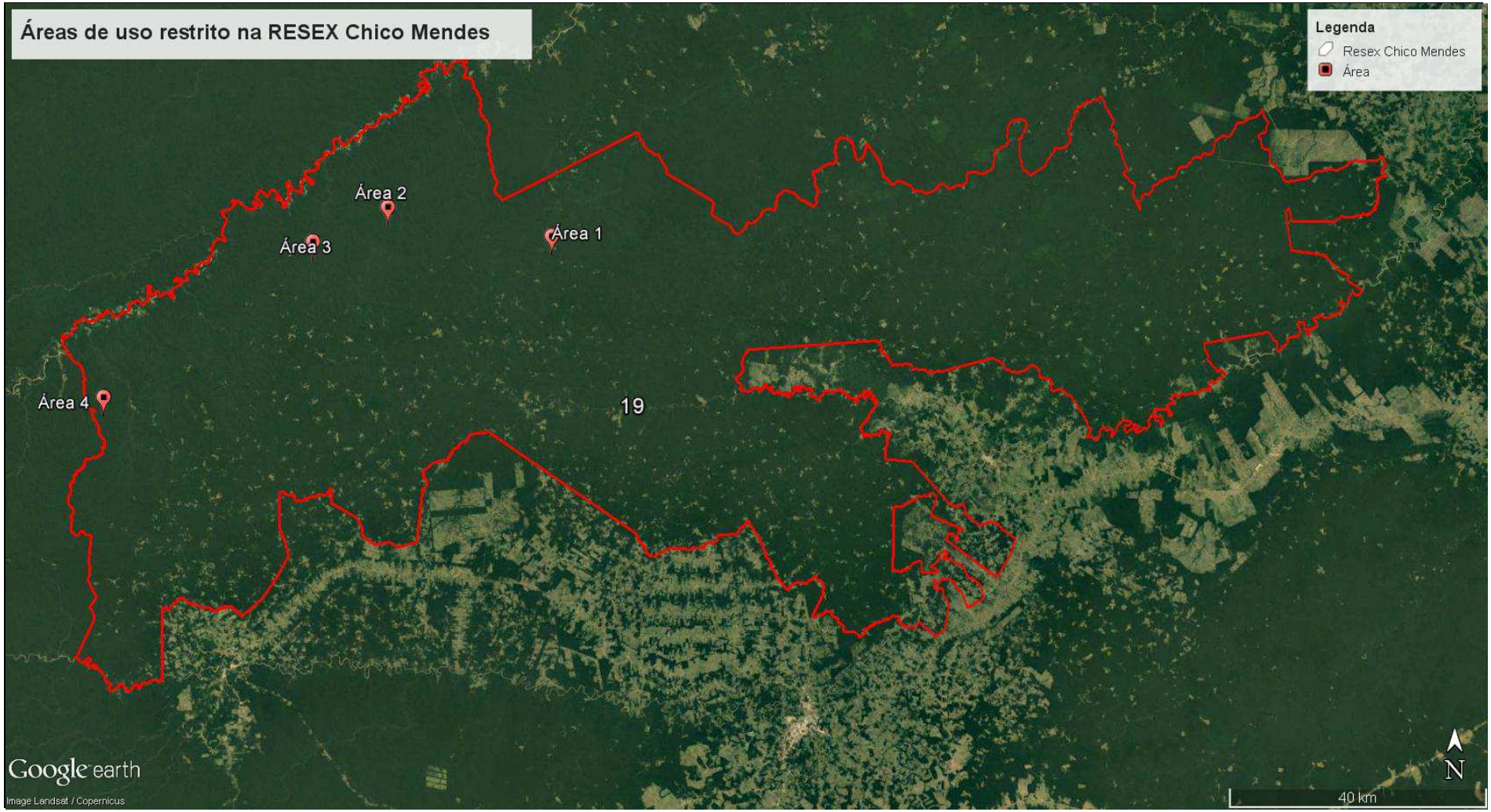
fazendas (MASCARENHAS, 2017)

de Conservação de Uso Sustentável, com a Lei nº 9.985/ 2000. Criou-se uma Zona restrita às pesquisas científicas que não admite a ocupação humana. O acesso a essas áreas só é admitido sob a autorização do órgão gestor da Reserva. Mais uma vez se manifesta o conflito sobre a apropriação tradicional do camponês da floresta sobre os recursos naturais e o neomito sobre uma natureza selvagem e intocada. Por mais paradoxal que seja as zonas primitivas são, na prática, espaços de uso restrito criadas dentro de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável[76]. Consideramos que essa definição tem potencial de criar mais contradições entre a reprodução camponesa dos moradores, que precisam ocupar novas áreas em razão do aumento das famílias, com os órgãos de gestão do Estado.

[76] Aliás, "zona primitiva" é um nome inadequado, uma vez que a mata destes seringais não é propriamente primitiva. Basta lembrar que antes da criação da RECM, eles eram parte da indústria gomífera existente no Acre e eram ocupados por centenas de seringueiros. Foi essa ocupação que conferiu, inclusive, os nomes a esses seringais.

Mapa 5 – Distribuição das colocações na RESEX Chico Mendes.

Figura 27 – Localização das Zonas Primitivas na RECM.



4. OS SABERES DO CAMPONÊS DA FLORESTA

Figura 28 - Varadouro na RECM sendo cruzado por uma cobra pico-de-jaca (*Lachesis muta*).

Foto: Martin Garcia, em 05/10/2016.

"O notório saber", conferido a essas populações no momento de luta pela criação das RESEXs - chamado aqui por nós de etnoconhecimento - está inscrito em um modo de vida no qual o conhecimento tradicional combina-se com normas tradicionais vigentes na comunidade.

Como veremos, este saber não é arredio a novas técnicas e conhecimentos “vindos de fora”, desde que possibilitem um aproveitamento mais diversificado das riquezas da floresta. Contudo, o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas não apenas o desconhece como muitas vezes despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado.

Começamos apresentando a colocação, a unidade básica de produção e sociabilidade seringueira; em seguida discutimos o extrativismo da borracha que oferece uma identidade coletiva aos camponeses da Reserva, mas, ao mesmo tempo, problematizamos o fato dessa atividade se encontrar em decadência. Também descrevemos os procedimentos tradicionais na abertura dos roçados e os atuais conflitos com o Poder Público, relacionados ao manejo do fogo. As atividades da caça e da pesca e os sistemas tradicionais que as regulam são expostas na sequência. Por fim, discutiremos o extrativismo da castanha, a principal atividade extrativista realizada pelas famílias seringueira, e a apropriação da renda camponesa da terra pelo capital.

4.1. As colocações

As colocações são as unidades familiares de produção camponesa dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes. Essa forma de ocupação do território é distinta dos bairros rurais como lugar da reprodução da comunidade e unidade da vida econômica e social camponês tal como foi caracterizado o campesinato estudado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1963) e Antonio Candido (2003). Também são diferentes dos vilarejos e comunidades das populações caboclas que ocupam a várzea amazônica (ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W, 2006) ou dos “centros” construídos por camponeses em seu processo de ocupação da Amazônia oriental, cujo deslocamento era ditado pela própria dinâmica da agricultura de roça itinerante (VIEIRA, 2001)[77]. Nos seringais não há vilarejos e nenhum tipo de concentração de casebres exceto quando, no interior de uma mesma colocação, existem quatro ou cinco casas onde vivem membros de uma mesma família.

A origem das colocações está relacionada ao processo de instauração da empresa extrativista de látex, como foi visto no Capítulo 2. Na época dos patrões, o barracão tinha a centralidade da antiga economia da borracha e de todo universo social que incluíam as colocações onde viviam os

---

77Essa ocupação territorial camponesa também era guiada por um imaginário mistico em busca das Bandeiras Verdes, um lugar prometido pelas forças espirituais. Ver em: VIEIRA, M. A. C. **À procura das bandeiras verdes: viagem, missão e romaria : movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental**. 2001. 623 p. Tese (doutorado em ciências sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2001.

seringueiros. “O barracão simbolizava o poder de seu dono – o 'coronel' que o ocupava como se fizesse dele uma corte – e o seringal era a afirmação de uma sociedade que desejava expandir-se” (TEIXEIRA, 2009, p.13).

A colocação era a ponta de lança da expansão territorial dos seringais e assim foi enquanto perduraram os preços altos da borracha.

Se o barracão ocupava a centralidade da territorialidade seringalista, a colocação era o espaço onde se dava propriamente a produção da empresa extrativista. Abertas em pequena clareira no interior da mata, uma colocação compreendia duas construções básicas, o “tapiriri”, a moradia do seringueiro, e a barraca, na qual se instalava o defumador. A colocação abrangia também duas ou três estradas de seringa, cada uma com 100 a 200 seringueiras, e apresentavam, segundo a descrição feita pelos seringueiros, um formato circular que inicia e termina no mesmo lugar, chamado de “boca de estrada”. Naquela época, a jornada de trabalho do extrator durava entre 14 e 16 horas de trabalho, iniciando o itinerário da estrada no final da madrugada e terminando seu trabalho no começo da noite, após o processo de defumação da borracha. Entretanto, a colocação era o espaço onde o seringueiro transformava o látex em borracha e esse trabalho era realizado com relativa autonomia e com ritmos controlados por ele mesmo.

Para ter acesso às colocações os seringueiros precisavam pagar a renda pelas estradas, geralmente efetuadas em borracha. Isso servia para mostrar que aquelas terras “tinham dono”. Na época dos patrões, toda produção do seringueiro somente poderia ser vendida no barracão do seringalista. O barracão era, portanto, o *locus* da sujeição do trabalho realizado pelo seringueiro. Assim como era a “Casa Grande” que normatizava as relações sociais, como festas, casamentos, permissões para viagens etc.

As colocações são afastadas umas das outras. Em média, é preciso caminhar de 30 a 40 minutos para se chegar à colocação vizinha. Afastadas do barracão, havia muito pouco controle dos patrões sobre o modo como era realizado o trabalho nas estradas. Ademais, com a queda do preço da borracha, muitos seringueiros passaram a produzir para seu próprio consumo, dependendo do barracão apenas para vender sua borracha e obter alguma mercadoria como sal, óleo, roupas, bebida e instrumentos de trabalho.

Se por um lado, o barracão representava o espaço de sujeição do seringueiro, submetido a diferentes níveis de fraudes e ao poder pessoal do seringalista, a colocação era o *locus* de uma embrionária autonomia camponesa, onde se trabalhava com relativa independência na extração do látex e na sua própria reprodução.

Com o fim do barracão, a criação da Reserva Extrativista e a consolidação da autonomia camponesa, a colocação passou ocupar a centralidade da organização social do território seringueiro, como lugar da reprodução da vida e da sociabilidade que se territorializaram através

dos seringais. No Mapa 3 é possível ver as colocações como pequenas manchas azuis que salpicam a cobertura florestal[78].

A casa do chefe da família ocupa centralidade da colocação. É ele quem assume a liderança geral das atividades e determina onde seus filhos poderão morar após se casar. Nos seringais pesquisados, as tradicionais casas das famílias seringueiras, construídas com paxiúba e cobertas com as palhas de aricuri, jaci, jarina, ubim, entre outras "palheiras", em sua maioria, estão sendo gradativamente substituídas por casas de madeira, como se poder ver na Figura 29. O teto, no entanto, ainda pode ser formado por palhas ou então por cavacos de madeira, que deixam a casa mais fresca durante os dias quentes. Hoje em dia a madeira é retirada da mata com motosserra, em substituição aos antigos machados que tornavam o trabalho mais demorado e fatigante. A planta das casas ainda é a mesma das velhas cabanas de paxiúba. Elas são construídas em terrenos altos, não sujeitos às inundações, e são elevadas em relação ao solo. Sua divisão, em geral, consiste em três cômodos: a sala, onde são recebidas as visitas; o quarto do marido e da esposa; e a cozinha com seu jirau e o notável forno de barro.

No seu entorno está o terreiro, onde são cultivados os pomares de laranja, manga, urucum, cupuaçu, ingá, graviola, mamoeiros, cajá, além de pequenas hortas, mantidas zelosamente pelas mulheres e que garantem os temperos e ervas para a casa, como foi registrado pela Figura 31. Também há a área ocupada pela pastagem onde ficam as criações e que delimitam a zona da floresta com o espaço da casa. O curral, o galinheiro e a casa de farinha também ficam próximos.

A presença de várias casas da família configura a colocação como uma extensa rede de relações familiares e de compadrio que vão mesmo além dos limites da própria colocação e se espraiam através dos seringais. Um jovem casal recém-casado, por exemplo, pode começar a sua vida na colocação do seu pai ou sogro. O marido, com o auxílio dos parentes, vai abrir um novo roçado, organizar a colheita da castanha, iniciar uma criação de animais e cortar borracha pelas estradas. Na definição de Mauro Almeida (ALMEIDA, 2012, p. 131.), as colocações são c*asas ampliadas* que interligam-se a colocações próximas por laços de parentescos, casamento, compadrio e cooperação:

> […] mais que um conjunto de estradas de seringa. É um microcosmo social e natural, concebido como idealmente autônomo em produtos agrícolas – farinha, tabaco, milho, café, açúcar –, em carne de caça, em materiais de construção. E em oportunidade de trabalho para uma família ampliada em crescimento.

Além de espaço de trabalho e moradia, a colocação também representa um espaço de

78 Segundo o plano de manejo é considerada uma colocação uma unidade com o mínimo de duas estradas de seringa de no mínimo 200 hectares (ICMBio, 2006).

sociabilidade e lazer, onde se reúnem familiares, compadres e amigos para realizar os adjuntos, festas, trocar informações sobre o preço da castanha e da borracha, contar história de caçadas, debater política, realizar celebrações religiosas, em suma, de exercício pleno de sua autonomia, de suas próprias normas e regras constituídas.

> […] a colocação, em particular, é um espaço de con-formação de subjetividades que não pode, portanto, ser reduzido a um lugar de extração de seringa simplesmente. É lugar de vizinhança, de amizades/inimizades, de parentesco, de abrigo, de proteção, enfim, onde em relação à mata se tem um sentimento de posse como local onde (se) é livre e ninguém determina o seu trabalho (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 236).

Uma colocação pode ser de margem ou de centro. A primeira é localizada na beira dos rios, e na época dos patrões eram as mais valorizadas, pois se situavam próximo do barracão e tinham acesso a informações vindas nas embarcações oriundas das cidades. As colocações de centro são aquelas situadas no interior dos seringais, isoladas e mais distantes dos barracões[79].

Quase a totalidade do espaço onde existe uma colocação é coberta pela floresta que abriga, além das estradas de seringas, outros caminhos abertos como os piques de castanha que ligam várias castanheiras em um único traçado e são muito utilizados na época em que a família vai à mata para cortar castanha. Até pouco mais de uma década, eram apenas esses infindáveis caminhos - além da navegação pelos rios - que ligavam os seringueiros às outras colocações, às cidades e vilarejos. Mais recentemente, foram construídos alguns “ramais” (estradas) no interior da reserva que hoje permitem a circulação de automóveis e motocicletas, ao menos no período da estiagem, quando os veículos circulam quase sem dificuldade. No inverno, contudo, os ramais tornam-se praticamente intransitáveis para a maioria deles, obrigando os moradores a circularem a pé ou com animais de carga.

Os infindáveis varadouros são numericamente superiores e abrangem uma área muito mais extensa do que os poucos ramais construídos na reserva. Ligam seringais muito distantes uns dos outros e ainda se constituem como a principal via de circulação usada pelos moradores. É por eles que as famílias seringueiras se deslocam para visitar parentes e vizinhos, acessam algum ramal, realizam o “combói” (transporte) da castanha, da borracha e de produtos do roçado, seguem às festas religiosas, ao adjunto, ao trabalho no roçado e aos rios, como é observado na Figura 30. Na maioria dos casos, acessam lugares que são completamente inacessíveis a qualquer veículo.

A distância entre as colocações é calculada pelo tempo de caminhada através dos varadouros e ramais. O vizinho mais próximo está a 30 ou 40 minutos de uma caminha a pé, ou “de pernada”.

---

[79]Naquela época, “margem e centro” expressavam não só diferenciação social entre os seringueiros, mas também contradições entre o patrão e os próprios seringueiros. A margem representava uma forma de se romper com isolamento, saber o acontecia além do universo da colocação, acompanhar as decisões e os preços da borracha, isto é, possibilitava uma maior autonomia do trabalho realizado no interior da colocação, conforme explica Esteves (2008).

Outros parentes e amigos podem morar a 4 ou 6 horas de viagem. Uma família de seringueiros pode viajar por vários dias até outra colocação, caminhando a pé ou montado em animais como bois e cavalos. Com a introdução recente de motocicletas o tempo gasto nessas viagens é drasticamente reduzido e permite, inclusive, um deslocamento mais frequente das famílias às cidades.

O tamanho de uma colocação não é determinado por sistemas de medidas convencionais, como hectares, quilômetros ou metro quadrado. Essas unidades de medidas foram introduzidas nas últimas décadas com o processo de expansão das fazendas. A área de uma colocação é mensurada pela quantidade de estradas de seringa existentes, cada uma delas tem aproximadamente 100 hectares. "O que significa que as fronteiras entre um espaço territorial e outro não correspondem às medidas estabelecidas pela propriedade privada ou pela noção territorial da propriedade rural brasileira assentada na terra como valor produtivo essencial" (CUNHA, L. H., 1986, p. 41).

A extensão e os limites de uma colocação são definidos por normas erigidas ao longo do processo de formação da empresa seringalista. Por essa razão, as colocações não possuem cercas, embora todo seringueiro saiba onde termina ou começa a sua. A referência para tal delimitação são as estradas de seringa e os cortes realizados nas seringueiras pelo morador. Não raro, mateiros, seringueiros mais velhos e experientes com a lida na floresta, são chamados para resolver alguma "questão" (conflitos) entre vizinhos, como por exemplo, sobre os limites de uma determinada colocação. Uma vez na mata, os mateiros empreendem uma "caça da seringa" e dão a solução para o problema, como explica o mateiro Sebastião Olegário.

> Sebastião - Você vai fazer a divisa de uma colocação pra outra é complicado, ela [a estrada de seringa] é muito cheia de zigue-zague até fechar as divisa. A vem a estrada e vai, vai lá pertinho do vizinho e volta. A outra vem cá por detrás, bem pertinho e volta. As divisa é assim?
> Jeferson - Como é que faz para não avançar nas divisas?
> Sebastião - Eu conheço o corte [na seringueira] pra não pegar do vizinho. Eu conheço o corte do vizinho, lá doutro, desse aqui...
> Jeferson - Cada um tem um corte diferente?
> Sebastião: Não combina, o corte nunca combina.
> Jeferson - Nunca combina o corte?
> Sebastião - Nunca um seringueiro corta igual, sempre aqui é mais estreito. Quando não é, mais largo. Quando não é, ele corta mais assim. Quando não é, ele corta bem assim quase aprumado. Nunca combina. Quando eu chego eu reparo que essa estrada não é a que eu tava empicando. Aí eu volto pra trás e vou caçar. Quando eu der fé eu acho a madeira lá.
> Jeferson - É isso que vai marcar a estrada de seringa?
> Sebastião - É. Eu tiro ela todinha, nunca você acha a madeira reta aqui. Sempre ela é espaiada na mata, e a estrada vai acompanhando. É caçar a seringa.[80]

O risco realizado na seringueira pelo morador da colocação, isto é, o trabalho realizado pelo seringueiro na extração do látex na mata, deixa sua marca única impressa no tronco da seringueira.

[80]Entrevista realizada com Sebastião Olegário em 06/01/2015, por Jeferson Choma.

Uma espécie de caligrafia singular do chefe da colocação, traço do seu trabalho, e que tradicionalmente definiu e continua a definir os limites de cada uma das colocações, apesar de muitas estradas hoje estarem abandonadas em razão do declínio dos preços da borracha. Quando há alguma "questão" entre vizinhos sobre "as divisas", cabe ao experiente mateiro da comunidade identificar quem é o autor daquele "risco" e restabelecer os limites da colocação. Problemas com "as divisas" são comuns, especialmente na época da extração da castanha, em que o chefe de uma colocação pode avançar na área de seu vizinho sem sua permissão.

Ademais, essa forma de delimitação também nos remete a uma outra lógica, distinta daquela trazida pelos "paulistas", assentada na concepção propriedade privada capitalista da terra. Martins (1990) sublinha que os conflitos entre fazendeiros e os camponeses da Amazônia ocorridos durante o regime militar expressavam duas formas de ocupação da terra: uma fundada concepção na de terra mercadoria trazida pelos fazendeiros, e outra apresentada pelo posseiro fundada no seu trabalho. No momento em que o seringueiro abre uma colocação no interior da mata virgem para tomar posse daquela área, será preciso abrir a clareira na mata e construir sua casa. Também vai precisar coivarar a terra para abrir o roçado, além de empicar às estradas de borracha para riscar as seringueiras e assim delimitar a sua colocação. Há aqui uma noção de posse que, nesse caso, privilegia o trabalho realizado na floresta pelo seringueiro e sua família[81]. Esta é uma forma de pensar significativamente diferente daquela racionalidade introduzida pelos "paulistas" sobre a propriedade privada da terra. O seringueiro se diz "dono" da sua colocação quando nela realiza com o seu trabalho e de sua família as transformações necessárias para viabilizar sua reprodução camponesa.

[81]Uma outra demonstração da permanência dessa lógica entre os seringueiros são os processos de compra e venda de uma colocação, como visto no Capítulo 3. Dentro e fora da reserva, o valor pago por uma colocação é medido pelas benfeitorias realizadas nela, isto é, pelo trabalho realizado pelo seu antigo ocupante.

Figura 29 - Casas de paxiúbas e de madeira nas colocações.

Foto: Jeferson Choma, em 05/01/2016. Foto: Jeferson Choma, em 08/09/2017.

Figura 30 – Moradores caminham entre os varadouros da RECM.

Foto: Jeferson Choma, em 23/12/2015 Foto: Jeferson Choma, em23/09/2017

Figura 31 – Uma escola no Seringal Venezuela e uma horta cultivada em uma colocação.

Foto: Jeferson Choma, em 04/01/2016. Foto: Jeferson Choma, em 21/09/2017.

4.2. A floresta e as estradas de seringa

"A floresta é nosso mercado". Essa frase é muito comum entre os seringueiros e tem um importante significado: é da floresta que se retira tudo aquilo que é necessário à reprodução da vida, é dela que saem a madeira para as casas, pontes e cercas; as ervas, as plantas e cipós para remédios e alimentos; palheiras para cestos e vassouras e a cobertura das moradias. Na maioria das vezes, um "pau" ou uma "rama" possuem mais de uma utilidade.

O angico, por exemplo, serve para fazer o "lambedor" ou a "xaropada" (remédio muito utilizado) e sua madeira é excelente para a construção das casas. A árvore chamada por barriguda oferece a imbira branca para a fabricação de cordas. Sua madeira é considerada boa para a construção de casas, e a casca do tronco ainda oferece papelito para enrolar um cigarro. O "Pau alho" fornece a madeira para se fazer a canga para o boi. Sua casca é usada como tempero, uma vez que se assemelha ao cheiro do alho, ou ainda serve para um banho de ervas preparado pelo caçador para evitar picada de cobra.

O macucu (Figura 13) é uma planta arbustiva que tem suas folhas apreciadas por aqueles que realizam longas caminhadas pela mata.

> É uma árvorezinha que não dá grossa. A grossura dela é a grossura de um caneco. A folha dela, de um lado, é um branco meio escuro, e outro lado roxinha. Aí você viaja e tá com muita necessidade, com fome aí você pega ela e vai cume essa foinha aqui. O travozinho dela é muito pouco. Você vai tomar o vinho do açaí é o mesmo gosto[82].

Para a construção de apenas uma casa são utilizados os mais diferentes tipos de madeira. Para fazer as fundações e pisos se utilizam madeiras como a Cumaru de Cheiro, a Maçaranduba, o Cedro, a Cerejeira, o Marfim. Os caibros são de "madeira branca" que "não dá bicho" como a Vassourinha, Amarelão, Quariquara. A palha do Ubim, Patoá são usadas na cobertura. O Canelão, a Itaúba, Quariquara e o Acapú também são utilizados para cercas.

O seringueiro sabe que espécies de árvores que ele pode cortar. Muitas delas brotam depois de cortadas, como é caso do Canelão, Guariúba, Marfim, Itaúba, entre outras. A retirada e o transporte se dão por meio de bois, onde transportam a madeira por dentro de ramais e varadouros através da zorra e não por meio de tratores (Skid) que causam um impacto brutal. Como explica Marcelo Caetano, do Seringal São Cristóvão:

> São essas as madeiras que são procuradas pelo povo daqui. O manejo legal, só de madeira branca eles tem mais 86 espécies que eles tiram. E aqui quando a gente vai tirar uma madeira a gente procura as árvores grossa. E eles, eu não, mas eles têm

[82]Entrevista realizada com Sebastião Olegário em 22 de setembro de 2017.

uma medida cúbica lá que assim desse tamanho já tá indo.

Em muitos casos, são retiradas madeiras para uso comunitário, como o Amarelão para se fazer pontes, ou o Tarumã, cujo interior oco funciona como uma espécie de “manilha” utilizada para o escoamento da água de igarapés que passam por debaixo dos ramais e varadouros, evitando assim o seu assoreamento. Havendo necessidade, a comunidade se organiza, retira madeira das colocações e as emprega para o uso de todos.

Ao longo dos anos, os seringueiros desenvolveram uma extraordinária capacidade de identificar e classificar as plantas da floresta. Toda classificação é realizada sob a base de uma observação metódica que inclui os aspectos morfológicos, ecológicos, químicos (sabores e odor), e o uso. No caminho para o roçado, varadouro, estrada de seringa ou pique de castanha, a família é capaz de identificar quase todas as espécies vegetais existentes. Árvores que são bastante habituais para o trabalho da família, tais como seringueiras, samaúmas, castanheiras, copaíba, cumaru etc., são de fácil identificação. Um simples vislumbre, mesmo de longe, das suas folhas e do tronco é suficiente para se determinar o nome da árvore. Mas quando isso é insuficiente, realiza-se um corte superficial no tronco para sentir o “pixê” (odor) da planta, o gosto amargo ou travoso do caule, a cor do líquido expelido, se é “leite”, “água” ou “sangue”, entre outras propriedades químicas da planta. A diferença entre um cedro-rosa (*Cedrela odorata*) e o cedro-branco (*Cedrela fissilis*), por exemplo, se dá por meio das propriedades químicas da árvore. “Ele o [cedro-rosa] não amarga, tem um travozinho, mas ele não amarga. Desse outro cedro [do branco] ele amarga que nem fel. A madeira tu tá cerrando, não amarga, e do outro amarga até o cheiro. A boca fica amargando”[83]Também é feita a classificação arbustiva da floresta, como demonstramos no Quadro 6.

Quadro 6 – Classificação arbustiva realizada pelos seringueiros.

CLASSIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Mata Restingada	Possui árvores altas, mas abaixo do dossel é mais aberta, onde se vê longe e por isso preferida para se caçar.
Mata de Tabocal	É fechada é formada por tabocas ou bambuzal.
Mata Jererê (esperaizal)	Mata que tem muito cipó espere-aí, com espinhos. É mata fechada evitada pela maioria.

Uma estrada de seringa sempre começa e termina no mesmo lugar, na “boca da estrada”. Os elementos básicos que constituem uma estrada, como podem ser vistos na Figura 32, desenhado por

83Entrevista realizada com Sebastião Olegário em 13 de janeiro de 2016.

Sebastião Olegário. Os principais elementos apontados pelo seringueiro são: o “espigão”, caminho que dá acesso à estrada; a “perna”, que parte da boca e define a direção a qual se vai percorrer, no sentido horário ou anti-horário; o “estirão”, uma reta da estrada; o “seio”, espaço de floresta circunscrito a estada; a “manga”, um segmento da estrada que se estende até uma ou duas seringueiras; o “oito”, uma parte circular da estrada.

Para os seringueiros, a estrada possui um formato circular, mas, na prática, o que define seu traçado e seus elementos constituintes é a disposição das seringueiras silvestres disponíveis para exploração e identificadas pelos mateiros quando a “empicam”. Por isso uma estrada tem inúmeras voltas e pequenos desvios. Empicar uma estrada é um trabalho exaustivo e pode levar dias e é preciso um olhar atento e experiente para identificar as folhagens, sementes e o tronco das seringueiras. Por isso, normalmente um mateiro experiente é chamado para realizar o serviço. Ao contrário do que se pode pensar, não é a identificação de todas as seringueiras dadas em um determinado espaço da floresta que vai determinar o traçado da estrada. Na realidade, opta-se em identificar somente as árvores de apenas um dos lados da estrada, conforme a descrição realizada abaixo:

> Eu caçando seringa, a cabeça da gente engrossa de tanto ficar de cara pra cima, cansa a vista e a mente parece que vai fechar. Empicando seringa, as veiz a minha mente teve de fechar de eu abandona lá. Eu tentei umas quatro veiz e a cabeça parece que tava cheia. Eu não consegui. Parei e pensei: 'eu vou pra casa, eu sei que eu tenho. A cabeça tá cheia, engrossou o juízo, fechou a mente. Amanhã eu desarno a estrada'. E desarnei. […] Eu procuro a seringa sempre às esquerda. À direita eu deixo ela porque senão não dá pra você empicar. Se for pegar toda as seringas que você tá vendo você não empica ela. Você corta ela toda pelo meio e finda dando uma manga só. Vai e volta por um canto só. Só dá um espigão, vamos supor. Não dá estrada. Por isso tem que deixa às direita as seringa que você vai vendo, e só [empica] às esquerda.[84]

Uma vez localizada as seringueiras, o mateiro vai "destocar" ou roçar o mato na base de cada seringueira. O tronco da seringueira também é limpo com um terçado, removendo a casca mais grossa e deixando a madeira pronta para os novos riscos.

Há uma classificação feita pelos seringueiros sobre os diferentes tipos de seringueiras existentes na RECM. A seringueira de casca roxa é considerada aquela que produz mais leite e, por isso, é a mais procurado na hora de se empicar a estrada. As madeiras de casca amarela e avermelhada, por sua vez, são consideradas de menor produtividade, mas também são exploradas.

As estradas podem ser “de porta”, isto é, localizadas mais próximas da casa; ou “estrada de centro”, localizadas mais distantes da casa, próximas das “extremas”, nas divisas da própria colocação e, por isso, leva-se quase uma hora para se chegar nelas. Assim, quando vai percorrer

[84]Entrevista com Sebastião Olegário realizada em 20 de setembro de 2017.

uma estrada de centro, o seringueiro já leva a farinha e a carne e os deixa na “boca” para que, depois de percorrê-la, possa almoçar.

Não se faz roçado e não se queima a mata no “seio da estrada”. A floresta neste espaço é totalmente preservada, dado que é onde ficam as castanheiras e os pontos de caça da colocação. Também se evita fazer roçados contíguos às estradas de seringa para impedir que eles sejam atacados por animais da mata e também para preservar do fogo as seringueiras, castanheiras, entre outros “paus” úteis às famílias.

Mas a seringueira e as estradas de borracha transcendem o mero trabalho na floresta de extração do látex. Oferece uma identidade, um sentido de existir, mesmo em face de um trabalho que hoje se exerce pouco. Como se pode notar há um nítido antropomorfismo na própria toponímia da estrada de seringa. “Boca”, “seio”, “manga”, “perna” compõem uma estrutura de espaço de trabalho no qual a referência é o corpo humano que empresta parte de sua anatomia ao território. É no seio da estrada que o seringueiro retira àquilo que a floresta lhe oferece para a sobrevivência da sua família, a madeira para sua casa, a caça e a castanha. É também lá que ele se encontra protegido quando anda pela mata.

> Dentro, no seio, se está protegido e não se corre o risco de perder-se, porque em qualquer direção que se vá, mas cedo ou mais tarde, se encontra a estrada. Por este motivo o seio é escolhido por muitos como “zona de caça”. Ao contrário, fora, no mato solto (floresta virgem), há o perigo de perder-se (MARCHESE, 2005, p. 57).

Segundo Marchese (p.57), o seio em questão é o peito feminino que se correlaciona com o sujeito principal da estrada, a seringueira, vista como uma mãe que oferece seu leite aos seringueiros. Há também “a rainha da estrada” que é a seringueira que mais produz leite. Entre os seringueiros é muito comum ouvir referências à seringueira como a “mãe” do seringueiro. “Ela criou muita gente com o leite dela. Por que de primeiro, o pessoal não botava roçado, vivia só da seringa. E quando véve só da seringa ela é a mãe da população que trabalha nela”[85].

A Mãe da Seringueira é considerada uma mulher velha, cujo corpo é recoberto por cicatrizes infligidas pelos cortes para se extrair o leite. Os cortes lhe causam sofrimento e dor, mas como uma mãe zelosa, ela aceita sofrer pelos seus filhos, os seringueiros. Assim, é preciso respeitá-la, cortando seu corpo no lugar certo para não lhe causar sofrimentos sem motivos ou por cobiça.

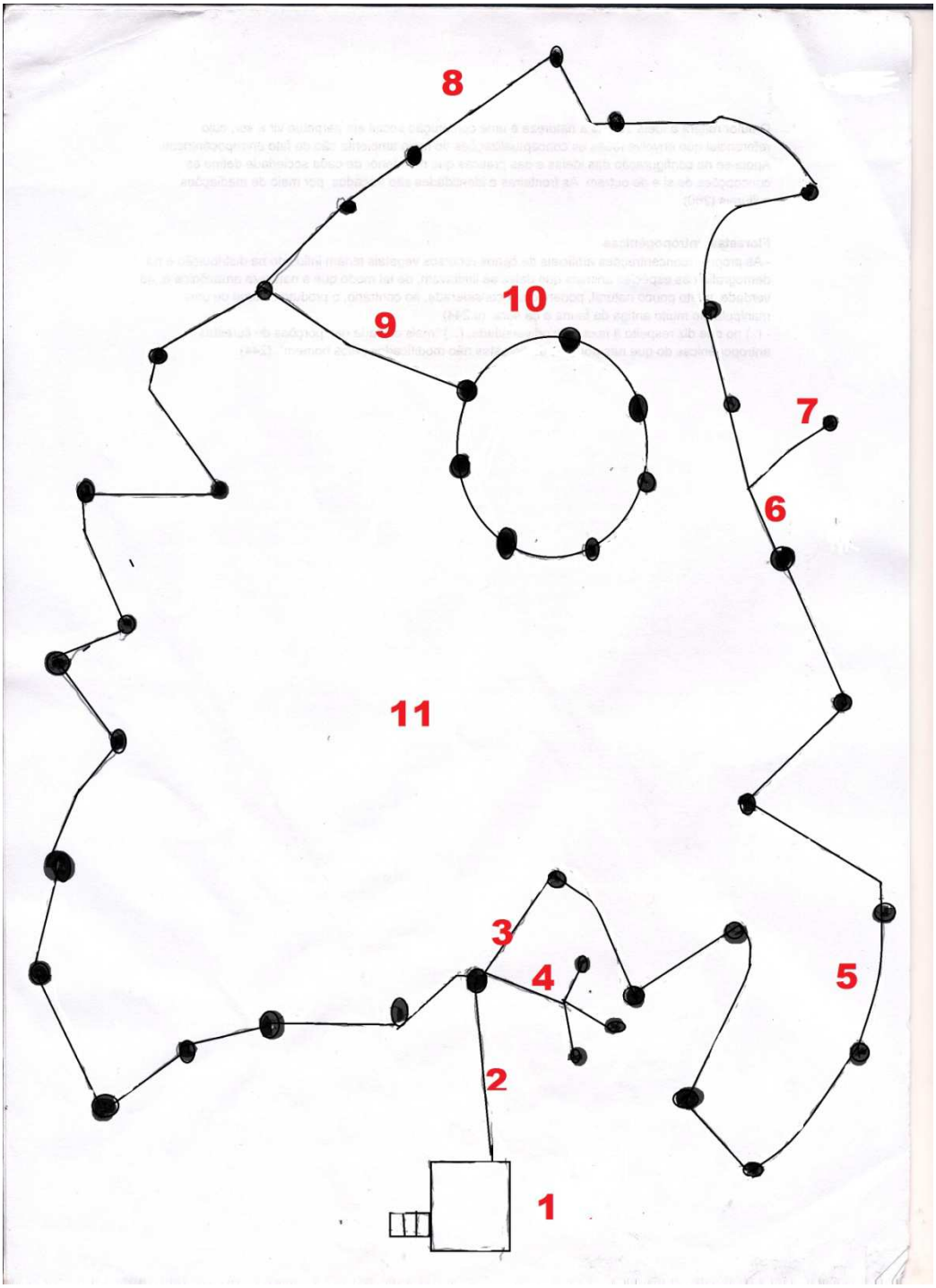
> A Mãe da Seringueira, ao nutrir os seus filhos seringueiros, transformou-os em “povo”, transmitindo-lhes uma identidade específica e particular, fundada na “cultura de profissão”: a identidade seringueira […]. Nasceria, assim, uma identidade Cabocla-Seringueira nova e peculiar, que se manifesta de modo característico na “cultura do espaço”, concretizado nos espaços específicos do rio e

[85]Entrevista realizada com Mauro Ferreira Condi em 16 de setembro de 2017.

> da estrada da borracha e, mais genericamente, na relação com o espaço-floresta percebido como circular (MARCHESE, 2005, p.128-129).

Em tempos mais antigos, quando a borracha tinha grande importância econômica para os seringueiros, a Mãe da Seringueira era procurada para se fazer um pacto e produzir mais leite. Mas esse pacto não poderia ser falado para ninguém sob pena de severa punição.

Figura 32 - Estrada de Seringa.



Fonte: Sebastião Olegário, modificado por Jeferson Choma.

● Seringueira.
1 – Casa.
2 – Espigão.
3 – Boca da Estrada.
4 - Manga.
5 – Estirão.
6 – Boca de Manga.
7 – Manga.
8 – Estirão.
9 – Espigão do oito.
10 – Oito.
11 – Seio da Estrada.

4.3. O declínio da borracha

O trabalho com *hevea brasiliensis* sempre foi o elemento-chave da territorialidade dos seringueiros e oferece a eles uma identidade coletiva, um sentido de existir e de se diferenciar ante outros grupos sociais. Contudo, ao longo das pesquisas de campo, especialmente durante as viagens realizadas nos anos de 2015 e 2016 aos seringais pesquisados, verificou-se que o extrativismo da borracha não é mais a principal atividade realizada pela maioria das famílias da Reserva Extrativista, a despeito de iniciativas como foi a criação de uma fábrica pelo Governo do Acre – a Natex - no município de Xapuri, voltada a produção de preservativos masculinos com látex natural[86].

Não raro, muitos diziam que há mais de uma década não cortavam mais seringueiras. Marreteiros também confirmaram em entrevistas que não compravam mais borracha simplesmente porque ninguém as vendia. E quando se ouvia que alguém ainda cortava borracha, logo outro indivíduo dizia que era uns seringueiros "mela tigela", isto é, aquele que extrai menos de 300 quilos de borracha por ano.

"Cortar seringa não paga nada", era uma expressão muito comum ouvida nos seringais durante a pesquisa realizada nesses anos. A maioria afirma que os baixos preços pagos pelo produto têm sido o principal motivo pelo abandono da atividade, frente à valorização dos preços pagos pela extração de castanha, que são bem superiores.

Embora as estradas estivessem "vadias", isto é, sem uso e abandonadas, uma simples caminhada na mata possibilita o avistamento de inúmeros troncos com as cicatrizes dos cortes - testemunhas de uma longa história da borracha na floresta amazônica.

O problema do subsídio à borracha amazônica sempre foi tratado como crucial para a sobrevivência dos seringueiros na floresta e, portanto, para sua preservação. A conquista das Reservas Extrativistas pelo movimento seringueiro não foi acompanhada por nenhuma política pública que fomentasse a extração da borracha nativa pelos seringueiros autônomos, embora a reivindicação por políticas públicas que valorizasse a borracha, entre outros produtos do extrativismo, nas Reservas Extrativistas, pautou boa parte das ações do Conselho Nacional dos Seringueiros no início da década de 1990. Na época, o CNS denunciava a ausência de incentivos aos seringueiros, ao mesmo tempo em que explicava como o Estado promovia o cultivo de borracha no Sudeste do país:

---

[86] Em 2016, o governo do Acre autorizou a privatização da fábrica de preservativos Natex que foi efetuada no ano seguinte.

> Fala-se que é subsidiada. Não é verdade. A legislação vigente definida pela Lei 5.227 de16.01.67, estabelece reserva de mercado para a borracha produzida no país, devendo as indústrias darem prioridade para a compra do produto nacional. Os preços são administrados pelo governo e os valores do produto importado são equalizados aos preços da nacional. Dessa diferença resulta a TORMB (Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha) através do qual o governo arrecadou nos últimos anos, cerca de U$ 40 milhões de dólares ao ano, utilizados para subsidiar o cultivo de borracha no centro-sul do Brasil e para manter a estrutura da ex-SUDHAVEA, hoje incorporada ao IBAMA. Nunca os benefícios desse recurso chegaram aos produtores de borracha na Amazônia, os seringueiros (CNS, 1990, s/p).

O CNS reivindicava que a política governamental para a borracha extraída em seringais nativos tivesse um tratamento diferenciado, em decorrência das funções ecológicas e sociais desempenhadas. Assim, propunha que houvesse um prazo de 10 anos para a proteção da borracha nativa na Amazônia, visando à ampliação da base produtiva florestal. Também reivindicava que a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha (TROMB) deveria ser redirecionada para o apoio ao Programa Nacional de Reservas Extrativistas, de responsabilidade do IBAMA.

Mas somente em agosto de 1997 é que o Poder Público promove a mais relevante ação voltada para a produção de borracha nativa. O então governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) promulga a Lei 9.479 que permite ao Poder Executivo conceder subvenção econômica aos produtores nacionais de borracha natural, com o objetivo de incentivar a comercialização da produção nacional. Em resposta ao declínio da produção extrativista, o Governo acreano edita a Lei 1.277 de 1999 que “dispõe sobre concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do Estado do Acre e dá outras providências”.

Como demonstra Gráfico 6, a partir da implementação da política de subsídio houve um aumento significativo da produção de borracha no Acre. Em 2001, o estado produziu 2.408.591 quilos de borracha subsidiada, face aos 1.398.922 quilos produzidos no ano anterior. Contudo, nos anos subsequentes há um declínio gradual da produção. Em 2009, dez anos após a criação do subsídio estadual, a produção de borracha caiu para 928.246 quilos. Em 2014, apenas 526.918 quilos de borracha subsidiada foram produzidos, aproximadamente um quinto da produção de 2001[87].

Nas pesquisas realizadas em campo em 2017 uma situação diferente foi observada. Muitas famílias estavam limpando as estradas com intuito de retomar a extração do látex. Mateiros eram chamados para “empicar” a estrada, isto é, fazer picadas para localizar as seringueiras que vão

[87]A produção nacional brasileira de borracha (látex coagulado), em 2014, foi de 320 mil toneladas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O estado de São Paulo respondeu por 58% da produção nacional, com 185 mil toneladas. Bahia produziu 48 mil toneladas, Mato Grosso, 27 mil e Espírito Santo, 11 mil toneladas. A produção nesses estados é realizada em seringais de cultivos

compor uma estrada de borracha. Pais também ensinavam os filhos mais jovens o manejo correto da "cabrita", a faca utilizada para realizar o corte nas seringueiras.

O motivo da retomada do trabalho nas estradas de seringa foi a elevação dos preços pagos pelo quilo da borracha. Atualmente, a borracha é comprada pela Cooperacre que paga R$7,72 pelo quilo. Esse preço é garantido por um sistema de subsídios fornecidos pelos governo estadual e federal, conforme montra a Quadro7. Acessar esse subsídio, porém, é motivo de grande transtorno para os seringueiros. Muitas vezes, seguir o emaranhado burocrático para recebê-lo está fora do alcance de muitos[88]. Por isso, alguns acabam vendando para algum marreteiro a preços bem mais baixos. "Os marreteiros, nenhum devolve os subsídios para o produtor. O subsídio, o reembolso que vem... eles compra borracha no valor de R$ 3,30, mas não existe o subsídio. Existe pra ele por que foi ele que vendeu na cooperativa".[89]

Na verdade, a produção de borracha nunca deixou de ser vista como alternativa, mesmo em um futuro incerto no qual se aguardava melhores preços pagos pela borracha.

> Hoje ela tá dando dinheiro. Se o cara trabalha direito ele faz mais de um salário-mínimo todo mês né. É melhor do que você trabalhar no sol. É bom demais trabalhar na sombra. O legume você tira pra comer. É um uma renda e tu não compra o arroz, não compra feijão, não compra milho. E a borracha tu compra o óleo, açúcar, sal e sobra pra comprar a roupa, calçado.[90]

O depoimento acima também mostra como não existe uma estratégia de combinação de várias atividades, como a agricultura dos roçados itinerantes, a criação de animais etc., com o extrativismo do látex Tal diversificação das práticas garantiu maior autonomia ao camponês seringueiro, mesmo diante a desvalorização do preço da borracha. Visando o atendimento das necessidades do grupo familiar e uma dependência mínima com relação ao mercado. O cultivo de roçados, a extração da castanha e a criação de algumas cabeças de gado ganharam mais relevância nas estratégias de reprodução.

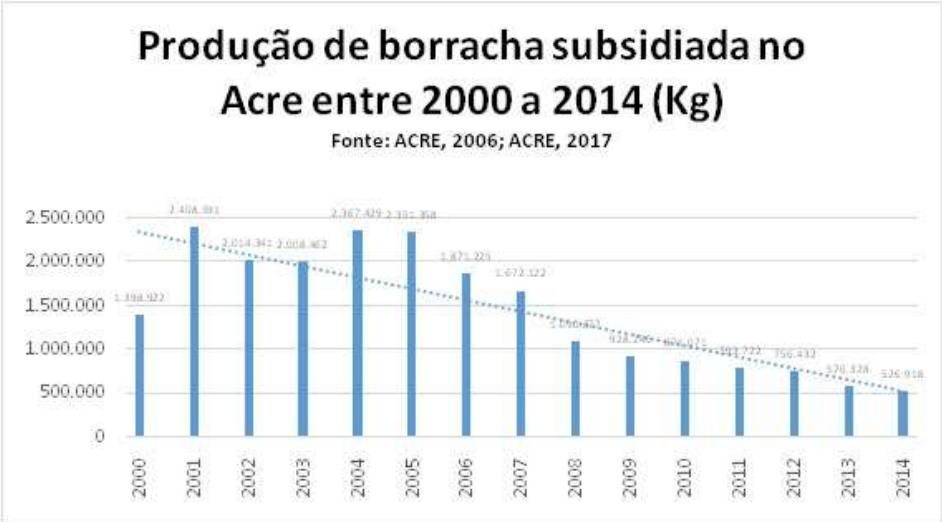
---

[88]Para ter acesso ao subsídio, o seringueiro precisa de uma Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), emitida pela Secretaria de Extensão Agro-florestal e Produção Familiar do Estado do Acre(SEAPROF). Mas o solicitante precisa provar a secretaria que sua ocupação na RECM é regular, e por isso precisa que ICMBio emita uma certidão comprovando essa situação. Por fim, se o seringueiro preencher todos os requisitos exigidos, ele ainda precisa ainda abrir uma conta no Banco do Brasil para receber o subsídio, cujo prazo de recebimento é de no mínimo 30 dias úteis. Cada seringueiro que conseguir a DAP tem a autorização de extrair no máximo 800 kg de borracha.

[89]Entrevista com James Klei Ferreira Campelo realizada em 13 de setembro de 2017.

[90]Entrevista com Mauro Ferreira Condi em 16 de setembro de 2017.

Gráfico 6 – Borracha subsidiada.



O trabalho na estrada da borracha é realizado durante a estação seca e pelos homens da família. É considerado mais fácil do que outras atividades porque é realizado no interior da floresta, sob a sombra das árvores. É por essa razão que é bastante comum ouvir do seringueiro uma distinção clara do seu trabalho realizado na "sombra" com o trabalho realizado pelos colonos, moradores de projetos de assentamentos localizados no entorno da Reserva, confinados em seus lotes de terra.

> Só de você tá na mata é bom demais. Por que o cara lá na colônia é difícil né. O sol hoje mudou e judeia muito com as pessoas. O tempo não é mais que nem era. Eu fui criado assim, quando me entendi por gente meu pai já cortava seringa. Acho que sustentou muito a gente a seringa. O pessoal larga mão das coisas que é boa. A seringa é bom demais de viver. Tem resultado. Quando você tem seringa você tem um espaço grande pra viver.[91]

O corte da seringa ocorre no verão, na época da estiagem quecomeça no mês de maio e vai até outubro. Um seringueiro experiente inicia seu trabalho às seis horas da manhã e termina a estrada antes do meio dia. Como a maioria das atividades realizadas na mata, o corte da seringa é tarefa dos homens, o chefe da família e seus filhos. Nos tempos do patrão, após concluir seu percurso na estrada, o seringueiro se dirigia para a mata e retirava o cavaco, pequenas toras de madeiras necessárias para fazer a defumação.

[91]Entrevista realizada com Mauro Ferreira Condi em 16 de setembro de 2017.

Quadro 7– Subsídios dados ao preço da borracha.

COMPRADORES	VALOR DO SUBSÍDIO
Cooperacre	R$ 2,00
Governo Federal	R$ 3,42
Governo Estadual	R$ 2,30

Nas últimas décadas, a borracha também deixou de ser defumada e preparada em pélas, as velhas bolas de borracha de 30 ou 50 quilos que não existem mais. Atualmente, o látex é deixado na mata para coagular – ou "coalhar", como dizem os seringueiros - com o auxílio de outros "leites" como látex do ofé, a caxiguba ou do caucho. Após este processo, a borracha coagulada é prensada em prensas de madeira, quando se retira o excesso de água, formando as "pranchas de borracha" ou o leite[92].

O seringueiro voltará para a mesma estrada depois de três ou quatro dias, quando vai realizar um novo risco nas seringas. Hoje em dia, mesmo quando trabalha na extração do látex, o seringueiro se dedica a outros afazeres como cuidar da lavoura e da criação de animais, ele também caça e realiza outros serviços necessários à sua reprodução familiar.

Existem regras tradicionais para se fazer os riscos na seringueira e elas foram inscritas no Plano de Utilização formulado na década de 1990 pelos moradores da RESEX e mantidas no Plano de Manejo atual (ICMbio, 2006, p. 54). Segundo essas normas, o uso de estradas de seringa será feito conforme as práticas tradicionais, obedecendo ao limite de 50 dias anuais de corte por estrada e de dois dias semanais por estrada. Não se corta na mesma estrada por dias consecutivos. Também é proibido cortar danificando lenho, "no pau" como dizem os seringueiros, e deve ser empregado o sistema de corte "pela banda" ou "pelo terço" para a divisão das bandeiras e a colocação das tigelas. Isso significa que a bandeira, os riscos feitos pelo seringueiro na árvore, não deve ultrapassar o tamanho máximo de um palmo e meio para não comprometer a árvore, conforme apresenta a Figura34. Já na lei do terço, a bandeira deverá ter o tamanho máximo de um terço da circunferência do tronco. Contudo, essa regra se aplica a árvore de tronco maior. Cada árvore pode suportar um determinado número de bandeiras, a depender do seu tamanho. Mas as bandeiras não podem ser riscadas muito próximas, tampouco uma por cima da outra.

[92]Em Assis Brasil, a empresa francesa de calçados Veja vem comprando a produção de látex produzida pela técnica de Folha de Defumação Líquida (FDL) que ainda não foi introduzida nos seringais abrangidos pela pesquisa.

Figura 33–Filho de seringueiro aprendendo a extrair látex na mata.

Foto: Jeferson Choma, em 07/09/2017.

Figura 34 - Mauro explicando o corte em banda no tronco da seringueira.

Foto: Jeferson Choma, em 16/09/2017.

4.4. O trabalho das famílias no roçado

Todas as famílias seringueiras na Reserva Extrativista Chico Mendes cultivam anualmente seus roçados que são abertos no "bruto", derrubando a mata virgem no interior da floresta ou em áreas de capoeiras - antigos roçados dominados por uma vegetação sucessional. Outrora proibido pelos seringalistas, os roçados garantem a alimentação e a autonomia camponesa das famílias, especialmente face ao pouco acesso à renda monetária que têm.

Assim, a produção do roçado é que vai garantir a subsistência das famílias, a autonomia do trabalho camponês e sua reprodução social. Os roçados são um dos polos que sustentam o modo de vida das populações seringueiras, ao lado do extrativismo e da caça/pesca. O trabalho no roçado exige a participação de quase toda a família, exceto das crianças pequenas que ainda não têm idade para realizar as atividades exigidas. Geralmente, o primeiro roçado próprio, aberto por um seringueiro, ocorre após seu casamento quando ele forma a sua família.

> Rapaz, eu comecei a botar roçado no mesmo ano que me casei. Já os patrão tavam fracassando né. Aí eu já comecei botar o meu roçado. Todo ano eu boto meu roçadinho, todo ano. Aí foi o tempo que os patrão foi fracassando e acabou-se mesmo, aí todo mundo é dono da sua colocação então todo mundo faz o que quer: pranta, cria, é isso aí. Mas isso foi criado através de Chico Mendes.[93]

Na memória dos moradores mais antigos que viveram os tempos dos patrões, como é o caso de Raimundo Maia, "botar roçado" sem ser importunado é fruto da luta liderada por Chico Mendes pela criação da Reserva Extrativista[94].

Todavia, novos conflitos com diferentes configurações se apresentam atualmente na reserva.

Logo após a entrevista realizada com Raimundo, o seringueiro declarou que "hoje é o ICMBio que quer empatar nosso roçado", o que trouxe à luz os atuais conflitos entre os moradores da Reserva e o Conselho Gestor da Unidade de Conservação, como veremos a seguir. O uso da palavra "empate" possui toda uma carga simbólica. Como vimos no Capítulo 2 quando o movimento seringueiro resistiu à destruição de suas colocações pelos fazendeiros recorreu ao método dos "empates" como forma de luta. O "empate" é uma palavra do linguajar seringueiro equivalente a impedir, atrapalhar, dificultar uma determinada ação ou atividade. Coagidos a normativas estranhas ao seu modo de vida, o "empate" agora é exercido contra os seus roçados pelo órgão responsável pela fiscalização da Reserva.

---

[93]Entrevista com Raimundo Maia realizada em 22de setembro de 2017.

[94]Como vimos no Capítulo 2 deste trabalho, as sucessivas crises do extrativismo da borracha haviam obrigado muitos patrões a flexibilizar o sistema de aviamento permitindo que alguns seringueiros pudessem cultivar seus roçados, o que deu início a transformação do seringueiro em um camponês da floresta. Outros seringalistas, porém, continuaram obrigando os seringueiros a se dedicar exclusivamente ao extrativismo, proibindo cultivos e a criação de animais.

Em 2013, em uma reunião realizada nos dias 23 e 24 de maio no município de Brasiléia, o Conselho Gestor da RECM abriu uma discussão sobre os riscos sobre a utilização do fogo na reserva. Na ocasião foi aprovada por unanimidade uma resolução na qual o ICMBio deve emitir as autorizações de desmate, dentro dos limites da UC seguindo Plano de Utilização (RECM, 2013). Assim, a abertura de novas áreas de plantio para os roçados precisam ser previamente autorizadas pelo instituto. Até essa resolução do Conselho Gestor, não havia nenhuma obrigatoriedade das famílias seringueiras solicitarem autorização para o desmate dessas áreas.

Tal decisão, porém, tem potencial de provocar graves problemas à prática da agricultura entre as famílias camponesas da Reserva. Como veremos mais adiante, o roçado realizado pelas famílias camponesas, assim como as queimadas, sempre foram orientados por certas regras tradicionais e devem ser abertos e cultivados em um tempo certo, sob a rigorosa regência da dinâmica dos ciclos naturais. Em muitos casos, essas famílias têm pouca ou nenhuma condição de solicitar tal permissão. Em primeiro lugar porque há um tempo certo para coivarar e plantar que não aguarda trâmites administrativos de autorizações emitidas (ou não) pelas autoridades. Perder o tempo certo para debastar, queimar e semear pode comprometer a qualidade dos roçados e colocar em risco a autonomia das famílias. A segunda razão são as enormes distâncias que os lavradores precisam percorrer das suas colocações nas florestas para pedir a autorização nos escritórios do ICMBio, localizados no município de Brasileia e na capital Rio Branco. Um deslocamento como este significa a perda de dias de trabalho e um gasto em dinheiro que na maioria das vezes está além do alcance das famílias. Por fim, há muitos moradores da Reserva que sequer conhecem tal resolução, o que indica, no mínimo, uma grave falha sobre o processo de discussão levado a cabo pelo Conselho com os moradores. Por esses motivos, a maioria das famílias seringueiras não solicita autorização para realizar o desmate e assim ficam à mercê da compreensão dos agentes de fiscalização e de multas ambientais.

Conforme se pretende demonstrar mais adiante, os conflitos relacionados à prática da coivara também se referem a um conjunto de técnicas tradicionalmente utilizadas pelos moradores na Reserva. Antes, entretanto, apresentaremos o conjunto de técnicas utilizadas pelos seringueiros na preparação do solo e nos cultivos adaptados às condições ecológicas da floresta, tropicais.

A prática de roçados itinerantes é bastante comum na Amazônia e em outras florestas tropicais mundo afora. Há autores que sugerem que tal prática tenha como origem a mimetização dos processos naturais (ADAMS, 2000; RIBEIRO FILHO, 2015).

O conjunto de técnicas adotadas nos roçados itinerantes revela um modo sábio de trabalhar a agricultura de acordo com a dinâmica dos processos climáticos, biológicos e pedológicas.

A diversidade do trópico úmido significa que existe abundância biológica

> generalizada: tanto de pragas potencialmente destruidoras, como de plantas úteis para o homem. O problema do clima desfavorável ao controle das pragas agrícolas solucionou-se pela prática do corte e queima como sistema de preparação da terra para a agricultura. Pela queima, as pragas foram controladas de forma a se poder obter uma safra razoável. Pelo plantio de variedades significativas de espécies, através da roça, evita-se também a dispersão de pragas nos cultivos. O corte e a queima resultaram também em economia na preparação do terreno, na conservação dos nutrientes e na recuperação do solo, pelo abandono gradativo da roça ao processo de sucessão secundária. (MORÁN, 1990, p. 123).

Os solos amazônicos são considerados extremamente pobres em nutrientes e muito ácidos. Dependem basicamente da decomposição da matéria orgânica fornecida pela própria floresta. O clima úmido e quente garante a rápida reciclagem dessa matéria orgânica na superfície do solo. A vegetação também oferece ao solo proteção da intensa radiação solar, diminui o escoamento superficial e preserva a umidade. Por tudo isso, as tentativas de transpor para a região práticas agrícolas das zonas temperadas, com a retirada da cobertura vegetal e os monocultivos, resultaram na erosão do solo, sua compactação e lixiviação, levando ao seu rápido empobrecimento, decréscimo da produção agrícola e sua substituição por pastagens.

Contudo, na literatura científica e nas políticas públicas adotas pelo Estado existe muita controvérsia sobre essa tradicional prática agrícola realizada nos trópicos. Na década de 1950, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) classificou a agricultura itinerante como inadequada à preservação dos sistemas ecológicos (FAO, 1985.). Essa posição orientou políticas públicas estatais para atuarem no sentido de erradicar as lavouras itinerantes por serem consideradas antiecológicas. Também marcou estudos científicos posteriores que responsabilizam essa prática por 30 a 35% do desmatamento da floresta amazônica (SERRÃO et al., 1996). Já outros autores consideram essa prática agrícola como fonte de emissão de dióxido de carbono para atmosfera, contribuindo assim para o aquecimento global (FEARNISIDE, 2005).

Mas essa percepção negativa da agricultura itinerante, como perturbadoras do equilíbrio dos sistemas ecológicos, vem sendo profundamente questionada por estudos científicos mais recentes que realizam uma correlação entre atividade humana e diversidade ambiental. Sob essa perspectiva, como já vimos, a cobertura vegetal e parte dos solos amazônicos são o resultado de milênios da ação do trabalho humano realizado por civilizações ameríndias e, mais recentemente, pelas populações camponesas inseridas em uma longa história sociocultural que se entrelaçam aos processos naturais biológicos, geofísicos e climáticos.

Nessa perspectiva, a agricultura itinerante é vista não só como compatível com a preservação dos ecossistemas, como também a própria floresta tropical tem sua formação ligada às atividades humanas (BALÉE, 1989). A agricultura de derrubada e queimada seria, portanto, parte integral dos ecossistemas das florestas tropicais há milênios.

> Trata-se, portanto, de uma seqüência que difere muito do contínuo processo de limpeza, plantio e descanso, típicos das formas mais antigas de agricultura por rodízio, e que criam um mosaico de diferentes idades de crescimento da floresta, incluindo grandes formações de vegetação madura (GÓMEZ-POMPA & ANDREA KAUS, 2000).

Segundo Namgyel (2008 apud RIBEIRO FILHO, 2015), a proibição dessa prática milenar em prol de territórios exclusivamente dedicados à conservação resultaria em um risco para a biodiversidade da flora e da fauna, já adaptadas aos distúrbios provocados por essa técnica.

As etapas básicas para a formação dos roçados itinerantes são: a) conversão; b) cultivo; c) pousio. A primeira etapa é a derrubada e a queima da vegetação para preparar a área para o plantio. Nesse processo são eliminadas as espécies competidoras e, apesar dos impactos causados pela abertura para o cultivo, com o aumento do escoamento superficial, a queima incorpora material carbonificado no húmus. Isso aumenta o PH do solo diminuindo sua acidez (RIBEIRO FILHO, 2015). A queima dos nutrientes estocados na biomassa também dispensa o uso de recursos externos para os cultivos, tais como fertilizantes.

Entre os seringueiros, o período de cultivo tem início assim que começa a estação de chuvas, o inverno amazônico. Finalmente, o pousio natural ocorre após alguns anos de uso da área. O relevo, o tipo de solo e o trabalho realizado pelo agricultor vão determinar por quanto tempo o roçado poderá atender as necessidades da família. Aos primeiros sinais de esgotamento da fertilidade natural o roçado é abandonado à capoeira. Esse período é mais longo que o período de cultivo e pode durar entre 5 a 10 anos, ou ainda mais. Assim, cada colocação apresenta um mosaico de florestas em diferentes estágios sucessionais, envoltas em floresta antiga, ou “mata bruta” como dizem os seringueiros, que oferece suporte para a recuperação da vegetação.

A diversidade dos roçados garante a qualidade de vida das famílias. Neles são plantados milho, macaxeira, arroz, feijão, cana-de-açúcar, banana, melancia, mamão, abacaxi e diversos tipos de palmeiras como a jarina e o murmuru. O trabalho no roçado envolve toda a família, homens e mulheres, os mais jovens e os mais velhos, embora existam algumas atividades que são praticadas quase que exclusivamente pelos homens, como a derrubada da mata ou da capoeira.

Nos últimos anos, o roçado ganhou importância primordial como fonte de subsistência diante da desvalorização da borracha. O que é produzido na lavoura é utilizado, sobretudo, para atender às necessidades de subsistência da família. No entanto, a venda de farinha, feijão, açúcar, entre outros produtos, são fontes usuais de renda monetária para as colocações.

Os roçados itinerantes ocupam uma área pequena, entre 1 a 1,5 hectares, e na maioria das

vezes localizam-se distantes das casas e terreiros[95]. Os mais velhos, porém, preferem manter os roçados menores próximos das casas para evitar maior dispêndio de energia no trabalho. Há também pequenos roçados nas barrancas dos rios, onde se cultivam, sobretudo, a melancia, durante a estação seca[96].

O roçado começa no início do verão, entre maio e junho, com a escolha da melhor área com o melhor tipo de solo para colocá-lo. Também se deve escolher se vai se cultivar em uma área bruta, de floresta primária, ou se vai ocupar alguma capoeira grossa (mais velha) ou capoeira fina (mais jovem, em geral com menos de 10 anos). Quando a área escolhida é a capoeira, o trabalho de abertura consiste em "brocar", isto é, desbastar as embaúbas, gramíneas, arbustos e toda a vegetação secundária com o terçado, o que é considerado uma atividade mais fácil e mais rápida do que abrir roçado na mata bruta. Quando é preciso realizar a derrubada de floresta primária, esta é feita atualmente com serra elétrica e não mais com os antigos machados. Nessa época é muito comum conversas entre os seringueiros sobre qual é a melhor área para se fazer roçados e a maneira para derrubar determinado tipo de "pau", uma vez que cada uma tem um "âmago" diferente. Cada tipo de árvore exige uma técnica apropriada para se evitar acidades fatais, não raros nesse período do ano. A abertura dos roçados é geralmente uma tarefa realizada pelos homens experientes, geralmente o chefe da família com seus filhos, compadres e vizinhos. São necessárias pelo menos duas pessoas para efetuar essa tarefa, inclusive a queimada. Caso faltem braços à família para derrubar a mata o seringueiro pode recorrer aos adjuntos, mutirões que envolvem vizinhos e parentes que são pagos com um almoço ou churrasco, ou com a troca de dias entre as famílias.

O local para a abertura de roças em mata bruta obedece a critérios de escolha sobre o tipo de solo e também de relevo. Evita-se escolher o barro vermelho (Argissolo Vermelho-Amarelo) e o barro tabatinga, ou branco (gleissolos hidromórficos), considerados de pior qualidade. Contudo, há seringueiros que afirmam que a tabantinga permite pelo menos o plantio de certas variedades de macaxeira. Lugar com piçarras (rochas) também não são considerados locais apropriados para se plantar, pois a terra é muito dura. O solo preferido para se abrir roçado são as terras "areiúsca" (cambissolos), formado por barro e areia, identificado pelos seringueiros por ser um solo mais escuro e fofo.

O melhor lugar considerado para se plantar é na "chapada" (terrenos mais planos), porque é onde o solo retém mais umidade, embora sempre se evite áreas de solo encharcados ou sujeitas a inundações, como os "baixos". Mas o roçado também pode ser colocado no "bico da terra" (topo de

---

[95] No início da década de 1990, os roçados apresentavam área média de 1,2 ha (CNS, 1992). Durante a pesquisa, os maiores roçados avistados não passavam de 1,5 há.

[96]Roçados em barrancas é algo tradicional entre os seringueiros (ver em: ALMEIDA; CUNHA, M., 2002). São áreas de uso comum onde o plantio de melancias é realizado especialmente pelas mulheres. O atual Plano de Manejo Roçados proíbe roçados na beira de rios e varadouros, mas não há nenhuma menção a este tipo de cultivo nas barrancas (BRASIL, 2006, p. 61).

morros) ou no “lombo da terra” (vertentes). Tudo isso vai depender muito de outras variantes como a qualidade do solo, do relevo, da disponibilidade hídrica e também da quantidade de radiação solar que a área recebe. Também se dá preferência a áreas próximas de algum igarapé, pois isto facilita a tarefa de lavar as macaxeiras quando colhidas. Cada agricultor tem à sua maneira de estabelecer esses critérios e definir qual é o melhor lugar para se plantar.

Desmata-se aquilo que é estritamente necessário à reprodução da família. Todo seringueiro sabe que qualquer derrubada desnecessária vai prejudicá-lo futuramente na obtenção da caça e no extrativismo:

> Pra não judia [da mata] você tem que roça o quadro que você precisa. Tem muita gente que roça um tanto e que não tá precisando daquele ali. Aí tá judiando porque não tá precisando. Você tem que abrir seu lugar pra plantar seu legume. No caso, o quadro inteiro, não tá judiando da mata por que Deus deixou pra isso mesmo. Agora o cara quer arrebentar o mato inteiro, aí é onde começa a ser prejudicado, é por aí. Aí Deus começa a judia das pessoa. [97]

O depoimento acima mostra que o desmate sem necessidade volta-se contra a própria família que poderá ser castigada por Deus. Percebe-se aqui a predominância de certos valores éticos, como apontando por Woortmann (1990, p. 12).

> Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria.

A floresta, no caso pesquisado por nós, é vista como propriedade de Deus, e o homem seu possuidor apenas por meio do trabalho necessário à sobrevivência da família. Essa ética camponesa guia o trabalho da abertura de pequenas áreas e a conservação de amplas áreas florestadas, que ocupam a esmagadora maioria do espaço ocupado por uma colocação. A manutenção da floresta em pé desse modo é a garantia da rápida da fertilização do solo através da regeneração da vegetação. Sua preservação serve também como reserva de espécies que ficam a salvo da extinção.

Depois de derrubar ou brocar a vegetação e a madeira são deixadas para secar. É agosto, auge do verão acreano, e a vegetação seca rapidamente. As queimadas são realizadas em geral em setembro, com a vegetação derrubada totalmente seca. Mas esse tipo de técnica agrícola, de origem indígena, implica na obediência de determinadas regras para evitar que a queimada saia do controle e prejudique a floresta. Para isso, os lavradores precisam conhecer os ventos, as mudanças climáticas anuais, as histórias de queimadas anteriores e assim trocam informações o tempo todo entre si para definir o melhor meio para se controlar o tamanho e a intensidade das suas queimadas

[97]Entrevista com Mauro Ferreira Condi realizada em 16 de setembro de 2017.

para proteger do fogo as florestas vizinhas.

Antes de atear fogo, os seringueiros observam as condições do vento e fazem os aceiros, um desbaste em volta da área a ser queimada, para impedir que as chamas atinjam a floresta. Mas o agricultor também sabe que o dossel da floresta exerce um efeito-tampão mantendo baixa a temperatura e mantendo a umidade no solo e na mata. Muitos preferem realizar a queimada logo após as primeiras chuvas que umedecem a mata ressequida no entorno do roçado e, desse modo, impede que o fogo se alastre sobre ela.

> Deixa esperar dar uma chuva, eu sempre sou assim. Espera dar uma chuva. Quando tá uns cinco ou seis dias quando dá aquela chuva, aí você toca fogo. Só queima onde tá brocado e derrubado. Não invade a mata. Antão, se tocar fogo antes de... [chover]. O verão tá forte, tá tudo seco, então invade a mata.[98]

Antes do plantio, o agricultor "encoivara o roçado", removendo e queimando todos os pedaços de madeira, galhos e troncos para garantir a limpeza do terreno. No entorno do roçado, nas "divisas" com a mata, pode-se deixar um acúmulo de galhos e pequenos troncos que servirão como uma proteção fortificada da roça contra animais da mata como cutias e pacas. Outros seringueiros vigiam seus roçados dos ataques de animais os transformando em provisórias áreas de caça, assim como são as capoeiras que se tornam pontos de caça onde caititus e queixadas encontram maior abundância de alimentos nos brotos e no capim que se alastra após a queimada[99]. Mas também há quem prefira utilizar algum tipo de espécie vegetal tóxica que minimizam a devastação do roçado por animais, como por exemplo, a capança-preta (*Patrisia acuminata*). A casca dessa árvore é raspada e misturada com água e arroz. Depois é jogada no roçado para matar pequenos roedores que podem destruí-lo.

A opção de plantar determinados tipos de cultivos é condicionada às necessidades da família e ao tipo de terreno disponível naquele ano para se plantar. Pode-se optar em plantar arroz quando o roçado é feito em mata bruta, o que geralmente acontece com o intuito de se aproveitar da fertilidade natural do solo para este tipo de cultivo que é mais exigente. Outra opção é o cultivo da mandioca, o que ocorre em roçados já utilizados ou em áreas de capoeira fina. Entretanto, independente da opção, o primeiro plantio a ser realizado será, na maioria das vezes, o do milho verde, que é realizado por toda a família. Cultivo de ciclo rápido, o milho é plantando poucos dias antes da macaxeira ou do arroz. Seu crescimento rápido oferece proteção ao roçado do vento e do sol, "abafando" também o mato e impedindo a proliferação de pragas, como explicam os seringueiros. Três meses depois, entre dezembro e janeiro, após a colheita das espigas, os pés de

98 Entrevista realizada com Sebastião Olegário em 14 de setembro de 2017.
99 Essa prática tem é mencionada por Berta Ribeiro (1995, p. 136-137) a respeito das populações indígenas do Alto Rio Negro.

milho secam e sua palha é utilizada para proteger o solo e fertilizar os demais cultivos. Parte do milho vai ser quebrado para servir de alimento para as criações. Outra parte será utilizada para a alimentação como milho cozido, ou em pratos como curau e canjica.

Em fevereiro e março, época mais chuvosa no Acre, o arroz é colhido. A tarefa envolve mulheres, crianças e o chefe da família. Após a retirada do arroz, forma-se o que os seringueiros chamam de “terra branca”, é quando a área fica inteiramente coberta com a palha do cultivo deixada para fertilizar o solo e protegê-lo das fortes chuvas e do sol. Como vimos, a palha do milho também é aproveitada para o mesmo propósito. Em abril e maio tem início o cultivo do feijão que é colhido e batido em julho ou agosto. Imediatamente após o término da colheita, a terra é preparada para o plantio consorciado do milho e da macaxeira.

4.5. O cultivo da macaxeira

A mandioca (*Manihot esculenta*) – macaxeira, legume ou “roça”, como é chamada pelos seringueiros – é o principal cultivo realizado nas colocações em suas mais diversas variedades. Seu principal destino é a fabricação da farinha, que é produzida artesanalmente nas “farinhadas”. O plantio da macaxeira também envolve homens e mulheres e ocorre no início das primeiras chuvas, dias após o plantio do milho realizado em setembro.

O cultivo de mandioca nas Américas remonta 5.000 anos antes da chegada dos europeus, sua domesticação e as inúmeras variedades estão relacionas à civilizações ancestrais que ocupavam a Amazônia (SAUER, 1987). O sucesso da mandioca é atribuído ao fato de a planta crescer facilmente nos solos dos trópicos. Por ser pobre em proteínas, não retira o nitrogênio do solo na mesma proporção de outras plantas (SCHERY, 1947 apud RIBEIRO, 1995. p. 136). Ademais, o tubérculo também pode permanecer estocado na própria terra por longos períodos, o que garante a segurança alimentar dos agricultores também por longos períodos. Dela se obtêm vários produtos para alimentação: macaxeiras (cozidas ou fritas), goma, tapioca, tacacá etc. Aproveita-se também a maniva para replante que são trocadas entre as famílias de todos os seringais.

A lua exerce grande influência no plantio das lavouras dos seringueiros e marcam o tempo de cada cultivo. As manivas, por exemplo, são plantadas de preferência na lua nova de setembro. O milho também é plantado na lua nova. A cana-de-açúcar é plantada na lua crescente de outubro. De acordo com Diegues (2000, p.56), a temporalidade das sociedades camponesas e indígenas é marcada pela representação simbólica do cíclico, onde tudo nasce, cresce e renasce, o que expressa o estreito vínculo com os ciclos naturais que comandam um complexo calendário de trabalho e de rituais. Há o tempo para a coivara, o roçado, da extração da castanha, do açaí, da borracha, entre

outros recursos da floresta[100].A mandioca é plantada em covas dispostas em carreiras separadas por um espaço maior medido pelo cabo da enxada. Essa semeadura mediante enxada ou cavouco evita a perda de nutrientes e sais minerais que ocorreriam caso se fizesse uso de arados para revolver a terra(MENGGERS, 1977 apud RIBEIRO, 1995, p. 250). Entre duas fileiras da roça da macaxeira, à distância de um passo, está a praça do milho, também plantado em carreira. Uma observação atenta sobre o conjunto do roçado evidencia que não há apenas dois cultivos consorciados. Além do milho verde e da mandioca, a área também abriga outros cultivos, como o mamão, a melancia, a banana, palmeiras como jarina, murmuru. A sombra e a matéria orgânica das folhas destes cultivos oferecem nutrientes e proteção ao solo e ao roçado. Todas essas práticas exercidas pelos seringueiros trazem efeitos positivos ao minimizar o tempo de exposição à insolação e a forte pluviosidade tropical prevenindo da lixiviação e erosão.

A unidade de medida da área plantada por macaxeira é a “mil covas”. Aproximadamente 1 hectare abriga entre 5 a 6 mil covas, embora existam agricultores que plantem até 8 ou 10 mil covas, o que não é recomendado pelos mais experientes.

> Tem gente que pranta 8, outros até 10 mil covas [por hectare], mas os pés é juntinho. A roça não tem competência de presta por que feicha, abafa. Abafou o legume não presta. Essa ideia eu tirei é do meu pai. Ele nunca prantou os legume tudo juntinho. Sempre prantava as carreirinha tudo média pra que não abafasse um o outro. Se abafa não dá que preste. Abafá ela não carrega e não dá muita batata, dá bem pouquinha, dá fina. Outros pés da duas ou três e aí não dá. Os pês sempre as veiz é oito ou deiz batata. Tem até de vinte batata. E pranta espaçoso tem competência de dá um legume bom, viçoso e muito carregado mesmo.[101]

A falta de cobertura do solo nos roçados poderia proporcionar alta infestação de plantas daninhas, especialmente durante o seu crescimento inicial (SOUZA, L. S.; SILVA, J.; SOUZA, L. D., 2009). Mas as práticas e os saberes revelam uma solução original para esses problemas. Se a queima, em um primeiro momento, fertiliza e controla as pragas, a realização de plantio consorciado procura oferecer à biomassa vegetal, nutrientes indispensáveis aos cultivos e ao combate das plantas daninhas que “abafa o mato”, como diz Sebastião Olegário. Naturalmente, isso não dispensa o trabalho da carpina para retirar as plantas daninhas.

Uma área de roça pode fornecer alimentos para as famílias por quase 10 anos quando bem manejada por um agricultor experiente. Nas colocações, normalmente, cada família tem entre dois até três roçados ocupados permanentemente por macaxeiras. A primeira seria a “roça nova”,

---

[100]A lua marca essa temporalidade, assim como espocar das sementes de seringueira na mata, anunciando novos pontos de caça; o canto do sapo canoeiro (*Hyla boans*) avisa que o verão está próximo; o sapo-verde (*Phyllomedusa bicolor, Phyllomedusa tarsius e Phyllomedusa vaillanti*) anuncia o início do inverno ou quando canta no verão, alguma chuva que virá no dia seguinte.

[101]Entrevista com Sebastião Olegário realizada em 14 de setembro de 2017.

plantada no final do verão e que começará a produzir em poucos meses; a segunda roça é a que foi plantada no ano anterior e que forneceu e continuará a fornecer macaxeira à família; a terceira roça é a mais antiga, cultivada três anos antes e que, embora próxima do seu esgotamento, ainda pode estar provendo os agricultores de “legumes”.

O plantio de cana-de-açúcar, palmeiras e bananas é amplamente utilizado e pode durar de 5 a 6 anos, suas folhas são deixadas para fertilizar o solo e protegê-lo do sol e das chuvas. Quando a “terra cansa” com o esgotamento dos nutrientes do solo, o roçado é deixado para ser encoberto pela capoeira. O capim só é plantado em áreas mais próximas do terreiro da casa quando há interesse de criar algumas cabeças de gado.

Os seringueiros possuem inúmeros cultivares de mandioca. Essa diversidade tem origem na ação milenar das populações indígenas (RIBERIRO, 1995) que domesticaram o tubérculo e repassaram este saber aos caboclos da Amazônia e seringueiros. Conforme sugere Emperaire (2002), em estudos com comunidades caboclas no Alto Rio Negro, a etnodiversidade e a variabilidade genética das roças de macaxeira na Amazônia é resultado do manejo e de intercâmbios entre os produtores ao realizar trocas de sementes.

Durante a pesquisa de campo foi possível constatar o mesmo processo de intensa troca de manivas que são obtidas por meio de redes de parentescos e compadrios que se estendem dentro e fora da Reserva Extrativista.

> Quando não tem a maniva num lugar. Aqui tem a [colocação] Samauma, dá uma hora e meia daqui lá. Antão, você vai buscar nas costas a maniva da roça pra plantar. Se já tem você pranta. E a maniva só presta pra prantar se ela tiver um ano. Se ela tiver dois anos, não prante porque a maniva não presta.[102]

Muitas manivas são obtidas em regiões distantes, mesmo em outros países como a Bolívia. Outras em roçados cultivados pelos irmãos, cunhados ou compadres. Este sistema de trocas de cultivares garante que algumas variedades que há muito não estavam mais sendo cultivadas sejam novamente introduzidas nos roçados, conforme a Figura 36.

Nas microrregiões do Baixo e Alto Acre predominam as seguintes variedades: Paxiúba, Cabocla, Varejão, Chapéu de Sol, Aruari, Araçá, Chica de coca, Amarela, Manteiguinha, Cruvela, Olho d'água, Sutinga, Zigue-zag, Pão, Panati e Caipora (SIVIERO; SILVA FLORES, 2016. p. 231-240).Contudo, com a ajuda dos seringueiros, outras variedades foram identificadas nos Seringais pesquisados, conforme apresentamos no Quadro 7.

A Casa de Farinha é o destino da maior parte da mandioca cultivada. Após a colheita dos tubérculos, os membros da família se mantêm produzindo farinha quase que diariamente. É durante a “farinhada”, o processo de preparação da farinha da mandioca, que os integrantes da família,

[102]Entrevista realizada com Sebastião Olegário em 14 de setembro de 2017.

vizinhos e demais membros da comunidade se reúnem em um evento de integração social, e mostra o quanto o processo tem um importante valor simbólico. A casa de farinha é local de encontros e conversas, trocas de informações sobre como e onde “botar” o novo roçado, o melhor dia e a melhor lua para se plantar determinado cultivo, como obter melhores manivas através de parentes e amigos. Nem toda colocação tem uma casa de farinha, mas não existe seringal em que não existam muitas delas. A família seringueira que não possui uma casa de farinha depende da utilização da casa de vizinhos ou parentes.

Quadro 8– Variedade de mandiocas encontradas em pesquisa de campo.

TIPO	NOME DADO PELOS SERINGUEIROS
Brava	Paxiúba; Sutinga; Samaúma; Chica Decoca.
Mansa	Caboquina; Talagato (ou Amazonas); Varejão; Amarelinha; Moça Branca; Gira Sol; Peruana.

A fabricação da farinha é feita artesanalmente, na propriedade, com a utilização de mão de obra familiar. Nesse processo, a mandioca é arrancada com cuidado da terra para evitar que partes da planta possam se cindir. Depois, as batatas são carregadas em paneiros (cestos) ou sacos até a casa de farinha ou às margens de um igarapé para serem descascadas e lavadas, como ilustram as Figura 37 e 38. O passo seguinte é a “ceva”. As mandiocas são colocadas na caixa de madeira e são raladas (cevadas, com explicam os seringueiros) em um cilindro com dentes de metal que funciona com a ajuda de um pequeno motor a gasolina com 5.6 hp. A “massa” do tubérculo é então deixada em uma bacia com água, e com a ajuda de um pano ela é espremida para a retirada da goma que ficará, após algumas horas, sedimentada no fundo da bacia e será utilizada para se fazer tapioca e mingau. Em seguida, joga-se a goma na prensa para retirar a água da mandioca. Nesse processo, um saco de pano pode servir como invólucro para a massa da mandioca que ficará sob pressão por pelo menos uma noite. Depois, retira-se a massa da prensa e a deposita em uma peneira para eliminar a “crueira”, resíduo contendo impurezas que podem ser aproveitados na alimentação dos animais. A etapa final do processo é a torração. A farinha peneirada é torrada em uma chapa de ferro aquecida por um forno de barro. No início utiliza-se uma pá, que tem o formato de um facão e pode ser manejado com uma mão, para escaldar a massa no forno. Posteriormente a pá é substituída pelo rodo. Essa etapa é bem delicada, pois a qualidade da farinha vai depender da precisão realizada no trabalho de escaldamento. Quando está seca, a farinha é armazenada dentro de um saco e encaminhada para as casas. Algumas etapas do processo de fabrico da farinha pode ser visto na

Figura 38.

A maior parte da produção da farinha é consumida pela própria família. Mas pode ser vendida ou trocada por outros produtos dentro da própria comunidade. O que é vendido na cidade é a sobra, quando há necessidade de se obter alguma renda monetária para comprar “as mercadorias”.

> Sempre a gente vende é aqui dentro da Reserva. As veiz a gente pranta um feijão...bem dizer é quase pra dispensa porque não tem saída. Nóis não tem um carro de linha pra fazer a linha. A gente não tem pra botar nas costas de um combói pra levar, também não tem, a coisa é difícil. E o transporte os caras querem um absurdo do frete.[103]

As grandes distâncias, o isolamento na mata e os preços altos do frete desencorajam os seringueiros a vender seus produtos “na rua”. No entanto, o depoimento a seguir também mostra que a venda dos produtos do roçado na cidade significa cair em uma rede exploração:

> Quando alguém planta, planta pouquinho. Então, muitas das veiz a gente consegue vender lá mesmo. Quem faz mel, açúcar ou rapadura consegue vender tudo lá dentro mesmo. Só que tem gente que vem pra rua [cidade] pra vender bem mais ligeiro. Eles [os comerciantes da cidade] sempre compram pela metade [do preço que vão vender]. Aí muitas vezes a gente se acostuma a vender lá [na Reserva] pela metade do preço, mas não tem aquele trabalho de trazer.[104]

Aqui se verifica o processo de drenagem da renda da terra gerada pelo trabalho familiar das unidades camponesas, a qual está contida nos produtos que os seringueiros enviam para serem comercializados na cidade. A análise mais detalhada deste processo está contida na parte final deste capítulo.

[103]Entrevista realizada com Sebastião Olegário em 14 de setembro de 2017.
[104]Entrevista com Evilásio Nascimento realizada em 18 de junho de 2016.

Figura 35– O plantino no roçado novo de Sebastião Olegário (esquerda); e a roça de macaxeira plantada no ano anterior (direita).

Foto: Jeferson Choma, em 14/09/2017.

Figura 36 – Plantio na maniva “peruana” que havia desaparecido da área pesquisada, mas que foi reintroduzida por meio das trocas realizadas entre as famílias.

Foto: Jeferson Choma, em 08/10/2016.

Figura 37- Raimundo Maia e seu neto cortando mandioca.

Foto: Jeferson Choma, em 21/09/2017.

Figura 38 – Casa de farinha. O caititú para moer a mandioca (acima); e a secagem da farinha (abaixo).

Foto: Jeferson Choma, em 30/12/2015.

4.6. A Lei do Fogo Zero: quando 'botar roçado' vira crime

Umas das maiores queixas ouvidas durante as entrevistas realizadas com os seringueiros da RECM foi a ameaça de proibição das queimadas para a prática de roçados.

> Hoje a bem dizê a gente não pode mais trabaia, bota um roçado assim maiorzinho. Não querem deixar o cara cria, não querem deixar planta porque pra não toca fogo e nem derruba a mata. É proibição deles. Mas nóis que mora aqui nóis sabe mais ou menos. Ninguém vai tocar fogo, ninguém vai derrubar um desespero de mata. Pra quê?[105]

Como vimos, existe toda uma literatura científica que associa a agricultura itinerante como algo arcaico e incompatível com a conservação ambiental e com os modelos de sustentabilidade econômica e justificam um farto cardápio de políticas públicas que pretendem reduzir ou mesmo erradicar tais práticas agrícolas. Nessa perspectiva, as queimadas são vistas como práticas atrasadas que uma boa dose de educação ambiental permitiria erradicar. No caso do Acre, tal concepção tornou-se explícita quando, em 2009, o Ministério Público do estado publicou uma Ação Civil Pública Nº 2009.30.00.001438-4 que proibiu totalmente as práticas de queimadas em todo o território acreano a partir de 2012 (ACRE, 2009).

Figura 39 – Mauro mostra como queimou área para "botar roçado".

Foto: Jefersaon Choma, em 16/09/2017.

[105]Entrevista com Evilásio nasicmento realizada em 18 de junho de 2016.

A “Lei do Fogo Zero”, como ficou conhecida, ainda proibiu que o IBAMA, ICMBio e o Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC) autorizassem qualquer tipo de queima em todo o território do estado. Ao enumerar as dificuldades encontradas para erradicar a prática da queimada, uma vez que ela “está enraizada na cultura da população local e no modo de produção por ela utilizado”, o MP avalia que o seu uso tem se tornado um mal considerado crônico e praticado “por pequenos, médios e grandes produtores”, e que “destrói diretamente a maior e mais importante floresta tropical do mundo” (ACRE, 2009, p. 4). Aqui fica explícito que não há nenhuma diferenciação sobre as formas de utilização do fogo entre diferentes sujeitos sociais como, por exemplo, aquela realizada por um grande pecuarista e as formas tradicionais de coivara efetuadas pelos camponeses ao abrir seus roçados de subsistência. O “pequeno produtor” seria, na visão do MP, tão responsável pela destruição da floresta amazônica quanto os grandes fazendeiros.[106]

A Lei do Fogo Zero foi suspensa em 2013 depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu favoravelmente a um recurso da Federação dos Trabalhadores Rurais do Acre (FETACRE) contra a ação ajuizada pelo MP do Acre. No entanto, o Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) precisa emitir licenças autorizando a queima de até um hectare.

A visão negativa sobre a prática de queimada para a abertura de novos roçados de subsistência é amplamente alimentada por instituições e agentes técnicos do Estado do Acre, que estimulam a introdução de novas técnicas de cultivo como a adubação verde com o uso de leguminosas como a pueraria e a mucuna.[107]

As incursões ao campo demonstraram que muitos seringueiros quando vão plantar feijão, milho ou mandioca preparam a “terra de pueraria” ou “terra de mucuna”, uma classificação utilizada para designar o solo quando ele está ocupado por um desses gêneros botânicos. Na maioria das vezes, os seringueiros consideram positivo o uso das leguminosas para aumentar a fertilidade e o tempo de uso de um roçado aberto já há alguns anos. Assim, evitam-se novas derrubas de mata bruta ou de capoeiras poupando tempo de trabalho para os lavradores. Mas a introdução e o incentivo dado pelo poder público à adubação verde vêm acompanhada pela tentativa de coibir (quando não a criminalização direta por meio de multas ambientais) do uso do fogo nos roçados. No

[106]A enorme diferença entre a compreensão do MP com a lógica da produção camponesa é novamente evidenciada quando o órgão, com o intuito de demonstrar as técnicas alternativas ao uso do fogo, elenca entre as alternativas para a substituição da queima o manejo de culturas anuais, “mediante a utilização de tecnologias que melhorem o solo, como, por exemplo, o uso de corretivos, fertilizantes, máquinas, sementes de boa qualidade e implementos adequados, adicionando ao solo matéria orgânica e promovendo a sua cobertura, tornando-o mais fértil” (ACRE, 2009, p. 14). Fica explícita aqui a marginalização dos saberes tradicionais dos agricultores nos seringais com a racionalidade científica moderna, considerada mais eficiente.

[107]A adubação verde também foi recomendada pelo MP do Acre quando editou a lei do “fogo zero”, “que é o plantio e a incorporação de adubos verdes antes da instalação dos cultivos, proporcionando a melhoria do solo, pois que lhe fornece nutrientes essenciais, conserva-lhe a umidade, de modo a favorecer a flora microbiana” Mas o uso do chamado adubo verde já empregado pelos seringueiros, ao mesmo tempo em que mantém a prática da queima. Para eles não há posição entre um ou outro. A adubação verde foi plenamente incorporada nas suas práticas (ACRE, 2009, p. 14-15).

entanto, os seringueiros continuam a realizar coivaras quando julgam útil essa prática no processo de reprodução da família. Nesse sentido, o depoimento do seringueiro Evilásio é bastante revelador:

> Evilásio - Ano passado eu plantei na mucuna, e nesse ano na mucuna de novo. Só que quando eles descobriram que eu tava queimando, os técnico da SEAPROF e do PESACRE foram lá e insistiram que eu não tenho que queimar. E ela só dá boa se queimar. Roça ela, depois taca fogo bem rápido e ai planta o feijão e assim dá bom.
> Jeferson - O técnico não queriam que você queimasse?
> Evilásio - Não. Agora mesmo aí eu plantei uma área onde queimo. Levei eles lá. Aonde plantei 20 quilo sem queimar eu bati 40 quilo [de feijão]. Aonde eu plantei 20 quilo queimando, eu vou ali colhe pelo menos três ou quatro saca. É o dobro. Mesmo assim o técnico diz que não, que tem que continuar não queimando. Mas não tá dando certo não queimar.
> Jeferson - Por que eles falam que não tem que queimar?
> Evilásio - Rapaz é porque é aquela questão que surgiu não sei porque...a questão do Fogo Zero. Eles já querem proibir que a gente queime. Querem que a gente trabalhe sem queima. Nasci e me criei naquela colocação. Hoje tenho 45 anos. Da minha casa pro mato não dá 50 metros. Eles não querem o fogo porque pode acabar com a mata, né. Eles querem proibir o fogo. Mas o meu caso é que eu tenho 45 anos, comecei a trabalhar com 15 anos. Mas tá com 30 anos que sobrevivo dali. Agora eles querem que eu não queime. [108]

Quando Evilásio diz que da sua “casa pro mato não dá 50 metros” ele estava querendo ressaltar a manutenção de uma extensa área florestada existente em sua colocação, e que não foi comprometida pelas queimadas que sempre realizou para fazer os seus roçados. O depoimento também demonstra que não há uma aceitação passiva dos conhecimentos “dos técnicos” da SEAPROF (Secretaria de Extensão Agro Florestal e Produção Familiar) e do PESACRE (Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre). Eles são absorvidos sim, mas mediante o crivo da experimentação. Aliás, quando o seringueiro explica que levou os técnicos para ver o resultado de sua experiência, ele mostra que estava tentando convencê-los dos resultados positivos obtidos por ele. Tentava mostrar que através do simples manejo técnico orientado por eles, o seringueiro não poderia sustentar sua família.

Evilásio também apresentou essa mesma postura em outros programas apresentados pelo poder público no interior da RECM. Nos últimos anos, o Governo do Acre vem promovendo roçados baseados em Sistemas Agroflorestais (SAFs), por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA). A partir de técnicos da SEAPROF, as famílias seringueiras recebem instruções técnicas sobre como manejar os SAFs, além de mudas de seringueiras, castanheiras, entre outras espécies arbóreas, palmeiras e espécies frutíferas. O programa, segundo os técnicos e as cartilhas da SEAPROF, tem por objetivo recuperar áreas degradadas por pastagens, diversificar a produção de alimentos entre os seringueiros e desestimular as sucessivas queimadas realizadas para

[108]Entrevista com Evilásio Nascimento realizada em 19 de setembro de 2017.

abertura dos roçados itinerantes[109]. O programa é avaliado de forma positiva pela maioria das famílias. Entretanto, mais uma vez não há aceitação passiva, conforme explica Evilásio:

> Eles tiveram dizendo pra mim que o açaí [do programa] é o mesminho. Só que, segundo eles, deram uma melhorada, dizendo que esse açaí chega com 7 ano. Aí o que é que eu fiz. Pranto o que vem do projeto, mas eu também vou pegar o meu lá da mata e vou prantar junto pra ver que melhorada foi que deu. Só que tem um porém, o açaí pelo que eu tô vendo aqui precisa muito da sombra. [110]

Evilásio também trouxe da mata mudas de jutaí que fornece madeira para a construção de casas, e de copaíba. Também cultiva em seu incipiente SAF frutas como o copuaçu, graviola, banana, caju, ingá, amendoim; árvores como a seringueira, o cumaru ferro, o cumaru de cheiro, cedro, além da mandioca. Isto é, o SAF apresentado pelos "técnicos" é recriado pelo seringueiro com base em seus conhecimentos e as experiências que ele realiza. O seringueiro não tem planos de pôr fim ao seu roçado itinerante tradicional, uma vez que o SAF é identificado como um "roçado a mais" que servirá para garantir a reprodução da família e aumentar sua autonomia diante do mercado.

O conjunto dos saberes do camponês da floresta se apóia na tradição repassada por gerações, mas também se pauta na experimentação realizada e não é refratária aos conhecimentos vindos de fora, pelas mãos de técnicos e especialistas. Observa-se o processo de desenvolvimento dos cultivos, há trocas de informações e cada um ouve atento aquilo que seu vizinho ou parente experimentou. Do mesmo modo os conhecimentos "dos técnicos do governo", são absorvidos ao seu inventário de conhecimentos, como é o caso do uso dessas plantas para fertilização do solo, ou como vimos, nos cultivos agroecológicos estimulados por programas governamentais. Assim, o seringueiro não abandona os seus saberes tradicionais em prol dos saberes científicos transmitidos pelos técnicos. Ele os incorpora e até os transforma, a partir de referenciais cognitivos próprios. Não se trata de uma absorção passiva, mas diríamos *antropofágica*, no sentido de adquirir as habilidades do outro. Os conhecimentos "dos técnicos", não são tratados como revelações. São submetidos à prova, a observação ativa e metódica, onde se exercem analogias e aproximações, com o desenvolvimento de hipóteses e experiências controladas a fim de confirmá-las ou rejeitá-las sob o crivo da repetição.

Na floresta, o seringueiro sempre procura algo que possa ser útil à reprodução da vida. Um fruto venenoso para proteger o roçado, a muda de um açaí nativo que pode ser mais "rendosa" do que aquele que recebeu dos técnicos.

---

[109]A cartilha sobre roçados sustentáveis, editada pelo governo do Acre com o Centro dos Trabalhadores da Amazônia, também recomenda o não uso do fogo, exceto no momento da implementação dos roçados sustentáveis. "É importante lembrar também que este é o único momento em que o uso do fogo será tolerado e não serão permitidas derrubadas e queimadas na mata bruta" (Roçados Sustentáveis. Produção familiar e transição agroecológica. ACRE, 2016, p. 13).
[110]Entrevista com Evilásio Nascimento realizada em 19 de setembro de 2017.

Os meios disponíveis precisam ser inventariados. A classificação dos tipos de solos, relevos, estágios sucessionais da vegetação, dos ciclos naturais medidos pelas fases da lua, cantos dos sapos, entre outros eventos que se dão no nível da intuição sensível e que, mesmo que heteróclita e arbitrária aos olhos dos técnicos e da ciência ocidental moderna, constitui uma ordem racional necessária à sua reprodução social. Dessa maneira, estes saberes se constituem em uma "ciência do concreto" na qual "o universo é objeto do pensamento", diria Claude Lévi-Strauss (2012), e se inscrevem em uma lógica camponesa de reprodução onde a floresta não é vista como um objeto, um fator de produção, mas como a expressão de uma moral, representada por valores éticos (WOORTMANN K., 1990).

Figura 40– Roçado agroecológico cultivado por Evilásio.

Foto: Jeferson Choma, em 19/09/2017.

Figura 41 – Mucunas plantadas em roçados antigos para devolver fertilidade ao solo.

Foto: jeferson Choma, em 17/09/2017.

4.7. Os saberes da caça e da pesca

O seringueiro não é exclusivamente um extrativista e um agricultor. A caça é parte fundamental das suas atividades e de seu modo de vida. Assegura a qualidade da sua alimentação de modo que evita o consumo total das criações. Estas últimas apenas são consumidas quando não há caça para garantir o "rancho". A caça e a pesca comercial e esportiva são proibidas na Reserva desde a sua criação. Apenas são permitidas aquelas que asseguram a subsistência dos moradores.

Assim como a maioria das atividades realizadas na floresta, a caça é uma tarefa eminentemente masculina, realizada, sobretudo pelo chefe da família, seus filhos, amigos e parentes. Todavia, mulheres também caçam, embora em situações excepcionais, quando vivem, por exemplo, sozinhas, ou quando há a necessidade de colaborar com o seu companheiro ou ainda porque simplesmente têm apreço pela atividade[111]. Durante o verão, o viajante que chegar em alguma casa na "boca da noite" provavelmente vai apenas encontrar as crianças e as mulheres da família, uma vez que os homens estão na mata em busca do rancho. Muitas vezes o caçador só retorna muito tarde da noite e provavelmente, como é um hábil rastreador, vai notar sinais da visita de estranhos antes mesmo de chegar em sua casa. Quando tem sucesso, ele deixa a animal abatido para que sua esposa e filhas possam prepará-la no dia seguinte. Nessa divisão de tarefas do trabalho familiar, o preparo culinário é feminino. "É no âmbito da refeição que a mãe exerce sua autoridade e controle, determinando, dentro das possibilidades geradas pelo trabalho do pai, o que irá compor a refeição e como esta será distribuída entre os membros da família". (WOORTMANN, K., 1985, s/p).

A caça também é uma atividade em que se apresenta nitidamente a transmissão de saberes indígenas. A sensibilidade dos sentidos, o uso dos mais diversos recursos da floresta, como cipós, ervas etc., a capacidade de observar as sutilezas que permitem o rastreamento, o conhecimento dos hábitos alimentares dos animais e dos ciclos de maturação das plantas que servem como seu alimento são heranças diretas de décadas de relações, matrimônios e vínculos contraídos entre seringueiros e povos indígenas. Por isso, não é incomum ouvir dos seringueiros mais experientes que "os índios são os nossos professores"[112].

---

[111]Em algumas ocasiões observei mulheres voltando da caça com seus maridos. Uma delas disse que antigamente as mulheres acompanhavam mais seus companheiros para fazer a "espera". Mas isso ocorre quando há outras mulheres para se preparar o "rancho" depois da caçada.

[112]Na minha última incursão na RECM, um grupo de seringueiros estava combinando uma visita até um grupo de indígenas que foram morar em um seringal distante. Os indígenas passaram a viver na Reserva depois que uma das mulheres casou com um seringueiro. O objetivo da expedição era obter mais conhecimentos sobre plantas medicinais, técnicas de caça e de fabricação de cestos.

Um dos critérios fundamentais para qualificar uma colocação é se ela é boa de caça, isto é, ela precisa oferecer uma significativa área de caça capaz de abrigar diversas espécies animais. Para isso é impreterível que ela seja pouco adensada e mantenha uma extensa área florestada, abundante em frutos silvestres que são a "comida da caça". Colocações muito pequenas, com pouca mata ou muito povoadas afugentam a caça, o que vai interferir de sobremaneira na qualidade e nas necessidades de alimentação das famílias.

Os pontos de caça no interior de uma colocação são os mais variados. Mas costuma-se caçar no "seio das estradas" que é, como vimos, o espaço circunscrito ao corpo interno da estrada de seringa. Nelas as expedições de caça são mais seguras, pois não há perigo de o caçador se perder na mata, uma vez que ele pode "tirar o rumo" para qualquer direção que sairá novamente na estrada. A caçada é realizada com o uso de espingardas dos mais diversos calibres e cartuchos fabricados pelos próprios seringueiros utilizando pólvora, chumbo e cera. O terçado também é usado em algumas expedições quando o animal é menor, como cutias, que são acuadas pelos cachorros.

Os pontos de caça são montados nos "barreiros", beiras de igarapés, ou grotas e roçados. Não raro, a caçada pode ser realizada a poucos metros das casas, contanto que a mata encontre-se próxima. Sendo assim, o seringueiro poderá, inclusive, plantar e cultivar determinadas espécies de árvores e cipós, que servem de "comida" para atrair os animais. Localizado nas margens dos igarapés, o barreiro é um local considerado excelente para a caça, uma vez que os animais vão para lamber sal deixado pelo seringueiro.

> Aqui é um barreiro, um roedor como a gente chama. Ou chupador. A paca, o veado, todas as espécies de caça vem aqui. Aí você bota sal, você bota milho, mandioca, o que a caça gosta de comer. Então, ela se mantém toda noite vindo naquele ponto. Aí no caso aqui a gente faz a espera e você nunca fica sem a caça perto de casa. Sempre um alimento garantido porque ela vem. Aí hoje eu venho pra cá, amanhã vou pra outro barreiro. Mas sempre tudo ao redor de casa.[113]

Mas a escolha e a implantação de um ponto de caça dependem, sobretudo, da técnica escolhida pelo caçador. A "espera" é o procedimento mais utilizado e consiste em uma tocaia realizada na mata na qual o homem fica em cima de uma rede atada em duas árvores ou em um "jirau" construído pelo caçador. Incursões prévias à mata garantem a demarcação dos pontos de caça para essa modalidade. Elas normalmente são realizadas mediante rigorosa observação do caçador que procura por rastros deixados pelos animais na floresta e frutos que lhes servem de alimento. A espera é realizada durante a noite ou no final do dia, a depender dos hábitos do animal que se pretende abater, e requer paciência e atenção para que caçada seja "rendosa". Normalmente ela é feita por um ou, no máximo, dois seringueiros, durante as noites de lua cheia na época do

113 Entrevista realizada com Osmarino Amâncio em 31 de agosto de 2014.

verão amazônico. No inverno, a mata molhada e a as chuvas atrapalham muito essa modalidade de caça. Ademais, há seringueiros que não caçam nesse período porque sabem que animais como o porquinho ou o veado estão cuidando das suas crias: “Quase todos estão com crias. Eles estão com filhotinho já tão pra criar. A faixa agora dessa época do ano não tá boa pra caça. Por que se tu mata a matriz, a mãe, vai matar os filhotes. Quem é caçador que gosta da floresta e da espécie cuida, né.”[114]

O caçador prefere a mata restingada, que é a mata mais aberta, mais fácil para identificar a caça. “De noite você vem caçar, você vê as tocas, a paca os veados. Você vê tudo longe. Aí você consegue matar porque é uma mata restigada, não é uma mata fechada. É uma mata limpa”.[115]

Outra modalidade de caça é o rastreamento, que exige a perseguição do animal na mata e muita experiência e conhecimento do território. Essa modalidade oferece um bom exemplo sobre como a caça aos animais da floresta são de uso comum entre os seringueiros. O rastreamento pode começar na colocação do caçador, mas a perseguição pode levá-lo a abater o animal em outra que pertence ao seu vizinho, e nem por isso haverá conflitos e desavenças. O rastreamento pode ser utilizado com o auxílio de cachorros e pode ser realizado durante o dia ou a noite, durante a estação de chuvas ou na seca.

O atual Plano de Manejo, entretanto, proíbe a utilização de cachorros de grande porte (do “tipo americano”) nas caçadas utilizados para perseguir animais velozes e de grande porte como o veado-vermelho. No primeiro Plano de Utilização o criado pelos seringueiros em 1995, não havia nenhuma menção sobre a proibição da utilização de cães nas atividades de caça. A proibição teve início com o atual plano, adotado em 2006.

Mas cães de pequeno porte, identificados como “pé-duro”, são amplamente utilizados, e não há nenhuma menção sobre a sua proibição no atual Plano de Manejo. Esse cão é empregado para “acuar” animais de menor porte, como cutias, pacas, tatus e quelônios. Uma vez que a presa está encurralada em uma toca ou tronco, o cão late para alertar o caçador.

O sucesso da caça exige sagacidade e exímio conhecimento da floresta. O caçador precisa conhecer a fenologia das espécies e o hábito alimentar dos animais. É imperativo que saiba qual é o ciclo de maturação dos frutos silvestres apreciados pelas caças desejadas. O fruto do tuari da flor roxa, por exemplo, é muito apreciado pela paca e pelo veado-vermelho, a carne mais apreciada pelos seringueiros. Do mesmo modo, a presença dos frutos do Manitê (*Brosimum lactescens*) no chão da mata pode oferecer um excelente ponto para “esperar” um veado. O Apuí, um pau que nasce como cipó, tem sementes muito apreciadas pelas antas. Os frutos do murmuru (*Astrocarium mumuru*) servem de alimento para o porco do mato, paca, cutia e veado. O espocar das sementes de

114 Entrevista realizada com Romário do São Cristovão em 24 de dezembro de 2015
115 Entrevista realizada com Osmarino Amancio em 22 de setembro de 2017.

seringueira em janeiro anunciam novos pontos de espera nas colocações.

Mas o caçador também precisa saber dos hábitos dos bichos para rastreá-los na mata. Além de observação atenta, precisa conhecer o canto dos pássaros que deseja abater, como o inhambu e o mutum, é preciso também saber o "pixé", que é o cheiro deixado pelo veado, pela anta e pelo porquinho. Desse modo, um exímio e experiente rastreador consegue, inclusive, determinar o sexo do animal e supor que trajeto ele poderá realizar.

Outro artifício empregado pelo caçador é uso de plantas para atrair a caça e para dissimular a a sua aproximação, como o tipi (*Petivea alliacea*) e o cipó-curimbó. Sobre o uso deste último, o seringueiro Sebastião Olegário explica:

> Eu tiro uma braça, rapo ele todinho e boto dentro de um litro e aí eu boto água. Aí na sexta-feira eu entro na mata. Com aquela água eu tomo um banho com roupa com tudo, espingarda, tudo. Aí quando eu entro na mata ou vou esperá. Loguinho ele tá mansinho olhando quetinho. Aí eu só atiro.[116]
> O veado não corre pra longe, ele vem pra perto de você. Porque ele tá sentindo que aquilo é da mata. As veiz ele tá até caçando o cipó-curimbó. Porque ele esfrega o casco e passa nas venta dele pra ele poder sentir longe as frutas e o homem que tá caçando ele.[117]

O depoimento manifesta uma profunda observação realizada pelo próprio caçador sobre os hábitos dos animais que não são considerados apenas alvos inertes a serem abatidos. Também possuem suas estratégias e artimanhas para ludibriar o caçador.

Outra tática é a de "arremedar" os animais, que consiste em imitar o canto de aves ou grunhidos de diversas variedades de animais. O objetivo aqui é atrair a caça com a imitação, o que geralmente é bastante eficaz quando é realizado por um caçador experiente e que domina um amplo repertório dos sons emitidos pelos animais.

Não se pratica a caça comercial e não se vende a caça para ninguém de fora ou de dentro da Reserva, mesmo quando essa seja abundante. Quando a caça é considerada "rendosa", isto é, quando os animais abatidos em uma espera excedem a capacidade de consumo da família, o caçador reparte a carne "em bandas" para que ela seja distribuída para outros familiares, amigos e vizinhos próximos. "Cedo matei um veado que era uma maceta. Tem os vizinho, eu não vou matar dois veado macetão só pra mim, não. As vezes eu fico só com um quarto" [118].

Esse tipo de prática é uma forma de reciprocidade muito comum entre as famílias seringueiras. O caçador que repartiu sua caça com outro parente ficará na expectativa de receber uma "banda" de uma futura caça. Infringir essa norma pode significar conflitos, cismas e aborrecimentos para com o parente ou vizinho. Essa cadeia de trocas também serve para que um

116 Entrevista realizada com Sebastião Olegário em 30 de dezembro de 2014.
117 Entrevista realizada com Sebastião Olegário em 23 de setembro de 2017.
118 Entrevista realizada com Sebastião Olegário em 30 de dezembro de 2014.

genro possa agradar seu sogro ou ainda fornecer caça às mulheres viúvas, idosas ou separadas.

A capacidade de caça de uma casa, contudo, não depende exclusivamente da habilidade do caçador, embora a aptidão seja um componente essencial como vimos até agora. A composição do grupo doméstico familiar é de suma importância para o fornecimento regular do "rancho" e por esse motivo a diferenciação demográfica – para utilizar um conceito de Chaynov (1974) - entre as famílias seringueiras interfere na razão entre consumidores/caçadores. Famílias mais numerosas, com mais homens jovens e adultos terão mais possibilidade de obtenção de caça, enquanto famílias menores, composta por filhos pequenos, por idosos ou uma casa só com mulheres, não vão conseguir obter acesso à carne de caça com a mesma frequência. A respeito da repartição da caça entre vizinhos e parentes, realizada por seringueiros do Alto Juruá, Mauro Barbosa de Almeida e Carla de Jesus Dias (2004), operando com o conceito chaynoviano, concluem que tais regras de repartição da caça entre os vizinhos equilibram o acesso dessa fonte de proteína entre aquelas famílias que dispõe de menos caçadores na sua composição familiar:

> Repartir a carne com vizinhos diminui as diferenças entre os caçadores felizes e aqueles nem tão felizes, assim como redistribui o rendimento da caça entre as casas com caçadores mais numerosos e mais jovens, e entre casas mais velhas e com menos caçadores. Dessa maneira, equaliza as casas que estão em posições diferentes no ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos. A vizinhança também contribuiu para diminuir os efeitos da imprevisibilidade da atividade da caça, socializando por assim dizer os resultados da busca na floresta ao longo do tempo (2004, s/p).

A Reserva Extrativista Chico Mendes não tem a presença de grandes rios caudalosos. São rios encaixados, profundos na época das chuvas e rasos nos períodos de estiagem. A Reserva tem como rede hidrográfica dois rios principais: o Rio Acre e o Rio Iaco, localizado ao norte da RESEX e pertencente a Bacia Hidrográfica do Rio Purus. Entre os rios que cortam a Reserva, o principal deles é o Rio Xapuri, que cruza o território no sentido oeste-leste até desaguar no Rio Acre. Este, por sua vez, margeia a Reserva nas proximidades do Município de Assis Brasil e segue pela fronteira entre o Brasil, Peru e Bolívia, entrando em território brasileiro no município de Brasiléia.

Embora a maior parte das colocações na região por nós estudada seja de "centro", isto é, localizadas distantes das margens dos grandes rios da Reserva, a nossa pesquisa se estendeu até algumas colocações de beira, às margens do Xapuri. Apresentando um leito encaixado, o Xapuri tem suas cheias caracterizadas por acentuada elevação do nível d'água e inundação de pequena extensão de áreas mais baixas. Os picos de cheias ocorrem no período de fevereiro a abril, sendo os meses de julho a setembro, caracterizados pelo maior déficit hídrico. Na época mais seca a atividade da pesca ocorre com maior intensidade.

A técnica mais empregada é o uso da tarrafa, uma rede circular com chumbo nas bordas, em

cujo centro há um fio extenso pelo qual o pescador a mantém presa. “Mariscar” com a tarrafa pode ser exercido por qualquer membro da família à margem do rio ou em cima de canoas a remo ou a motor de popa. Existem pontos específicos para se pescar. Preferencialmente, a atividade é exercida nos “poços”, localizados nos meandros dos rios e onde há menos influência da correnteza. Os peixes apanhados são os mais diversos tipos de bodós, como o bodó cachimbo, cascudo amarelo e o bodó de tronqueira, que são preparados em caldeiradas pelas mulheres da casa. Outra técnica comumente empregada na pesca é o uso de linha e anzol, utilizada em rios, igarapés e em pequenos lagos. Essa técnica é de uso comum entre homens e mulheres.

Mas a pesca também pode ser realizada com venenos extraídos dos cipós coletados na floresta como o cipó-tingui, cipó-preto (que tem um leite roxo) e o cipó-caucho (com leite branco). Ambos são cuidadosamente macetados dentro da água e o veneno vai “virando os peixes”, deixando-os atordoados o suficiente para que os pescadores possam apanhá-los com as mão.

4.8. As normas da caça

Certas preferências locais por caça provavelmente podem ferir a sensibilidade de militantes ecológicos pouco inclinados a encarar com indulgência o modo de vida das populações seringueiras. O abate de antas, veados, quelônios ou de um bugio (apreciado por muitas famílias dentro da mata) podem soar como vestígio de primitivas práticas de sobrevivência de quem desconhece as “boas práticas ambientais” supostamente “ecologicamente corretas”. Mas, como veremos a seguir, entre os seringueiros existem normas sustentadas em atos simbólicos que regulam a relação caçador/caça e normatizam a atividade de caça e também da pesca. Como veremos, essa *ética da caça* tem por escopo não matar mais animais além do necessário à reprodução familiar ou do grupo social, tomando uma realidade ideal que interfere decisivamente sobre a reprodução social e na extração dos recursos da floresta. São por tanto:

> […] actos simbólicos mediante los cuales no se actúa sobre la naturaleza visible, como se hace con las herramientas, sino sobre las potencias invisibles que controlan la reproducción de la naturaleza y a las que se les reconoce el poder de conceder o negar al hombre lo que éste espera: una buena cosecha, una buena caza, etc. (GODELIER, 1989, p. 179).

A panema ou “enrasco” é um desses atos simbólicos incorporados no processo de trabalho que constitui uma realidade social tão real quanto qualquer ação material. Panema é uma força mágica que compõe o rol de crenças presentes entre os caboclos amazônicos e que orientam as relações entre o indivíduo e o mundo que o cerca, afetando, sobretudo, seu meio de subsistência. A panema é um *mana negativo* (GALVÃO, 1979, p.58) que, ao contrário de oferecer poderes

extraordinários aos homens incapacita-os para as ações a que se destinam. Tal força negativa e impessoal pode ser definida como “falta de sorte”, “infelicidade” ou “azar” do caçador. É uma incapacidade temporária que aflige o indivíduo, contudo, suas causas e sintomas podem ser determinados e conhecidos. Entre os seringueiros, sucessivos fracassos em incursões de caça ou em pescarias podem ser associadas pelo sujeito a uma panema.

> As fontes de panema são variadas, as mais comuns são: mulher grávida que se alimenta da caça ou de peixes apresados por um indivíduo; mulher menstruada que toca um dos petrechos do caçador ou pescador, arma, linha, anzol etc; desconfiança, mal-estar entre amigos, especialmente por cobiça de alimento; ossos ou espinhas abandonadas no terreiro ao alcance de cachorros, porcos e animais domésticos; feitiçaria. Essas fontes de panema estão enumeradas em grau de “veneno”, isto é, de malignidade (GALVÃO, 1979, p.59-60).

Dessarte, há múltiplas causas da panema, inclusive no que refere ao desrespeito a certas normas de caça, como segue a descrição a respeito dos seringueiros do Alto Juruá, homóloga às histórias registradas na Reserva Chico Mendes:

> O enrasco tem causas conhecidas. Para os seringueiros, o caçador pode ficar enrascado porque levou cachorros para caçar na quinta-feira, dia que pertence ao caipora. Ou então o caçador fica enrascado quando os ossos ou o sangue do animal que ele trouxe da mata entram em contato com substâncias como fezes, urina, ou sangue humano, e particularmente se o animal for consumido por mulheres grávidas ou menstruadas (ALMEIDA et al., 2002, p.323).

Os métodos empregados para a cura da panema são múltiplos e geralmente conhecidos por todos aqueles que caçam e pescam. Mas cada indivíduo tem predileção por uma determinada fórmula ou processo que consistem em banhos e defumações para curar a si mesmo e seus instrumentos de caça e pesca. Nesse caso são utilizadas ervas, cipós, ninhos de pássaros, pimentas, alho, entre outros recursos da mata e das pequenas hortas próximas as casas. Há também práticas rituais que o indivíduo realiza completamente só na mata contra o autor da panema, como, por exemplo, desenha no tronco de uma árvore chamada barriguda um rosto humano e atira sobre afigura com a espingarda carregada de sal e pólvora.

Além da panema, há seres da floresta que podem punir um caçador ganancioso. Na Reserva a maioria dos caçadores sempre tem alguma história para contar a respeito do caboclinho da mata. Também chamado de “pai da mata”, o caboclinho é uma entidade que protege os animais da floresta e aparece para aqueles tomados pela concupiscência e que caçam muito além das necessidades do grupo familiar. Também pode castigar aqueles que o desprezam e não acreditam na sua existência.

> Se você tiver matando caça demais, sem precisar. Porque aqui a gente mata uma

> caça, um veado, uma paca dá pra você comer uma semana. Então não dá pra você matar três ou quatro veado que você tá abusando. Você vai estragar a carne. A não ser que seja um mutirão, um adjunto na sua casa, aí tudo bem. Aí você pode até matar mais de um veado. Mas quem mata mais de um veado por semana ele tá abusando. Aí ele pode ser castigado pelo caboclinho da mata. Aí ele pega e castiga.[119]

Note-se que o castigo do caboclinho só não atinge o caçador quanto este abate animais em excesso para pagar um adjunto de seringueiros mobilizados para a realização de um determinado trabalho na mata, por exemplo, para a coleta de castanhas ou algum trabalho necessário no roçado. Nesses momentos é imprescindível a casa seringueira promotora do adjunto obter mais "rancho" do que o usual, pois é com o produto da caça que vai asseverar o almoço. Por outro lado, a extravagância e a cobiça, estão sujeitas ao castigo da entidade mágica que pode ocorrer com uma "peia", surra dada no caçador ou em seu cão de caça.

Nas histórias contadas pelos seringueiros, em geral, o caboclinho surge invisível na noite e alerta sua presença agitando rapidamente as árvores onde está atada a rede de espera do caçador. Assombrado, o sujeito rapidamente ilumina a base da árvore onde está atado, mas não encontra nenhum sinal de o quê ou quem tentou derrubá-lo. O aviso do caboclinho é claro: o caçador já tem o seu rancho e precisa se retirar. Na maioria das vezes, o caçador apavorado "tira o rumo" para casa[120].

> Bem verdade, graças a Deus eu nunca eu vi ele. É porque eu respeito ele né. Tem gente que não respeita fica fazendo mal palavra e quando der fé ele aparace. Mas se o cara respeita nunca vai aparacê pra pessoa. Agora o cara que ficá se desfazendo, fazendo mal palavra, dizendo que não existe. Que existe, existe sim mermo, o caboclo existe. Uma vez eu tava numa espera, mais o compadre Sebastião, numa estrada chama centrinho. Aí eu matei um veado, quando foi umas sete hora começou a embalar o pau da nossa rede. Balançava assim, aí eu disse: 'cúmpadi vamo embora porque não tá certo não. Tem um negócio embalando os pau da rede, mas não tá ventando. Só falta derrubá a rede. É pra gente não fica mais. E nois ó... peguemo o veado e fumo embora.[121]

Como se pode ver, o uso dos recursos faunísticos na RECM não é realizado de maneira aleatória. Há um conjunto de regras tradicionais que disciplinam essa atividade. Se, por um lado, a caça como atividade complementar das demais atividades camponesas é realizada sob necessidades de subsistência da família, por outro, o domínio das representações simbólicas é parte constituinte dos saberes e técnicas dessa atividade. Há outros "encante" na floresta nas histórias narradas pelos

---

[119]Entrevista realizada com Osmarino Amancio em 26 de dezembro de 2014.

[120]Em certa ocasião, ouvi de um jovem caçador que achava uma tolice fugir do caboclinho da mata. Imaginei que ele seria um daqueles que não se fiavam mais nessas histórias para realizar suas caçadas. Para minha surpresa ele disse que certa vez o caboclinho tentou derrubá-lo da espera, mas isso não o atemorizou. Optou por continuar em cima da rede, pois sabia que o caboclinho estava protegendo um veado que ele havia rastreado naquele dia. "Quinze minutos depois, o veado tava lá e eu acertei nele", concluiu.

[121]Entrevista realiza com Raimundo Maia em 22 de setembro de 2017.

seringueiros. Uma entidade muito falada é o “Mão de Pilão”, que se assemelha a um burro, com longas crinas que cobrem totalmente a sua cabeça e emite o relinchar de um cavalo. O nome é dado em razão do rastro que deixa na mata que é semelhante à mão de pilão de arroz.

> O mão de pilão ainda existe pra cá. É difícil, mas tem nuns espaço pra cá […]. É um burro da mata. É dessa altura. Ele tem um cabelão assim que cobre tudo. Tipo crina de animal, a mesma coisa. Só que o pixé dele que é a arma dele. Ele mata gente, ele mata o cachorro, o pixé. O rastro dele é uma mão de pilão[122].

Outro mito é Mapiguari, um animal gigante que anda só na "mata restinga" de terra firme. É totalmente coberto por pelos grossos e sua boca fica na região do umbigo. O Mapiguari imita a voz dos humanos para confundir os caçadores e pune pessoas que resolvem caçar em dias santos ou nos domingos, dia de descanso.

Assim, no processo de territorialização seringueira há um complexo de realidades ideais, cuja presença e cuja intervenção são necessárias para que essa atividade tenha lugar. É a parte “ideal” da realidade social, como diria Godelier (1989). Para o camponês da floresta, conhecer os métodos empregados na cura da panema ou respeitar seres mágicos que impõe a frugalidade na caça são tão necessários e valorosos quanto os saberes “técnicos materiais”, por assim dizer, empregados no cultivo do roçado, na fabricação de instrumentos etc. Desse modo, tais representações simbólicas seriam parte das “forças produtivas”, como sustenta Godelier (1989), posto que ditam regras de costumes, apropriação e formas de exploração dos recursos naturais que respeitam os ciclos naturais e a capacidade de recuperação das espécies animais. Constitui-se em um verdadeiro trabalho social sobre o produzir da vida.

[122]Entrevista realizada com Sebastião Olégário em 30 de dezembro de 2015.

Figura 42 – Pele de veado recentemente abatido

Foto: Jeferson Choma, em 21/09/2017.

Figura 43 - O preparo do rancho pelas mulheres.

Foto: Jeferson Choma, em 22/09/2017.

Figura 44 - A pesca artesanal com tarrafas

Foto: Jeferson Choma, em 21/09/2017.

4.9. A coleta da castanha e a apropriação da renda camponesa da terra

O processo de apropriação da renda camponesa da terra está relacionado à produção de relações não-capitalistas que permitem ao capital sua própria expansão, como esboçamos no Capítulo 1 desta dissertação. Dessa forma, o capital cria e recria as relações não-capitalistas de produção, como o trabalho familiar camponês, no sentido de viabilizar a acumulação do capital. No caso do campo brasileiro, o assalariamento se demonstra assim apenas enquanto uma tendência, quando ocorre o processo e sujeição real do trabalho, isto é, quando o trabalhador é separado do conjunto dos meios de produção e seu trabalho se restringe a um pequeno aspecto da produção, tal como ocorre com o proletariado. No caso do campesinato, os capitalistas se utilizam das relações não-capitalistas de produção para se apropriar da renda da terra gerada pelo trabalho familiar (OLIVEIRA, 2002, p. 80), sujeitando o trabalho camponês, sem que o trabalhador seja expulso da terra e sofra a expropriação de seus instrumentos de produção. Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra, seus conhecimentos e habilidades do conjunto do processo produtivo, utilizando o seu trabalho e de sua família, ao mesmo tempo em que aumenta seus vínculos de a dependência em relação ao capital, o que temos é a sujeição formal da renda da terra ao capital (MARTINS, p. 175, 1990).

Neste processo, há diferentes estratégias e sujeitos envolvidos na forma de apropriação da renda camponesa da terra pelo capital. Conforme explica Oliveira (2010 p.8-9):

> […] o processo de produção de relações não-capitalistas de produção como recurso para garantir a sua própria expansão, tem-se dado, no caso brasileiro, inicialmente pela intensificação das relações comerciais, que têm, através da circulação da mercadoria de origem agrícola, drenado toda a renda diferencial para esse setor, onde graçam toda sorte de representantes do capital comercial, também conhecidos como intermediários, atravessadores, atacadistas, etc. Mas o processo não se restringe aí, o Estado se incumbe de mediar esse processo e acelerá-lo. Agindo, pois, através do crédito bancário (oficial), cria os liames da dependência do produtor (do pequeno, principalmente), mantendo-o permanentemente endividado. No final do processo, drena, através dos juros cobrados pelos empréstimos, parte da renda da terra, mesmo no caso de não ser o proprietário dela. A outra parte da renda da terra é extraída pelos componentes do capital comercial, que tem atuado no sentido de impor preços abaixo do valor aos produtos, ficando assim com parcela cada vez maior da renda e da parte que seria creditada como lucro médio, que nesse caso não regula a produção, pois a terra do pequeno produtor é terra de trabalho, e não empregada como instrumento da exploração da força de trabalho de outrem (assalariado). É terra, portanto, de trabalho e não de uso capitalista, onde a produção não é regulada pelo lucro médio, mas sim pela reprodução da agricultura de tipo camponês, regulada aí pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar.

Na RECM, a drenagem da renda da terra pelo capital sobre o trabalho familiar das unidades camponesas está contida nos produtos que os seringueiros enviam para serem comercializados aos atravessadores, cooperativas ou comerciantes. E o mais importante destes produtos é a castanha-do-brasil (*Bertholia excelsa*).

O trabalho com o extrativismo da castanha envolve toda a família seringueira por, pelo menos, três ou quatro meses (entre dezembro e março, no período de chuva), e ao longo de todo ano é aguardado com muita expectativa. Para a maioria, é a oportunidade de obter a maior fonte de renda monetária que será utilizada por todo o ano, especialmente após a decadência do extrativismo do látex que antes ocupava essa função.

A castanha pode ser coletada pelas famílias que vivem em uma mesma colocação ou ainda em adjuntos que envolvem os parentes que vivem em outras colocações. Outra forma é a coleta "de meia" que ocorre quando uma colocação produz mais castanha do que o número de membros da família pode coletar. Nesse caso, vizinhos e compadres e outras famílias são chamados a ajudar na coleta. Ao final, o produto do trabalho é dividido entre todos.

A coleta da castanha envolve riscos. O maior deles é ser atingido durante o trabalho pelos pesados coco de castanha que podem cair das castanheiras de 30 a 50 metros de altura. Por isso, é preciso estar atento às condições do tempo durante o trabalho. Ao menor sinal de chuvas ou ventos fortes toda a atividade é suspensa para se evitar acidentes fatais. Outro risco é ser picado por cobras e escorpiões escondidos na folhagem da mata ou entre os cocos de castanha.

A castanha é coletada e depositada em paneiros, cestos fabricados com as palheiras. Com um terçado, o coco é cortado e as nozes são retiradas e levadas para a pesagem. A unidade de medida utilizada é a lata que contém aproximadamente 14 quilos do produto.

Uma colocação considerada boa de castanha é aquela que produz acima de 300 latas. As que têm uma produção considerada média rendem, em condições ideais, pelo menos 100 latas. Abaixo disso, a colocação é considerada ruim de castanha.

Mas a produtividade da castanha, muitas vezes não tem relação direta com o tamanho da colocação, e sim, obviamente, com a densidade de castanheiras existentes nela. Por essa razão, a coleta da castanha não garante a reprodução para todas as famílias da Reserva, pois muitas áreas apresentam poucas castanheiras, como são, por exemplo, as colocações de margem. Por isso, para esses moradores a drenagem da renda camponesa da terra se dá através da extração da borracha e da venda dos produtos dos roçados, especialmente da farinha de mandioca. Neste caso o produto é levado até os comerciantes da cidade para ser vendido.

> Romário - Na verdade, a gente tá plantando mesmo é mais para o consumo. O nosso município e o estado em si... eles não oferecem investimento para que tu plante para o comércio. Por exemplo, hoje a gente planta o arroz o feijão, a

> mandioca, o milho somente para o consumo e [para os] animais. Não vale a pena você investir, por exemplo, em plantio se não tem mercado né. Hoje um saco de arroz aqui você vai R$ 30 reais num saco de arroz de um 60 quilo de arroz. Então, não tem como né. É inviável.
> Jeferson - E quem compraria esse saco de arroz?
> Romário - na verdade o marreteiro né.[123]

Mas a presença de um bom número de castanheiras não basta para que a colocação atinja uma boa produtividade. Para carregar seus frutos é necessário que a mata da colocação esteja conservada, especialmente que mantenha sua estratificação para garantir o processo de polinização realizado pelas abelhas. Esse é o motivo pelo qual castanheiras isoladas nos pastos das fazendas não produzem castanhas e são chamados de "cemitérios de castanheiras".

Os preços da castanha também dependem da distância da colocação. Quanto mais distante for, menor será o valor pago pelo atravessador. Como nem sempre tem oportunidade de ir para "a rua", uma vez que muitos moradores não se descolam apenas por ramais, mas também pelos varadouros e pelos rios, em viagens que podem durar dias, a figura do marreteiro, sempre disposto a fazer o "combói" (transporte) da castanha, ainda é presente no interior da Reserva.

O preço pago pela castanha apresenta grandes oscilações. Conforme o Quadro 9, observamos que em 2013, a lata de castanha estava sendo vendida a R$ 10,50. Em 2012, o valor pago foi de R$ 22,00. Na safra 2016-2017 o valor máximo pago foi de R$ 150,00. A alta dos preços desta última safra está relacionada a baixa produção das castanheiras. De acordo com os funcionários da SEAPROF, a produção de castanha nesse período foi de apenas 30% da safra anterior.

Muitas vezes a castanha é vendida antecipadamente, antes mesmo de se extraí-la da mata. A grande maioria vende a castanha para a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre), criada em 2001 pelo Governo do Acre.

A Cooperacre afirma que é hoje responsável pela maior produção de castanha beneficiada do país e tem planos de se tornar a maior do mundo. Está presente em 14 municípios acreanos e tem capacidade para produzir mais de 3.000 toneladas de castanha, contando hoje com 2.500 cooperados. A cooperativa conta com cinco indústrias de beneficiamento de castanha, duas delas estão em Brasileia e Xapuri. Também trabalha com a compra da borracha e polpa de frutas. Mas há inúmeros também inúmeros marreteiros e atravessadores que compram a castanha e vendem para outras empresas como a Tauamano, na Bolívia, e outras empresas no Peru.

Nos seringais pesquisados, o sistema de compra da castanha efetuado pela Cooperacre é realizado de forma antecipada, pelo menos de uma parte do produto. Antes de iniciar a safra, a cooperativa anuncia o preço pelo qual vai pagar pelas latas e inicia a compra. Em outubro de 2016,

[123]Entrevista com Romário do S. Cristóvão realizada em 24 de dezembro de 2015.

por exemplo, anunciou que pagaria R$ 50 reais/lata. Desse modo, o seringueiro que realizar a venda antecipada, se compromete a entregar uma determinada quantidade de latas até o fim da safra. Trata-se, na prática, de um endividamento no qual ele fica amarrado ao valor acertado, independente de sua variação futura. O maior problema desse sistema, identificado pelos seringueiros, é que eventualmente o preço da castanha pode aumentar durante a safra. Foi o que aconteceu na safra de 2016-2017. Enquanto a Cooperacre pagava R$ 50,00 reais/lata, os marreteiros e atravessadores estavam pagando R$ 150,00 reais/lata no final da safra. Isso obrigou a Cooperacre a reajustar o valor para R$ 80 reais/ lata no meio da safra para não perder os seus fornecedores. Dessa forma, a cooperativa havia se comprometido em pagar a diferença retroativa do preço das castanhas compradas antecipadamente, o que é chamado pelos seringueiros de “reembolso”.

Quadro9: Variação do preço máximo pago pela lata de castanha.

SAFRA	VALOR (R$)
2012/2013	22,00
2013/2014	10,50
2015/2016	50,00
2016/2017	150,00
2017/2018	70,00

Alguns reclamam que acertaram o reajuste com a Cooperativa, mas nunca receberam a diferença. Outros apontam a sobrevivência dos velhos elementos da marretagem que havia nos antigos seringais.

> Os marreteiro nenhum devolve o subsídio pro produtor. O subsídio, o reembolsar que vem, eles [marreteiros] compra a borracha no valor de R$ 3.30, mas não existe o subsídio. O subsídio vem pra ele porque foi ele que vendeu lá na Cooperacre. [...] É com borracha, é com castanha, com tudo. Tem gente que tá sendo investigado porque até hoje o seringueiro não viu o reajuste da castanha, da borracha dele. E tem muitas pessoa que não tem o conhecimento pra chegar lá e pedir o subsídio. [...] hoje em dia quase todo os marreteiros fazem parte da Cooperacre, quase todos os marreteiro, comprador de castanha, o atravessador, a Cooperacre dá dinheiro para os marreteiros, e os marreteiros vão e compram. A Cooperacre hoje paga o subsídio ou o reembolso da castanha se você trabalha direto com ela. Aí pra você tem retorno, mas pro pequeno não tem. Não vê reembolso, nem reajuste.[124]

[124]Entrevista realizada com James Klein em 13 de setembro de 2017.

O depoimento acima mostra que muitos seringueiros vêem a Cooperacre com mais um marreteiro, um atravessador, que paga um preço injusto pela borracha e pela castanha.

A Cooperacre, por seu turno, realiza uma intensa campanha junto aos extrativistas para que não vendam suas castanhas para outros atravessadores ligados às empresas bolivianas ou peruanas. Por isso, a cooperativa procura realizar programas de apoio ao transporte e ao armazenamento da castanha durante a safra que ocorre no período chuvoso. No caso da Associação Bom Sucesso, isso se materializou na construção de um barracão para o armazenamento da castanha extraída pela comunidade, e a concessão, em comodato, de 10 bois e um quadriciclo para o transporte. Tal infraestrutura é apresentada como investimento da Cooperacre na cadeia produtiva. Mas os custos da operação e da manutenção de toda infraestrutura é realizado pela Associação.[125]

A Cooperativa também incentiva a produção do que chamam de castanha orgânica. Mas também há problemas, como indica o depoimento a seguir:

> Também disseram que tinha a castanha orgânica. No meu entendimento, tudo que se produz aqui é orgânico. Mas eles disseram que tem uma *in natura* e outra orgânica. A orgânica tinha que ser catada, tirada toda castanha podre, toda cortada. Tinha que trazer pra dentro do barracão, espaiá ela aqui e, de três em três dias, tem que virar ela pra enxugar e deixa ela bem sequinha.
> Aí que ela ia ser orgânica. Aí eu perguntei: "e a diferença?". Eles disserem que paga mais um real por cada lata. Eu vô fazer o teste. Não dá pra gente desvanecer antes de ver as coisas né. Separei 40 lata, tive o serviço de separar, catando espaiando. Quando eles chegaram, mediram a castanha, deu 40 lata e disseram que iam depositar na minha conta mais R$ 1 real de cada lata. Mas quando cheguei na Cooperacre a mulher disse não. Disseram que vão vender ela primeiro, vê o resultado, se ela vai ter um bom resultado. E conforme a renda que ela der depois de ser beneficiada e eles vender, aí eles vão ver se tem lucro ou não tem pra te passar o reajuste.[126]

Outros seringueiros afirmam que foi a criação da Cooperacre que fez aumentar os preços da castanha, aumentando a competição no mercado.

> Antes da Cooperacre, o marreteiro começava a comprar castanha a preço baixo, aumentava aos pouco e no final ele dizia que você tinha que vender sua castanha porque ela ia baixar o preço. Quando chegava no final da [safra] castanha ele dizia que ia ter um corte da castanha, e tirava uma tara pra pagar menos ainda. Com a Cooperacre não existe isso, porque ela vai comprando a castanha e quando

[125] Uma das atribuições da Associação Bom Sucesso é de realizar a venda coletiva da castanha do conjunto dos seus associados. Dessa foram, a estratégia da entidade é negociar melhores preços junto a Cooperaacre. No entanto, a Associação foi impedida de realizar a venda coletiva depois que um de seus associados vendeu e não entregou o produto à cooperativa que, pelo seu estatuto, não pode celebrar mais compromissos com a Associação enquanto essa não lhe pagar a quantia devida. Esse problema foi discutido em uma reunião da Associação em 9 de outubro de 2016, que deliberou pela exclusão do associado endividado da entidade e ainda assumiu o compromisso de pagar sua dívida. No entanto, a associação não pôde fazer a venda coletiva da castanha, o que obrigou os seus associados a venderem individualmente o seu produto junto a Cooperacre ou a marreteiros. Na avaliação dos seringueiros, esse problema enfraqueceu a associação naquele momento. A Associação também tem plano para adquirir um caminhão e assim adquirir mais autonomia resolvendo o problema do transporte do produto.

[126] Entrevista realizada com Evilásio Nascimento em 19 de setembro de 2017.

> chega no final no lugar de baixa ela vai aumentar. Fecha um preço e isso não existe mais esse problema.[127]

Em uma reunião da Associação Bom Sucesso, realizada em 19 de setembro de 2017, os funcionários da cooperativa insistiam que os seringueiros não deveriam vender aos atravessadores. O debate foi caloroso e muitos seringueiros disseram que a própria Cooperacre compra castanha deles para revender às empresas bolivianas e peruanas. Também rejeitaram por unanimidade um projeto que instituiria a venda exclusiva à Cooperacre da castanha extraída do município de Brasileia, apresentado pelo vereador Rosildo Rodrigues de Freitas, do Partido dos Trabalhadores.

Em realidade, o que os seringueiros procuram são melhores preços pagos pela castanha, enquanto atravessadores – ligados ou não à cooperativa – procuram se apropriar da maior parcela possível da renda camponesa. A antiga marretagem ainda se preserva nessas relações, inclusive dentro da própria estrutura de funcionamento da Cooperacre. Por ser uma atividade de suma importância à reprodução das famílias, que oferece uma renda monetária relevante à manutenção das colocações, o objetivo é buscar as melhores condições dentre as condições para a venda do produto frente aos agentes econômicos. Como no passado, o caminho a ser buscado é a organização associativa para que se possa fazer frente aos agentes externos.

[127]Entrevista realizada com Pedro Rodrigues Lopes em 19 de setembro de 2017.

Figura 45– O trabalho coletivo da coleta da castanha.

Fotos: Jeferson Choma, em 22/01/2013.

Figura 46 – Unsina de beneficiamento da Castanha da Cooperacre.

Foto: Jeferson Choma, em 04/01/2016.

Figura 47– Barracão e quadriciculo da Associação Bom Sucesso.

Foto: Jeferson Choma, em 19/09/2017.

Figura 48 - Reunião entre a Associação Bom Sucesso com integrantes da Cooperacre.

Foto: Jeferson Choma, em 19/09/2017.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 49 – Mauro riscando uma seringueira.

Foto: Jeferson Choma

A expansão da acumulação capitalista, impulsionada na Amazônia pelo regime militar, foi efetivada por política de incentivos fiscais que beneficiaram, sobretudo, o grande capital nacional e internacional. Sob a bandeira do “integrar para não entregar”, a ditadura procurou incentivar grandes projetos agropecuários, de mineração e a construção de eixos rodoviários e grandes barragens. O resultado foi a destruição de vastas extensões de florestas, a expropriação das populações seringueiras e indígenas e a destruição do seu modo de vida.

No Acre, o avanço dos grandes projetos de pecuária foi facilitado pela situação de decadência econômica em que se encontravam os “antigos patrões” seringalistas. Imensas áreas de florestas foram vendidas ou arrendadas a empresários do Sul e do Sudeste, o que resultou no desmatamento dos seringais e na expulsão de inúmeras famílias seringueiras. A resistência camponesa, na forma dos “empates” dirigidos pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais criados nas décadas de 1970 e 1980, se constituiu como obstáculo à devastação dos seringais.

Em um primeiro momento da sua luta os seringueiros negociaram, sob os termos do Estatuto da Terra, aceitando sua transferência para projetos de colonização promovidos pelo Estado. Contudo, logo perceberam rapidamente que a sua transferência para assentamentos rurais, nos quais ficavam confinados a pequenos lotes de terra, em médio prazo representava sua expulsão definitiva da terra. Por essa razão, em meio à luta contra a expansão das fazendas, o movimento percebeu que só poderiam sobreviver em seu território se apresentassem um modelo de reforma agrária adequado à sua cultura e ao seu modo de vida florestal (ALMEIDA, 2012).

A luta pela criação das Reservas Extrativistas foi travada em diferentes escalas. No estado do Acre, eles procuraram expandir os empates para todas as regiões. Em âmbito nacional a resistência tomou forma na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) que, entre outras iniciativas, possibilitou ao movimento forjar alianças com os mais distintos atores sociais, que incluíam sindicalistas do ABC paulista, movimentos indígenas e o movimento ecológico.

A luta seringueira finalmente logrou resultados com as criações das Reservas Extrativistas no início da década de 1990. O território seringueiro é enfim conquistado a partir da luta de classe travada pelo camponês da floresta para manter sua produção material da existência e consolidar sua emergente autonomia camponesa, proveniente do declínio da empresa seringalista.

Tomando as reflexões de Martins (1990) e Oliveira (1986), a respeito do desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo no campo brasileiro que reproduz de forma contraditória a produção camponesa baseada no trabalho familiar, a Reserva Extrativista Chico Mendes é apreendida como uma fração do território produzida em base camponesa, isto é, um território que abriga relações sociais regidas por outra lógica, distinta da acumulação capitalista, e que se materializa de forma completamente diferente no espaço (BOMBARDI, 2001).

Nesse sentido, a Reserva Extrativista abriga um modo de vida e formas de se relacionar com a natureza vinculada à produção de bens, enquanto valor de uso. São fruto de um trabalho não alienado, marcado por ordem moral (WOORTMANN K., 1990) que se manifesta em práticas cotidianas orientadas por um modelo holístico de ordenação do mundo, contraposto à lógica do modo de produção capitalista voltado para a acumulação.

O modo de vida florestal e o etnoconhecimento seringueiro orientaram a própria criação das Reservas Extrativistas. Foi nesse contexto que a colocação passou ocupar a centralidade da organização social do território seringueiro, como lugar de reprodução da vida e da sociabilidade, em substituição aos velhos barracões dos seringalistas. Casas ampliadas interligam-se com outras colocações próximas por laços de parentescos, casamento, compadrio e cooperação (ALMEIDA, 2012); as colocações não foram demarcadas no território através de unidades de medidas convencionais estabelecidas pela propriedade privada ou pela noção territorial da propriedade rural brasileira assentada na terra como valor (CUNHA, L. H., 1986). A história social dessa população, seu trabalho na floresta, costumes e tradições, definiu a área de uma colocação pela quantidade de estradas de seringa existentes em cada uma delas. Não há cercas ou arames que separam uma das outras. Seus limites são determinados pelo trabalho realizado na extração do látex. Desse modo, a floresta das colocações combina a apropriação individual familiar com o uso comum dos seus recursos, como é com a caça, a pesca, o uso de plantas e cipós para remédios e em certa medida a própria extração de madeira.

O roçado de subsistência, a caça e a pesca, os mais diversos usos e conhecimentos sobre a mata estão alicerçado em um ordenamento cognitivo apreendido e compartilhado pelos membros da comunidade, organizando distintas formas de intervenção individual e coletiva sobre a natureza. Esse processo de socialização da natureza é baseado em representações que interpretam o real, organizam o processo de trabalho e se manifestam através de classificações êmicas de plantas, animais, solos, fenômenos climáticos, regras de fabricação e uso de ferramentas, esquemas de ações materiais e comportamentos simbólicos. A utilização dos “meios materiais” implica também na utilização de um conjunto de representações, de “meios intelectuais” ou “idealidades”, que normatizam o acesso da comunidade aos recursos naturais (GODELIER, 1989).

Tal racionalidade contida nos saberes do camponês da floresta é a base para as condições materiais de sua reprodução fundamentada nas práticas agroextrativistas, respeitando os ciclos para a sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de plantas e animais.

Evidentemente, a inserção das Reservas Extrativistas na política ambiental representou um passo decisivo para demonstrar a indissociabilidade entre as questões ambientais e sociais. Entretanto, apesar desses saberes terem oferecido um novo modelo de conservação, integrando o homem e a preservação da natureza, nas últimas décadas houve um desencontro da luta pela

preservação da floresta com o modo de vida dos seringueiros, particularmente após a promulgação da Lei 9.985, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no ano 2000. Um dos resultados mais imediatos foi o fim da proposta de autogestão das Reservas Extrativistas, realizada pelo movimento seringueiro e suas organizações no momento da criação desses territórios. Em seu lugar foi criado um Conselho Gestor, no qual as organizações comunitárias seringueiras têm representação minoritária.

O que observamos em nossa pesquisa foi a total incompreensão dos agentes do Estado e das Organizações Não-Governamentais a respeito da lógica que comanda o processo da reprodução camponesa das famílias na RECM. Como resultado, muitas iniciativas e decisões tomadas por esses agentes acabam por ameaçar o modo de vida dos moradores e sua sobrevivência, tais como:

> a) Decisões e resoluções tomadas pelo órgão são desconhecidas pela maioria dos moradores, o que resulta na tensão derivada do mandonismo de muitos funcionários do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão de fiscalização da RESEX. Relatos sobre multas, ações truculentas e perseguições aos moradores são resultados de uma gestão antidemocrática e, por vezes, autoritária.
>
> b) A permanência do neomito conservacionista da “natureza intocável” (DIEGUES, 1998), ainda fortemente presente nas instituições do Estado responsáveis pelo controle ambiental, e que toma o homem em abstrato como com um elemento perturbador da homeostase dos sistemas ecológicos. Tal visão está presente na criminalização dos tradicionais roçados de subsistência, na perseguição àqueles que utilizam a madeira para as necessidades da família, e também na criação de Zonas Primitivas no interior da RECM onde é proibida a presença humana.
>
> c) A incompreensão por parte dos agentes do Estado de que as famílias seringueiras possuem uma *relação camponesa com a floresta,* que se mantém apesar do declínio do extrativismo do látex. A produção camponesa é pautada sob a lógica da produção mercantil simples, na qual não existe a preocupação em acumular capital, pois o objetivo é a sobrevivência e a reprodução da família (OLIVEIRA, 1990). Em seu *cálculo camponês* (CHAYANOV, 2014), o seringueiro sabe que precisa da floresta como fonte da vida. Tudo está interligado (a criação de boi e outros animais, a produção

do roçado, o extrativismo, a caça na mata e a pesca, os recursos da floresta), e uma intervenção abrupta sobre um determinado componente dessa “cadeia florestal” poderá ter efeitos desastrosos sobre o conjunto da sua reprodução. O seringueiro não deseja tornar-se “um colono” e trabalhar “no sol” e viver “acochado com as questões da rua”. Deseja manter seu modo de vida e exercer plenamente seu trabalho autônomo, sem ser importunado por um “novo patrão”. Por isso, não há sentido o argumento esgrimido por agentes do Estado de que o declínio do látex e a criação de gado modificariam a relação do seringueiro com a floresta e sua percepção em relação à conservação.

d) Neste contexto de conflitos, o Poder Público propõe algo estranho ao modo de vida seringueiro: a exploração comercial de madeiras na RECM. A conquista das Reservas Extrativistas está intimamente ligada às propostas alternativas de desenvolvimento valorizando a "floresta em pé", e não em uma percepção da floresta como um ativo econômico, como está embutido no manejo. Do ponto de vista da renda econômica, verificamos que os ganhos para as comunidades que aderiram aos projetos são pífios, e têm não só dividido, como provocado prejuízos concretos às populações camponesas onde foram implementados, posto que representam uma ameaça concreta ao seu modo de vida, à caça, à coleta da castanha e do látex e ao controle do seu território. Ademais, a noção de que a extração de madeira, certificada e legalizada, está associada a uma visão de que o próprio seringueiro é uma ameaça à floresta, enquanto que os principais agentes do desmatamento no Acre não estão da RECM ou em qualquer Unidade de Conservação, mas fora dela.

Procuramos demonstrar que os seringueiros da RESEX Chico Mendes possuem um saber, um etnoconhecimento, que guia suas ações objetivas e comportamentos simbólicos no ato de territorialização do espaço. Estes saberes são fundamentais na reprodução material das famílias e orientaram a criação das primeiras Reservas Extrativistas. Hoje, contudo, enfrentam novamente a marginalização e o desprezo pela racionalidade científica moderna, instrumentalizada por técnicos, cientistas e agentes do Estado, inclusive no que se refere às ações que visam à preservação da floresta.

Os saberes do camponês da floresta, a apropriação comum do território e dos recursos

naturais, garantem a reprodução camponesa precisamente por que dispõem de ações adequadas à preservação florestal. As mais importantes identificadas nesta dissertação são:

> a) A manutenção da “floresta em pé” na maior parte das colocações, como no “seio” das estradas de seringa. Desse modo, essas áreas servem como reservas faunísticas e sempre terão recursos (ervas, cipós, madeiras, etc.) necessários à manutenção da vida.
>
> b) A produção de roçados de subsistência em áreas pequenas, quando comparadas ao tamanho total das colocações, que são abertos sob o crivo desse conhecimento tradicional (técnicas de controle do fogo, classificação dos solos, do relevo e do clima) e em consonância com a reprodução familiar. O conjunto de técnicas adotadas nos roçados itinerantes revela um modo sábio de trabalhar a agricultura de acordo com a dinâmica dos processos climáticos, biológicos e pedológicos existentes na Amazônia (MORÁN, 1990). O cultivo consorciado e a manutenção de vastas áreas de floresta visam preservar a superfície do solo da radiação solar, diminui o escoamento superficial, preserva a umidade do solo e facilita a regeneração vegetal, devolvendo a fertilidade dos solos já esgotados. Em certo estágio, os roçados transformam-se em áreas de caça provisórias, assim como são as capoeiras que se tornam pontos de caça onde animais encontram maior abundância de alimentos. Evita-se assim, frequentes caçadas em áreas de florestas.
>
> c) Caça e pesca são orientados por tabus alimentares e mitos destinados a punir caçadores gananciosos, o que salvaguarda espécies animais. Cabe notar ainda, a tradição em repartir a carne da caça entre vizinhos e parentes, o que contribui para preservação faunística das colocações.
>
> d) O plantio ou conservação de determinadas espécies de árvores e cipós que servem de “comida” para atrair os animais, ou ainda, visam o fornecimento de madeira para a família no futuro. O plantio de inúmeras espécies frutíferas no pátio e na mata próxima da casa.

O etnoconhecimento seringueiro da RECM não é refratário a novos saberes. Novas práticas

são incorporadas advindas das ciências modernas. Entretanto, essa incorporação não é passiva, os seringueiros a fazem do seu modo, realizando experiências controladas e planejadas, comparando resultados e tirando suas próprias conclusões.

Certamente, há novos desafios que não foram pensados no momento da criação das Reservas Extrativistas que essa pesquisa apenas analisou superficialmente. Um deles é a divisão interna das colocações, provocada pelo crescimento natural das famílias. Outro é a pressão das grandes fazendas de gado nos limites da RECM. No entanto, a solução para tais problemas não será efetuada no âmbito das imposições de normas criadas por um Conselho Gestor formado por pessoas sem representatividade entre as comunidades e escolhidos por interesses políticos e econômicos estranhos aos moradores da Reserva.

Os moradores da RECM não perderam o controle do seu território, estão envolvidos em conflitos com agentes do Estado para preservar o seu modo de vida. O controle de ocupação das colocações, por exemplo, ocorre a partir de normas costumeiras e da chancela comunitária e tem por objetivo evitar que as colocações possam ser ocupadas por forasteiros e outros sujeitos que representem uma ameaça à floresta. O controle comunitário da ocupação das colocações e de novos seringais desabitados, também é o meio mais adequado para solucionar o processo de divisão interna das colocações, provocado pelo crescimento natural das famílias. Do mesmo modo, só há um caminho a seguir para enfrentar a pressão exercida pelas fazendas de gado no entorno da RESEX: a mobilização comunitária e a organização das instituições sociais capazes de definir coletivamente “as leis da Reserva” e fazê-las serem efetivamente respeitadas. Neste sentido, a autogestão, o autogoverno dos seringueiros, contida na proposta original levada a cabo pelo movimento, precisa ser recriada. Uma iniciativa neste sentido foi a proposta realizada pela Assembleia da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasileia (AMOBREB), realizada em 11 de setembro de 2017, de que todos os núcleos de base e associações existentes no interior da Reserva façam parte do seu Conselho Gestor. A participação dos núcleos e associações pode retomar a organização popular dentro da Reserva, reativar e fortalecer as organizações comunitárias. A Reserva Extrativista Chico Mendes foi pensada, criada e demarcada pelos próprios seringueiros. Nada mais lógico do que seus moradores retomarem a autogestão deste território. É o passo que precisa ser dado.

O modo de vida e etnoconhecimento orientaram a luta e resistência pelo território seringueiro. Foi o fundamento da criação das Reservas Extrativistas e garantem a autonomia do processo de trabalho e a reprodução camponesa. Passado três décadas após o assassinato de Chico Mendes, que recusou o pensar colonial ao formular a proposta das RESEXs, a resistência organizada em um viver baseada nos saberes do camponês da floresta se apresenta plenamente como forma de resistência na luta pelo território.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina. MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: FAPESP, Ed. Annablume, 2006.

ADAMS, Cristina. As populações Caiçaras e o Mito do Bom Selvagem: a necessidade de uma abordagem interdisciplinar: **Revista de Antropologia, n° 43**. Warner, 2001, p. 145 - 182.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção Social de Políticas Ambientais. Chico Mendes e o Movimento Seringueiro**. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, 2002.

ALMEIDA, Mauro W. B. **Sete Teses sobre o Conselho Nacional dos Seringueiros.** Texto de circulação interna apresentado no II Encontro Nacional dos Seringueiros, Rio Branco, 1989.

_____. **Rubber tappers of the upper Jurua river: the making of a forest peasantry**. Tese (Doutorado Social Antropology). University of Cambridge, 1993.

_____. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19**, **nº 55**, 2004, p. 34.

_____. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. **Revista Mediações (UEL), v. 17**. Londrina, 2012, p. 121-152.

ALMEIDA, Mauro W. B.; REZENDE, Roberto Sanches. Uma nota sobre Comunidades tradicionais e Unidades de Conservação. **Revista Ruris**, n° 2, p. 185-195, setembro, 2013.

ALMEIDA, M. W. B.; COSTA, E. M. L. . As Colocações. In: CUNHA, Maria Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. (Org.). **Enciclopédia da Floresta - O Alto Juruá: Conhecimentos e Práticas das Populações**. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 138-186.

ACRE. Lei **1.426 de 27 de dezembro de 2001.** Dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema. Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o. Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.ac.leg.br/leis/?p=5267. Acesso em 03/02/2018.

_____. **Diagnostico socioeconômico e cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes - Plano RESEX Sustentável**. Rio Branco: Sema, 2010.

_____. **O Acre em números.** Rio Branco, 2006.

_____. Ministério Público do Estado do Acre. **Ação Civil Pública – ACP.** Processo nº 2009.30.00.001438-4. Rio Branco-AC: MP/AC, 2009.

_____. Governo do Estado do **O Acre em números.** Rio Branco, 2011.

_____. Governo do Estado do. **O Acre em números.** Rio Branco, 2017.

_____. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre. Documento Síntese da Fase II**. Rio Branco: Secretaria do Meio Ambiente do Acre-SEMA, 2010.

_____. **Lei Estadual nº 2.308 de 2010**. Cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais – ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecossistêmicos do Estado do Acre e dá outras providências. Dispoinível em: http://www.al.ac.leg.br/leis/?p=8269. Acesso em 03/02/2018.

_____. **Roçados Sustentáveis. Produção familiar e transição agroecológica**. ACRE-CTA. Rio Branco, 2016.

ARTURO GÓMEZ-POMPA & ANDREA KAUS. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. In: DIEGUES, A. C. S. (org.) **Etnoconservaç**ão: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub-USP, 2000 (pp. 125-148).

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Revista. Sociologia e Politica, n.26**. 2006, p.83-92.

BRASI. **Lei nº 5.174 de 27 de outubro de 1966**. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências. Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5174-27-outubro-1966-358981-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 06/09/2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/ Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais/AC. **Relatório do Levantamento Socioeconômico da RESEX Chico Mendes e projetos de assentamento extrativista da região do Vale do Acre-Purus**. Rio Branco, 1992.

_____. **Lei nº 11.284 de 02 de março de 2006.** Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=485. Acesso em: 06/09/2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Utilização da Reserva extrativista Chico Mendes**. IBAMA: Brasília, 1995.

_____. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes**. IBAMA: Xapuri, 2006.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990**. Cria a Reserva Extrativista Chico Mendes. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/RESEX/cmendes/opdecret.htm. Acesso em: 06/09/2016.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Brasília.

BALÉE, W. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: NEVES, W. A. (Org.). **Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectivas.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq, 1989. p. 95-109

BORNHEIM, G. O conceito de tradição. In: BORNHEIM, G. et ai. In: **Cultura brasileira:**

tradição contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Funarte, 1987, p.13-29.

BOSI, E,. **Lembranças de velhos: memória e sodiedade**. Edusp. São Paulo, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STREK, Danilo R., Pesquisa Participante: **O saber da Partilha**. São Paulo: Ed. Ideia Letras, 1999.

BRONDIZIO, E.S.; SIQUEIRA. O Habitante esquecido: o Caboclo no contexto amazônico. In: **Revista São Paulo em Perspectiva,vol. 06 n° 1 e 2**. São Paulo: SEADE, 1992, p. 191.

CAPEL, Horacio**. Geografía Humana y Ciencias Sociales. Una perspectiva histórica**, Barcelona: Editorial Montesinos, 1987.

CAMELY, Nazira Correia. **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2009.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Editora 34, 2003.

CNS, 1991. **Ata da Reunião do Conselho Deliberativo em 5 de novembro de 1991**. Rio Branco, 1991.

CNS. **Proposta de uma política para a borracha nativa adequada à proteção da floresta**. Brasília, abril de 1990.

CNS. **Conselho Nacional dos Seringueiros. Relatório socioeconômico e cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes**. Rio Branco, 1992.

CUNHA, C. C. **Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990.** Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CUNHA. E., **Á Marjem da História**. Porto. Ed. Chadron, 1926.

CUNHA, L. H. de. **Reservas Extrativistas: estudos preliminares**. Curitiba: Relatório apresentado a Secretaria de Ação Cultural do Ministério da Cultura, IEA, 1988.

CHAYANOV, Alexandre V. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Vison, 1974.

_____. Teoria dos sistemas econômicos não capitalista (1924). In: CARVALHO, H.M. de,. **Chayanov e o campesinato**. Expressão Popular: São Paulo, 2014.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: Contribuição à História Social e das lutas Sindicais no Acre**. São Paulo. Ed. Cortez, 1992a.

_____. Chico Mendes: a trajetória de uma liderança. In: **Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 6.** São Paulo: SADE, 1992b**,** p.175-187.

DANTAS, A. **Pierre Mombeig: um marco da geografia brasileira**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. In CASTRO, Edna; PITON, Florence. **Faces do Trópico Úmido. Conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Ed. Cejup, Belém 1997, p. 243-261.

DIAS, Carla de Jesus ; ALMEIDA, M. W. B. A Floresta como Mercado: caça e conflitos na Reserva Extrativista do Alto Juruá - Acre. **Boletim Rede Amazônia, Rio de Janeiro, v. 3, n.1.** 2004. p. 9-27.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 1998.

_____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A.C. **Etnoconservação: Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Tropicos**. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2000a. p. 1-46.

_____. **Conhecimento e manejo tradicionais; ciência e biodiversidade**. São Paulo, 2000b. Disponível em http://nupaub.fflch.usp.br/biblioteca. Acesso em: 5 de dezembro de 2014.

DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela Terra no Acre: A Resistência dos Seringueiros de Xapuri**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 1986.

EMPERAIRE, L. A agrobiodiversidade em risco: O exemplo das mandiocas da Amazônia. In: **Ciência hoje v. 32, n. 187**. São Paulo: 2002, p. 29-33.

FRERIS, Nicole Freris e LASCHEFSKI, Klemens. Saving the wood from the trees. In: **The Ecologist Vol. 31, No 6**, July/August 2001.

FAO. Shifting cultivation. Unasylva, p. 9-11, 1957. In: **FAO, The Tropical Forestry Action Plan**. Rome: UN Food ands Agricultural Organization, 1985.

FEARNISIDE, P.M. Deforestation in Brazilian Amazonia: history, rates, and consequences. **Conservation Biology 19**. 2005, 680-688.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1974.

GALVÃO E. **Índios e brancos no Brasil. Encontro de Sociedades**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GEERTZ, Cliford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: **A interpretação das culturas. Rio de Janeiro**. Guanabara. 1989, p.13-41

GODELIER, Maurice. **Lo ideal y lo material.** Madri: Ed. Tautus Humanidades, 1989.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia - Volume 2. A questão agrária: problemas e conflitos não resolvidos**. Belém: Ed. UFPA, 2004.

IANNI, Otávio. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ICMBio**. Instrução Normativa nº 16, de 4 de Agosto de 2011**. Regula, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e os procedimentos administrativos para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitário para exploração de recursos madeireiros no interior de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional.

Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in162011.pdf. Acesso em: 5 de dezembro de 2014.

_____. **Nota Técnica nº 15/2017 de 17 julho de 2017.** Assunto: 2º Plano Operacional Anual (POA), apresentado pela Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Xapuri – AMOREX, referente ao Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário.

LEFF, Enrique. **Ecologia y capital. Racionalidade ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. Coyacán: Siglo Veintiuno, 1994.

LEFEBVRE, Henri. A práxis; a relação social como processo, In Martins, J. S. e Foracchi, M. M. **Sociologia e sociedade**. SP: LTC, 1977.

_____ **Lógica formal e lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Busca vida, 1987.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.

VEROCAI & LUDEWIGS & PEREIRA. **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA II**, 2012, p. 66-78.

KARL, Marx. **Prefácio a à Contribuição à Crítica da Economia Política**. In: Textos vol. 3. Ed. Alpha-Omega, São Paulo. s.d.

KARL, M.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Centauro, 2005.

_____. **Lutas de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira –PB**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. FFLCH. São Paulo, 1994.

_____. A atualidade do Conceito de Camponês. **Revista Nera. Ano 11**, n° 12, pp57-67, jan. -jun/2008.

MARTINS, José de Souza Martins. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Os camponeses e a política no Brasi**l. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

_____. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis: Vozes, 2003

_____. **O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História**

Lenta. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O Cativeiro da Terra**. Editoras Contexto. São Paulo. 2010.

_____. **Militarização da questão agrária no Brasil. Terra e poder: o problema da terra na crise política**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARCHESE, Daniela**. Eu entro pela perna direita. Espaço, representação e identidade do seringueiro no Acre**. Rio Branco: Edufac, 2005.

MASCARENHAS, Flúvio de Sousa. **Dinâmica da cobertura florestal e ocorrência de incêndios florestais e suas implicações na gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes**. Dissertação (mestrado) apresentada ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, 2017.

MEGGER, Betty. **Amazônia: a Ilusão de um Paraíso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MENDES, Chico. A luta dos povos da floresta. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB. N. 7, abril. 1990, p.-9-21.

MONBEIG Pierre, Geografia e folclore. In: **O Estado de São Paulo**, 17 dezembro de 1948, p. 5.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Annablume, 2005

MORÁN, Emílio. **A ecologia humana das populações da Amazônia.** Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MOURA, Margarida M. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986.

NARAHARA, Karine Lopes,. **Entre a margem e o centro: agroextrativismo, troca e reciprocidade em um seringal acreano**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar. Políticas públicas para a Amazônia.** Campinas: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007,

_____. In:**Campo-território: revista de geografia agrária, v. 5, n.10**, 2010, p. 5-64.

_____. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1990

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. BR-163 CUIABÁ-SANTAREM: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. IN: Torres, M. (org.) **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da**

BR-163. Brasília: CNPq, 2005.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza.** Rio Branco: EDUFAC. 2005.

PAOLIELLO, Renata M. Texto inédito baseado em "**Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação**". Campinas, PPGAS/UNICAMP, dissertação de mestrado, 1992.

PETRAS, James. **Ensaios contra a ordem**. São Paulo: Scritta, 1995.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: Ibama, 2003.

_____. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. A territorialidade seringueira: geografia e movimento social. In: **GEOgrafia, ano 1 n° 2**, 1999, p. 19-69.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POSEY, D. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos cerrados (Kayapó). In: **Sumula Etnológica brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1986, p. 173-185.

_____. Etnobiologia, teoria e prática. In: **Suma Etnológica Brasileira. Vol. 1**. Etnobiologia. (D. Ribeiro, ed.). Vozes/Finep. Petrópolis. 1986, p.15-25.

_____. Os povos tradicionais e a conservação da biodiversidade. In: **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia Vol. 1** (Org. PAVAN,Crodowaldo). Ed. Unesp/Memorial, São Paulo, 1996.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Bairros rurais paulistas. São Paulo: separata da **Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. XVII**, p. 63-208, 1963.

_____: Do "indizível" ao "dizível". In: SIMSON, Olga. (Org). **Experimentos com Histórias de vida**. São Paulo: Vértice, 1988.p. 15-43.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, B. G. **Os índios das águas pretas.** São Paulo: Edusp/Cia das Letras. 1995.

RIBEIRO FILHO, Alexandre Antunes. **Impactos do sistema agrícola itinerante sobre os solos de remanescentes de Mata Atlântica com uso e ocupação por comunicardes quilombolas no Vale do Ribeira**. Tese (Doutorado). Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Dpto. de Ecologia. 382 f. São Paulo, 2015.

RECM. **Ata da IV Reunião Extraordinária do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes** realizada nos dias 23 e 24 de maio. Brasileia, 2013.

RECM. **Ata da X Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes**, realizada março. Xapuri, 2013.

RECM. Conselho Gestor. **Ata da V Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Reserva extrativista Chico Mendes,** realizada nos dias 30 e 31 de outubro. Xapuri, 2008.

RECM. **Conselho Gestor. Ata da VI Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes**, realizada nos dias 30 de setembro e 01 de outubro. Brasileia, 2009.

RODRIGUES, Osmarino Amancio. **Amazzonia: grida dalla floresta.** Roma: Ed. Prospettiva, 1998.

_____. Os seringueiros do Acre: impasses na exploração da floresta. In: OLIVEIRA, A., MARQUES, M. (Org.) **O Campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Ed. Casa Amarela & Paz e Terra, 2004.

SADER, M. Regina de Toledo. **Espaço e luta no bico do papagaio**. Tese (doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.

SANDONATO, D. **Políticas ambientais e conflitos territoriais no Acre, Brasil: o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2015.

SAUER. C. O. As plantas cultivadas na América do Sul. In RIBEIRO, D. **Suma etnológica brasileira. Vol. 1.** Petrópolis: Finep, 1987, p.59-93.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. In: **Revista Cidades. v. 1,** n. 2, 2004, p. 181-206.

SECRETO, María Verónica. **Soldados da borracha. Trabalhador entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas.** São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SERRÃO, E.A., NEPSTAD, D., WALKER, R.T. Upland agricultural and forestry development in the Amazon: sustainability, criticality and resilience. In: **Ecological Economics, 18,** 1995, p. 3-13.

SIGAUD, Lygia. **Os Clandestinos e os direitos**. São Paulo: livraria Duas Cidades,1979.

SILVA, Sheila Maria Palza. **Políticas Públicas e Ambientalismo no Agroamazônico: um estudo de caso do Acre (1999-2010).** Tese (doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2012.

SIVIERO, A.; SILVA FLORES, P. Agrobiodiversidade, usos e manejo da mandioca no Acre: In: SIVIERO, A.; MING, L. C.; SILVEIRA, M.; DALY, D. C.; WALLACE, R. H. (Org.). **Etnobotânica e botânica econômica do Acre.** Rio Branco: Edufac, 2016, p. 231-240.

SORRE, Max. Geografia. In: MEGALE, Januário Francisco (Org.). **Coleção: Coleção Grandes Cientistas Sociais.** Ática, São Paulo, 1984.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. **Soberania e Governança Ambiental na Amazônia Sul-Ocidental: um olhar sobre a 'Iniciativa MAP'.** Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2007.

SOUZA, José Bonifácio de. **Quixadá: da Fazenda a Cidade: 1755-1955**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1960.

SOUZA, L. S.; SILVA, J.; SOUZA, L. D. **Recomendação de calagem e adubação para o cultivo de mandioca**. Embrapa: Cruz das Almas, 2009.

SUDAM. **I Plano de Desenvolvimento da Amazônia** (1972-1974). Belém: SUDAM, 1971.

STR-XAPURI. **Comemorar a semana Chico Mendes com repressão aos seringueiros, sem dúvida é manchar toda a luta que tivemos até aqui!** Xapuri, 2008. Disponível em: http://raimari9.blogspot.com/2008/12/resex-legal.html. Acesso em 12/09/2016.

STRAUSS, C. L. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papirus, 2012.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda Sociología política Del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1919-1925).** Madri: Alianza Editorial. 1972.

_____. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; Presidente Prudente: Unesp - Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008. p. 23-29.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

_____. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. v.I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOHMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão Humana na Selva. O Aviamento e o Barracão nos Seringais da Amazônia.** Manaus: Editora Valer/Edua, 2009.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia, Natureza, Homem e Tempo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

O VARADOURO, N. 13. **Vamos Lutar pela Terra, meu povo!** Dezembro/1978, s/p.

VARADOURO N. 7. **A Mulher do Sindicato**. Fevereiro/1978, p. 17.

VARADOURO N 17. **Operação Pega Fazendeiro II (Ocaso Nova Empresa)**, dez/19179, p. 8.

VARADOURO N 17. **Operação Pega Fazendeiro I (O caso Guanabara)**, dez/19179, p. 8.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VIEIRA, M. A. C. **À procura das bandeiras verdes: viagem, missão e romaria : movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental**. Tese (doutorado em ciências sociais). Instituto de Filosofia

e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2001.

VIDAL DE LA BLACHE P., Fondaments de la géographie humaine. In: André-Louis SANGUIN, **Vidal de La Blache.** Paris: Belin, 1993.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WOORTMANN, Klass. **A comida, a família e a construção do gênero feminino**. Brasília. In: **Antropologia, 50,** 1985.

_____. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília/Rio de Janeiro: Edunb/Tempo Brasileiro, 1990. pp. 11-73.

WOORTMANN, Ellen F. A Miunça e o Gado: a lógica da criação camponesa. **Ensaios Econômicos e Sociais**, v. I, n.1. São Paulo, 1987, p. 41-66.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas**. O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília-DF: EDUnB, 1997.

ANEXOS

ANEXOS 1 – Ata da X Reunião Ordinária do Conselho Gestor da RECM

ICMBio
MMA

RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

X REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

(ATA)

APOIO:

WWF

RIO BRANCO-ACRE

MARÇO DE 2013

ATA DA X REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

RIO BRANCO-ACRE 11 E 12 DE MARÇO DE 2013

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia onze de março de dois mil e treze, o Sr. Leonardo, da WWF (moderador), cumprimenta os presentes e dá inicio a X Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Chico Mendes, na Escola Campos Pereira, no município de Rio Branco. Após a fala do moderador a Presidente do Conselho, Silvana Lessa, dá as boas vindas aos presentes enfatizando a importância da reunião e os objetivos a qual esta se propõe; esclarece aos presentes a razão de não ter ocorrido às reuniões do Conselho previstas para 2012. Em seguida, realiza uma leitura da programação e as propostas de pautas apresentadas, finaliza com agradecimentos a todos os presentes e solicita aos participantes 1 minuto de silêncio em respeito à morte dos filhos das lideranças comunitárias residentes na unidade, nos municípios de Brasiléia e Assis Brasil. A seguir o público presente se apresenta: Moacir (EMBRAPA); Andrea Alexandre (UFAC), Tenente Silvanei (4º BIS Exército); Sabrina Araujo (Prefeitura Assis Brasil); Edson Amaral (Analista Ambiental ICMBio); Claudete Rodrigues da Costa (Prefeitura de Xapuri), José Alves da Silva (STR/Xapuri); José Selmo Dantas Alves(SEAPROF); José Maria Barbosa de Aquino (SEDENS); Francisco Ramalho de Souza(CAEX/Xapuri); Melina Rangel de Andrade (Analista Ambiental-ICMBio); Íria Santos (Analista Ambiental ICMBio); Flúvio Mascarenhas (Analista Ambiental ICMBio), Silvana Lessa de Souza (ICMBio); Fernando Maia (Analista Ambiental ICMBio); Anselmo Gonçalves da Silva, Nilson Alves(SAI); Maria Margarida F. Dias (AMOPRESEMA); Domingos Barbosa de Carvalho(AMOPRECARB), Cleide Nascimento de Souza (AMOPREBE), Leide Aquino e Maria José (CTA), Julia Feitoza (SAI), Jaqueline Pinheiro (SEMA), Anacleto (Liderança Comunitária), José Marreira (Liderança Comunitária), Júlio Barbosa de Aquino (Liderança), Raimundo Mendes de Barros (Liderança Comunitária), Alexandre. Seguindo a programação o moderador Leonardo chama os componentes da mesa que traz como tema o ***Manejo Madeireiro Comunitário***, são eles: Sebastião Aquino (Presidente da AMOPREX), Evandro (Responsável Técnico da Cooperfloresta), Moacyr (WWF-Brasil), Luciana Rola (SEDENS), Dárlison Andrade (Flona Tapajós-ICMBio) e Jeremias Dantas (Técnico da Cooperativa mista da Floresta Nacional da Flona Tapajós - COOMFLONA). A seguir Sebastião Aquino contextualiza a construção das propostas e desafios do manejo florestal que terá início na Resex; e o Senhor Evandro contextualiza a parte técnica da atividade. Luciana Rola apresenta a experiência de Manejo nas Florestas Estaduais e Moacyr da WWF apresenta as iniciativas a serem desenvolvidas em parceria com a UFAC no monitoramento da atividade. Após apresentação

dos temas exposto foi aberto um espaço para perguntas, a qual cada uma delas foi respondida. Em seguida, iniciou-se a apresentação do Sr. Jeremias Dantas (COOMFLONA) que contextualiza o Manejo Florestal Madeireiro Sustentável na Flona, a seguir Darlison Andrade (ICMBio) fala da Sustentabilidade no Manejo Florestal da Flona Tapajós. Após as apresentações abre-se para que conselheiros e convidados façam perguntas aos componentes da mesa. Às doze horas e quarenta minutos o Analista Ambiental Flúvio Mascarenhas encerra a discussão falando sobre os Planos de Manejo Madeireiro na unidade, explica que a gestão da unidade está trabalhando para que o manejo obtenha sucesso, buscando bons exemplos como o realizado na Flona Tapajós, no Estado do Pará. Os Senhores Dárlison e Jeremias agradecem a oportunidade de estarem divulgando o trabalho realizado na Flona Tapajós e agradece o convite e a oportunidade de conhecer Rio Branco, e convidam os presentes para participarem de reuniões, visitas e intercâmbio na Flona Tapajós. O moderador Leonardo comunica os presentes que está encerrada a discussão, e que o almoço está sendo servido na área externa. Às quatorze horas e vinte minutos o moderador Leonardo inicia as atividades previstas para a parte da tarde e convida a Senhor Anacleto para iniciar as atividades recitando um poema sobre Chico Mendes. Seguindo a programação o moderador Leonardo convida a Senhora Silvana Lessa para fazer ***apresentação da Gestão da Resex Chico Mendes***, o conteúdo apresentado fala do planejamento e as prioridades da gestão a qual tem como objetivo priorizar o fortalecimento comunitário, ações de monitoramento e fiscalização, e a regularização fundiária; destacando que as demais atividades e demandas permanecem, no entanto, a gestão terá este três temas como foco principal. A seguir faz uma apresentação da equipe nome e função: Íria Santos (Chefe Substituta, coordena Pesquisa e Instrumentos de Gestão), Flúvio Mascarenhas(Coordenador de Monitoramento e Fiscalização), Anselmo Gonçalves (Coordenador do processo de Fortalecimento da Organização Comunitária na área de jurisdição da Reserva nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri), Fernando França (Coordenador do processo de Fortalecimento da Organização Comunitária na área de jurisdição da Reserva nos municípios de Rio Branco, Sena Madureira e Capixaba), Melina Rangel (Coordenadora da Promoção do Funcionamento e Fortalecimento do Conselho Deliberativo), Dalmo Rufino(responsável pelo escritório em Xapuri). A seguir cada coordenador fala sobre as ações planejadas e suas responsabilidades como gestores dos temas. Após apresentação o moderador, Sr. Leonardo, encaminha para as perguntas. Sr. José Alves (STR Xapuri) pergunta como podem ser feitas denúncias sobre irregularidades dentro da reserva e sobre fiscalização e salienta que é necessário o ICMBio também realizar fiscalização dos seus funcionários; onde é alegado que há funcionários que tem relação com pessoas que atuam na retirada ilegal de madeira na Reserva. Nesse sentido há o questionamento de como podem ser feitas denúncias sobre irregularidades dentro da reserva e sobre fiscalização. A Srª

Silvana esclarece que se faz necessário que as pessoas formalizem as denuncias sobre os servidores, para que a instituição possa agir, e que infelizmente houve-se muitas reclamações, mais ninguém oficializa ao ICMBio. O Sr. Flúvio explicam que as fiscalizações já estão sendo realizadas e disponibiliza os contatos telefônicos pessoais e dos escritórios do ICMBio para denúncias de qualquer natureza. Após, a analista ambiental e coordenadora Melina esclarece sobre a necessidade de realizar uma revisão do regimento interno, considerando que no dia quatro de março o Grupo de Trabalho instituído pelo Conselho reuniu-se para propor a revisão do regimento interno. Foi então deliberada uma nova reunião para realizar a revisão do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, e se incluiu na pauta o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), sendo 15 votos a favor para essa nova reunião agendada. Seguindo a programação o moderador Leonardo convida a Srª Maria José diretora do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), juntamente com o Srº Pavel Jesek do IMC, para realizar apresentação do Projeto ***"CMRV Acre: monitoramento comunitário da Resex Chico Mendes"*** utilizando tecnologia de celular: trata-se de uma proposta que tem como meta levantar informações da unidade através do uso de celulares. Em seguida os conselheiros e presentes realizaram perguntas sobre o projeto. Às dezesseis horas e quarenta minutos, após apresentação dar-se pausa para o lanche; no retorno a Presidente do Conselho Silvana Lessa contextualiza sobre a relação ICMBio e comunidade, dos desgastes sofridos ao longo destes últimos anos e da necessidade de promover ações que fortaleçam a relação e integração entre instituição e comunidade. Diante do exposto declara ter solicitado apoio a GIZ- Acre para a elaboração de um plano de comunicação para a unidade, e convida o consultor Jorge Henrique para fazer uma apresentação do Plano de Comunicação. Após apresentação os presentes tiraram suas dúvidas com o consultor. Durante o Ato de agradecimento pela participação e leitura da pauta do dia seguinte, reforçando a importância da presença de todos, a Presidente do Conselho Silvana Lessa apresenta o novo Superintendente do INCRA do Acre, o Sr. Idésio; sendo as atividades enceradas as dezoito horas e trinta minutos. Às nove horas do dia doze de março de dois mil e treze, na Escola Campos Pereira em Rio Branco – Acre,iniciou-se o segundo dia da reunião do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes: o moderador Leonardo cumprimentou os presentes e pede que os que ainda não tinham se apresentado o façam, sendo assim apresentados o Sr. Joaquim Belo (Presidente do CNS) e o Sr.Elson Martins (jornalista do página 20) a qual a Senhora Silvana faz agradecimentos ao jornalista que foi o responsável pela elaboração do primeiro informativo comunitário da unidade. A Presidente do Conselho Silvana Lessa dá as boas vindas as presentes , agradece a presença de todos e convida o Srº Anacleto para dar inicio as atividades com o canto do Hino do Seringueiro. Após apresentação, a presidente do Conselho propõe que a partir das próximas reuniões as atas sejam mais resumidas e que seja lidas e aprovadas em reunião, e inicia a

leitura para aprovação da ATA da IX Reunião do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Chico Mendes, a qual foi acordada pelos presentes que se faria uma leitura dos pontos de pauta, deliberação e encaminhamentos, considerando que a ATA tem 15 laudas. Um dos pontos de pauta que traz uma nova discussão é o sobre as deliberações dadas quanto a nova composição do Conselho, pois alguns conselheiros se opõem quanto a saída da Universidade Federal do Acre – UFAC do Conselho. Após a discussão a ata é aprovada, com a ressalva de que seja discutida a saída das instituições de pesquisa na próxima reunião do Conselho. Desse modo, fica também encaminhado que a documentação para nova composição do Conselho seja encaminhada para Brasília apenas após essa discussão ser finalizada na próxima reunião. Em seguida, o consultor Regis Macuco apresenta a ***proposta de identidade visual da Reserva*** e sugere alguns *logo tipos* e, após apresentação, são feitas as sugestões pela plenária. O Conselho deliberou que as logos apresentadas necessitavam de ajustes, ficando a decisão e escolha da identidade visual da Reserva Extrativista Chico Mendes para uma outra reunião. Às dez horas e cinqüenta minutos houve um intervalo para o lanche, e no retorno as atividades o Srº Raimundão falou sobre o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros acontecido em Brasília em 1985 e declama um poema. O moderador Leonardo, convida a presidente do Conselho para apresentar a pauta que trata do ***processo de ocupação irregular*** e a proposta de uma resolução com objetivo de proibir a entrada de novas famílias na unidade. A presidente do Conselho, Silvana Lessa, expõe os problemas identificados neste processo, as fragilidades e a necessidade que o Conselho delibere a resolução para impedir a entrada de novos moradores e abre o espaço para que os presidentes das associações concessionárias presentes falem sobre esse problema. Após, o Sr. Anselmo faz a leitura de proposta da nova Resolução, considerando a necessidade de regulamentar o artigo 20 do Plano de Utilização. ***Resolução: Artigo 1º. Reconhece-se extrativista e beneficiário da Unidade de Conservação, para fins descritos no artigo 20, aqueles indivíduos que residem reconhecidamente pelo órgão gestor; Artigo 2º. Fica proibida a venda de benfeitorias para indivíduos não reconhecidos como residentes regulares.*** Encaminha-se para votação, sendo 13 votos a favor da resolução; 1 contra e nenhuma abstenção. O Sr. Anselmo entra em outro ponto de pauta, referente à ***construção de ramais dentro da Reserva***: considerando o artigo 48 do Plano de Utilização, definindo diretrizes para autorizar a construção de ramais, a proposta é aprovar resolução do Conselho para que a construção de ramais seja prioritariamente para acesso aos núcleos de base; e há também a proposta de incluir escolas e pequenas associações. A votação para aprovar ou não a resolução sobre a formalização para autorização da construção de ramais resultou em 12 votos a favor da resolução, 1 contra e nenhuma abstenção. A votação para incluir as escolas na resolução, resultou em 6 votos a favor da inclusão, 6 votos contra e 1 abstenção, sendo desempatado pela presidente do conselho Srª Silvana à favor da inclusão das escolas. A votação

para incluir pequenas associações, resultou em 1 voto a favor, 8 contra e 3 abstenções. Ficando assim aprovado que serão autorizadas a construção de ramais para acesso aos núcleos de base e escolas. ***Resolução: Artigo 1º. Até que seja realizado estudo de diagnóstico e planejamento da estrutura viária adequada para implementação na Reserva Extrativista Chico Mendes, as autorizações de obras de construção de ramais serão deferidas apenas para permitir o acesso à comunidades reconhecidas como Núcleos de Base nos estatutos das associações concessionárias; e à escolas rurais.*** Em seguida o Srº Moacyr (WWF – Brasil) apresentou o Projeto Cabeceiras, e informou que a capacitação dos conselheiros da reserva será realizada entre os dias 20 e 22 de março de 2013. A seguir a cooperante Úrsula (GIZ) apresenta as Medidas de Desenvolvimento para a unidade, que trata do fortalecimento das associações e núcleos de base; e o fortalecimento de atividade produtiva (açaí e o beneficiamento do óleo da castanha do Brasil). Após, o Srº Pavel pede aos conselheiros e presentes que identifiquem na comunidade os interessados em participar do projeto CMRV Acre – monitoramento comunitário da Resex Chico Mendes utilizando tecnologia de celular, e sugere ao conselho que convide alguém do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC) para apresentar sobre o SISA. A Srª Silvana agradece a presença de todos e pactua com os conselheiros presentes que a próxima reunião será no mês de maio, tendo como pauta a revisão do regimento interno e a definição da nova composição do Conselho. A seguir abre-se para os informes, a qual a Presidente do Conselho informa que a partir das quartorze horas se iniciam as atividades em comemoração aos 23 anos da Resex Chico Mendes, na Biblioteca da Floresta. A reunião é então dada por encerrada às 13:00hs.

ANEXO 2 – Plano de Utilização da RECM de 1995

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS - CNPT

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL

PLANO DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES - ACRE

PROJETO PARA AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

DOADORES: Comissão Européia
Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais

GESTOR DOS RECURSOS: Banco Mundial

UNIDADE EXECUTORA: IBAMA/CNPT

APOIO: PNUD
Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
Gustavo Krause

Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Raul Belens Jungmann Pinto

Coordenador Geral do Programa Piloto
José Edil Benedito

Secretária Técnica do Programa Piloto no IBAMA
Eleonora Galvarros Bueno Ribeiro

Chefe do Centro de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
Rafael Pinzón Rueda

Brasil, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da
Amazônia Legal.

Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes / Instituto
Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. - Brasília: IBAMA, 1995

32p ‖ ; 16,5cm

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

DECRETO Nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990 . . 12

DECRETO Nº 99.144, de 12 de março de 1990 . . . 14

O QUE É O PLANO DE UTILIZAÇÃO? 21

PORTARIA Nº 28-N, de 18 de abril de 1995 - Aprova o PLANO DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES 22

PLANO DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES 23

DIREITO A FISCALIZAR 29

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 003, de 16 de outubro de 1988 29

EQUIPE TÉCNICA DO CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS - CNPT . 31

O QUE É O PLANO DE UTILIZAÇÃO?

O Plano de Utilização é o principal regulamento da Reserva Extrativista. É nele onde estão registradas as regras de uso dos recursos naturais, os direitos e os deveres de todos os que nela e dela vivem.

Na Reserva Extrativista Chico Mendes, o Plano a seguir descrito foi elaborado com a participação de muitos moradores da Reserva e teve o apoio, voluntário, de vários profissionais que também abraçaram a causa a favor da criação de espaços territoriais de relevante interesse ecológico e social. Foram várias as reuniões com as comunidades da Reserva objetivando a preparação da Proposta de um Plano de Utilização para que houvesse discussão em assembléia de moradores.

Na 1ª assembléia de moradores da Reserva, ocorrida em Assis Brasil, no salão de reunião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 1994; em Brasiléia, no salão da casa da cultura, nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 1994; e, em Xapuri, no Salão Paroquial da Igreja São José, nos dias 26 e 27 de novembro 1994, ocorreu a criação das Associações de Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes Regiões de Assis Brasil (AMOREAB), Brasiléia (AMOREB) e Xapuri (AMOREX), bem como a discussão da Proposta do Plano de Utilização, sendo a mesma aprovada, com algumas alterações e submetida para apreciação do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Devolvido ao IBAMA, a Comissão das Populações Tradicionais, criada pela Portaria IBAMA Nº 46-N, de 6 de maio de 1994, em sua 5ª reunião, no dia 11 de abril de 1995, aprovou o Plano de Utilização, no dia 18 de abril de 1995, esta o submeteu a aprovação da Presidência do IBAMA, que o fez através da Portaria 28-N, de 18.04.95. Assim o **PLANO DE UTILIZAÇÃO** passou a ser o regulamento básico de comportamento para todos os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes.

PORTARIA Nº 28-N, 18 de abril de 1995

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, pelo art. 24 do anexo I ao Decreto 78, de 05 de abril de 1991 e pelos incisos II e XIV do art. 83, Capítulo IV do Regimento Interno aprovado pela Portaria Nº 445, de 16 de agosto de 1989, do Ministério do Interior, e:

considerando que as Associações de Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes apresentaram ao IBAMA um Plano de Utilização da referida Reserva, elaborado de acordo com a Portaria Nº 51-N, de 11 de maio de 1994, e aprovado pelos moradores da mesma;

considerando que através da Portaria IBAMA Nº 46-N, de 6 de maio de 1994, foi criada a Comissão das Populações Tradicionais, tendo como incumbência a aprovação dos Planos de Utilização das Reservas Extrativistas;

considerando que a Comissão das Populações Tradicionais na sua 5ª Reunião, no dia 11 de abril de 1995, aprovou o Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes, constante do anexo I a presente Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL BELENS JUNGMANN PINTO
Presidente

ANEXO I

PLANO DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

FINALIDADES DO PLANO

1. Este Plano Objetiva assegurar a auto-sustentabilidade da Reserva Extrativista CHICO MENDES mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores. Está aqui contida a relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos moradores, bem como as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir a legislação brasileira sobre o meio ambiente.

2. Objetiva ainda este plano manifestar ao IBAMA, o compromisso dos moradores, de respeito à legislação ambiental e ao mesmo tempo oferecer àquele Instituto um instrumento de verificação do cumprimento das normas aceitas por todos.

3. Tendo sido um documento aprovado por todos os moradores, ele serve de guia para que eles exerçam suas atividades na reserva dentro dos limites estabelecidos.

RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO PLANO

4. Todos os moradores são responsáveis pela execução do Plano, como co-autores, co-responsáveis na gestão da reserva e únicos beneficiários da mesma. De forma mais direta as Associações de Seringueiros da Reserva Extrativista CHICO MENDES, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Assis Brasil, Brasiléia, Xapurí e Sena Madureira e o Conselho Nacional dos Seringueiros, respondem pelo Plano.

5. O não cumprimento do presente Plano de Utilização significa quebra do compromisso do Direito de Uso da Reserva por parte dos moradores, de modo a conservá-la para os filhos e netos, tal como a receberam, e resultará na perda dos direitos de uso por parte do infrator, nos termos das penalidades estabelecidas neste Plano de Utilização.

INTERVENÇÕES EXTRATIVISTAS E AGRO-PASTORIS

6. Cada família só poderá ter uma colocação e será considerada colocação uma unidade com o mínimo de duas estradas de seringa. É proibido a partir da homologação deste documento usar estradas de outras colocações. As estradas devem pertencer às respectivas colocações.

7. É responsabilidade do seringueiro zelar por suas estradas de seringa e castanheira.

8. As seringueiras e castanheiras não podem ser derrubadas. Devem ser evitadas as derrubadas e queimadas que ameaçem a sobrevivência das seringueiras e castanheiras.

9. O uso de estradas de seringa será feito conforme as práticas tradicionais obedecendo-se ao limite de 50 dias anuais de corte por estrada e de dois dias semanais por estrada, sendo vedado cortar danificando lenho (no pau) e sendo empregado o sistema de corte "pela banda" ou "pelo terço" para a divisão das bandeiras e a colocação das tijelas, até que surjam técnicas mais apropriadas.

10. Os moradores da reserva poderão extrair madeira para uso próprio; tais como construções no interior da reserva, barcos, móveis e instrumentos de trabalho.

11. É proíbida a entrada de madeireiros na reserva com o fim de realizar exploração comercial de madeira sob qualquer forma.

12. Não será permitido o comércio de madeiras, na Reserva Extrativista.

13. É facultado o uso de palmeiras para a cobertura de casas, bem como a coleta de frutos das palmeiras.

14. Exploração comercial de outros produtos que impliquem em derrubada das palmeiras, tal como palmito, só poderá ser feito com capacidade de produção sustentável, a ser determinado por plano de manejo aprovado pelo IBAMA, ouvidos os representantes da Reserva.

15. Os moradores da reserva poderão realizar atividades complementares, tais como agricultura, criação de pequenos animais, piscicultura, pecuária, agrossilvicultura. Estas atividades poderão ocupar até dez por cento (10%) da área da colocação.

16. A criação de animais como porcos, gado e ovelhas deve ser feita por comum acordo dos moradores da vizinhança, ficando a construção de cercas ou chiqueiros sempre por conta do criador.

17. A criação de grandes animais será permitida até o limite máximo de 50% da área da colocação destinada para atividades complementares.

18. Fica estabelecido para efeito de benfeitoria que as áreas de pastagens terão valores menores comparadas a outras benfeitorias como sistemas agroflorestais, por exemplo. Esses valores serão ainda fixados após estudo técnico.

19. Obedecendo ao artigo 2º do Código Florestal Brasileiro, não podem ser desmatadas as "Florestas de Preservação Permanente" entendidas estas como as matas ciliares, as das nascentes e as das margens de cursos d'água, ou outras.

20. As capoeiras deverão ser aproveitadas para atividades agroflorestais e agrícolas e para a criação de animais de pequeno e grande porte.

NOVAS INTERVENÇÕES NA FLORESTA

21. Produtos da floresta como: frutos, óleos, essências, serão extraídos para consumo dos

moradores, e sua comercialização só poderá ser feita mediante estudo que assegure a capacidade de produção sustentável.

INTERVENÇÕES NA FAUNA

22. Os moradores da reserva tem o direito de pescar (mariscar) para sua alimentação.

23. É proíbida a pesca profissional no interior da reserva.

24. É proíbido aos moradores da reserva a utilização de explosivos, venenos e arrastão para pesca nas áreas da reserva.

INTERVENÇÕES NAS ÁREAS DE USO COMUM

25. Os rios, lagos, varadouros, praias e barrancos são áreas de uso comum na reserva, respeitando-se a tradição dos moradores. Essas áreas de uso comum deverão ser mantidas e conservadas pela comunidade.

26. A construção de açudes, ramais e outras obras que gerem impactos só poderão ser realizadas após estudos que as aprovem e, sejam, aprovadas também pelas comunidades envolvidas. Os ramais que forem abertos deverão ser controlados pelas comunidades e Associações.

FISCALIZAÇÃO DA RESERVA

27. Cada seringueiro é um fiscal de sua colocação e das outras colocações, cabendo a ele não só zelar por sua colocação, como também observar para que as normas deste "Plano de Utilização" estejam sendo cumpridas pelo conjunto dos moradores.

28. Será constituída, uma Comissão de Proteção da Reserva ligada diretamente à Associação. Essa Comissão será composta por cinco membros eleitos em Assembléia Geral da Associação.

29. O regimento da Comissão de Proteção da Reserva será elaborado pelo Conselho Deliberativo da Associação e aprovado em Assembléia Geral.

30. A entrada de novos moradores na Reserva será possível tanto para substituição de alguém que está saindo, quanto para ocupar colocações abandonadas, sempre mediante aprovação da Associação que estabelecerá um regulamento para tal.

PENALIDADES

31. Quando houver uma infração ao Regulamento, o seringueiro será incialmente advertido pela Comissão.

32. Após duas advertências o caso será comunicado à Associação para tomar providências. A Associação após ouvir a Comissão de Proteção da Reserva poderá comunicar ao IBAMA para que sejam adotadas as devidas providências.

33. O seringueiro que tiver perdido sua Licença de Uso não poderá requerer outra na Reserva Extrativista Chico Mendes.

DISPOSIÇÕES GERAIS

34. O presente Plano de Utilização poderá ser alterado após proposta apresentada por grupo de no mínimo 10% das famílias da reserva e aprovada com no mínimo 20% dos moradores reunidos em Assembléia Geral, desde que as alterações propostas não entrem em conflito com a finalidade da reserva, e desde que sejam aprovadas pelo IBAMA.

35. As normas gerais deste Plano de Utilização serão aplicadas conforme os regulamentos aqui contidos, cabendo ao IBAMA, aos Sindicatos e Associações a fiscalização e monitoramento da Reserva.

36. Quando um seringueiro solicitar a transferência ou troca de sua colocação por outra, a transação só poderá ser efetuada após aprovação da comunidade, e desde que aquela esteja bem zelada.

37. É vedada a exploração comercial dos recursos do solo e sub-solo, tais como areia, minérios e outros.

38. A pesquisa, fotografia, filmagem e coleta de material genético no interior da reserva só poderão ser realizados mediante autorização expressa do IBAMA, após ouvir a Associação.

Publicado no Diário Oficial da União de 19.04.95.

DIREITO A FISCALIZAR

Conforme estabelecido no Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes (§27), cada seringueiro é um fiscal de sua colocação e das outras colocações. Diz ainda o referido Plano (§28), que será constituida uma Comissão de Proteção da Reserva, com o objetivo de apoiar a ASSOCIAÇÃO nessa tarefa.

Nesse sentido, o IBAMA promoverá treinamentos aos moradores de forma a capacitá-los e credenciá-los na atividade de fiscalização.

Esses treinamentos, terão como base a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA (Nº 003/88, de 16.03.88), que dá poderes as entidades civis com finalidade ambientalista, de, pelo sistema de Mutirão, participar da fiscalização de Unidades de Conservação, lavrando autos de constatação circunstanciados, cujo modêlo será fornecido pelo IBAMA.

RESOLUÇÃO/ CONAMA Nº 003, 16 de março de 1988.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE -CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 48, do Decreto 88.351, de 1º de junho de 1983, RESOLVE:

Art. 1º - As entidades civis com finalidades ambientalistas, poderão participar na fiscalização de Reservas Ecológicas, Públicas ou Privadas, Áreas de Proteção Ambiental, Estações Ecológicas, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, outras Unidades de Conservação e demais Áreas protegidas.

Art. 2º - A participação na fiscalização, prevista nesta Resolução será feita mediante a constituição de Mutirões Ambientais, integrados no mínimo por três pessoas credenciadas por Órgão Ambiental competente.

§ 1º - Para maior proteção de seus participantes, a entidade responsável pelo Mutirão Ambiental poderá solicitar a presença e o acompanhamento de pelo menos um servidor pertencente a uma corporação policial.

§ 2º - Se não for atendida a solicitação prevista no parágrafo anterior, nesse caso a realização do Mutirão Ambiental será efetuado apenas se houver a

participação mínima de 05(cinco) pessoas.

§ 3º - Sempre que possível o Mutirão Ambiental contará com a participação de servidor público com experiência em fiscalização, de médico ou de pessoa com experiência no campo de assistência social.

§ 4º - Para o credenciamento, a autoridade ambiental competente deverá instruir os participantes do Mutirão Ambiental, sobre os aspectos técnicos, legais e administrativos, fornecendo-lhes inclusive identificação.

Art. 3º - Os participantes do Mutirão Ambiental, quando encontrarem infrações à legislação, lavrarão autos de constatação, circunstanciados, devidamente assinados pelos presentes sobre a ocorrências verificadas.

§ 1º - O auto de constatação será enviado à entidade credenciadora do Mutirão Ambiental, para aplicação da legislação, devendo quando couber, ser encaminhada ao Ministério Público.

§ 2º - Se as autoridades locais não se pronunciarem sobre os autos de constatação, caberá aos órgãos federais competentes atuar em caráter supletivo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

João Alves Filho
Ministro do Interior

 # Publicada no Diário Oficial da União de 16.11.88.

ANEXO 3 - Nota de repúdio do STTR de Xapuri à Operação Reserva Legal

Nota de repúdio

Comemorar a semana Chico Mendes com repressão aos seringueiros, sem dúvida é manchar toda a luta que tivemos até aqui!

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri repudia veementemente o caráter de perseguição e criminalização dos seringueiros e moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, efetuada pelo Ibama na operação denominada de "Reserva Legal", quando moradores foram multados e outros ameaçados de serem retirados da Reserva, por estarem cometendo infrações ao meio ambiente. Nosso repúdio e indignação têm por base os seguintes motivos:

1) nestes dezoito anos de criação da Reserva não existe uma política que garanta uma renda para os seringueiros viverem com dignidade exclusivamente da produção extrativista. Portanto a utilização da atividade da pecuária é um complemento de renda que tem sido utilizado pela grande maioria dos moradores;

2) pouco existiu um trabalho de esclarecimento e conscientização das regras de uso e manejo da RESEX que abrangesse um número significativo de famílias;

3) O Plano de Manejo e de Utilização da RESEX não é de conhecimento da grande maioria das famílias;

4) os seringueiros não podem ser responsabilizados pela mudança do clima do planeta, este se deve a ação dos grandes pecuaristas, mineradoras e do grande capital;

5) As multas aplicadas inviabilizam seu comprimento. As famílias de seringueiros têm uma vida de duro trabalho na floresta e o pouco rendimento e benfeitorias conseguidas pelas famílias não podem ser disponibilizadas para o pagamento destas multas porque isto inviabilizaria a reprodução das próprias famílias.

Os seringueiros e trabalhadores rurais do Acre lutam com todas suas forças pela posse de suas terras que secularmente foram ocupadas por seus antepassados. A luta que custou a vida de tantos e estimados companheiros não pode ser em vão.

Se ontem lutamos contra o latifúndio, inimigo declarado, parece que a política governamental tornou-se auxiliar dos interesses do latifúndio, que sempre tentou ignorar os que vivem da terra com trabalho. Hoje temos na política ambiental de criminalização dos pequenos produtores um novo impedimento para a garantia de atividades que permita aos seringueiros uma vida digna.

Parar imediatamente a repressão aos seringueiros!

Cancelar todas as multas que inviabilizam nossa vida na floresta!

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri

Xapuri, 17/12/2008

ANEXO 4 – Resolução aprovada em Assembleia da Amopreb - Brasileia 11 de setembro de 2017

Ao Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes

As Reservas Extrativistas foram uma conquista da luta do movimento seringueiro contra os planos de expansão da pecuária e da mineração na Amazônia promovidos pelo regime militar. A Reforma Agrária seringueira, como ficou conhecida a criação das Reservas, garantiu o território aos seringueiros, contra a cobiça dos patrões seringalistas e fazendeiros.

As Reservas Extrativistas foram criadas sob o princípio de autogestão. Isso significa que o território seringueiro seria administrado pelos próprios seringueiros por meio de suas próprias organizações de base, associações, núcleos ou assembleias. Na época, cabia ao IBAMA apenas supervisionar um plano um Plano de Utilização elaborado pelos próprios moradores das Reservas.

Tudo isso mudou com a aprovação da Lei 9.985, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no ano 2000. As Reservas Extrativistas foram incorporadas ao conjunto das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, e o princípio da autogestão das Reservas foi suprimido. Desde então, sua administração foi transferida por um Conselho Deliberativo chefiado pelo órgão responsável pelas Unidades de Conservação, hoje o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), esvaziando as forma de representatividade dos moradores.

Desde então, muitas alterações foram realizadas pelo Conselho Gestor no Plano de Uso da Reserva Extrativista Chico Mendes, a revelia da maioria dos habitantes da Reserva e de suas organizações de base.

Hoje há muitos temas polêmicos que a maioria dos seringueiros sequer sabem que são discutidos. Enumeramos alguns exemplos: as propostas de Manejo Madeireiro dentro da Reserva; a proposta de expulsão de moradores que ocuparam colocações a partir de 2008; o Programa Floresta Plantada; a obrigação de pedir autorização para realizar a tradicional coivara nos roçados; a presença do gado na Resex, entre outros temas. Mas pouco se discute sobre como resolver os graves problemas de educação, saúde e transporte que afligem os moradores da Reserva.

A partir dessas considerações propomos que todos os núcleos de base e associações existentes no interior da Reserva Chico Mendes façam parte do seu Conselho Gestor. A participação dos núcleos e associações vai retomar a organização popular dentro da Reserva, reativar e fortalecer os núcleos e associações, assim como foi idealizado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros em seus primeiros Congressos. Ninguém mais conhece os problemas da Reserva do que seus próprios moradores. Por isso os seringueiros têm o direito de participar e tomar as principais decisões que afetam seu modo de vida. Decisões realizadas em escritórios com ar-condicionado, por gente que pouco sabe sobre nosso modo de vida e está longe da nossa realidade, só podem se transformar em focos de conflitos e tensões. Esse território foi criado por nós e deve ser administrado por nós!

Assembleia da Amopreb - Brasileia 11 de setembro de 2017